

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - UFMS
FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO - FAALC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO - PPGCOM

PAULO RICARDO DOS SANTOS GOMES

ELEIÇÕES NA FRONTEIRA:

Silenciamento e apropriação de elementos culturais em programas eleitorais de TV

CAMPO GRANDE – MS

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – UFMS
FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO – FAALC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO - PPGCOM

PAULO RICARDO DOS SANTOS GOMES

ELEIÇÕES NA FRONTEIRA:

Silenciamento e apropriação de elementos culturais em programas eleitorais de TV

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da UFMS, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Mário Luiz Fernandes
Área de concentração: Mídia e Representação Social.

CAMPO GRANDE – MS

2019

PAULO RICARDO DOS SANTOS GOMES

ELEIÇÕES NA FRONTEIRA:

Silenciamento e apropriação de elementos culturais em programas eleitorais de TV

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da UFMS, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Mário Luiz Fernandes
Área de concentração: Mídia e Representação Social.

Campo Grande, MS, ____ de agosto de 2019.

COMISSÃO EXAMINADORA

Professor Dr. Mário Luiz Fernandes
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

Professora Dr^a. Daniela Ota
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

Professor Dr. Divino Marcos de Sena
Campus Pantanal - UFMS

Suplente: Professor Dr. Marcos Paulo da Silva
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

AGRADECIMENTOS

Ao final da Jornada o caminhante percebe a importância de cada etapa. Os tropeços corrigem a rota e os passos certos renovam o ânimo. Este trabalho começou a ser pensado muito antes de existir como ideia criativa de pesquisa científica. Meu primeiro contato com a fronteira foi na adolescência, quando embarquei em um ônibus de sacoleiros para comprar um aparelho de som no Paraguai. Aquele encantamento inicial de viajar sozinho se misturou à surpresa do encontro com outra cultura. Superficial ainda, mas suficiente para marcar. Depois veio o jornalismo, lugar no qual as fronteiras estão sempre presentes, sendo construídas e desconstruídas. A profissão me levou a gostar de política e a conhecer novas fronteiras. Fui parar na Amazônia, colada com o Peru, onde a diversidade e a carência dos países vizinhos, presente no dia a dia das pessoas do lugar, chamou a atenção para um fato: as fronteiras são lugares de esperança, onde se procura no outro aquilo que não achamos em nós mesmos ou em nosso território. Nesse trajeto percorrido até aqui, estiveram presentes as campanhas eleitorais. Foram mais de quinze, entre coberturas jornalísticas e o trabalho na produção de programas eleitorais.

Este prólogo é para agradecer, antes de tudo, a Deus pelas experiências vividas que me conduziram ao “desafio de enfrentar a própria ignorância” em busca de aprimoramento. As aspas são palavras da professora Márcia Gomes, a quem agradeço por ter ajudado, a mim e a minha turma, a ampliar o conhecimento sobre as formas usadas pela mídia para construir realidades. Especialmente sou grato ao professor Marcelo Cancio, mentor que me apresentou a fronteira, através do olhar da academia, contribuindo para a ampliação da paixão pelo tema e para a realização deste trabalho. Agradeço grandemente meu orientador, Mário Fernandes, pela firmeza na condução da pesquisa, pela orientação nos momentos certos, pela paciência nas divergências construtivas e pela amizade construída. Também agradeço aos demais professores do PPGCOM/UFMS pelas contribuições no esforço de realização da pesquisa. Agradeço a nossa amiga e paciente Cristina, secretária do mestrado. Agradeço ao corumbaense, Victor Dib Yazbek, amigo de todas as horas que deu dicas valiosas sobre a história da cidade branca. Meus agradecimentos também aos amigos Osvaldo e Vanessa Sato, e a toda a equipe da Assessoria de Comunicação do IFMS pela compreensão e incentivo aos estudos. Chegar até aqui também só foi possível devido aos conselhos de Marta Beck, a quem agradeço imensamente.

Meus mais sinceros agradecimentos e carinho aos companheiros de mestrado Mariângela Yule e Pedro Ortale. A amizade de vocês tornou tudo bem mais fácil e divertido. Agradeço a generosidade da futura doutora Lynara Ojeda, que contribuiu para nosso crescimento no mestrado. Agradeço ainda a todos os meus colegas de mestrado pelas contribuições e pela experiência enriquecedora de compartilhar conhecimento. Um obrigado especial a Gesiel Rocha e Marcelo “D2” Pereira, as pesquisas de vocês contribuíram muito para este trabalho. Agradeço infinitamente a Daniela Ota, pelas correções e orientações na qualificação, e a Divino Marcos de Sena, pelas contribuições para o estudo da história política de MS e pela participação na avaliação final da dissertação. Agradeço ainda aos companheiros de moto clube pelo incentivo e parceria nas viagens por novas fronteiras.

Com o coração cheio de alegria, agradeço eternamente à minha família. Meus pais, João e Dilma, meu alicerce moral e incentivadores dos estudos. Minhas irmãs, Laura e Patrícia, exemplos de vitória e dedicação obtidas na luta diária pela ampliação do conhecimento. Minha amada esposa, Roberta, que há 22 anos, todos os dias, me suporta e me ajuda a enfrentar os desafios que a vida nos impõe. Agradeço emocionado aos meus filhos, João e Bruna, pela compreensão nas ausências e pelos abraços amorosos nas presenças. Estar com vocês nessa vida é o que dá sentido à jornada. É o que faz os obstáculos serem superados. É o que faz as vitórias serem mais valorosas.

E, por fim, agradeço aos bons amigos que nos auxiliaram em todos os momentos.

Dedico este trabalho à minha esposa, Roberta, e aos meus filhos, João e Bruna. Amo vocês.

O MURO

O menino contou que o muro da casa dele era da altura de duas andorinhas.
(Havia um pomar do outro lado do muro.)
Mas o que intrigava mais a nossa atenção principal
Era a altura do muro
Que seria de duas andorinhas.

Depois o garoto explicou:

Se o muro tivesse dois metros de altura
qualquer ladrão pulava
Mas a altura de duas andorinhas nenhum
ladrão pulava.
Isso era.

(BARROS, 2004, p. 59)

RESUMO

Esta dissertação analisa a representação de elementos culturais bolivianos e paraguaios nos programas eleitorais televisivos brasileiros veiculados em Ponta Porã e Corumbá nas eleições municipais de 2016. Para isso, realizou-se pesquisa bibliográfica sobre os conceitos de fronteira e território, sobre as fronteiras brasileiras e de Mato Grosso do Sul, sobre os conceitos de marketing, marketing eleitoral e propaganda eleitoral, sobre a Legislação Eleitoral Brasileira e os direitos de estrangeiros votarem no Brasil, sobre os problemas sociais fronteiriços, sobre a caracterização cultural do lugar, sobre a comunicação social no ambiente de fronteira e a história das eleições e dos programas eleitorais de televisão. Complementam a pesquisa entrevistas com candidato e profissionais de marketing, além de informações fornecidas pela Justiça Eleitoral. A metodologia utilizada para a investigação de textos, imagens e sons nos 58 programas selecionados é a Análise de Conteúdo. A partir da quantificação dos elementos fronteiriços em relação ao tempo utilizado pelos candidatos no Horário Geral de Propaganda Eleitoral (HGPE) foi realizada uma análise qualitativa das unidades de registro encontradas. Os resultados obtidos são interpretados sob a ótica da Teoria da Espiral do Silêncio e demonstram que a cultura fronteiriça é silenciada ou apropriada pelo marketing para não confrontar o clima de opinião estabelecido entre a população local.

Palavras-chave: Fronteira; Televisão; Eleições; HGPE; Espiral do Silêncio.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the presence of cultural elements of the bolivian and paraguayan peoples in the brazilian electoral programs transmitted in Ponta Porã and Corumbá in the municipal elections of 2016. For this, a bibliographical research was carried out regarding the concepts of frontier and territory, about the brazilian borders and the borders of Mato Grosso do Sul, regarding the concepts of marketing, electoral marketing and electoral advertising, regarding brazilian electoral legislation and regarding the rights of foreigners and people living in the borders to vote in Brazil. Social problems at the border, the construction of the cultural characterization of the place and the social communication in place of the border were also studied. Complement the research interviews with campaign coordinators and with the Electoral Justice. The methodology used for the investigation of texts, images and sounds in the 58 selected programs is Content Analysis, combined with the Analysis of the Image in Motion. From the quantification of the frontiers elements in the programs, in relation to the video time and the space used by the candidates on television, a qualitative analysis of the recording units found was carried out, demonstrating that the current border culture occupies a small time and allegorical within programs produced at the frontier and for a frontier public. The results obtained are interpreted from the perspective of the Silent Spiral Theory and demonstrate that the border culture is silenced or appropriated by candidates and marketing professionals in electoral programs, in order not to confront the established opinion among the local population.

Keywords: Frontier; Television; Elections; HGPE; Spiral of Silence Theory.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantificação das imagens encontradas na categoria Paisagens Fronteiriças (A)..	83
Tabela 2 - Descrição das imagens encontradas na categoria Paisagens Fronteiriças (A)	84
Tabela 3 - Quantificação das imagens encontradas na categoria Símbolos Fronteiriços (B)...	86
Tabela 4 - Descrição das imagens encontradas na categoria Símbolos Fronteiriços (B)	88
Tabela 5 - Quantificação das imagens encontradas na categoria Roupas Típicas (C)	89
Tabela 6 - Descrição das imagens encontradas na categoria Roupas Típicas (C).....	89
Tabela 7 - Quantificação das Artes Computadorizadas nos programas abrangendo fronteira.	90
Tabela 8 - Descrição das imagens na categoria Artes Comp. (D) abrangendo fronteira	91
Tabela 9 - Quantificação das Propostas Específicas (E) encontradas nos programas.....	92
Tabela 10 - Descrição das Propostas Específicas (E) encontradas nos programas	92
Tabela 11 - Áreas do Plano de Governo e quantitativo de propostas para a fronteira	93
Tabela 12 - Quantificação dos elementos na categoria Disc. dos Apres. e Locutores (F)	94
Tabela 13 - Descrição das citações na categoria Discurso dos Aprese e Locutores (F)	94
Tabela 14 - Quantificação dos elementos fronteiriços no Discurso do Candidato (G)	95
Tabela 15 - Descrição dos elementos fronteiriços na categoria Discurso do Candidato (G) ...	96
Tabela 16 - Quantificação das citações encontradas nas Entrevistas com Fronteiriços (H)	97
Tabela 17 - Descrição dos áudios com elementos fronteiriços na categoria H	97
Tabela 18 - Quantificação das músicas fronteiriças na categoria Trilha Sonora (J)	100
Tabela 19 - Quantificação das imagens na categoria Símbolos Fronteiriços (B) - Corumbá	104
Tabela 20 - Descrição das Imagens na categoria Símbolos Fronteiriços (B) - Corumbá.....	105
Tabela 21 - Áreas do Plano de Governo de Corumbá e propostas para a fronteira.....	106
Tabela 22 - Quantificação dos elementos no Disc. dos Apres. e Loc. (F) - Corumbá	107
Tabela 23 - Quantificação dos elementos no Discurso do Candidato (G) - Corumbá	107
Tabela 24 - Quantificação das citações nas Entrevistas com Fronteiriços (H) - Corumbá	108
Tabela 25 - Descrição dos áudios com elementos fronteiriços na Categoria H	108

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Semiconurbação <i>Puerto Suárez</i> , <i>Puerto Quijarro</i> e Corumbá.	26
Figura 2: Conurbação formada pelas cidades de <i>Pedro Juan Caballero</i> e Ponta Porã.	28
Figura 3: Cartaz de Getúlio Vargas para eleitores de Ponta Porã.	36
Figura 4: Frames da vinheta com a imagem do Centro Comercial da Linha Internacional.	84
Figura 5: Centro Comercial da Linha Internacional na Fronteira.	85
Figura 6: Bandeiras paraguaia e brasileira na entrada de Ponta Porã.	86
Figura 7: Monumento da Amizade Brasil-Paraguai construído na fronteira.	86
Figura 8: Candidato em roda de tereré com a família em programa eleitoral.	87
Figura 9: Meninas dançando com roupas típicas paraguaias.	89
Figura 10: Imagem usada na vinheta do quadro tereré com nossa gente.	91
Figura 11: Feira Fronteiriça Bras-Bol no programa de Corumbá.	104
Figura 12: Entrevistada com sotaque boliviano elogia o candidato.	108
Figura 13: Entrevistado com sotaque boliviano ataca adversário de Ruiter.	109
Figura 14: Mulher protesta durante fechamento da Feira Bras-Bol.	109
Figura 15: Hélio Peluffo em gravação de estúdio.	142
Figura 16: Hélio Peluffo em gravação externa.	142
Figura 17: Apresentadores do programa de Hélio Peluffo.	142
Figura 18: Roda de tereré em gravações de Ponta Porã.	143
Figura 19: Ruiter Cunha em gravação de estúdio.	143
Figura 20: Ruiter Cunha em gravação externa.	143
Figura 21: Passistas de samba em clipe com <i>jingle</i> da campanha de Corumbá.	144
Figura 22: Exemplo de tela de propostas em GC de Corumbá.	144
Figura 23: Exemplo de tela de propostas em GC de Ponta Porã.	144

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Tempo da Categoria Paisagens Fronteiriças	84
Gráfico 2 - Tempo da Categoria Símbolos Fronteiriços.....	87
Gráfico 3: Tempo da Categoria Roupas Típicas	89
Gráfico 4: Tempo da Categoria Artes Computadorizadas.....	90
Gráfico 5: Tempo da Categoria Propostas Específicas	92
Gráfico 6: Tempo da Categoria Discurso Apresentadores e Locutores	94
Gráfico 7: Tempo da Categoria Discurso do Candidato.....	95
Gráfico 8: Tempo da Categoria Entrevistas com Fronteiriços	97
Gráfico 9: Tempo da Categoria Trilha Sonora	100
Gráfico 10: Quantidade de Elementos Fronteiriços no Programa eleitoral de Ponta Porã.....	101
Gráfico 11: Tempo da Categoria Símbolos Fronteiriços - Corumbá.....	104
Gráfico 12: Tempo da Categoria Discurso de Apres. e Locutores - Corumbá.....	106
Gráfico 13: Tempo da Categoria Entrevista com Fronteiriços - Corumbá.....	108
Gráfico 14 - Quantidade de Elementos Fronteiriços no Programa Eleitoral de Corumbá.	112
Gráfico 15: Comparação percentual de Elementos Fronteiriços nos Programas Eleitorais ...	118

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1- FRONTEIRA, TERRITÓRIO, AMBIENTE POLÍTICO E LEGISLAÇÃO ELEITORAL	20
1.2 Processos eleitorais no Brasil: História e participação do estrangeiro	29
1.2.1 A História Eleitoral das cidades de Fronteira: Corumbá e Ponta Porã	36
1.2.2 Regime Militar: privação do direito ao voto nas eleições em áreas de segurança ...	45
1.3 Eleitores fronteiriços e as campanhas binacionais.....	49
1.4 Propaganda eleitoral e HGPE: conceito, história e legislação.....	53
2 - MULTICULTURALISMO E METODOLOGIA PARA ANALISAR O HGPE.....	56
2.1 A multiculturalidade construída na fronteira	56
2.2 Comunicação fronteiriça: a integração das culturas nos veículos de massa.....	63
2.3 Comunicação eleitoral: o marketing e seus profissionais	66
2.4 Espiral do Silêncio: A teoria para refletir sobre os dados encontrados	69
2.5 Metodologia: Análise de Conteúdo para os programas eleitorais	73
2.5.1 Utilização do Método de Análise de Imagens em Movimento	75
3 - ANÁLISE DOS PROGRAMAS ELEITORAIS DE CORUMBÁ E PONTA PORÃ.....	80
3.1 Em busca dos elementos de fronteira.....	80
3.2 Análises do programa elaborado pela equipe do candidato de Ponta Porã.....	81
3.3 Ponta Porã: Dimensão Visual	83
3.4 Ponta Porã: Dimensão Verbal.....	91
3.5 Análise do programa elaborado pela equipe do candidato de Corumbá.....	102
3.6 Corumbá: Dimensão Visual.....	103
3.7 Corumbá: Dimensão Verbal	105
3.8 Contradição e silenciamento dos profissionais de marketing em Corumbá	112
3.9 Território profissional: não fronteiriços no comando das campanhas	115
3.10 A visão do candidato sobre os programas elaborados pela equipe.....	116
3.11 Fronteiras comparadas: diferenças entre os programas de Corumbá e Ponta Porã	117
3.12 A fronteira silenciada nos programas – reflexões sobre o não falado	120
Considerações Finais	125
REFERÊNCIAS.....	130
APÊNDICE A – IMAGENS DOS PROGRAMAS DE PONTA PORÃ CORUMBÁ.....	142
APÊNDICE B – RESUMO DOS PROGRAMAS ELEITORAIS DE PONTA PORÃ.....	145
APÊNDICE C – RESUMO DOS PROGRAMAS ELEITORAIS DE CORUMBÁ	148
APÊNDICE D - ENTREVISTA COM UILSON MORALLES.	153

APÊNDICE E - RESPOSTAS PROFISSIONAL DE CORUMBÁ.....	160
APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO HÉLIO PELUFFO.....	162
APÊNDICE G – QUESTIONÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL (TRE).....	164
APÊNDICE H - CONTRIBUIÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS.....	167
APÊNDICE I – LISTA DE GESTORES DE CORUMBÁ E PONTA PORÃ.....	169
APÊNDICE J – MODELO DE TABELA DE DECUPAGEM.....	174
ANEXO A – JORNAL CORREIO DO ESTADO DE 18 DE ABRIL DE 1964.....	175
ANEXO B – ATA DE CASSAÇÃO DO PREFEITO DE PONTA PORÃ.....	175
ANEXO C – JORNAL CORREIO DO ESTADO DE 15 DE NOVEMBRO DE 1985.....	175
ANEXO D – JORNAL CORREIO DO ESTADO DE 07 DE OUTUBRO DE 1985.....	175

LISTA DE ABREVIATURAS

ABCOP: Associação Brasileira de Consultores Políticos

AC: Análise de Conteúdo

ARENA: Aliança Renovadora Nacional

CSN: Conselho de Segurança Nacional

DV: Dimensão Vídeo

DVb: Dimensão Verbal

ESPM: Escola Superior de Publicidade e Marketing

GC: Gerador de Caracteres

HGPE: Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INE: Instituto Nacional de Estadísticas

MDB: Movimento Democrático Brasileiro

ONU: Organização das Nações Unidas

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PDS: Partido Democrático Social

PDT: Partido Democrático Trabalhista

PFL: Partido da Frente Liberal

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PPS: Partido Popular Socialista

PSD: Partido Social Democrático

PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira

PSP: Partido Social Progressista

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

SUS: Sistema Único de Saúde

TRE: Tribunal Regional Eleitoral

TSE: Tribunal Superior Eleitoral

UDN: União Democrática Nacional

INTRODUÇÃO

As sociedades humanas têm como característica a interação social. Os contatos entre os diferentes grupos de indivíduos, seus acertos, desacertos, acordos e desacordos colaboraram na formação das sociedades. Esses encontros também aproximam povos de culturas distintas e, quando o território internacional é próximo, promovem uma imbricação cultural ainda mais notável. Por força da proximidade territorial, das necessidades comerciais ou da busca por sobrevivência, as culturas interagem constantemente, transformando a fronteira em laboratório de miscigenação, de mistura social e, ao mesmo tempo, de separação, de reformulação e de mutação. É um constante desconstruir do “eu”, por interferência do “outro”, aliado ao construir de um “nós”, pela soma das culturas presentes.

Os ambientes fronteiriços são um nascedouro de sociedades multiculturais e, ao mesmo tempo, de uma cultura única: a cultura fronteiriça, que não pode ser observada de forma inflexível, mas sim com a sensibilidade do poeta, pois as divisões e uniões são simultaneamente abstratas e concretas como um muro da altura de duas andorinhas¹, transponível para quem é do lugar, inimaginável para quem não o vê.

No processo de comunicação do território fronteiriço, o nacional e o internacional dialogam. E a comunicação de massa é partícipe desse diálogo, sendo fator importante na construção/reconstrução da identidade cultural. Diversas pesquisas, a exemplo de Rodrigues Filho (2016), Raddatz (2009) e Ota (2006) abrangendo rádio; Cancio (2011) e Camargo (2015) sobre televisão; Müller (2002 e 2006) a respeito de jornais impressos e Rocha (2018) sobre sites, comprovam que os veículos de comunicação de massa têm papel fundamental nesse território, pois afirmam ou negam estereótipos, promovem culturas, divulgam posicionamentos políticos, expressam hábitos e valores que permeiam o cotidiano local. Os meios de comunicação preenchem parte do espaço comunicacional entre as nações envolvidas e podem ou não, de acordo com seus formatos industriais e suas mensagens, contribuir, em maior ou menor grau, para uma sociedade mais harmônica e igualitária.

Esta dissertação investiga o ambiente eleitoral na fronteira pesquisando o papel que os programas eleitorais de televisão desempenham na região. Esses programas são mídias elaboradas em tempos de eleição, que se apropriam do alcance dos veículos de massa existentes, assumindo protagonismo na decisão de voto. A intenção é entender se a propaganda eleitoral de televisão – que tem a função de informar sobre as candidaturas e as propostas dos partidos políticos – atende à população local oferecendo conteúdo

¹ BARROS, Manoel de. Poemas Rupestres. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 59

contextualizado à cultura fronteiriça ou se realiza ações de marketing para vencer o pleito, independentemente do que seja necessário veicular. A hipótese é de que eleitores fronteiriços com características identitárias de países vizinhos, que vivem em um ambiente multicultural, não são representados nos programas eleitorais de televisão, tendo suas necessidades ignoradas e seus elementos culturais silenciados ou usados em favor do candidato.

Uma campanha eleitoral não abrange apenas a televisão. Também são usados outros veículos de comunicação como o rádio; os jornais; a internet com seus sites, blogs e mídias sociais; além do material impresso e outras alternativas de publicidade. Concentrar o foco de estudo em televisão se justifica porque essa mídia, na época de realização da campanha, era considerada a norteadora do discurso empregado no convencimento dos eleitores, por ser o principal veículo de massa, conforme Ribeiro (2004).

Porém, na medida em que as sociedades ocidentais converteram-se em sociedades midiáticas, em que a televisão representa a arena mais importante de disputa política e os media constituem um centro autônomo de poder, as campanhas eleitorais também experimentaram um processo de “mídiatização”. Comícios e outras formas de mobilizações de massa perderam importância e eficácia frente à propaganda veiculada no rádio e, principalmente, na televisão. [...] Assim, o discurso televisivo assumiu o papel de referência modeladora de todo o discurso político da campanha (RIBEIRO, 2004, p. 38).²

A escolha de Ponta Porã e Corumbá para a análise desta pesquisa se deve ao fato de as duas cidades possuírem emissoras de televisão que transmitem programação produzida e veiculada por equipes locais³, devendo exibir o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), abrindo espaço para que os candidatos exponham suas propostas. Nos demais municípios fronteiriços do Estado, o HGPE existe apenas no rádio, não compondo o objeto desta pesquisa. Para ampliar o conhecimento sobre a presença ou não dos elementos culturais nas campanhas, foram acrescentadas a esta dissertação informações disponíveis nos Planos de Governo, entregues à Justiça Eleitoral pelos candidatos estudados.

Esta pesquisa quantifica e qualifica as representações de elementos culturais paraguaios e bolivianos nos programas eleitorais de televisão para compreender se essas produções mostram a multiculturalidade dos municípios fronteiriços. Além disso, por meio de entrevistas, pretende-se identificar se os candidatos e profissionais de marketing – que fazem

² Outra justificativa para centralizar as análises na televisão está nos resultados da Pesquisa Brasileira de Mídia: Hábitos de Consumo da População, realizada pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República em 2014, 2015 e 2016. Dois anos antes das eleições estudadas, esta pesquisa apontava que, apesar da internet ter crescido rapidamente no país, 92% dos entrevistados assistiam televisão. Desse total, 76,4% apontavam a TV como o veículo de comunicação preferido. Em 2015, os números ficaram em 95% e 73%, respectivamente, e em 2016, ano da eleição municipal, a televisão continuava na liderança com 89% dos entrevistados apontando o veículo como o meio de comunicação mais utilizado e 77% dizendo que a televisão é o veículo preferido.

³ Conforme a Resolução nº 23.457/2015, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), emissoras com essas características são obrigadas a transmitir o HGPE.

o HGPE – incluem as culturas fronteiriças na pauta e elaboram estratégias voltadas a convencer eleitores com ligações às culturas boliviana e paraguaia.

Nos Planos de Governo será verificada a existência de propostas voltadas à fronteira e aos fronteiriços. Nos dados fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) serão observados os procedimentos para o registro de eleitores em regiões de fronteira, o quantitativo de eleitores paraguaios e bolivianos nas cidades pesquisadas e quais são as possíveis medidas diferenciadas para organização das eleições nas fronteiras⁴.

O recorte do objeto abrange todos os programas de televisão das campanhas vencedoras de cada município em 2016. Entende-se que nessas campanhas os candidatos eleitos – e suas equipes de marketing – conseguiram, com suas estratégias, levar os eleitores a tomar uma decisão favorável às suas propostas. São analisados 58 programas eleitorais – 29 episódios por município – veiculados diariamente entre 26 de agosto e 29 de setembro de 2016, no HGPE transmitido entre 13h e 13h10 e 20h30 e 20h40.⁵

Na cidade de Ponta Porã, três candidatos disputaram a cadeira de prefeito: Chico Gimenez (PMDB)⁶, Ludimar Novaes (PDT) – prefeito do município buscando a reeleição – e Hélio Peluffo Filho (PSDB), sendo esse último o vencedor do pleito, com 60% dos votos válidos. Em Corumbá, também houve disputa entre três candidatos: Elano Holanda (PPS), Paulo Duarte (PDT) – prefeito do município buscando a reeleição –, e Ruiteir Cunha⁷ (PSDB), eleito na disputa com 46,41% dos votos válidos.

Para estudar os programas eleitorais, clivou-se o conteúdo em unidades de análise (denominadas nesta pesquisa como Blocos de Edição) obtidas por meio da observação da estrutura de montagem existente nas produções. A divisão é preconizada pelo método de Análise de Imagem em Movimento, elaborado por Rose (2010). Os Blocos de Edição referem-se às mudanças de texto aliadas a imagem. Ou seja, quando o tema do texto narrado

⁴ Os dados da Justiça Eleitoral foram obtidos por meio de um questionário respondido pela Assessoria de Comunicação do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), disponível no Apêndice G, e por meio de consultas ao site do TRE (www.tre-ms.jus.br), de onde também foram obtidos os Planos de Governo dos candidatos.

⁵ Inserções feitas ao longo da programação diária das emissoras de televisão pelos partidos e candidatos não são analisadas nesta pesquisa. Esses comerciais têm duração variando entre 15 e 60 segundos, vão ao ar em horários aleatórios e, embora estejam sujeitos à mesma legislação, não podem ser considerados programas eleitorais devido ao tempo e formato de veiculação diferentes.

⁶ Francisco Novaes Gimenez, conhecido como Chico Gimenez, foi assassinado em 17 de janeiro de 2019, dentro de casa, em Ponta Porã, executado por pistoleiros. Mais informações estão disponíveis no link: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/morto-em-casa-tio-de-narcotraficante-estava-em-prisao-domiciliar>

⁷ Ruiteir Cunha faleceu em 1º de novembro de 2017, aos 53 anos, após onze meses de seu terceiro mandato como prefeito. O cargo foi assumido pelo vice-prefeito, Marcelo Iunes (PTB). Disponível em: <https://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/prefeito-de-corumba-morre-apos-procedimento-cirurgico-em-campo-grande.ghtml>. Acesso em: 30 de jun. 2019

e/ou a música mudam, as imagens utilizadas acompanham a mudança, formando uma única estrutura. A soma dessas estruturas (múltiplos blocos de som e imagem) compõe o programa.

Ainda atendendo ao que orienta o método, os Blocos de Edição foram analisados em duas dimensões: Dimensão Verbal (DVb) – que abrange as narrações e demais sons presentes – e Dimensão Visual (DV) – obtida pela transcrição das imagens mostradas. A decisão de usar os critérios formulados por Rose (2010) norteia a transcrição e a interpretação do que é encontrado. Para a análise dos dados obtidos, a metodologia é a Análise de Conteúdo (AC), notadamente em Bardin (2011)⁸.

Em suma, os programas foram divididos em unidades de análise (Blocos de Edição com imagens e sons). Esses blocos foram analisados sob a perspectiva de duas dimensões (Visual e Verbal) para identificar e mensurar as representações de elementos fronteirços presentes. Os dados obtidos foram quantificados e qualificados, possibilitando a inferência e a formulação das conclusões, de acordo com os procedimentos recomendados pela AC.

Para a fundamentação teórica, foi trabalhada a perspectiva oferecida pela Teoria da Espiral do Silêncio, notadamente em Noelle-Neumann (2018). Em síntese, a teoria propõe que os meios de comunicação dão mais espaço para as opiniões dominantes, contribuindo para o silenciamento das minorias. Na interpretação de Sousa (2002), a Espiral do Silêncio supõe que as pessoas temem o isolamento do grupo, buscam integração social e gostam de ser populares. Por esses motivos, permanecem atentas às opiniões e aos comportamentos majoritários, procurando se expressar dentro dos parâmetros estabelecidos pelas maiorias.

O trabalho revela informações que ajudam a entender se as comunidades de fronteira são representadas nos programas eleitorais de televisão, ou se esses programas refletem ideias preconcebidas sobre as questões de fronteira. Ao aumentar o conhecimento da sociedade sobre o que ocorre na comunicação durante as eleições, é possível que este projeto também seja útil para que essa mesma sociedade tenha subsídios para cobrar dos candidatos programas, propostas e resultados melhores, voltados para os problemas cotidianos dos locais em que são produzidos. O resultado também será útil para que os profissionais que atuam no marketing, durante o período eleitoral ou não, tenham uma referência sobre o que é possível fazer para melhorar a comunicação que mediam.

⁸ A Análise de Conteúdo (Bardin, 2011) abrange desde a formulação de hipóteses e objetivos, até o tratamento dos dados obtidos de forma qualiquantitativa e posterior inferência sobre os resultados para obter as conclusões. Neste trabalho, o objeto é observado sob a perspectiva oferecida em conjunto por Rose e Bardin. A primeira direciona a obtenção dos dados. A segunda a análise da semântica do material obtido.

“Eleições na Fronteira: Silenciamento e Apropriação⁹ de Elementos Culturais em Programas Eleitorais de TV” é uma dissertação estruturada em três capítulos:

Capítulo I – Apresenta os conceitos de fronteira e território fronteiriço; descreve os ambientes fronteiriços; estuda a história dos processos eleitorais no Brasil e nas cidades pesquisadas; aborda os direitos eleitorais de estrangeiros e as práticas de eleitores que vivem regiões de fronteira; discorre sobre o HGPE, sua história, seus conceitos e legislação.

Capítulo II – Trata sobre o multiculturalismo e o ambiente construído na fronteira; apresenta estudos sobre comunicação multicultural nos veículos de massa na fronteira; define o conceito de marketing político eleitoral e peculiaridades da comunicação eleitoral e do trabalho do marqueteiro; fundamenta o uso da Teoria da Espiral do Silêncio como suporte teórico e descreve a metodologia da Análise de Conteúdo em conjunto com o método de Análise de Imagens em Movimento.

Capítulo III – Apresenta a pesquisa exploratória; descreve os programas veiculados nas cidades de Corumbá e Ponta Porã e as respectivas análises sobre Dimensões Verbal e Visual; compara os dados obtidos nas análises com informações fornecidas pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), com os questionários aplicados a profissionais de marketing das campanhas e ao candidato eleito em Ponta Porã; investiga a presença de elementos fronteiriços nos Planos de Governo dos candidatos; e expõe as conclusões parciais da pesquisa.

⁹ Entende-se por apropriação neste trabalho o uso dos elementos culturais nos programas eleitorais com o objetivo de criar empatia com o eleitor, sem alterar a significação desse elemento ou promover o uso dele por culturas que não são de fronteira. É diferente de apropriação cultural, explicada por Pinheiro (2015) como o “ato de se utilizar ou adotar hábitos, objetos ou comportamentos específicos de uma cultura, por pessoas e/ou grupos culturais diferentes”. Como explica a filósofa brasileira, Djamila Ribeiro (2016), “falar sobre apropriação cultural significa apontar uma questão que envolve um apagamento de quem sempre foi inferiorizado e vê sua cultura ganhando proporções maiores, mas com outro protagonista”. Disponível em: <https://azmina.com.br/colunas/apropriacao-cultural-e-um-problema-do-sistema-nao-de-individuos/>. Acesso em: 16 mar. 2019

1- FRONTEIRA, TERRITÓRIO, AMBIENTE POLÍTICO E LEGISLAÇÃO ELEITORAL

Até o século XV, o entendimento de fronteira estava relacionado a uma área, uma extensão de terra indefinida, que ficava entre dois estados. Raffestin (1993) denominou a ideia de “Fronteira Zonal” e atribuiu a existência de tal significação ao pouco conhecimento científico de uma época em que as informações sobre os limites eram insuficientes. A demarcação de limites mais definidos surgiu em 1648, na Alemanha, com o estabelecimento de linhas divisórias entre as nações pelo tratado de Westfalia.

Conforme Raffestin (1993), o surgimento da cartografia seguiu o nascimento do Estado moderno e a nova ciência se tornou instrumento de poder, na medida em que ajudou os Estados a representarem de uma forma mais objetiva seus espaços. A partir de então, fronteira ganhou uma definição material: se tornou o limite entre um país e outro, passando a ser representada por marcos naturais ou geodésicos, registrados em mapas e estabelecidos por acordos e leis.

Apenas após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a linha divisória que separa os estados voltou a ser entendida como uma região que possui em seu interior também uma organização interdependente, elaborada por quem vive no ambiente, formando um território, com sua própria territorialidade. Raffestin (1993, p. 160-161) define territorialidade como “um conjunto de reações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema”.

É necessária uma discussão sobre a ideia de “fim das fronteiras” com as atividades globalizadas, as formas mais rápidas de comunicação e de transporte. Na área de fronteira de Mato Grosso do Sul, o que se nota é justamente o contrário. As fronteiras se reforçam na própria identidade que constroem por meio da imbricação das culturas. A ideia corresponde ao que discute Santos (2000) sobre o tema.

Fala-se também de uma humanidade desterritorializada, uma de suas características como sendo o desfalecimento das fronteiras como imperativo da globalização, e a essa ideia dever-se-ia uma outra: a da existência, já agora de uma cidadania universal. De fato, as fronteiras mudaram de significação, mas nunca estiveram tão vivas, na medida em que o próprio exercício das atividades globalizadas não prescinde de uma ação governamental capaz de torná-las efetivas dentro de um território. A humanidade desterritorializada é apenas um mito. (SANTOS, 2000, p. 42)

A fronteira não é apenas um desenho no mapa que, por vezes, toma formas em muros, cercas e pontes. É um espaço definido, com cultura própria, quase sempre marginalizado, na

medida em que o Estado, ou pelo menos suas centrais de governança, estão longe. Por isso, o estudo sobre fronteiras vai além dos mapas, pois o elemento humano é acrescentado nas discussões, conforme explica Ferrari.

A fronteira possui duas visões científicas: uma que trata da história política entre Estados nacionais e do limite de soberania de um poder central e a outra local ou regional que trata do vivido e das interações entre populações em zonas fronteiriças. (FERRARI, 2014, *online*)

As interações entre as populações territorializam a fronteira, pois são uma manifestação específica das pessoas que vivem lá e se apropriam culturalmente do local, dos poderes instituídos que estabelecem regras próprias de convivência comum e das características topográficas e culturais imbricadas do lugar. Esse conjunto dá a fronteira, mesmo dentro de um território nacional estabelecido, uma identidade própria, caracterizando outro território, com elementos culturais locais.

O geógrafo alemão Ratzel (2011) sistematizou a geografia política, definindo território, fronteiras, cidades-capitais e as relações entre o estado e o espaço, construindo o conceito de que os territórios fronteiriços são necessários, tal qual um órgão é necessário a um organismo vivo.

As fronteiras não devem ser concebidas diferentemente do que como a expressão de um movimento orgânico e inorgânico; as formações estatais elementares assemelham-se evidentemente a um tecido celular: em todo lugar se reconhece a semelhança das formas de vida que emergem da ligação com o solo. Para todos, líquens, corais ou homens, esta relação é uma propriedade da vida, porque a condiciona. [...] Quando se deram as suas fronteiras, produziu-se então os processos de troca com o ambiente como o que ocorre na periferia de um organismo complexo. (RATZEL, 2011, p. 51)

A fronteira pode ser entendida como a epiderme do Estado, responsável por seu contato com o exterior, por absorver os impactos que vêm dele e promover reações de acordo com os estímulos sofridos. Natural que seja moldada, como diz Raddatz (2009), pelo que entra em contato com ela ou pelo que a atravessa. Esses conceitos conduzem ao entendimento de que a fronteira é muito mais que uma mera indicação espacial, os contatos sofridos formam cicatrizes que delineiam o ambiente.

Raffestin (1993, p. 143 e 144) estabelece uma separação de significados entre espaço e território ao definir que “o espaço é anterior ao território” e que o território é uma “produção através do espaço”. Essa percepção leva a compreender que está sendo estudado um território fronteiriço, construído em meio a relações de pertencimento, de participação social forjada por forças que sempre se tocam, se enfrentando ou se harmonizando, mas sempre convivendo.

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar

do espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação) o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Cada país ou lado conduz seu papel na construção de um espaço único e compartilhado, esclarece Raffestin (1993). E, a partir dessas relações humanizadas de construção, desconstrução e reconstrução, a fronteira é vista para além do mapa.

Diariamente, em todas as fases de nossa existência, somos confrontados com a noção de limite: traçamos limites ou esbarramos em limites. Entrar em relação com os seres e as coisas é traçar limites ou se chocar com limites. Toda relação depende da delimitação de um campo, no interior do qual ela se origina, se realiza e se esgota. (RAFFESTIN, 1993, p. 164)

Portanto, é possível afirmar que não se deve falar de uma fronteira, mas de um território fronteiriço no qual existem também fronteiras culturais. É um lugar-cultural-histórico construído pelos atores que estão no espaço determinado pela geografia, mas que, aliados a outros sujeitos que o atravessam, formam uma cultura própria e única, como explica o antropólogo argentino Grimson (2005).

Justamente, una de sus características es la duplicidad: “frontera” fue y es simultaneamente un objeto/concepto y un concepto/metáfora. De una parte parece haber fronteras físicas, territoriales; de la otra, fronteras culturales, simbólicas. (GRIMSON, 2005, p. 91)

As fronteiras analisadas neste trabalho são uma união de povos e costumes, culturas e hábitos, espaço existente e espaço imaginado por dois povos. São fronteiras de encontros culturais, historicamente imbricadas em seus modos de vida. Formam um único território com características próprias. Quem vive nelas está mais próximo culturalmente do estrangeiro do que de seu irmão de pátria. Um fronteiriço de Corumbá ou de Ponta Porã pode ter uma relação de pertencimento maior com alguém do país vizinho do que com quem vive nas capitais nacionais, pois dividem o mesmo território fronteiriço. Essa discussão será aprofundada mais à frente nas anotações sobre a história dos municípios.

O complexo processo de demarcação das fronteiras do mapa brasileiro começou antes mesmo da ocupação espanhola e portuguesa, com o Tratado de Tordesilhas (1494), desrespeitado pelos desbravadores, que exploraram além do traçado determinado, em busca de mais riquezas e mais terras. Pelo tratado de Madri (1750), Espanha e Portugal aceitaram oficialmente a violação do Tratado de Tordesilhas (CORRÊA, 2014), contribuindo para o Brasil obter as dimensões continentais atuais sob a administração lusitana. Ao longo do tempo, novos acordos diplomáticos e guerras consolidaram os territórios nacionais.

Apesar do poder estatal ter definido seus limites após o período colonial, não havia um planejamento de ocupação. No sul de Mato Grosso¹⁰, por exemplo, essa distância dos grandes centros oportunizou a construção de um modo de vida próprio do lugar, cercado de imbricações culturais, violência e disputas por terra, que interferiram também nas questões políticas.

De fato, nas primeiras décadas do século XX, a exemplo do que ocorreu anteriormente, foi frágil a presença do estado brasileiro na região fronteira com suas raras instituições como coletorias, delegacias e postos militares. Esta realidade, aliada à grande distância que a separava do centro político-administrativo, Cuiabá, permitiu a formação de um *modus vivendi* fronteiriço peculiar e autônomo que não raro descambava para a impunidade e para a desordem. Este modo de vida foi, resultante das formas utilizadas para a sua necessária ocupação, transformando esses pioneiros em representantes físicos da definição da área como espaço nacional. (CORRÊA, 2014, p. 19)

Atualmente, a faixa de fronteira terrestre no Brasil possui mais de 15 mil quilômetros de extensão, dividindo 11 estados brasileiros com Argentina, Bolívia, Colômbia, Guiana, Guiana Francesa, Paraguai, Peru, Suriname, Venezuela e Uruguai. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), essa área de 1,4 milhão de km² abrange 16% do território nacional e tem população estimada em 10 milhões de habitantes, distribuídos em 588 municípios.

O Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980, assinado por João Figueiredo, regulamentou a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, matéria que dispõe especificamente sobre a faixa de fronteira, sua instituição, organização e especificidades. No entendimento jurídico brasileiro, a faixa de fronteira se constitui em 150 km de largura a partir do limite-divisor do território nacional, e por se tratar de um espaço “indispensável à segurança nacional” tem uma série de atos que dependem de consentimento do Conselho de Segurança Nacional (CSN), órgão responsável pelo planejamento estratégico de defesa e soberania brasileira. (RODRIGUES FILHO, 2016, p. 76)

Se a fronteira se assemelha a um órgão do corpo, como sugere Ratzel (2011), em Mato Grosso do Sul essa epiderme dá forma aos costumes, pois o Estado “encontra suas raízes em grande parte na longa e difícil disputa pela posse da região fronteira” (CORRÊA, 2014, p. 17). Cenário de guerras por território, de ocupações que dizimaram populações indígenas e do abandono pelas metrópoles (CORRÊA, 2014), encontra em suas origens culturais marcas profundas dessa conformação histórica. As fronteiras por muito tempo foram móveis, “sem

¹⁰ Após a divisão de Mato Grosso, realizada pela ditadura militar em 1977, o sul do estado deu origem a Mato Grosso do Sul, tendo como capital a cidade de Campo Grande. Em textos que fazem referência a datas anteriores a 1977 é comum o uso das expressões “Mato Grosso uno” ou “antigo Mato Grosso” para indicar que se fala do estado antes da divisão. Também é comum a utilização da expressão “sul de Mato Grosso”, para indicar a região que atualmente é Mato Grosso do Sul. Apesar da separação dos estados ter ocorrido apenas no século XX, desde o século XIX as ideias divisionistas, com maior ou menor força, permeavam os debates políticos. Em 1889, por exemplo, políticos de Corumbá propuseram a transferência da capital para Corumbá, sinalizando uma ruptura com a elite política do norte. Mais informações sobre o tema podem ser obtidas na obra *Mato Grosso do Sul, a construção de um Estado*, da historiadora Marisa Bittar, e *online* no site <http://www.ms.gov.br/a-historia-de-ms/>.

uma clara definição, permeada de brasileiros [...] e de estrangeiros, em especial paraguaios, que digladiaram pela posse da terra” (CORRÊA, 2014, p. 44).

A consolidação demarcou espaços físicos, mas só as terras foram divididas. A identidade fronteiriça foi construída no encontro das culturas, amistosamente ou não, a exemplo da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870). O território sul-mato-grossense faz fronteira com o Paraguai, ao Sul, e com a Bolívia, a Oeste. Dentre as onze cidades que estão na Linha Internacional, Ponta Porã e Corumbá são polos regionais econômicos. A primeira faz parte de uma conurbação, ou seja, é urbanamente integrada com a cidade de *Pedro Juan Caballero*, no Paraguai. Já a segunda integra uma semiconurbação com a cidade de *Puerto Quijarro*, ligada por uma rodovia de pouco mais de 13 quilômetros.

Corumbá está localizada a 400 quilômetros de Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul. De acordo com o IBGE (2010), a população residente no município é de 103.703 pessoas, sendo que 1,2% desse total é declaradamente estrangeira ou naturalizada como brasileira. Não há nos dados do IBGE registro de quantos cidadãos, mesmo tendo nascido em território boliviano, possuem registro no Brasil como brasileiros natos. No entanto, sabe-se que a prática de obter registro nos dois países é comum, muitas vezes até com nomes diferentes.

A origem do nome da cidade pode ter raiz na língua tupi-guarani, em que *Curupah* significa lugar distante. No entanto, há outras teorias sobre o surgimento do nome.

Sobre o nome Corumbá, existem algumas indagações. Especula-se que os silvícolas chamavam de CorumUbá, cujo significado é “lugar alto”, ou seja, as barrancas da localidade que impediam a possibilidade de inundação. Outra tradução especulada é “porto seguro”, pela frequência utilizada pelos índios para pescarias e ponto de partida para suas incursões. Outra derivação seria de origem tupi-guarani, através de Curupah (curu = empolado, granuloso; mba ou pah = derivação de etá para abundância). Os guaranis chamavam as aroeiras que existiam em abundância na região de curapah (Mello, 1966). Para Leverger (1862), os indígenas denominavam a face norte da morraria de Albuquerque de serras de Corumbá, numa alusão clara às aroeiras. Nesse sentido, Corumbá, no passado, seria a cidade das aroeiras, mas deixou de ter este apelido em favor de uma espécie exótica: o flamboyant. (COSTA, 2013, p. 73)

O solo rico em calcário deu ao município o apelido de cidade branca. Em busca de ouro, portugueses e espanhóis chegaram à região no século XVI. Segundo Corrêa (1973), o povoado que deu origem a cidade surgiu em 1778, em meio a disputas territoriais. Naquela época, a ocupação do lugar tinha o objetivo de impedir o avanço do exército espanhol, principalmente por estar às margens do Rio Paraguai. A região foi palco de uma das principais batalhas da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, por estar em local estratégico, sendo ocupada pelo exército paraguaio de Solano Lopez.

Em 13 de junho de 1867, de acordo com Azevedo (2000), forças brasileiras vindas de Cuiabá, capital do Mato Grosso uno, e lideradas pelo tenente-coronel Antônio Maria Coelho, retomaram a cidade. Segundo Corrêa (2014), apesar de obter o controle, os brasileiros não foram capazes de ocupar sozinhos as terras e imigrantes continuaram a estabelecer moradia no município, participando da reconstrução e dando continuidade a miscigenação fronteiriça. Corumbá era atrativa e prosperava como um importante porto para a região por ser o único caminho de importação e exportação a ligar os rios Paraguai, Paraná e Prata.

A recuperação de Corumbá esteve ligada aos interesses anteriores a guerra, objetivados pela transformação do Rio Paraguai em corredor de circulação de mercadorias estrangeiras para o interior do continente e no escoamento de produtos extraídos da região. (CORRÊA, 2014, p. 46).

O governo de Mato Grosso, no final do século XIX, ofereceu terras para os imigrantes que viessem para o Estado, à época com 60.417 habitantes, a menor densidade populacional no País, segundo dados do Recenseamento Geral do Império de 1872. (PERARO, 2016, *online*)

Essa história faz de Corumbá uma cidade fronteiriça com características marcantes da cultura boliviana. Ainda hoje Corumbá é um polo regional com atividades ligadas principalmente ao turismo, ao comércio, à indústria e à mineração, sendo considerada a terceira cidade em importância econômica no Estado. (SEBRAE/MS, 2010)

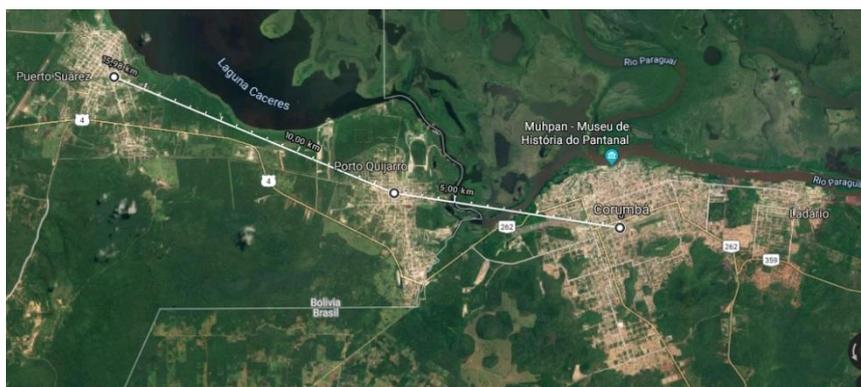
Puerto Quijarro possui aproximadamente 12 mil habitantes¹¹ e está situada na província de *Germán Busch*, no Departamento de Santa Cruz, na margem direita do Rio Paraguai, a cerca de cinco quilômetros de Corumbá. Foi fundada em 1900 por Henry Bolland, um capitão inglês, que adquiriu uma embarcação na região e passou a usar o local como porto¹². O nome da cidade é uma homenagem a Antônio Quijarro, ministro e empresário boliviano que havia garantido os recursos para a aquisição da embarcação.

Nos primeiros anos de criação, o porto não teve grande impacto no comércio local, pois as embarcações preferiam atracar em *Puerto Suárez*, cidade boliviana vizinha. A origem da atual estrutura urbana está ligada à construção da ferrovia entre Brasil e Bolívia. Trabalhadores bolivianos se instalaram no lugar para atuar nas obras e permaneceram para trabalhar na infraestrutura de escoamento de mercadorias. Essa infraestrutura também atraiu empresários e investidores, que passaram a usar com frequência o porto local.

¹¹ Dados de 2001 do *Instituto Nacional de Estadísticas* (INE) apontam que, na Bolívia, a província de *Germán Busch* totalizava uma população de 33.006 habitantes, o município de *Puerto Suárez* possuía 15.209 hab., o segundo município, *Puerto Quijarro*, apresentava 12.903 hab. e o terceiro, Carmen Rivero Torrez, com 4.894 habitantes. (SOTTILI, 2013, p. 229)

¹² Informações obtidas na publicação *Puerto Quijarro – Pasado e presente*, 2011. Disponível em: https://issuu.com/nanchin/docs/puerto_quijarro. Acesso em: 22 fev. de 2019.

Figura 1: Semiconurbação *Puerto Suárez*, *Puerto Quijarro* e *Corumbá*.



Fonte: GOOGLE MAPS

Corumbá e *Puerto Quijarro* possuem juntas cerca de 110 mil habitantes e um ambiente de intensas trocas comerciais e culturais, que abrange ainda relações semelhantes com *Puerto Suárez*, localizada a 15 quilômetros da fronteira, e com população estimada em 20 mil habitantes (SEBRAE/MS, 2010). Existe uma aduana entre Brasil e Bolívia, com fiscalização em ambos os lados, mas o trânsito de pedestres e automóveis é livre. A população boliviana, constantemente e sem qualquer restrição, atravessa a fronteira em busca de trabalho ou para utilizar serviços na área de educação e saúde.

Mesmo existindo distância entre as áreas povoadas dos dois países, existem fortes interações sociais entre bolivianos e brasileiros que habitam a região. Há brasileiros trabalhando na Bolívia e bolivianos trabalhando no Brasil. Há bolivianos estudando no Brasil e brasileiros estudando na Bolívia, e existem famílias formadas por casais dos dois lados da fronteira. (SEBRAE, 2010, p. 210)

Atualmente, estão registrados em Corumbá 69.302 eleitores, divididos em duas zonas eleitorais, segundo informações do Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Com nacionalidade boliviana e naturalizados brasileiros, são contabilizados pela Justiça Eleitoral apenas 196 eleitores, sendo a maioria do sexo feminino (102 mulheres e 94 homens), com ensino fundamental incompleto. O número representa 0,28% do total de eleitores do município. No entanto, a questão da documentação e da nacionalidade nas regiões de fronteira é bastante complexa e torna os números muito flutuantes, podendo ser maiores, porque não há um quantitativo factível de cidadãos que têm documentos nos dois países. Esse assunto será abordado novamente no tópico “Eleitores fronteiriços e as campanhas binacionais”.

Ponta Porã está localizada a 325 quilômetros de Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul. Segundo o IBGE (2010), o município é o quinto mais populoso do Estado com 77.872 habitantes. Desse total, 3,54% são estrangeiros ou naturalizados. Não há registros sobre quantos são os paraguaios que, por terem nascido na fronteira com o Brasil, conseguiram registro de nascimento como brasileiros natos.

A região na qual está localizada a cidade foi povoada por trabalhadores dos campos de erva mate, brasileiros e paraguaios, e descendentes indígenas, principalmente os Nhadevas e Caiuás, que são descendentes dos Guaranis. A presença indígena sempre foi bastante forte neste território, que serviu para represamento de indígenas no período colonial. A região viveu em estado de beligerância, décadas depois, como resultado da Guerra da Trílice Aliança, resultando em conflitos pela posse de terra, além das disputas de interesses externos e internos da Companhia Matte Laranjeira, de coronéis, de posseiros e de bandidos. Um dos mais importantes componentes da fronteira foi a presença da Companhia Matte Laranjeira que, contando com o favorecimento de autoridades estaduais e suas relações com o governo federal, conseguiu vastíssimas extensões para a exploração de ervas nativas. (CORRÊA, 2014, p. 18)

Pedro Juan Caballero e Ponta Porã nasceram praticamente ao mesmo tempo a partir de um povoado chamado *Punta Porá*, em que a principal fonte econômica era a colheita da erva-mate.

Enquanto vilarejo, o “lado brasileiro” era designado pelo mesmo nome da vila existente do “lado paraguaio” e que, como vimos, chamava-se *Punta Porã*. Aconteceu que o “lado paraguaio” acabou recebendo o nome oficial de *Pedro Juan Caballero*, em homenagem a um dos libertadores do Paraguai. Aí os brasileiros aportuguesaram a expressão *Punta Porã* e adotaram, em definitivo, o nome de Ponta Porã. (REIS, 1981, p. 60)

Reis (1981), ao descrever o comerciante Ramão Guilherme Duarte Fernandes, faz uma construção sobre sua personalidade fronteira de pontaporanense. A caracterização pode ser usada para definir o cidadão fronteiro que vive entre Ponta Porã e *Pedro Juan Caballero*.

Homem típico da fronteira Brasil-Paraguai. É paraguaio porque nasceu no Paraguai, filho de paraguaios. É Brasileiro porque se criou no Brasil e se casou com brasileira, tem três filhos brasileiros. É comerciante e industrial no Brasil mas sua maior freguesia vive no Paraguai. Fala meio a meio, numa linguagem típica de fronteiro Brasil-Paraguai. Não sabe a que país adora mais. É internacional. (REIS, 1981, p. 122)

As duas cidades formam uma conurbação e possuem juntas cerca de 170 mil habitantes e uma área de 10,5 mil km² (SEBRAE/MS, 2010, p. 74). A fronteira seca que une – e ao mesmo tempo separa – pode ser atravessada a pé, em vários pontos, sem necessidade de enfrentar qualquer barreira ou aduana. É uma linha de 13 quilômetros com comércio instalado em praticamente toda a sua extensão. Apenas o canteiro central da Avenida Internacional separa os dois países. Não há qualquer tipo de formalidade para ir de um lado ao outro. Qualquer um pode trabalhar, visitar, fazer compras ou realizar atividades diversas entre os dois países.

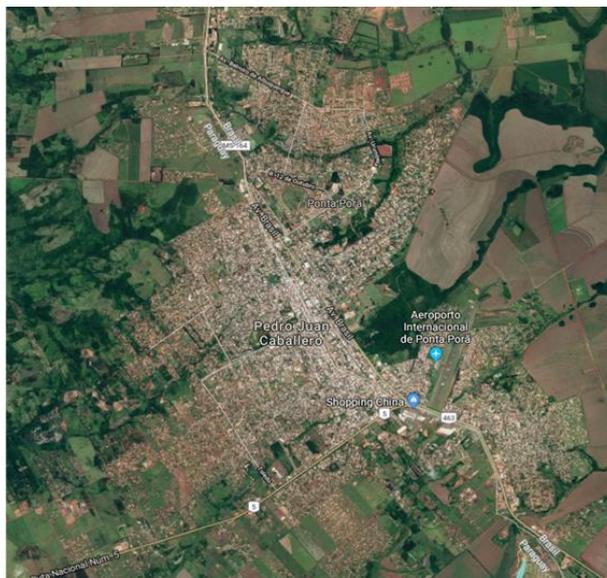
A convivência entre brasileiros e paraguaios, moradores de Ponta Porã e *Pedro Juan Caballero*, é pacífica. Como citado, existem famílias constituídas por casais dos dois países, que moram e transitam em ambas as cidades. As tradições culturais do lado brasileiro sofrem forte influência da cultura paraguaia, como é o caso do hábito de tomar tereré, a produção da renda nhandutí e a música (polca). (SEBRAE, 2010, p. 206)

Portanto, para quem vive na cidade, cruzar a fronteira é o mesmo que ir a outro bairro, no mesmo município, visitar um amigo, conforme ilustra Reis (1981).

Jamais ouvi falar de tamanha amizade entre dois povos como a que existe entre brasileiros e paraguaios, na fronteira do sul de Mato Grosso. A amizade é tão forte que aquele tipo de fronteira foi classificada pela ONU, em 46, em primeiro lugar. Foi apontada como exemplo de fronteira ideal, onde os dois povos não têm noção de que representam dois países e – lembrem-se – dois países que se empenharam numa guerra total durante cinco anos. A guerra foi logo esquecida e brasileiros e paraguaios passaram a ser amigos fraternais. (REIS, 1981, p. 119)

Ponta Porã possui 63.352 mil eleitores registrados, segundo informações do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), divididos em duas zonas eleitorais. Oficialmente com nacionalidade paraguaia, mas com registro de moradia no Brasil, a Justiça Eleitoral contabiliza 1.378 eleitores, sendo a maioria do sexo feminino (867 mulheres e 511 homens), com ensino fundamental incompleto. O número representa 2,18% do total de eleitores do município. No entanto, como afirmado anteriormente, a questão da documentação e da nacionalidade nas regiões de fronteira é bastante complexa. A quantidade de paraguaios aptos a votar é provavelmente bem maior. Dados apresentados pelo SEBRAE/MS (2010, p. 202) sinalizam para um quantitativo de “30% de moradores de *Pedro Juan Caballero*” com dupla nacionalidade¹³ e, portanto, com a possibilidade possuírem título de eleitor brasileiro e não serem identificados como estrangeiros nos registros.

Figura 2: Conurbação formada pelas cidades de *Pedro Juan Caballero* e Ponta Porã.



Fonte: GOOGLE MAPS (2019)

¹³ De acordo com o Portal Consular, do Ministério das Relações Exteriores, os brasileiros podem ter dupla nacionalidade ou múltiplas nacionalidades apenas se a(s) outra(s) nacionalidade(s) decorrer(em) do nascimento em território estrangeiro (nacionalidade originária), de ascendência estrangeira (nacionalidade originária) ou de naturalização por imposição da norma estrangeira (quando o brasileiro é obrigado a se naturalizar em outro país em que esteja residindo ou trabalhando). Disponível em: <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/dupla-nacionalidade>. Acesso em: 16 jul. 2019.

1.2 Processos eleitorais no Brasil: História e participação do estrangeiro

Para entender o processo eleitoral nos municípios e a participação dos estrangeiros nas eleições é necessário um resgate histórico sobre os processos eleitorais brasileiros. A escolha de lideranças pelo voto no Brasil é antiga. Os relatos históricos registram que os portugueses realizavam eleições já no período colonial. No entanto, a cultura eleitoral é extremamente recente na história fronteiriça, principalmente pelas interferências governamentais que, em diferentes períodos, cercearam o direito ao voto ou levavam o eleitor a atender os desígnios de quem detinha o poder financeiro ou político.

Os dados aqui contidos fazem um breve levantamento histórico. Procurou-se seguir uma construção cronológica dos acontecimentos, desde a colonização até os dias atuais. O objetivo é compreender um pouco da escolha brasileira por uma democracia representativa, com eleições em todos os níveis de governo, como se conhece atualmente.

A eleição de lideranças por voto dos cidadãos, de forma direta ou não, era um exercício comum em Portugal. Mesmo sob um regime monárquico, deputados e senadores que auxiliavam o governo imperial eram escolhidos por representantes da população para compor as cortes, convocadas para decidir sobre determinados assuntos do reino. Portanto, o hábito na colônia era uma extensão do que era praticado pelo governante em exercício.

Os colonizadores portugueses mal pisavam o território americano e logo realizavam votações para eleger os que iriam governar as vilas e cidades que fundavam. [...] A primeira eleição de que se tem registro [oficialmente] definiu os membros do Conselho Municipal da Vila de São Vicente – atual São Paulo – em 1532 e ocorreu conforme as determinações das Ordenações do Reino¹⁴. (TSE, 2014, p. 11)

Ainda durante o período colonial, foram realizadas no Brasil as primeiras eleições gerais para deputados integrantes das cortes portuguesas. Na época, só os “homens bons”, grupo formado por nobres de linhagem, senhores de engenho, e membros da alta burocracia militar, além dos homens novos - burgueses enriquecidos pelo comércio - tinham o direito de escolher os administradores das vilas.

Após a declaração da independência, em 1822, Dom Pedro 1º convocou eleições para a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa.

A Decisão nº 57, de 19 de junho de 1822, regulamentou a eleição para a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa, a ser realizada em dois graus: os cidadãos de cada freguesia escolhiam os eleitores de paróquia, que por sua vez escolhiam os deputados. A eleição indireta seria a regra durante quase todo o período imperial, só sendo introduzido o voto direto em 1881, por meio da Lei Saraiva. (TSE, 2014, p. 22)

¹⁴ Leis estabelecidas durante o período de governo de um determinado rei em Portugal.

A primeira lei que previa a participação de estrangeiros nas eleições surgiu em 1824, com a elaboração da Constituição Política do Império Brasileiro, que ao dar forma legal à nacionalidade brasileira, também definia quem eram os estrangeiros e garantia, para aqueles que decidissem permanecer no Brasil, o direito ao voto.

De acordo com a Constituição de 1824, os estrangeiros que fossem naturalizados, independentemente de sua religião, podiam votar na primeira e na segunda instância das eleições, mas não podiam ser eleitos deputados e senadores, além de não poderem “succeder na Corôa do Imperio do Brazil” (TSE, 2014, p. 20)

Na época, podiam votar apenas os homens, maiores de 25 anos, que recebessem salários e soldos. Outras eleições posteriores foram realizadas, com algumas mudanças na legislação. As mais significativas ocorreram a partir da Lei Saraiva, que foi escrita 1881 por Rui Barbosa, personagem que tem participação importante em várias etapas políticas do Brasil. O texto é considerado inovador, pois proibiu o voto dos analfabetos, criou as eleições diretas e o título de eleitor.

A Lei Saraiva (Decreto nº 3.029/1881), publicada em 9 de janeiro de 1881, decorreu dos anseios da sociedade brasileira por mudanças na legislação eleitoral. Um dos principais pontos de inovação foi a introdução do voto direto, reivindicação constante nos jornais, nas ruas e nos debates parlamentares. Além do voto direto, a Lei Saraiva estabeleceu o voto secreto, confiou o alistamento à magistratura e instituiu o título de eleitor, em substituição ao título de qualificação criado em 1875. (TSE, 2014, p. 23)

A Lei Saraiva também autorizava estrangeiros a votar, pois todos aqueles que estivessem no Brasil a partir da promulgação da Constituição do Império eram considerados cidadãos brasileiros, caso não se manifestassem contrariamente.

Sobre as eleições municipais, segundo Ferreira (2005, p. 114), em 1828 a Legislação Imperial instituiu as eleições em um só grau, ou seja, eleição direta nos municípios. Eram eleitos entre sete e nove vereadores, e o mais votado dentre esses era escolhido como Presidente da Câmara, que acumulava as funções de prefeito. Apesar do voto direto, a responsabilidade da elaboração da legislação, nesses casos, era delegada às províncias (que equivalem atualmente aos estados) e municípios, que podiam ou não seguir as leis estabelecidas. A liberdade gerou uma infinidade de soluções legais. “Em decorrência dessa autonomia, houve variação nas regras eleitorais entre os estados, consolidando-se, assim, a descentralização da dinâmica eleitoral” (TSE, 2014, p. 30).

Essa variação significava que os cargos eram simplesmente indicados ou decididos em um acordo entre as oligarquias dominantes da região, o governador do Estado e o governo imperial. Os mais poderosos de cada cidade comandavam os eleitores por meio do voto de cabresto, quando havia eleição, ou simplesmente indicavam funcionários públicos, incluindo juízes e prefeitos.

A Monarquia chegou ao fim em 1889, depois de uma forte campanha nos jornais da época, que tinha como foco desprestigiar o regime, conforme estudou Fernandes (2007), e apresentar a República como a solução dos problemas vividos pelo País.

O regime republicano era apresentado como o “único” capaz de promover as mudanças necessárias ao país que começava a se modernizar, mas os republicanos, definitivamente, não apresentaram estas novas perspectivas. Como havia assinalado Basbaum (1986) e outros estudiosos da história da república, fora a decadência do regime monárquico que não conseguia apresentar novas alternativas para a modernização do país, que provocou a queda do antigo regime. (FERNANDES, 2007, p. 2013)

Com um novo regime, mas com as velhas práticas mantidas, surgiu o Coronelismo que se perpetuou no período histórico conhecido como Primeira República e foi reforçado pelo estabelecimento da Política dos Governadores, que entregava a organização municipal às oligarquias.

Na República, os governos estaduais passaram a ser eleitos diretamente e, assim, as oligarquias estaduais estabeleceram alianças com os coronéis, que lhes davam apoio eleitoral em troca do controle dos municípios. Por sua vez, a Política dos Governadores estabelecida por Campos Salles em 1900 baseava-se na troca de apoio entre o governo federal e as facções dominantes nos estados, reconhecendo-se as oligarquias estaduais como os sujeitos privilegiados para as alianças em nível federal. (KOERNER, 1994, p. 61)

O IBGE, em um estudo realizado em 2006, apontou que essa política de indicações ofuscou a memória da história eleitoral nos municípios. Os dados são apenas a respeito da quantificação de eleitores, provavelmente valorizada por medir o tamanho do curral eleitoral de cada oligarquia.

As estatísticas referentes à participação política são relativamente limitadas, especialmente se considerarmos a riqueza das informações sobre a estrutura socioeconômica e demográfica. Contidos em 450 tabelas espalhadas em torno de 350 páginas, os dados eleitorais brasileiros publicados nos anuários podem ser divididos em duas grandes fases: antes e depois da criação da Justiça Eleitoral. O primeiro Anuário Estatístico do Brasil a conter informações eleitorais, publicado em 1916, não registra a fonte sobre a qual fora feita a coleta dos números. Não é preciso investigação aprofundada para concluir que as informações foram repassadas pela Assembleia Legislativa de cada estado, órgão responsável pela contabilização dos votos e declaração dos resultados. Em 1947, ano em que o anuário volta a fornecer estatísticas eleitorais, a fonte dos números publicados passa a ser a Secretaria do Superior Tribunal Eleitoral. E é a partir deste momento, também, que os dados disponíveis passam a fazer referência sistemática aos resultados dos pleitos e não somente a taxas de comparecimento eleitoral. [...] Os dados eleitorais publicados pelo IBGE só alcançam maturidade a partir do Anuário Estatístico do Brasil 1995, quando informações mais minuciosas, atingindo o nível municipal, são fornecidas (IBGE, 2006, p. 289)

Nesse período, em seus discursos parlamentares no Senado Federal, Rui Barbosa defendeu a ideia de participação dos estrangeiros como eleitores nos pleitos municipais ao afirmar que “o voto do estrangeiro é uma medida civilizadora, destinada a promover nos centros onde ele se estabelece o desenvolvimento de atividade, tão escasso, em países como o

nosso” (Barbosa, 1900, p. 146). A ideia era recorrente na política nacional à época e, em 1904, a Lei Rosa e Silva – primeira lei eleitoral promulgada no século XX – contemplou o direito ao voto para os estrangeiros “Que possuírem bens immoveis no Brazil, e forem casados com brasileiras, contanto que resida no Brazil”.¹⁵

A respeito das campanhas eleitorais da Primeira República, a disputa presidencial de 1910, na qual Rui Barbosa concorreu à presidência, foi um momento único na história do País. As eleições brasileiras, após a proclamação da República, eram definidas entre as oligarquias mineira e paulista, no que ficou conhecida como a Política Café com Leite. Barbosa desafiou o *status-quo* e enfrentou o Congresso – que escolhia o candidato e também fazia a apuração dos votos após o pleito – no que ficou conhecido como a Campanha Civilista. Ueócka (2004) classifica essa campanha como a primeira realizada em solo brasileiro na qual um candidato saiu, realmente, em busca de votos, seguindo padrão até então visto apenas nos Estados Unidos.

Rui Barbosa saiu pelo país durante sua excursão eleitoral, galvanizando com sua retórica inflamada a opinião pública e levando, pela primeira vez na nossa história, a idéia da necessidade da participação do eleitor no processo político-partidário, mobilizando a imprensa a seu favor associada à estratégia de se elaborar uma intensa propaganda política partidária, fenômeno desconhecido no país. (UEÓCKA, 2004, p. 38)

Rui Barbosa realizou a primeira campanha eleitoral nos moldes modernos, percorrendo cidades em busca de eleitores, realizando reuniões com eleitores e discursos em praças públicas, a semelhança de comícios, tudo isso “concomitante à estratégia de utilizar a imprensa como um canal de materialização [com textos e fotos] da campanha nas ruas”. (UEÓCKA, 2004, p. 266)

Durante a Era Vargas, os poderes legislativos federais, estaduais e municipais foram extintos. Iniciado a partir da revolução 1930, o período abrange os três governos de Getúlio Vargas: Provisório (1930-1934), Constitucional (1934-1937) e Estado Novo (1937-1945). A legislação eleitoral sofreu inúmeras mudanças na época, assim como a Constituição Brasileira, que teve duas versões (1932 e 1937).

Em 1932, a Justiça Eleitoral é criada para se tornar a “única responsável por todo o processo eleitoral” e traz avanços importantes, garantindo, por exemplo, direito de voto às mulheres. Na questão dos estrangeiros, a legislação fica mais clara e estabelece que apenas aqueles naturalizados poderiam exercer o direito ao voto. (TSE, 2014, p. 36). A política de descentralização e a multiplicidade de soluções legislativas sobre as eleições estaduais e municipais se manteve.

Em alguns estados havia eleição para o chefe do Executivo (o nome variava de acordo com o estado: prefeito, intendente, superintendente, agente do executivo) de

¹⁵ Preservada a grafia das palavras como constam no texto original.

todos os municípios. Em Minas Gerais (entre 1903-30) e no Rio de Janeiro (até 1920), o presidente da Câmara era responsável pela função executiva. Em alguns estados (Ceará e Paraíba) todos os prefeitos eram indicados pelo governador. Em outros, havia indicação para os prefeitos das capitais, estâncias hidrominerais e cidades com obras e serviços de responsabilidade do estado. (BARREIROS NETO, 2019, *online*).

Já em 1937, sob o pretexto de uma possível revolução comunista, uma nova Constituição entra em vigor. No âmbito eleitoral, são suspensas as eleições estaduais e municipais, a Justiça Eleitoral foi extinta, e todos os cargos políticos passaram a ser indicados pelo presidente.

Em 10 de novembro de 1937, sustentado por setores sociais conservadores, Getúlio Vargas anuncia, pelo rádio, a Nova Ordem do país. Outorgada nesse mesmo dia, a Polaca, como ficou conhecida a Constituição de 1937, extinguiu a Justiça Eleitoral, aboliu os partidos políticos existentes, suspendeu as eleições livres e estabeleceu eleição indireta para presidente da República, com mandato de seis anos. Durante o período de 1937 a 1945, conhecido como Estado Novo, não houve eleições no Brasil. As casas legislativas foram dissolvidas e a ditadura governou com interventores nos estados. (TSE, 2014, p. 39)

Os interventores eram responsáveis por indicar os prefeitos. Por conta disso, entre 1945 e 1947, os dados eleitorais históricos são confusos.

Os dados não eram confiáveis porque as instituições também não o eram, e eram incompletos porque não existia uma cultura em nosso País favorável à coleta sistemática e detalhada de informações que dissessem respeito ao nosso comportamento político. (IBGE, 2006, p. 299)

Com o fim do Estado Novo – e da Era Vargas - começa o período conhecido como República Democrática. Um novo Código Eleitoral entra em vigor, a Justiça Eleitoral é reinstalada e é regulamentada a criação de partidos políticos, que passam a ser responsáveis pela indicação de candidatos. A Lei Agamenon, como ficou conhecido o novo código, também dá início à era das campanhas eleitorais.

A exclusividade dos partidos políticos na apresentação das candidaturas, somada à obrigatoriedade do voto em sufrágio universal, levou ao estabelecimento de novas relações entre candidatos e eleitores. Antes limitada ao convencimento de uma restrita parcela da população que detinha direito ao voto, as campanhas passaram a ganhar, nesse período, cada vez mais importância. Isso ocorreu num cenário em que, por um lado, o eleitorado se ampliava para incluir novos atores sociais e, por outro, os partidos políticos se defrontavam com a necessidade de convencer os eleitores. Abriu-se então um leque de novas práticas relacionadas a essas necessidades. Por exemplo, os panfletos de manifestos políticos passaram a ser panfletos de propaganda, os comícios microfônados se tornaram parte do cenário urbano, os candidatos começaram a distribuir apertos de mão e sorrisos. Nesse aspecto, nota-se uma preocupação cada vez maior dos candidatos com suas imagens. (TSE, 2014, p. 43)

Os mandatos dos prefeitos que chegaram ao poder na Era Vargas continuaram até 1947, quando ocorrem eleições diretas para executivo e legislativo municipais. Após 1950, as eleições municipais começam a ocorrer em todos os municípios do país. Essa fase

democrática dura até 1964, quando o golpe militar muda o quadro político no País. [Informações com base no site <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores>]

O Regime Militar extingue os partidos políticos, cassa prefeitos, vereadores e deputados estaduais contrários ao regime, decreta o fechamento do Congresso Nacional e inicia uma fase em que as eleições, quando ocorreram, foram para legitimar a força do Arena – partido criado para apoiar a ditadura militar. Os prefeitos voltaram a ser escolhidos indiretamente nas capitais, instâncias hidrominerais e regiões de segurança nacional.

Governadores nomeados pelo general-presidente da vez e as Assembleias Legislativas estaduais se tornam responsáveis por essas indicações, quase sempre realizados por meio de barganhas e para atender a ditadura ou as oligarquias dominantes de cada região, novamente repetindo a prática verificada no Império e na Primeira República. Em Mato Grosso do Sul, não foi diferente, conforme relata a historiadora Marisa Bittar.

Na época da ditadura, a autonomia dos municípios era praticamente nula: tudo passava pelos acordos e correlação de forças estabelecidas na Assembleia Legislativa, a qual, por sua vez, estava sempre alinhada ao Executivo, e, por consequência, ao partido da ditadura, a Arena. Além do mais, desde o estabelecimento de eleições indiretas para governadores, prefeitos de capitais e áreas consideradas de segurança nacional, reduziu-se o número de prefeitos eleitos. No caso de Mato Grosso do Sul, estado fronteiriço com dois países, isso era particularmente acentuado, de modo a não haver eleições em treze municípios declarados de segurança nacional. Eram eles: Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Bela Vista, Caracol, Corumbá, Eldorado, Iguatemi, Ladário, Mundo Novo, Ponta Porã, Porto Murtinho, Três Lagoas. (BITTAR, 2009, p. 159)

Nos municípios não incluídos nas regiões de restrição ocorriam eleições para prefeito e vereadores. Também ocorriam eleições para o Congresso Nacional. Apesar disso, a legitimidade dessas eleições, como já foi dito, por terem sido realizadas durante um regime ditatorial, merece questionamento.

Durante o Regime Militar foram realizadas, para todos os cargos, eleições diretas e indiretas, conforme as hipóteses legais. A existência de eleições durante esse período – especialmente para o Congresso Nacional – tinha uma dupla função: legitimar as decisões do governo, já que, pelo menos formalmente, existia oposição; e servir como uma espécie de laboratório eleitoral, no qual a população podia exercer – controladamente – o direito de votar. (TSE, 2014, p. 49).

A partir de 1974 começa uma abertura, definida pelo governo à época como “lenta, gradual e segura”. É o início da redemocratização. Apesar disso, a propaganda eleitoral sofre duras restrições para beneficiar o partido da ditadura nas eleições de 1976, contra o MDB.

A Lei nº 6.339, de 1º de julho de 1976, barrou o acesso dos candidatos ao rádio e televisão. Os partidos só poderiam apresentar o nome, número, currículo dos candidatos e uma fotografia, no caso da TV. (TSE, 2014, p. 55)

A vitória arenista em 1976 foi obtida graças ao artifício da Lei Falcão, editada naquele ano, que transformou a propaganda eleitoral num desfile enfadonho de currículos e fotografias dos candidatos. Como ocorria desde 1972, nas capitais e em 142 municípios considerados “de segurança nacional” houve eleições apenas para

vereador. Mais de 7 milhões de eleitores (um quarto do total na época) estavam proibidos de votar para prefeito. (MEMORIAL DA DEMOCRACIA, 2017)

Em 1984, já como resultado de uma intensa pressão social por eleições diretas, com a campanha que ficou conhecida como Diretas Já, a ditadura retira alguns municípios das áreas de segurança, permitindo eleições.

Em 19 de dezembro de 1984, o presidente João Figueiredo, por meio do decreto-lei nº 2.183, retirou 74 municípios da lista das áreas de interesse nacional. Assim, segundo a lei nº 7.136 de 27 de outubro de 1983, seis meses após a publicação da descaracterização ocorreriam novas eleições. Mas a lei também previa que, se a data do pleito fosse marcada para um período inferior a nove meses do término do mandato do prefeito nomeado, as eleições deveriam ocorrer juntamente com as dos demais municípios. [...] As eleições diretas para esses municípios ocorreram em 15 de novembro de 1985, já sob o governo de José Sarney, o primeiro presidente civil após a redemocratização do país. Estavam aptos a votar 18,5 milhões de pessoas, em 201 municípios, sendo 25 capitais. (AZEVEDO, 2016)

É o caso de Ponta Porã e Corumbá, que terão suas primeiras eleições pós-ditadura em 1985, como será explicado mais a frente. Sob o governo Sarney, em 1986, são eleitos os congressistas constituintes que redigem a Constituição de 1988, conhecida como a constituição cidadã.

Ficou decidido que o presidente, governadores e prefeitos das cidades com mais de 200 mil eleitores fossem eleitos por maioria absoluta ou em dois turnos. O mandato presidencial seria de cinco anos, sem possibilidade de reeleição. E o voto tornou-se obrigatório para os maiores de 18 anos e facultativos para idosos acima de 70 anos e jovens de 16 e 17 anos. Emendas constitucionais reduziram o mandato presidencial para quatro anos, mas passaram a permitir a reeleição dos chefes do Executivo para um período subsequente. (BRASIL, 2016, *online*)

Em 1989, são realizadas as primeiras eleições diretas para presidente da República. Um marco histórico. A partir de então todos os cargos políticos do País passam a ser escolhidos por voto direto.

De acordo com o exposto, os processos eleitorais no Brasil – quando existiram – sempre tiveram as regras ditadas para beneficiar quem já estava no poder. Na maior parte da história, os eleitores eram escolhidos a dedo entre a camada privilegiada da população. Durante a democracia na Primeira República, o voto de cabresto, em candidatos impostos por oligarquias locais, era a regra. Nos municípios, em grande parte da história, as populações não tinham o direito de escolher seus governantes.

Além disso, nos períodos ditatoriais, as populações de fronteira foram as mais vitimadas, talvez julgadas incapazes de escolher seus governantes, em nome da segurança nacional. Sobre a participação dos estrangeiros nas eleições, as mudanças legislativas, ao longo de toda história, hora aproximavam essas pessoas das decisões de votação, hora afastavam. Essa questão, especificamente no período democrático estabelecido a partir de

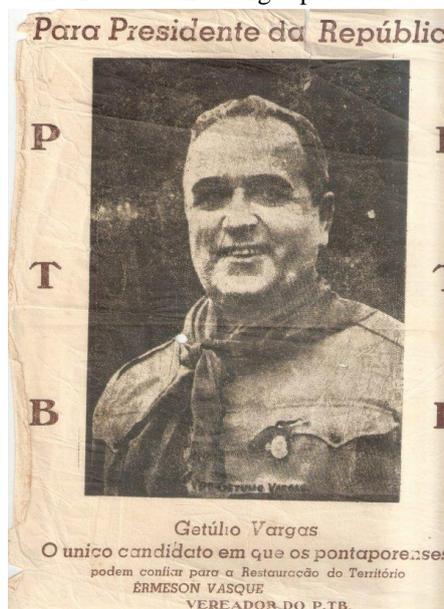
1989, será vista mais a frente, pois a legislação pertinente é, com poucas mudanças, a que rege o tema até os dias atuais.

1.2.1 A História Eleitoral das cidades de Fronteira: Corumbá e Ponta Porã

As eleições na fronteira são um processo democrático recente. Ao analisar a história eleitoral brasileira, repleta de cerceamentos ao direito de voto, das mais variadas formas, é possível perceber que as populações fronteiriças foram as mais prejudicadas por estarem em regiões distantes dos centros de decisão da nação, consideradas como áreas frágeis – que necessitam mais de segurança do que outras – e sujeitas a intervenções externas ao território.

A pesquisa faz um levantamento histórico sobre as eleições nos municípios de Ponta Porã e Corumbá. Os registros sobre a propaganda eleitoral nos períodos que antecedem 1989, mesmo na Primeira República e após o fim do Estado Novo, são escassos e se referem ao material das eleições presidenciais. Servem apenas para dar uma ideia de como era a propaganda, quando ocorria. Um exemplo é a imagem da campanha de Getúlio Vargas à presidência da República, na eleição de 1950, quando foram feitos cartazes específicos para o município de Ponta Porã.

Figura 3: Cartaz de Getúlio Vargas para eleitores de Ponta Porã.



Fonte: Jornal Ponta Porã Informa.¹⁶

¹⁶ Arquivo de Almiro Pinto Sobrinho. Museu José Alves Cavalheiro, Amambai/MS. Panfleto de propaganda da campanha de Vargas de 1950. Disponível em: <https://www.pontaporainforma.com.br/noticias/ponta-pora/ponta-pora-linha-do-tempo-fatos-historicos-politico-da-regiao-fronteirica>. Acesso: 25 mar. 2019.

O povoado de Albuquerque, que deu origem a Corumbá, surgiu em 1778 e se tornou município em 1862. Ponta Porã, apesar de existirem registros de ocupação desde 1872, só se tornou município em 1912. Ambas devem sua criação à necessidade dos governos de defender território, proteger riquezas naturais locais (terras férteis, rios navegáveis, jazidas de minério, por exemplo) e manter zonas de comércio com os países vizinhos.

Para fins de organização da leitura, será descrita a história das cidades separadamente em um primeiro momento. Na sequência, a história das duas cidades é retomada a partir de 1964, período em que se inicia a ditadura militar, quando as duas histórias se encontram em acontecimentos paralelos. Está disponibilizada neste trabalho uma tabela com os nomes de todos os gestores e prefeitos que foi possível localizar nas duas cidades (ver Apêndice I).

A cidade de Corumbá viveu um processo de crescimento incentivado pela facilidade de navegação e, durante muito tempo, foi considerada uma das cidades mais importantes do antigo Mato Grosso, rivalizando diretamente com Cuiabá, a capital. Criada em 1778, há registros de seus comandantes locais na época colonial, 12 ao todo, sendo o primeiro Marcelino Roiz Camponês (CORRÊA, 1973).

No período imperial, na década de 1870, a então Vila de Santa Cruz de Corumbá passou por um período de restauração urbana, após a Guerra do Paraguai contra Tríplice Aliança. É nesse contexto, mais especificamente em 1872, que surge a Câmara Municipal.

De 1872, quando a Câmara foi instalada, até fevereiro de 1890, momento em que ela foi extinta para a formação do Conselho de Intendência Municipal, existiram seis formações camarárias: 1ª) 1872-[1873] (que instalou a Câmara Municipal); 2ª) 1873[1874]-1876; 3ª) 1877-1880; 4ª) 1881-1882; 5ª) 1883-1886; 6ª) 1887-1890. Destas formações, três permaneceram por um quadriênio. (SENA, 2017, p. 75)

A maioria dos primeiros vereadores de Corumbá que estiveram na composição de 1872 (que se estendeu até 1873) e de 1873(1874) a 1876, estava na região Sul antes da Guerra e/ou eram naturais da província, pois para chegar à administração eram necessários dois anos de domicílio no termo como a lei exigia. (SENA, 2017, p. 106)

Os parlamentares eram escolhidos por meio de eleições. Conforme já descrito anteriormente, os pleitos no período imperial eram marcados por fraudes, clientelismo, disputa entre facções com interesses financeiros diversos no município. Segundo Sena (2017), os pleitos movimentavam o perímetro urbano da cidade e também tinham as características comuns à época.

Votantes de outros distritos e de ambientes rurais seguiam para a sede do município para votarem, muitas vezes acompanhados de familiares, aliados, empregados e escravos, o que agitava o comércio local, as ruas e as residências particulares que hospedavam ou recebiam, em visitação, parentes, aliados e amigos. Além das eleições para a Câmara Municipal e o Juizado de Paz, ocorriam eleições para eleger deputados provinciais, deputados gerais ou para repor a vaga de um senador falecido, pois o cargo era vitalício. Richard Graham afirma terem as comunidades no

século XIX se ocupado com eleições durante boa parte do tempo, situação esta verificada em Corumbá. (SENA, 2017, p. 71)

A primeira eleição de Corumbá, e a que ocorreu em São José do Caí e em Miranda evidenciam como os momentos de escolhas das autoridades municipais eram circunscritos por relações de poder, conflitos e fraudes que tinham à frente membros das elites locais interessados em participar e decidir sobre os destinos da área onde eles residiam, possuíam investimentos e articulações. (SENA, 2017, p. 85)

Naquele período, não existia o órgão ‘prefeitura’ como se conhece atualmente. A administração municipal ficava a cargo da Câmara, que elaborava as posturas. Segundo Sena (2017), esses textos eram “um mecanismo de organização do município e um instrumento do exercício de poder dos vereadores”.

A Câmara Municipal passou a ser o órgão responsável pela administração de Corumbá. Não existia naquele momento o executivo municipal como hoje conhecemos representado pela prefeitura, com o prefeito e funcionários. Às câmaras competiam, conforme a Lei de 1º de outubro de 1828, os governos econômico e policial. O governo econômico se referia à administração municipal, isto é, — a direção ou vigilância dos serviços relacionados ao benefício comum, à comodidade material, à salubridade pública, à segurança de todos e à elegância dos povoados. Portanto, às câmaras cabiam deliberar, prover, elaborar e agir de forma efetiva em prol dos interesses municipais. (SENA, 2017, p. 58)

Na atuação política, a administração municipal era norteada por questões que envolviam interesses privados dos vereadores e de pessoas ligadas a eles.

A Câmara Municipal de Corumbá, no período imperial, foi ocupada por homens das elites políticas que possuíam entre si ligações intra e extrafamiliares. No cargo de vereança, eles atuavam eventualmente em prol dos seus interesses e daqueles com que estivessem vinculados por diferentes formas de proximidade. Agiam estrategicamente com seus familiares, amigos e aliados para conquistarem seus objetivos por meio de práticas — legais ou — ilegais. A transposição de interesses particulares na administração pública permitiu a esses indivíduos ampliarem e fortalecerem as relações e os exercícios de poderes no município. (SENA, 2017, p. 264)

A participação de estrangeiros na vida política de Corumbá pode ser notada na proximidade dos parlamentares com pessoas de outras nacionalidades. Dados apresentados por Sena (2017), com o objetivo de mostrar as relações de compadrio entre os vereadores, também mostram a relação dos parlamentares com pessoas de outros países. As informações obtidas em livros de registros de casamento, livros de assentos de batismos, dentre outros documentos que registraram a história dos cidadãos de Corumbá, mostram “naturalidades/nacionalidades de pessoas livres ligadas por laços de batismo e matrimônio (1869-1890) a homens que ocuparam a vereança”. (SENA, 2017, p. 322)

A tabela construída pelo autor traz cinco matrimônios e apadrinhamentos envolvendo pessoas de origem boliviana e de mais quarenta envolvendo pessoas de origem paraguaia, relacionados aos vereadores da época. O dado é importante para demonstrar a imbricação

cultural desde o tempo do Império, além de revelar que muitos estrangeiros estavam bastante próximos aos vereadores da época, portanto com ligações na política local.

Além dos inúmeros e distintos sentimentos que poderiam estar envolvidos na escolha de padrinhos e na aceitação de ser compadre de outrem, os batismos poderiam ser utilizados estrategicamente por homens das elites políticas de Corumbá. E, nesse contexto, quando falo de estratégia, estou entendendo que a escolha ou a aceitação de uma pessoa e não outra para ser compadre/comadre está relacionada a uma racionalidade empregada para atingir um ou vários objetivos previamente traçados, que poderiam ser imediatos e/ou em médio e longo prazo. O compadrio, como um efeito do sacramento do batismo, é aqui entendido como elemento importante no processo de formação e de reforço de alianças pessoais e políticas entre homens das elites políticas de Corumbá. (SENA, 2017, p. 178)

No período da Primeira República, que abrange de 1889 a 1930, quando os gestores municipais passam a ser chamados de intendentess em algumas regiões do País, o material encontrado nesta pesquisa comprova a reprodução na cidade da Política dos Governadores, que em troca de apoio eleitoral, cediam os governos locais às facções dominantes. Souza (2005), que estudou jornais antigos de Corumbá, buscando mostrar o desejo de integração local à civilização no fim do século XIX, relatou as disputas oligárquicas pelo poder.

Identifiquei, na imprensa corumbaense, freqüentes disputas políticas locais, como a de um grupo jacobino em 1897; trocas de acusações de vereadores e Intendente, vinculados a diferentes partidos; disputas entre oligarquias adversárias. (SOUZA, 2005, p. 6)

Talvez por isso os períodos de permanência no poder local durante a República, e os nomes de quem ocupava a administração municipal, variem tanto, e de forma aparentemente desordenada, conforme registra a lista histórica de prefeitos elaborada por Corrêa (1973). Até 1930, há mandatos de um, dois ou três anos, alguns sobrepostos. Durante o Estado Novo (1930 a 1945), período no qual os administradores municipais eram indicados pelo presidente da República, o mesmo material registra cinco interventores em apenas dois anos (1930 e 1931) e a nomeação, sem eleições obviamente, de 11 prefeitos diferentes entre 1931 e 1945.

Uma curiosidade do período está nos textos escritos por Rui Barbosa, que, em extenso relatório que compõe parte de suas obras, denunciou fraudes nas campanhas eleitorais presidenciais das quais participou (ele foi candidato em 1894, 1905, 1910 e 1919). Nesse contexto, referindo-se a campanha civilista de 1910, o autor dá a dimensão da importância de Corumbá no cenário nacional eleitoral à época.

Até em Mato Grosso, onde militavam contra nós a Igreja e o Estado, o bispo e o governador encarnados numa só pessoa, juntamente com os partidos locais, a verdadeira capital do Estado, Corumbá, a mais popular das suas cidades, centro da sua vida econômica, empório comercial daquelas regiões, foco da sua riqueza e atividade, nos deu a vitória, com 272 sufrágios, sobre a candidatura adversa, que recebeu apenas 233. (BARBOSA, 1919, p. 216)

A partir de 1945, quando começa o segundo período republicano brasileiro, voltam a acontecer eleições, estabelecem-se os partidos políticos e Corumbá vive uma efervescência política interessante. Importante registro daquela época foi feito por Saboya Filho (2004), que estudou as eleições realizadas em Corumbá no período de 1945 a 1964. O autor explica que no período existiu uma hegemonia entre o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN), ameaçada posteriormente pelo Partido Social Progressista (PSP), pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), que, em certos momentos, agregaram dissidentes e trouxeram novas lideranças ao cenário político.

A multiplicidade de partidos localmente, segundo o autor, mostra que, apesar de ideologias e posturas diferentes, “no caos do Mato Grosso”, as decisões partidárias – criação de siglas, filiações e alianças – se davam mais por questões pessoais e de interesse econômico do que por ideologia, com políticos trocando de lado de acordo com as conveniências, as rivalidades e para atender ao clientelismo (SABOYA FILHO, 2004, p. 75 e 82).

Para exemplificar essa política construída por meio de interesses pessoais, é necessário conhecer um pouco de cada partido e suas lideranças. A UDN, formada nacionalmente por rivais à ditadura de Vargas, era liderada pelo governador Vespasiano Martins em Mato Grosso, tendo em Corumbá uma composição heterogênea internamente, aglutinando desde contestadores do governo federal a lideranças que aspiravam à divisão do Estado (SABOYA FILHO, 2004).

Já o PSD formado em Corumbá no período era fruto da “máquina estatal” implantada por Vargas “desde o Estado Novo em todo o País”. O partido governou o município durante vários anos, tendo Arthur Marinho como prefeito indicado e sendo liderado pelos irmãos Filinto e Júlio Müller (SABOYA FILHO, 2004, p. 85). Para permanecer no poder, a legenda usava a estrutura administrativa municipal, como relata Saboya Filho, ao explicar que “As eleições de 1945 em Corumbá foram marcadas pelo claro uso da máquina administrativa do PSD, várias vezes denunciadas pela UDN, no *Jornal O Momento*” (SABOYA FILHO, 2007, p. 95).

O PCB aparece nas eleições de 1945 e conquista 24,93% dos votos. Uma curiosidade é que um dos fundadores do partido foi o poeta Manoel de Barros, que relatou sua visão sobre o partido à época. “O PCB na época em Corumbá tinha muitos membros e simpatizantes, embora meio grosseiros de raciocínio, de difícil compreensão e leitura etc.” (BARROS, 1999, apud SABOYA FILHO, 2004, p. 87).

Saboya Filho (2004) cita o PTB como partido presente no contexto do período, mas com participação fraca eleitoralmente, pelo menos até 1950. Naquele ano, a sigla elegeu um senador por Mato Grosso, Vicente Bezerra Neto, que então funda o partido em Corumbá e mais tarde disputa a prefeitura. O autor ainda relata a criação do PSP, que surge com grande força em 1953, com Octacílio Faustino da Silva (ex-UDN), que concorre à prefeitura e provoca a união de UDN, PSD e PTB para tentar, em vão, evitar sua eleição naquele ano. Também é relatada uma aliança entre UDN e PCB em 1947 na tentativa de derrotar os irmãos Müller.

Saboya Filho (2004) esclarece que no período republicano, após a ditadura Vargas, as conveniências políticas e os interesses pessoais, assim como nas eleições do período Imperial, ditaram as regras políticas em Corumbá.

Nas suas práticas políticas pode-se constatar que: 1º ao contrário de outras regiões, não houve durante todo o tempo estudado, a hegemonia binária PSD e UDN, como em outras regiões de Mato Grosso. 2º Houve uma fragmentação política maior que o resto do Estado, o que resultou em um terceiro aspecto: a ascensão de pequenos partidos, principalmente a partir da década de cinquenta, disputando o poder, com os grandes partidos, e suplantando-os em diversos níveis, principalmente no poder executivo municipal e, também, na câmara estadual. Está claro que o processo de ascensão dos pequenos partidos ao poder, era apenas uma questão de tempo, e pouco tempo, processo esse que foi abortado subitamente pelo golpe de 1964. Isto trouxe terríveis consequências para Corumbá, no que tange ao desenvolvimento democrático das práticas políticas e, do desenvolvimento econômico. (SABOYA FILHO, 2004, p. 158)

Sobre as campanhas eleitorais em si, Saboya Filho (2004, p. 84) registra que em Corumbá, motoristas de taxi tinham papel importante, transportando eleitores, “o que facilitava em boa medida as típicas políticas clientelistas”. Além disso, o autor revela que havia dificuldade dos candidatos corumbaenses para os cargos de senador, deputados federais e estaduais em conseguir obter votos fora do município (Idem, 2004, p. 114) e que Corumbá não era indiferente às ideias divisionistas que permeavam o Estado na época (Ibidem, 2004, p. 102), tomando posições em relação aos assuntos políticos sem pensar nas diferenças entre Sul e Norte de Mato Grosso.

Outra informação importante trazida por Saboya Filho (2004, p. 103 e p. 116) é a de que as forças econômicas locais (notadamente os setores siderúrgico e agropecuário) duelavam na política apoiando candidatos. Não é clara a relação desse apoio com as campanhas eleitorais, no entanto, é possível inferir que empresas e fazendeiros financiavam as candidaturas para atender a interesses próprios. Não foram encontrados na tese registros sobre a participação de estrangeiros nas eleições ou nos poderes políticos locais, embora seja destacada a importância econômica e social das relações entre Brasil e Bolívia para o desenvolvimento de Corumbá. O próximo período histórico abrange a ditadura militar e a

retomada da democracia. Ambos serão vistos mais à frente nesta dissertação, após ser abordada a história política de Ponta Porã.

Os trabalhos sobre a região de Ponta Porã, no que se refere à política, estão, em sua maioria, centrados na descrição do poder de atuação da Mate Laranjeira, na Marcha para o Oeste e na criação do Território Federal de Ponta Porã. Esta pesquisa não encontrou dados mais aprofundados sobre a história eleitoral da cidade na questão da escolha dos administradores municipais. Para buscar um entendimento sobre o tema, tentou-se então elaborar uma construção histórica em paralelo com a história das eleições nacionais. Importante destacar que a carência de informações abre uma oportunidade para investigações futuras.

A região de Ponta Porã começou a ser povoada dois anos após a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870). Mas, distante dos centros de poder, o local não recebia atenção dos governos instituídos.

A ausência de aparato para estabelecer os marcos do estado brasileiro na região de fronteira, com a presença efetiva de suas instituições, tais como quartéis, escolas, igrejas, era reforçada em grande parte pela falta, também, de uma política de desenvolvimento sócio-econômico a ser desempenhada tanto pelo governo estadual como pelo governo federal. (CORRÊA, 2014, p. 117)

Diante do problema da distância, o governo imperial facilita o surgimento de um personagem fundamental no desenvolvimento de Mato Grosso: a empresa Mate¹⁷ Laranjeira, que já surge auxiliada por políticos da época que facilitaram a implantação da empresa.

O primeiro contrato para a exploração dos ervais nativos foi feito em 1882 entre o Império e Tomás Laranjeira, pelo prazo de 30 anos, prorrogáveis por mais 10, abrangendo extensa área do sul da então província. (GUIMARÃES, 1992, p. 47)

Thomaz Laranjeira tinha amigos influentes tanto nas esferas federais quanto estaduais, entre eles Joaquim Murtinho e o General Antonio Maria Coelho, primeiro governador nomeado para Mato Grosso, após a instauração da República. (BIANCHINI, 2000, p. 88). Foi por meio dessa amizade, inclusive, que Thomaz Laranjeira teria obtido do governo federal, através do decreto-lei nº 520 de 23/06/1890, direitos exclusivos sobre a exploração de uma vasta área que abrangia quase toda a região ervateira do estado, fato que afastava outros possíveis concorrentes. (SANTOS, C., 2016, p. 49)

Segundo Guimarães (1992), a empresa que “crescia e paralelamente, tomava as rédeas de mando da região”, assumiu o papel de estado, delimitando áreas, controlando o território.

Com o crescimento da empresa, adotando organização própria, adequada para enfrentar o agreste da exploração em terras desconhecidas, onde só o índio era encontrado, de par com o operário rude, como era o paraguaio vindo de seu país devastado pela guerra, criou-se um regime quase feudal – ou feudal mesmo – de administração, onde apenas a empresa tinha o domínio da coisa pública – a polícia, a

¹⁷ O nome da empresa é encontrado com duas grafias nos textos pesquisados “Mate Laranjeira” ou “Matte Laranjeira”. Optou-se pela versão com um único “t” e “j” nos textos desta pesquisa e manteve-se o “tt” e o “g” nas citações que trazem as palavras com essa grafia no original.

saúde, o transporte, o meio de comunicação, enfim, era um estado dentro de um estado. (GUIMARÃES, 1992, p. 48)

Corrêa (2014) também descreveu o poder da empresa e sobre como ela foi importante para o desenvolvimento do Sul de Mato Grosso à época, chegando a lugares em que o governo não tinha condições de atuar no período Imperial e no início da República.

Enfim, essa terra de ninguém, que de fato era uma fronteira guaranizada, manteve-se integrante do território brasileiro pelas atividades da Mate Laranjeira e pela atuação guerreira de pioneiros da fronteira, em especial, os migrantes gaúchos. De forma contraditória, o que mais se notava na fronteira era a falta de representações de brasilidade de sua população ou, como registraram autoridades e viajantes da época, a ausência de um sentimento nacionalista na região. A ausência de aparato para estabelecer os marcos do estado brasileiro na região de fronteira, com a presença efetiva de suas instituições, tais como quartéis, escolas, igrejas, era reforçada em grande parte pela falta, também, de uma política de desenvolvimento sócio-econômico a ser desempenhada tanto pelo governo estadual como pelo governo federal. (CORRÊA, 2014 p. 116.)

Além de dominar o território e a economia da região, a Mate Laranjeira também mantinha forte ligação com políticos, controlando o eleitorado e interferindo em suas decisões.

Os arrendamentos, sucessivamente prorrogados, revelavam a estreita relação que a Cia. Mate mantinha, articulando seus interesses com os de grupos políticos dirigentes à frente do estado, comumente classificados por coronéis. Substancialmente isso se traduz nos adiantamentos de impostos com que chegou a socorrer o sempre frágil tesouro estadual. (SANTOS, C., 2016, p. 58)

Desse poderio da Cia. Mate também surgia uma avassaladora influência nos meios políticos de Mato Grosso. Para além dos empréstimos com o Estado, a empresa também mantinha negócios com ricos fazendeiros do sul, pequenos e médios agricultores, ervateiros, pequenos industriais, entre outros. Conseguia se impor, dessa forma, sobre o eleitorado, indicando e elegendo governadores, deputados, senadores etc. [...] Em outras palavras, a Cia. Mate era presença importante nos rumos políticos não só do extremo sul de MT, como de todo o estado. (SANTOS, C., 2016, p. 59)

Como visto anteriormente, era prática comum na Primeira República (1889-1930) que as oligarquias, em acordo com a Política dos Governadores, indicassem os representantes públicos municipais. Infere-se que o poderio econômico da empresa, tendo governadores, deputados e senadores sob seu julgo, garantiu a ela influência nas indicações. Corrobora a ideia a lista de prefeitos municipais da época. Entre a fundação de Ponta Porã, em 1912, e o início do Estado Novo, em 1930, quinze nomes foram indicados. O primeiro prefeito da cidade foi o gaúcho João Ponciano de Mattos Pereira, que ficou no cargo até 1914. Entre os demais nomes, foram encontradas informações sobre Aral Moreira, que teve curto mandato em 1928.

Santos, C. (2016, p. 92 e 93), aponta que o político tinha fortes ligações pessoais com a família Mendes Gonçalves, uma das proprietárias da companhia Mate Laranjeira. Aral

Moreira trocou cartas com Heitor Mendes Gonçalves, diretor da empresa, sobre os problemas enfrentados pela companhia. Considerado “amigo íntimo”, Moreira também publicou material no extinto jornal de Ponta Porã “*A folha do povo*”, que era de sua propriedade, defendendo a Mate Laranjeira e sinalizando uma ligação com a empresa.

A partir de 1930, durante o Estado Novo, Ponta Porã teve 12 administradores até 1937. A pesquisa não encontrou registro sobre como ocorreram às eleições. No entanto, como explicitado anteriormente, era comum que as nomeações fossem realizadas seguindo os desejos das oligarquias, com eleições arranjadas – por votos de cabresto – para confirmar políticos já definidos e apoiados pelas elites locais.

Onze prefeitos se alternaram a frente da prefeitura nesse período. Alguns nomes, como Pedro Manvailier e Valêncio Machado de Brum, chegaram a ocupar, em períodos de tempo alternados, além da prefeitura de Ponta Porã, as prefeituras de municípios vizinhos. A partir de 1937, Vargas passa a indicar os prefeitos em todo o País. Para dirigir Ponta Porã, à época, foram nomeados, além dos já citados, José Nilo Xeres Ribeiro, Lydio Lima e Rachid Saldanha Derzi.

Na mesma época, o governo federal começa a manifestar a intenção de diminuir o poder da Mate Laranjeira na região. Getúlio Vargas, e os apoiadores do governo interessados em estabelecer os próprios negócios, desejavam povoar os sertões brasileiros e promover a integração do país.

A ação da Cia Matte Larangeira, empresa ervateira que durante o período de 1883-1937 impôs domínio e controle territorial no Sul do estado do Mato Grosso, limitou o processo de ocupação e o desenvolvimento de outras atividades econômicas em sua área de atuação que não fossem o extrativismo da erva-mate, como atividade econômica hegemônica, e a pecuária bovina. Essa estrutura territorial não condizia com os ideais do Estado Novo em ocupar e nacionalizar a fronteira – era preciso reconfigurar o território regional. (SILVA, 2016, p. 33)

Corrêa (2014) avalia que esse processo de aproximação do governo com os municípios de fronteira, durante a era Vargas, garantiu que esses espaços passassem, realmente, a fazer parte do Brasil.

Em 1937, com a implantação do Estado Novo, a fronteira incorporou-se efetivamente como domínio e espaço nacional do Brasil, através das enérgicas medidas tomadas no governo Vargas e com presença ostensiva do aparato administrativo e de segurança do estado no sul de Mato Grosso. Basta lembrar que o novo regime, com o seu centralismo autoritário proibiu o uso nas escolas e nas repartições públicas de idiomas estrangeiros e criou a obrigatoriedade da língua portuguesa, o que com certeza atingiu a diretamente a fronteira guaranizada. (CORRÊA, 2014, p. 118)

Segundo Santos, C. (2016), era exatamente a presença estrangeira no Sul de Mato Grosso que preocupava o governo federal. A companhia tinha um quadro de funcionários

estrangeiros e enviava capital para Buenos Aires. Vargas, então, inicia intervenções para dificultar a atuação da companhia, como a revisão de concessões de terras, o aumento de tributos e a exigência de brasileiros trabalhando na empresa.

Um dos conflitos se deu em torno da Lei de Nacionalização da mão-de-obra, conhecida como “Lei dos dois terços”, regulamentada pelo decreto-lei nº 19.482 de 12 de dezembro de 1930, que exigia das empresas que elas tivessem, no seu quadro de empregados, no mínimo dois terços de trabalhadores brasileiros. (SANTOS, C., 2016, p. 62)

Em 1943, Vargas, por meio do Decreto-Lei nº 5.812/43, cria os territórios federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. Ponta Porã se torna capital do território de mesmo nome, que abrangia ainda os municípios de Porto Murtinho, Miranda, Nioaque, Bela Vista, Dourados, Maracaju e Bonito (CAMPESTRINI; GUIMARÃES, 1991).

O ato de criação dos Territórios Federais de fronteira de 1943 estava inserido no grande projeto de nacionalização do Estado Novo. Nesse sentido, e no contexto da “Marcha para Oeste”, a ocupação das fronteiras deveria atender a urgente necessidade de estabelecer e desenvolver, de forma rápida e racional, as condições mínimas de nacionalização, de organização social e econômica, de segurança, integrando o “sertão”, em todos esses aspectos, com o restante do Brasil. (SANTOS, C., 2016, p. 98)

Durante a existência do território, a administração local foi regulamentada pelo Decreto-lei nº 5.839/43, que dava ao governador, indicado pelo presidente, poderes para nomear os prefeitos municipais. O texto do artigo 7º que ditava a regra dizia que: “Cada Município será administrado por um Prefeito, brasileiro nato, maior de 21 anos e menor de 68, de livre nomeação e demissão do Governador”.¹⁸

Ocuparam o cargo no período: Rachid Saldanha Derzi, João Pinto Costa e Vinícius S. do Nascimento. O Território Federal de Ponta Porã foi extinto em 1946 e a partir de 1947, no período da Segunda República, sete prefeitos ocuparam o cargo. Até 1963 foram realizadas eleições periódicas para o executivo e o legislativo municipal, uma delas vencida pelo próprio Rachid Saldanha Derzi, que administrou o município novamente entre 1951 e 1955.

1.2.2 Regime Militar: privação do direito ao voto nas eleições em áreas de segurança

Após o início do Regime Militar em 1964, a ditadura foi aos poucos retirando a autonomia administrativa e eleitoral das mãos dos poderes civis constituídos. Naquele ano, prefeitos, vereadores, deputados, senadores e qualquer pessoa que tinha – ou era suspeito de

¹⁸ Publicado originalmente no Diário Oficial da União - Seção 1 - 29/9/1943, Página 14481. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-5839-21-setembro-1943-415958-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 de abril de 2019.

ter – relações com os partidos de esquerda foram considerados comunistas. Diversas prisões foram realizadas e mandatos políticos foram cassados.

No dia 4 de junho de 1968, o general-presidente Artur da Costa e Silva instituiu, com a lei nº 5.449, os Municípios de Segurança Nacional. A partir de então, os prefeitos destas áreas passaram a ser nomeados pelo governador de seu respectivo estado, mediante aprovação da autoridade máxima da República. Antes, as capitais já seguiam o mesmo modelo, decretado pelo Ato Institucional nº 3 (AI-3), publicado em 5 de fevereiro de 1966 pelo general-presidente Humberto de Alencar Castelo Branco. Também passaram a ter eleições indiretas as estâncias hidrominerais e as cidades de fronteiras. (AZEVEDO, 2016, *online*)

Os municípios considerados como de segurança nacional eram mais de 160 no Brasil. Estavam incluídos aqueles que possuíam estâncias hidrominerais, usinas ou estavam localizados em região de fronteira. Em Mato Grosso do Sul, para Corumbá e Ponta Porã, a intervenção militar significou, mais uma vez, o distanciamento da população da prática democrática eleitoral.

Na época da ditadura, a autonomia dos municípios era praticamente nula: tudo passava pelos acordos e correlação de forças estabelecidas na Assembleia Legislativa, a qual, por sua vez, estava sempre alinhada ao Executivo, e, por consequência, ao partido da ditadura, a Arena. Além do mais, desde o estabelecimento de eleições indiretas para governadores, prefeitos de capitais e áreas consideradas de segurança nacional, reduziu-se o número de prefeitos eleitos. No caso de Mato Grosso do Sul, estado fronteiriço com dois países, isso era particularmente acentuado, de modo a não haver eleições em treze municípios declarados de segurança nacional. Eram eles: Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Bela Vista, Caracol, Corumbá, Eldorado, Iguatemi, Ladário, Mundo Novo, Ponta Porã, Porto Murtinho, Três Lagoas. (BITTAR, 2009, p. 159)

Os políticos de Corumbá sofreram forte perseguição, conforme escreveu Corrêa (2006).

O golpe militar de 1964 também trouxe profundas consequências para Corumbá, em especial, por ser município fronteiriço e base de forças militares do exército e da marinha. A repressão política local, que traumatizou seus habitantes, atingiu sobretudo comunistas, sindicatos fluviais e aliados ao governo deposto filiados ao PTB. Houve então perseguições ideológicas e aos desafetos dos novos donos do poder, humilhações públicas, clima de terror e violências com a transferência de presos para um navio sediado em frente ao cais do porto. (CORRÊA, 2006, p. 200).

Apesar do clima, o último prefeito eleito antes do golpe de 64 permaneceu no cargo até 1965. Matéria publicada no *Jornal Correio do Estado* em 18 de abril de 1964 traz a informação de que Edimir Moreira Rodrigues teria sofrido um atentado organizado por comunistas (ver Anexo A). Conclui-se pela informação que era aliado aos militares. Após sua saída, foram indicados pela ditadura como prefeitos: José Sebastião Candia, Breno Guimarães, Carlos Albaneze e Acyr Pereira Lima, conforme Corrêa (1973).

Em Ponta Porã, o prefeito José Issa, eleito em 1963, foi cassado e preso. A ata da sessão de cassação, realizada no dia 6 de abril de 1964, foi publicada no *Jornal Correio do Estado* no dia 15 do mesmo mês (ver Anexo B). O documento relata os motivos para a

cassação (dentre elas ter amígdalas rosadas e vermelhas) e declara o vice Sérgio Martins Sobrinho prefeito do município.

Na sessão seguinte, realizada no dia 7 de abril de 1964, o vice-prefeito, Sergio Martins Sobrinho tomou posse como prefeito municipal na presença, além de vereadores favoráveis à cassação do ex-prefeito Jose Issa, do deputado estadual Alexandrino Marques e do delegado de polícia. Nenhum oficial do Exército foi citado. As cassações atingiram também a Câmara de Vereadores após o requerimento do vereador Roberval Roncati para que fosse criada uma comissão de Inquérito para “[...] averiguar a possível existência de elementos socialistas e comunistas em nosso meio [...]” Renunciaram e perderam seus mandatos os vereadores Ari Almirão de Carvalho, Domingos Cardinal e Jonas Capilé. Foram decretadas as perdas dos mandatos dos suplentes Vitor Diogo Guimarães, Washington Prado de Souza e de Diógenes Cabral. (ARAKAKI, 2014, p. 5)

A partir de 1965 foram nomeados sete prefeitos pela ditadura: João Vitorino Marques, Coraldino Sanches, Aires Marques, Juvenal Fróes, Orlando Mendes Gonçalves, Oldemar Sanches e Antonio Floro Brizueña.

Durante todo o período da ditadura ocorreram eleições para vereadores. As eleições para prefeito só voltaram a ser realizadas, nas áreas de segurança nacional, em 1985, depois que o processo de redemocratização no Brasil ganhou as ruas.

Em 19 de dezembro de 1984, o presidente João Figueiredo, por meio do decreto-lei nº 2.183, retirou 74 municípios da lista das áreas de interesse nacional. Assim, segundo a lei nº 7.136 de 27 de outubro de 1983, seis meses após a publicação da descaracterização ocorreriam novas eleições. Mas a lei também previa que, se a data do pleito fosse marcada para um período inferior a nove meses do término do mandato do prefeito nomeado, as eleições deveriam ocorrer juntamente com as dos demais municípios. As eleições diretas para esses municípios ocorreram em 15 de novembro de 1985, já sob o governo de José Sarney, o primeiro presidente civil após a redemocratização do país. Estavam aptos a votar 18,5 milhões de pessoas, em 201 municípios, sendo 25 capitais. (AZEVEDO, 2016, *online*)

As campanhas eleitorais voltam a ser rotina nos municípios de fronteira e são realizadas eleições na Capital e nos 13 municípios considerados de segurança nacional. O *Jornal Correio do Estado*, em 15 de novembro de 1985, publicou notícia com o título “42 candidatos disputam hoje 14 prefeituras” (ver Anexo C). O foco principal da matéria era a eleição na capital. Mas dois parágrafos traziam notícias da campanha em Corumbá e Ponta Porã.

Depois de Campo Grande, Corumbá é o segundo Município em número de candidatos: são cinco disputando 42.711 votos, o segundo maior colégio eleitoral do Estado. O favorito é Hugo Silva da Costa, do PMDB, que tem como vice, Antônio Arruda Jr. (*CORREIO DO ESTADO*, 1985, p. 3)

As duas únicas coligações formais no Estado ocorreram em Ponta Porã e Amambai. Em Ponta Porã, o candidato do PMDB, deputado Ayres Marques-Ramão Paes, disputam pela contra a coligação PFL-PDS, que tem para prefeito Astúrio Marques e vice-prefeitura Alcindo Pereira. O PDT também apoia Astúrio. Votam 35.815 eleitores em Ponta Porã. (*CORREIO DO ESTADO*, 1985, p. 3)

No trabalho de campo, não foi possível acesso a cópias dos programas eleitorais veiculados entre 1985 e 2012 nos municípios de Corumbá e Ponta Porã. Para entender o clima das campanhas pós-ditadura, buscou-se no *Jornal Correio do Estado* matérias sobre o tema. Foram encontradas 19 publicações com referências às eleições municipais de 1985 e 1988. Uma das mais importantes para a pesquisa foi publicada no dia 07 de outubro de 1985, tratando do HGPE em Campo Grande. Com o título “Guerra Eleitoral chega à televisão: horário gratuito”, o material mostra como os programas eleitorais impactaram as eleições, principalmente pela liberdade que os candidatos tiveram para expressar suas ideias (ver Anexo D).

Pela autêntica guerra de táticas, ataques e defesas que os partidos políticos vem promovendo na televisão, durante os horários gratuitos, é válido julgar que a propaganda não é só a alma do negócio, a propaganda é também um forte cabo eleitoral. A liberdade para falar o que cada um bem entender, transformou os horários gratuitos de rádio e na TV, principalmente nesta última, um autêntico ringue, onde cada candidato bate como sabe e se defende como pode (*CORREIO DO ESTADO*, 1985, p. 3)

Também foi obtida uma matéria de televisão feita pelo então repórter da TV Morena – atualmente pesquisador e professor da UFMS –, Marcelo Cancio, que realizou a cobertura do pleito em Ponta Porã. A notícia, veiculada no programa MSTV 2ª Edição em 15 de novembro de 1985, data da eleição, mostra o ambiente da cidade. Descreve a presença dos militares e a expectativa da população com a reconquista do direito ao voto. Na época, o vizinho Paraguai vivenciava a ditadura militar de Alfredo Stroessner e a eleição no Brasil causou impacto dos dois lados da fronteira. Os bastidores das gravações revelam que paraguaios, com título de eleitor brasileiro, eram levados a votar no Brasil. Em entrevista, Marcelo Cancio relatou a experiência.

Nós vimos um caminhão cheio de gente passar na rua e eu falei para o seu José, motorista da equipe: “Vamos atrás desse caminhão!”. E seguimos o veículo até um lugar que era um antigo matadouro de gado. Era literalmente um curral eleitoral. O caminhão estava lotado. O primeiro homem que saiu do veículo, eu entrevistei e tivemos o seguinte diálogo:

- O senhor está vindo de onde?
- *De San José, en Paraguay!*
- O senhor é paraguaio?
- *Si, Si!*
- Mas o senhor é paraguaio e vota no Brasil?
- *No No, soy brasileño.*

Então, de alguma maneira ele tinha título de eleitor no Brasil. Ele era paraguaio. O caminhão veio do Paraguai. As pessoas que estavam lá recebiam um guaraná, um cachorro quente, e uma cédula dizendo para votar em um determinado candidato. (CANCIO, 2019, em entrevista)

Após 1985, os municípios de fronteira – e os demais localizados em áreas de segurança – passaram a ter eleições periodicamente a cada quatro anos. Até 2012, foram realizados oito pleitos. No período, os programas eleitorais de televisão se fizeram presentes em todas as eleições, com regras de divisão de tempo e controle de conteúdo sofrendo mudanças, a cada eleição, mas sem grandes alterações quanto ao formato, adaptado para cada pleito e à modernização das técnicas de produção. Não houve, até o momento, mais restrições como a imposta pela Lei Falcão, em 1976.

1.3 Eleitores fronteiriços e as campanhas binacionais

A legislação brasileira, especificamente o artigo 14, § 2º da Constituição Federal, veda o alistamento eleitoral a estrangeiros. No entanto, há outras leis que regulamentam situações específicas. A primeira delas é a de que filhos de pai brasileiro ou mãe brasileira, mesmo nascidos em território estrangeiro, são brasileiros natos, desde que registrados em repartição brasileira (consulados, por exemplo). Além disso, estrangeiros, residentes ou de passagem pelo Brasil, que venham a ter filhos podem registrá-los como brasileiros. Importante destacar ainda que o Estatuto do Estrangeiro, Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, prevê que qualquer pessoa que comprovar moradia no País, há mais de quatro anos ininterruptos, também pode requerer a naturalização. Veremos a frente que essa comprovação de moradia é bastante flexível nas regiões de fronteira.

Há ainda o Estatuto da Igualdade entre Brasil e Portugal que dá aos portugueses, residentes no Brasil há mais de um ano e de idoneidade comprovada, o direito a votar nas eleições brasileiras. Essa regra também vale para outros países de língua portuguesa. Sobre os direitos civis e políticos, a Constituição Federal estabelece que não há distinção entre natos e naturalizados, exceto para a ascensão a alguns cargos no governo, como presidente e vice, o que significa que é possível que estrangeiros naturalizados ocupem cargos de prefeito.

Analisando essas informações, é possível concluir que brasileiros que têm filhos no Paraguai ou na Bolívia podem fazer o registro de nascimento no Brasil e vice-versa. Albuquerque (2015) constatou que, na prática, muitos pais registram os filhos nos dois países.

Nascer na fronteira internacional pode significar também ter dois lugares de origem e datas distintas de nascimento. Muitos moradores fronteiriços costumam registrar seus filhos nos dois países, às vezes até com nomes distintos. O critério de aquisição da nacionalidade a partir do território de nascimento da criança (*jus solis*) é a forma predominante nas Constituições do Brasil e do Paraguai. Assim, os pais costumam registrar os filhos primeiramente no lugar que nasceram, ou no Paraguai ou no Brasil, depois buscam também registrar o filho do outro lado da fronteira, mediante a apresentação de algumas testemunhas ou um laudo médico “arranjado” que confirmam que a criança nasceu em casa ou em determinado hospital. [...] O caminho mais comum é ir a um cartório brasileiro e dizer que as crianças nasceram

em solo brasileiro e em casa, bastando ter a confirmação de algumas testemunhas. (ALBUQUERQUE, 2015, p. 110 e 112)

E, se os pais não fizerem o registro duplo, o próprio indivíduo adulto, a qualquer tempo, pode requerer a cidadania por meio de diversos artifícios, como usar um endereço de parente que vive no Brasil para comprovar residência pelo tempo estabelecido. No entanto, de acordo com o TRE-MS, também há outras condições que podem permitir que um estrangeiro vote no Brasil. Segundo resposta à solicitação de informações feita à Justiça Eleitoral¹⁹, o entendimento é de que no Código Eleitoral ter domicílio eleitoral é diferente de morar na cidade em que se exerce o direito de votar, o que abre uma brecha para estrangeiros residentes na região de fronteira. “Ele [o eleitor estrangeiro na fronteira] pode perfeitamente morar no Paraguai [ou na Bolívia] e tirar título em Ponta Porã [ou Corumbá], caso tenha emprego, estude ou tenha parentes [no Brasil]”.

Na fronteira temos solicitado o vínculo domiciliar eleitoral, ou seja, o interessado precisa demonstrar qual o vínculo com a cidade, se tem conta de água, luz, telefone móvel ou celular. Caso negativo, se tem filhos estudando na cidade, se tem emprego com carteira assinada, se já recebeu correspondência pelo correio, se foi atendido por Posto de Saúde. O código eleitoral traz um leque mais amplo quanto ao conceito de domicílio eleitoral. Então, para que tire título eleitoral, o interessado precisa comprovar o vínculo, seja domiciliar, parental e comunitário. Não necessariamente morar, ele pode perfeitamente morar no Paraguai e tirar título em Ponta Porã, caso tenha emprego, estude ou tenha parentes. (TRE-MS, 2018, entrevista)

Banducci (2015) ao estudar o modo como está organizado o comércio informal de importados na fronteira, buscando as representações sobre o “outro” que são feitas na relação entre comerciantes brasileiros e paraguaios, observou que a proximidade entre os povos realmente dificulta a aplicação rígida das leis e possibilita a dupla nacionalidade ou a “*doble-chapa*”²⁰, como é conhecida a prática em algumas regiões da fronteira. O autor, embora não tenha abordado o tema eleições em sua pesquisa, trouxe à tona a questão do duplo registro eleitoral.

Há que se observar que, por constituir-se numa fronteira seca, o cotidiano da população local, que se desloca constantemente entre os países, está pautado em práticas que fogem ao controle dos poderes públicos. A respeito dos hábitos do morador da fronteira, o cronista pedrojuanino Juan Carlos Rivas sustenta que dificilmente as leis podem ser aplicadas integralmente a ponto de coibir práticas corriqueiras, como desobediência a regras de trânsito, a habilitação de eleitores simultaneamente em dois colégios eleitorais, entre outros. (BANDUCCI, 2015, p. 79)

¹⁹ No questionário respondido para a pesquisa, a Assessoria de Comunicação do TRE apontou a segurança pública como o maior problema enfrentado para organizar as eleições na fronteira. Não foram especificados mais detalhes sobre quais seriam esses problemas ou com quais questões de segurança estariam relacionados.

²⁰ De acordo com Dorfman (2008, p. 261), *doble-chapa* é o cidadão fronteiriço que possui duas nacionalidades legais em seus respectivos países, particularmente na fronteira entre Uruguai e Brasil. No entanto, apesar de transitar pela binacionalidade, utilizando os benefícios proporcionados por cada uma delas, ele “continua vendo-se como brasileiro ou uruguaio”. A autora distingue duas formas de nacionalidade: a nacional dogmática, que é aquela com a qual o cidadão se identifica, e a de estatuto legal, usada para obter benefícios no país vizinho.

Essas brechas legais também são registradas na cidade de Corumbá, onde bolivianos procuram atendimento de saúde no Brasil e, para isso, utilizam alternativas que contornam os sistemas nacionais instituídos.

A cidade de Corumbá é palco dessas claras manifestações de criatividade dos fronteiriços para utilizarem os atributos aos quais estão dotados os territórios. Dessa forma, o ir e vir, o usar, o apropriar-se reside nas necessidades humanas e não nas imposições legais do sistema. (SILVA; COSTA; COSTA, 2011, p. 234)

No contexto eleitoral, essas criatividades são bastante utilizadas por políticos locais, tanto do lado brasileiro quanto do outro lado da fronteira, interessados em ampliar seu eleitorado, conforme descreve Albuquerque (2015).

Outros mecanismos estratégicos são viabilizados por políticos locais em Foz e outras cidades fronteiriças (sobretudo vereadores e deputados) que são eleitos graças aos votos advindos do outro lado da fronteira. Esses políticos costumam ser os intermediários de consultas e exames médicos, enviando bilhetes para funcionários dos hospitais e postos de saúde com os nomes de pacientes que vêm do Paraguai ou viabilizando endereços nos nomes desses imigrantes em troca de favores políticos. (ALBUQUERQUE, 2015, p. 115)

Há acordos estratégicos entre candidatos e políticos dessas cidades paraguaias (especialmente com lideranças comunitárias, vereadores e prefeitos descendentes de imigrantes brasileiros), favorecendo a propaganda política: a promessa de atendimento médico no Brasil, doação de cadeiras de rodas para eleitores com necessidades especiais, contribuições financeiras (aporte de recursos) para festas locais, ajuda para retirar documentos no Brasil (título, identidade, CPF etc.), distribuição de cestas básicas e vales combustíveis para os carros dos eleitores e a garantia de transporte no dia da eleição. Além disso, na eleição geral em 2010, houve também campanhas de corpo a corpo de alguns candidatos em solo paraguaio. (ALBUQUERQUE, 2015, p. 115)

É importante ressaltar que Albuquerque (2015) se refere ao ambiente Brasil-Paraguai em sua pesquisa. No entanto, no contexto fronteiriço, esses subterfúgios se aplicam a diferentes localidades. Ao estudar como as representações televisivas de narrativas brasileiras, consumidas por paraguaios, argentinos e uruguaios em regiões de fronteira, participam da articulação das identidades culturais fronteiriças, o trabalho de Brandalise (2011) confirma a prática de votos cruzados entre os eleitores de países diferentes.

No período eleitoral, especialmente com as campanhas desenvolvidas nos meios de comunicação de massa locais, essa particularidade da realidade regional colabora para aumentar a interação social entre os fronteiriços [...] Nesse caso, as representações construídas por ela [a amostra da pesquisa], a partir da narrativa televisiva sobre as eleições, reforçam a identidade fronteiriça, uma vez que os entrevistados apontam que na região, em alguma medida, os uruguaios participam das decisões sobre os rumos políticos no Brasil, bem como os brasileiros contribuem para a configuração do cenário político uruguaio. Isso acontece porque há muitas famílias mistas – uruguaios com ascendentes brasileiros e brasileiros com ascendentes uruguaios – em Rivera e Santana do Livramento. (BRANDALISE, 2011, p. 426)

Por meio de entrevistas com estrangeiros e brasileiros, a autora verificou ainda que a interação entre os povos vizinhos durante o período eleitoral é intensa, especialmente com as

campanhas desenvolvidas nos meios de comunicação de massa, o que gera aproximação entre os povos e consequente influência nas discussões e nos resultados eleitorais.

A respeito disso, os brasileiros comentaram que “há muitos uruguaios vivendo aqui em livramento, sempre que tem alguma eleição, tem aqui também, é como se fosse nossa eleição” (Tháisa, 55) e “está cheio de doble-chapa aqui na fronteira, se a eleição é no Uruguai ou no Brasil, não importa, a propaganda política está em toda a parte e muitos votam aqui e lá” (Célio, 58). (BRANDALISE, 2011, p. 427)

Brandalise (2011) aponta que a campanha é acompanhada pelo público e realizada dos dois lados da fronteira. Embora seja difícil definir esse eleitor fronteiriço e sua nacionalidade, a participação política ocorre. Albuquerque (2015) também confirma esse fato.

A campanha no Paraguai acontece explicitamente até no dia da eleição, uma vez que o crime de fazer boca de urna não ultrapassa os limites territoriais do Estado nacional. No início da Ponte ainda do lado paraguaio, no dia da eleição, continuava a campanha de distribuição de santinhos com os números dos candidatos para aqueles que vinham do Paraguai. Embora seja proibido esse tipo de prática política no dia de eleição no Brasil, esses jovens estavam no território do país vizinho, além do alcance da legislação nacional. (ALBUQUERQUE, 2015, p. 118)

Ainda analisando as entrevistas que fez com fronteiriços, Brandalise (2011) afirma que os assuntos abordados na campanha eleitoral presidencial brasileira de 2010, estavam bastante distantes daquilo que os fronteiriços gostariam de ver debatido como tema de fronteira.

É relevante explicar que, ao contrário do que esperavam os integrantes da nossa amostra, as fronteiras não surgiram como um tema que envolvesse o estreitamento comercial entre países ou a proteção de mercados. Elas foram abordadas como uma questão de segurança nacional e em nenhum momento a divisa territorial do Brasil e do Uruguai foi especificamente mencionada. Mesmo assim, analisamos o desenvolvimento do debate eleitoral brasileiro em torno das fronteiras porque ele revela a distância entre a visão dos fronteiriços e dos líderes políticos. [...] Compreendemos que o tema das fronteiras, para esses líderes, se reduz a uma questão de policiamento, com vistas evidentemente ao problema do tráfico de armas e drogas. [...] No caso da campanha eleitoral brasileira, as fronteiras foram abordadas tão somente enquanto um problema de segurança nacional. (BRANDALISE, 2011, p. 437, 438 e 442)

As informações confirmam que os eleitores estrangeiros ou de dupla nacionalidade têm acesso ao privilégio de votar no Brasil, seja legalmente ou utilizando subterfúgios para adquirir prerrogativas de cidadãos nacionais em dois países. Não é função deste trabalho avaliar se há irregularidade, omissão ou quaisquer outras intenções positivas ou negativas das partes envolvidas no processo de documentação de estrangeiros e brasileiros na fronteira. Principalmente porque esta é a realidade construída do lugar e as soluções encontradas para equacionar a vida cotidiana dizem respeito a quem vive na fronteira. Usando a concepção de Müller (2012), é fato que sujeitos externos nem sempre compreendem o que se passa no cotidiano dessas regiões.

A fronteira exige um tratamento que envolva “flexibilidade e oscilação” para entender local e internacional como uma realidade única.

Devido a esta complexidade [da fronteira], movimentos de conciliação fazem parte das relações cotidianas. Em casos específicos os acordos locais são firmados entre autoridades presentes naqueles espaços, porque há problemas que não podem aguardar burocracias exigidas em nível nacional. Não chegam a ser tratados como acertos ilegais, mas fogem dos parâmetros habituais de outras localidades. (MÜLLER, 2012, p. 71)

No entanto, é uma necessidade expor que os casos existem e podem mascarar o quantitativo eleitoral de cidadãos bolivianos e paraguaios – ou de seus descendentes e parentes –, o que reforça e justifica a importância de discutir a presença de elementos culturais nos programas eleitorais.

1.4 Propaganda eleitoral e HGPE: conceito, história e legislação

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), propaganda política-eleitoral inclui todas as formas de publicidade que têm por objetivo conquistar simpatizantes ao conjunto de ideias de um partido.

É a propaganda em que partidos políticos e candidatos divulgam, por meio de mensagens dirigidas aos eleitores, suas candidaturas e propostas políticas, a fim de se mostrarem os mais aptos a assumir os cargos eletivos que disputam, conquistando, assim, o voto dos eleitores. (TSE, 2018, *online*)

A propaganda político-eleitoral abrange desde a distribuição de impressos (santinhos, panfletos, folders, adesivos e outros) até o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral de rádio e televisão, no qual são exibidos os programas eleitorais pelas emissoras. O HGPE é um espaço previamente concedido, com tempo e horário determinados no Código Eleitoral. Apesar da definição, ao longo do tempo, o HGPE sofreu diversas mudanças e, a exemplo da legislação eleitoral, também foi usado em alguns para beneficiar a quem estava no poder. Para a pesquisa, estudar esse processo ajuda a entender como se deu a construção histórica da legislação, e por consequência o modo de fazer, dos programas eleitorais até 2016.

A primeira lei que regulamentou o uso de meios de comunicação eletrônicos nas campanhas eleitorais surgiu em 1950 e tinha o objetivo de gerenciar os programas veiculados no rádio. A Lei nº 1.164/50 reservava durante os 90 dias que antecediam as eleições, duas horas para a propaganda eleitoral nas emissoras privadas. O horário era distribuído igualmente para todos os candidatos, no entanto, por não ser gratuito, apenas aqueles que tinham recursos conseguiam utilizá-lo.

O Horário Eleitoral Gratuito de Propaganda Eleitoral foi criado em 1962 pela Lei nº 4.115/62, abrangendo televisão e rádio, e não proibiu a propaganda paga, que continuou a existir simultaneamente. No entanto, regulou os preços aos praticados no mercado, estipulou

duas horas para a propaganda gratuita nos 60 dias antes da eleição e manteve critérios para a rotatividade da propaganda.

No Brasil, a história da propaganda política na televisão confunde-se com a história da própria televisão. Desde o início da sua operação, os políticos souberam explorar esse poderoso meio de comunicação. A relação da propaganda eleitoral com a legislação eleitoral teve início com a Lei n. 4 115, de 22.ago.1962, quando o Deputado Federal por Pernambuco, Adauto Lúcio Cardoso, teve aprovado seu Projeto de Lei que instituiu o horário gratuito de propaganda eleitoral – o “Guia Eleitoral”. Conhecida como Lei Adauto Cardoso, em seu Artigo 11, parágrafo 3º, previa a gratuidade da propaganda eleitoral nas “estações de radiodifusão e televisão de qualquer potência”. A televisão era coisa recente no país e sua abrangência e cobertura bastante limitadas, além de as emissoras serem em número bem reduzido. A importância da televisão, na vida cultural e política do país, ainda estava por ser construída. (JARDIM, 2004, p. 52)

Durante a ditadura militar (1964 a 1985), as regras de distribuição de tempo e de propaganda paga continuaram praticamente as mesmas. As mudanças mais efetivas trazidas pela Lei nº 4.737/65 foram as proibições de propagandas consideradas subversivas, que estimulassem atentados ou descumprimento da lei de ordem pública. Essa lei também estabeleceu pela primeira vez que as emissoras deveriam reservar horário gratuito para os partidos em anos não eleitorais, benefício retirado no ano seguinte por meio da Lei nº 4.961/66.

Uma nova mudança significativa na legislação ocorreu após as eleições de 1974 quando a oposição à ditadura, que na época se unia em torno do MDB, conseguiu derrotar os candidatos da Arena em todo o País, elegendo, por exemplo, 16 dos 22 cargos de senador disputados. Para a eleição seguinte, o ministro da Justiça à época, Armando Falcão, orienta a elaboração da Lei nº 6.339/76, que mudava o código eleitoral e dificultava qualquer crítica ao governo, proibindo os candidatos de falar nos programas eleitorais de rádio e TV.

A Lei Falcão foi uma reação da ditadura à derrota eleitoral de 1974, quando os candidatos do MDB utilizaram a propaganda de rádio e TV para denunciar a alta do custo de vida, o arrocho salarial e os problemas urbanos do país. Aprovada no Congresso com os votos da Arena, a lei tinha o claro objetivo de calar a oposição, mas foi apresentada pelo governo como um “aperfeiçoamento democrático”, que permitiria “maior equilíbrio” na disputa eleitoral. A nova legislação esvaziou a propaganda eleitoral, transformada num desfile inócuo de currículos e fotografias. Vigorou por quatro eleições, até o pleito municipal de 1984, quando foi revogada. (MEMORIAL DA DEMOCRACIA, 2017)

A Lei Falcão caiu em 1985, mesmo período em que voltaram a ser realizadas eleições nos municípios de segurança nacional. Naquele ano, a Lei nº 7.332/85 assegurou uma hora diária para a divulgação das candidaturas, sem restrições sobre o tipo de propaganda a ser realizada. Para as eleições municipais de 1988 e para as presidenciais de 1989 não houve mudanças significativas na legislação. No entanto, o HGPE, ganha reconhecimento como importante fator no convencimento do eleitor na decisão de voto, principalmente após o

episódio determinante no resultado das primeiras eleições para presidente do novo período democrático.

Em dezembro de 1989, na semana anterior à votação para o segundo turno das eleições presidenciais, os dois candidatos, Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva, encontravam-se tecnicamente empatados na preferência do eleitorado (46% e 45%). A candidatura de Lula vinha subindo progressivamente, tendendo a um efeito bandwagon conforme a publicação das prévias eleitorais. Então, alguns dias antes das eleições, a equipe de produção da propaganda política de Collor de Mello exibiu as imagens de uma antiga namorada de Lula, afirmando ter sido persuadida ao aborto, dezessete anos antes, pelo namorado. No dia seguinte ao programa, e por ocasião do último debate entre os candidatos, a TV exibiu a imagem abatida de Lula. Nos dias que se seguiram, a TV Globo selecionou partes deste debate, favorecendo Collor. A tendência eleitoral definiu-se e Lula perdeu a eleição. (AVELAR, 1992, p. 42)

Além das mudanças mais significativas já relacionadas, a cada eleição o Código Eleitoral sofre adaptações, estipuladas por meio de resoluções ditadas pelo Tribunal Superior Eleitoral. No ano de execução dos programas pesquisados, a resolução do TSE que regulou o pleito foi a de nº 23.457/15, determinando a geração do horário eleitoral, os tempos dos programas e as regras de veiculação.

A campanha no rádio e televisão começou em 26 de agosto e foi encerrada em 29 de setembro de 2016. O período de veiculação, mais curto em comparação ao de pleitos anteriores, foi uma novidade naquela eleição e surgiu com a aprovação da minirreforma eleitoral, realizada em 2015, que reduziu de 90 para 45 dias o tempo de propaganda eleitoral. No caso dos programas de televisão, o tempo foi reduzido de 45 para 35 dias.

Os programas de prefeito foram veiculados de segunda a sábado, no rádio e na televisão, em dois blocos diários de dez minutos, das 13h às 13h10 e das 20h30 às 20h40, no horário de Brasília. Também foram permitidas as veiculações de inserções (comerciais de 30 e 60 segundos) para prefeito e vereador, de segunda a domingo. No entanto, esses comerciais não são objeto de estudo desta pesquisa.

Os tempos de veiculação foram divididos pela Justiça Eleitoral com base na Lei nº 9.504/97, que determina distribuição de 90% do tempo entre os partidos políticos, proporcionalmente ao número de representantes das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados, e divisão dos 10% restantes igualmente.

2 - MULTICULTURALISMO E METODOLOGIA PARA ANALISAR O HGPE

Neste capítulo são abordados aspectos do multiculturalismo, com a identificação de alguns dos elementos culturais que fazem parte da realidade local. Também são apresentadas pesquisas realizadas na área de comunicação, em diferentes fronteiras, que observam como a multiculturalidade e as questões fronteiriças são explicitadas nos veículos de massa locais e nacionais. Compõem o capítulo ainda conceitos sobre marketing, que embasam o entendimento da sua utilização no HGPE, e uma descrição sobre como os profissionais agem para atender às demandas da área em que atuam. Em seguida, são descritos o suporte teórico – Teoria da Espiral do Silêncio – e a metodologia – Análise de Conteúdo – que embasam a obtenção de dados e as análises dos resultados alcançados pela pesquisa.

2.1 A multiculturalidade construída na fronteira

Nascer, viver e morar em Corumbá e Ponta Porã é ter uma relação muito íntima com a fronteira. A chipa paraguaia ou a saltenha boliviana compõem a mesa no café da manhã. No almoço, o churrasco com cortes de carnes brasileiras está entre os preferidos – o detalhe é que o gado pode ter vindo do outro lado da fronteira. No jantar, a telenovela em português ou a música em espanhol, no rádio, fazem companhia. Até mesmo o local de moradia é meio “misturado”. Nesses lugares, o brasileiro que vive em *Puerto Quijarro*, onde o custo de vida é mais barato, pode dizer que mora em Corumbá. E o paraguaio fala que mora em Ponta Porã para tentar uma empatia maior com os turistas, sempre desconfiados. Afinal, é fronteira. É tudo muito próximo, física e emocionalmente. Pois, “não se observa apenas um entrelaçamento entre os traçados urbanos de duas cidades. Há, sobretudo, uma imbricação da história e da vida das pessoas”. (OLIVEIRA, T., 2010, apud MOURA e CARDOSO, 2013)

Para essas pessoas, o cotidiano é multicultural. A televisão importada da China sintoniza a programação das TVs brasileiras, nas quais passam também os programas eleitorais, que trazem para dentro da casa estrangeira o clima da eleição narrada em português. A cuia com erva-mate está sempre à mão, pois é um hábito cotidiano tomar Chimarrão²¹ ou tereré²², dependendo da estação do ano e da vontade de quem consome. De

²¹ Chimarrão ou mate, bebida peculiar da América do Sul, que vem sendo no decorrer dos anos um elemento cultural passado de geração em geração, no Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, bem como nos países: Bolívia, Chile, Uruguai e Paraguai (DORNELES et al, 2013, p. 308)

²² Tereré – Bebida gelada, variação do chimarrão, pois ao invés de ser tomada com água quente, toma-se com água gelada em um chifre bovino chamado de Guampa. (Tererê). (DORNELES et al, 2013, p. 315)

origem indígena, arraigado a cultura do Paraguai²³, onde o tereré possui até dia nacional próprio (28 de fevereiro), e com ligações expandidas para todas as culturas da América do Sul, o consumo da erva é próprio dos fronteiriços e marca da imbricação cultural histórica.

Nas fazendas da região de Ponta Porã, “naqueles tempos”, muito pouco se tomava café. Os visitantes eram, logo de chegada, obsequiados com um bom chimarrão. Os paraguaios preferiam – e ainda preferem – o tereré²⁴, que nada mais é que o chimarrão feito com água fria. Modernamente o tereré é tomado com água gelada. No Rio Grande do Sul e na Argentina o chimarrão está integrado ao folclore regional. Também no sul de Mato Grosso do Sul, onde seria falta imperdoável alguém descrever os costumes da região sem falar no chimarrão. (REIS, 1981, p. 65)

Ser da fronteira também é de um lado da linha divisória falar com os filhos dentro de casa em espanhol, ou em guarani (uma das línguas oficiais do Paraguai), ou em chiquitano, ou em quíchua (duas das línguas oficiais da Bolívia²⁵), e, algumas quadras depois, dizer até logo em português, com sotaque espanhol, na frente da escola brasileira. Na esquina, o panfleto do político brasileiro é entregue por uma moça que diz “*hola, ese es el mejor candidato*”. Afinal, segundo Ota (2006, p. 15), “o bilinguismo é outro fator identificado nos municípios, estando presente entre a população”.

A proximidade destas comunidades favorece um intercâmbio entre culturas e relações sociais, dando oportunidade a que idiomas se inter cruzem, criando dialetos, e que novos hábitos sejam incorporados. Assim, na fronteira sul-mato-grossense, índios, paraguaios e bolivianos contribuíram na construção de uma identidade regional. (OTA, 2006, p. 10)

Em cidades conurbadas e semiconurbadas existem lugares de convivência que são desfrutados por moradores de ambos os lados da linha de fronteira. Entre eles, podemos citar praças, parques, restaurantes, bares, agremiações, salas de espetáculos etc. Sem que haja distinção entre a procedência do público frequentador, ou de artistas que estejam apresentando um show, ou da língua em que um filme seja exibido, os acontecimentos se desenrolam sem maiores problemas. Percebe-se a presença de marcas de um dos países ali dispostos lado a lado, mas elas não impedem o estabelecimento de relações harmônicas entre os habitantes do lugar. (MÜLLER, 2012, p. 72)

O fronteiriço também está habituado a chegar ao trabalho e responder ao turista que o preço do produto está em dólares americanos, enquanto se pede a marmitta em castelhano para o restaurante, que recebe o pagamento em moeda brasileira do outro lado da fronteira. No

²³ *En el marco de la cultura paraguaya, en torno al tereré se fueron polarizando varios rasgos culturales. A lo largo de nuestra historia como país, el tereré se fue constituyendo paulatinamente en el depósito donde se acumuló y resguardó nuestra forma de ser. Constituye el espacio físico-temporal en donde el paraguayo podía reflexionar sobre sí mismo y sobre su realidad, en donde podía compartir con otros las expectativas y los desafíos de los nuevos tiempos; era el sembrero y el campo de cultivo de nuestra hermosa lengua guaraní, que en definitiva es el idioma oficial del tereré.* (BENÍTEZ ALVARENGA, 1998, online) Disponível em: https://www.portalguarani.com/2392_derlis_benitez_alvarenga/17318_el_terere_algo_mas_que_una_bebida_en_paraguay_por_derlis_benitez_alvarenga.html. Acesso em 30/05/2018

²⁴ Preservou-se a grafia utilizada originalmente pelo autor.

²⁵ A Bolívia é um Estado Plurinacional composto por mais de 30 nações indígenas. Os idiomas mais falados são o quíchua e o guarani. No entanto, todas as línguas das nações que compõem o país são consideradas oficiais.

contexto eleitoral, funcionários da campanha conversam com a equipe em espanhol ou guarani, orientando como dispor o equipamento para o comício, feito do lado brasileiro, *pero también asistido desde el lado de la frontera*.

Na divisão territorial, quem vive na fronteira também encontra recursos para enfrentar os problemas de seu próprio país e até as crises internacionais que afetam as economias. O dólar está alto e não se pode comprar no país de origem? *Caminamos al comercio brasileño, donde es posible parcelar las compras en la tarjeta de crédito*. Faltou gás no Brasil? Na Bolívia se consegue com facilidade. Caminhoneiros brasileiros em greve nacional não permitem o transporte de alimentos? Se busca produtos no atacadista do Paraguai.

Em outros termos, as fronteiras compreendem redes de relações e de influências sociais, culturais e políticas que transcendem os espaços locais para abranger contextos nacionais e internacionais mais amplos. (BANDUCCI, 2011, p. 10)

A Justiça Eleitoral proíbe boca de urna do lado brasileiro? No lado de lá existe até transporte para os eleitores cruzarem a linha divisória *y votar en el candidato brasileño*. Transitar, navegar, *seguir el flujo...* são palavras que definem o movimento cotidiano dos fronteiriços, independentemente da rotina nacional do País a que pertencem, pois dividem a mesma urbanidade.

As duas localidades têm seus próprios espaços, mas formam um espaço comum. Da mesma forma, ao longo de seus desenvolvimentos, foram demarcando seus territórios urbanos e formando, a um só tempo, um território contíguo na linha da fronteira e contínuo como aglomerado urbano. (CANCIO, 2008, p. 63)

Por causa dessa proximidade, as relações sociais na fronteira são únicas e especiais. Brasileiros também são paraguaios e vice-versa, brasileiros também são bolivianos e vice-versa. Os jovens paraguaios ou bolivianos são encaminhados ao Brasil pelos pais para estudar nas escolas públicas.

Assim como os pais buscam emprego em ambos os países, as crianças também estudam naquele país, onde no momento é o local de emprego dos pais. Os alunos paraguaios procuram muito as escolas brasileiras, porque oferecem gratuitamente uniforme, merenda e material escolar, suavizando os gastos dos pais (BECK et al., 2016, s/p).

A convivência também oportuniza que brasileiros falem o idioma do país vizinho. Muitas vezes, viver na fronteira é estar mais próximo culturalmente do estrangeiro do que da gente de seu próprio país.

A fronteira é um lugar de contradições permanentes para o bem ou para o mal. Mas a região, palco de tantos conflitos, também promoveu uma intensa integração entre os povos. Um processo que faz parte do cotidiano das cidades fronteiriças. (CANCIO, 2008, p. 63)

Nas duas regiões, como os próprios moradores definem, a compreensão do lugar só é possível graças à união das duas cidades, consideradas irmãs ou gêmeas. Nestas localidades, a fronteira sempre foi bastante permeável, e ao longo dos tempos os casamentos também contribuíram ainda mais para o estreitamento dos laços entre as duas comunidades (OTA, 2006, p. 14).

A cultura sul-mato-grossense foi forjada a partir de influências externas desde a colonização portuguesa e espanhola. Esse processo é contínuo no cotidiano das fronteiras com a Bolívia e o Paraguai. Encontrar dentro dessa realidade construída ao longo dos séculos os elementos que remetam à cultura do país vizinho, incorporados pela proximidade das cidades e pela mistura social das populações, não é tarefa fácil. É necessário questionar: O que, mesmo pertencendo à cultura local hoje, é resultado da proximidade com outra cultura? Uma resposta precisa caberia mais a um trabalho de antropologia do que a busca feita nesta pesquisa. No entanto, a discussão sobre a divisão de espaços entre as culturas e sobre a imbricação no viver local é inerente à epistemologia multicultural, o que permite utilizar como referencial teórico os estudos elaborados por Semprini (1999) e Canclini (2007, 2013) para embasar a identificação dos elementos culturais.

Semprini (1999, p. 81-82), ao estudar os fluxos de populações e a expansão cultural dos Estados Unidos, descreve o multiculturalismo como um poderoso movimento de ideias, “alimentado por um corpus teórico que o mune de base conceitual e de legitimação intelectual”. O autor esclarece que não há homogeneidade ou coerência no “mosaico de posições teóricas” que compõem a epistemologia multicultural. No entanto, Semprini estabelece que multiculturalismo é uma contestação “ao positivismo, ao racionalismo e aos determinismos” – excessivamente sistematizados e hegemônicos. Essa concepção é pertinente às fronteiras estudadas na medida em que permite o entendimento do território fronteiriço sul-mato-grossense como um espaço comum a povos diversos. Não há somente o cartesiano “nós e eles”, mas um fluxo de aproximação e distanciamento.

O multiculturalismo valoriza o “papel das personagens na produção dos fatos sociais”, possuindo, segundo Semprini (1999, p. 83-84), quatro pilares epistemológicos: A realidade é uma construção e tem existência dependente dos personagens que a criam; As interpretações são subjetivas e dependem das competências de emissão e recepção de informações dos indivíduos; Os valores são relativos e os julgamentos sobre uma possível “verdade” só fazem sentido sob uma perspectiva pessoal ou embasados em uma convenção coletiva; O conhecimento é um fato político, interpretado de acordo com as relações de forças, os sistemas de interesse e os grupos hegemônicos ou marginalizados.

Sob a perspectiva proposta nos pilares descritos por Semprini, entende-se que a gente do lugar constrói sua realidade de acordo com as interpretações de mundo que possui no território. Quem vive na fronteira é, naturalmente, um contestador, pois trafega entre territórios fora dos centros de poder, distanciado das decisões com intenções de hegemonização e uniformização do Estado-Nação ao qual pertence.

Os fronteiriços moldam os fatos sociais a seu redor, pois estão inseridos num contexto de relações políticas e correlação de forças particular. Estabelecem assim modos de existir próprios, fabricados pelas experiências compartilhadas. Seus valores são relativos às ações que só ocorrem na fronteira e precisam ser vistos sob o olhar da “verdade” estabelecida numa convenção coletiva, resultado de uma construção histórica de proximidade. Para quem vive nas grandes cidades pode ser incomum ouvir no rádio a ressonância cadente do idioma Guarani, para quem está conectado à realidade fronteiriça, é apenas um som familiar, que fará falta quando omitido.

É com essa percepção que a pesquisa se desenvolve. A presença de elementos culturais no HGPE, para quem não pertence à realidade vivida na fronteira, pode parecer deslocada. Mas, sob a perspectiva multicultural, deveria ser natural encontrar elementos fronteiriços em qualquer tipo de comunicação desenvolvida no território de fronteira. Essa naturalidade fica ainda mais clara sob a ótica de Néstor Garcia Canclini, quando o autor discute interculturalidade e a multiculturalidade como alicerces de uma sociedade. Canclini (2007) considera as diferenças culturais umas em relação às outras e não como identidades separadas. Essa interdependência personifica a relação entre culturas nas fronteiras estudadas.

As “culturas fronteiriças”, como as que se formam nas cidades limítrofes entre dois países e nas escolas onde convivem os filhos de imigrantes de várias nacionalidades, mostrariam a utilidade de conceber a experiência étnica de forma relacional. Assim se formaria uma nova consciência de mestiçagem, que não seria “simplesmente uma doutrina de identidade baseada na bricolagem cultural ou uma forma de subjetividade extravagante, mas uma prática crítica de negociação cultural e tradução que busca transcender as contradições do pensamento dualista ocidental”. (CANCLINI, 2007, p. 102)

Canclini (2007) escreve sobre as mesclas culturais a partir das fronteiras – entre México e Estados Unidos – e das expressões artísticas e comunicacionais das grandes cidades. Suas obras apontam para um mundo globalizado, mas não hegemonizado, em busca de saídas para uma socialização mundial menos opressora e mais inclusiva para as culturas locais.

Trata-se enfim de pensar os paradoxos de ser ao mesmo tempo árabe e cristão, “argenmex” ou “mexico-norte-americano”, “brasiguai” ou franco-alemão. E também as diferenças entre essas fusões – desarraigamentos. Nada que se resolva dizendo que dois e dois são isto ou aquilo, nem por decisão de um tirano nem por heroísmo individual. (CANCLINI, 2007, p. 16)

Canclini (2013), no livro intitulado *Culturas Híbridas* (considerada sua obra principal por abrir novas linhas de pesquisa nos estudos culturais), descreve esse processo ao falar de hibridação como o estabelecimento de uma união de conflitos, de contatos, de intercâmbios, de negociações, gerando novas estruturas contendo algo de cada parte e construindo um ambiente próprio.

Entendo por hibridação processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas. (CANCLINI, 2013, p. 19)

Por fim, Canclini (2007, 2013) apresenta o multiculturalismo como o fio condutor para que seja possível enxergar que os ambientes são forjados e que as realidades são construídas com a participação dos sujeitos. Pela compreensão de que a identidade fronteiriça é híbrida, mestiça, multicultural e construída em um território compartilhado, devendo estar presente nos produtos midiáticos locais, a ideia que esta pesquisa persegue não é verificar como as culturas fronteiriças são representadas, mas se estão ou não representadas no HGPE.

Definir se a cuia de tereré, presente nesse ambiente construído, foi usada no programa eleitoral da forma tradicional – com uma guampa de chifre de boi – ou em um copo comum, nesta pesquisa, é menos relevante do que a presença da bebida tradicional no programa, sob qualquer representação. Também é menos importante saber se a roupa típica era feita de tecidos e cortes já abrasileirados, tendo apenas o estrangeiro como ideia inspiradora. O que interessa é a referência ao elemento cultural e a presença dos símbolos fronteiriços no contexto midiático da eleição. Ou seja, entender se elementos culturais fronteiriços estão nos programas, medindo o espaço ocupado por eles e lançando perspectivas sobre as intenções por trás de seu uso.

Essas discussões, usando o HGPE como objeto, são importantes para identificar discrepâncias de tratamento em um cenário político eleitoral que abrange culturas que se encontram²⁶. A partir daí, poderá haver uma contribuição para o fomento de um avanço democrático que assegure a presença multicultural na comunicação política. A pesquisa procurou identificar todos aqueles elementos culturais que aparecem nos programas e estão

²⁶ Sobre os cenários de culturas que se encontram nas eleições, é possível citar como exemplo a experiência dos Estados Unidos em 2016, quando Hillary Clinton e Donald Trump disputaram a atenção de latinos e afrodescendentes realizando campanhas direcionadas para esses públicos, inclusive com comerciais em língua estrangeira. Um desses vídeos veiculados por Hillary, intitulado *Verdadera Fuerza*, ainda pode ser acessado no link: <https://thehill.com/blogs/ballot-box/presidential-races/294751-clinton-launches-spanish-language-tv-ads>. Outro exemplo de comercial feito em espanhol pela candidata, chamado de *País Primero*, também está disponível no link: <https://www.washingtonexaminer.com/clinton-unveils-2-spanish-language-ads-attacking-trump>. A reação da campanha de Trump à época se concentrou na divulgação de vídeos com a temática “*Latinos for Trump*”. A rede americana *CBS News* também divulgou uma reportagem mostrando porque alguns latinos, moradores da região de fronteira, decidiram dar apoio ao candidato. O vídeo contém informações sobre o perfil do eleitorado latino nos EUA e está disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=UeakjRnx9N8>.

ligados às culturas de Bolívia e Paraguai ou representam a fronteira. Tais elementos transcendem do uso popular para o midiático (sendo entendidos na mídia de massa como próprios da fronteira) e para o turístico (a exemplo dos monumentos e paisagens culturais que passam ao turista a sensação de estar na fronteira). Abaixo e na próxima página, segue uma relação com alguns itens das culturas estudadas que podem estar presentes no ambiente multicultural fronteiriço.

Tereré: Conforme já citado anteriormente, a bebida é um forte elemento fronteiriço que se espalhou por todo o Mato Grosso do Sul, sendo atualmente considerada própria da cultura estadual. No entanto, sua origem provém de costumes de índios que habitavam a região onde hoje é o Paraguai e parte do Estado sul-mato-grossense. Os indígenas consumiam a erva-mate, usando-a para filtrar a água e revigorar-se. A bebida é considerada patrimônio cultural paraguaio, e está ligada ao desenvolvimento e às tradições daquele país. (BENITEZ ALVARENGA, 1998, *online*)

Chipa: Considerada um biscoito ou pão típico paraguaio pode ser consumida durante todo o dia, em qualquer refeição. Semelhante ao pão-de-queijo mineiro, difere-se desse pelo modo de fazer e pelo sabor. No Paraguai, a comida é vendida nas ruas por pessoas que fazem o alimento artesanalmente em fornos de barro.

Saltenha: Semelhante a um pastel, a comida é de origem boliviana, também feita de forma artesanal, com uma massa assada e recheio de frango. Tem sua origem na empanada argentina, que foi adaptada ao longo do tempo para a receita tradicional da Bolívia.

Roupas típicas bolivianas e paraguayas: Na Bolívia, o traje mais comum usado pelas mulheres é conhecido como *pollera*, que consiste em uma saia colorida plissada, aliada a uma blusa e a um chapéu, também colorido, que varia de forma de acordo com a região do país. Também há os vestidos *Tipoy*, de cores leves e usados nas regiões mais quentes. Para os homens, é tradicional o uso de ponchos coloridos e chapéus de feltro. No Paraguai, são roupas típicas os vestidos coloridos que lembram as roupas flamencas de origem espanhola e os vestidos longos, brancos ou de cores claras, usados em danças tradicionais. As roupas típicas dos homens são bastante semelhantes às pilchas (compostas por bombacha, camisa e faixa na cintura) usadas no Brasil pelos gaúchos, no entanto, com composições mais coloridas, principalmente nas camisas e nas faixas.

Monumentos, lugares e paisagens fronteiriças: Ao longo das fronteiras os povos erguem construções que representam a divisão territorial ou a amizade entre as nações. No caso de Mato Grosso do Sul, em Corumbá, é exemplo à aduana que marca a divisão territorial entre Brasil e Bolívia, ao mesmo tempo em que, com seu livre trânsito, simboliza a amizade

entre os países. Também é exemplo o Monumento da Amizade, na fronteira entre Ponta Porã e *Pedro Juan Caballero*, além das bandeiras nacionais, sempre presentes na Avenida Internacional.

Músicas e danças típicas: A música típica paraguaia é representada principalmente pela Polca e pela Guarânia²⁷. Tocadas com instrumentos como a harpa e a viola, possuem passos de dança próprios. Também existem as galopadas, dançadas por mulheres, e a dança da *botelha*, na qual mulheres dançam com uma garrafa na cabeça. Já a música típica boliviana envolve o uso de instrumentos de sopro, com influências incas, mas há uma variedade grande de estilos musicais e danças, como *Auqui-auqui* e *Morenada*. Isto se deve à característica peculiar do país, composto por várias nações com culturas próprias.

A descrição desses elementos contribui para o entendimento do que é buscado na pesquisa. No entanto, o que se procura não está limitado a eles e será descrito de forma mais detalhada juntamente com a metodologia utilizada.

2.2 Comunicação fronteiriça: a integração das culturas nos veículos de massa

Ao estudar as fronteiras, é possível entender que qualquer pesquisa sobre o tema precisa de uma abordagem diferenciada, tanto pelas suas características históricas de constante alteridade e união, quanto pelo excesso de estereótipos encontrados na mídia. Para entender como os veículos de massa se comportam no cotidiano fronteiriço, fora do ambiente eleitoral, foram elencados alguns estudos que ajudam a observar como a multiculturalidade se manifesta na rotina da comunicação.

Segundo Müller (2002), as fronteiras possuem várias formas de entrelaçamento e de cooperação, por isso são vivas, com relações dinâmicas e interações contínuas, que podem ou não se refletir nos meios de comunicação. Weber (2011) afirma que os jornais na fronteira produzem e divulgam notícias locais e internacionais sobre os países limítrofes para atingir consumidores de nacionalidades diferentes. As informações jornalísticas, para a autora, cruzam a linha divisória para circular do lado de lá e vice-versa, provocando uma interação entre os povos.

Raddatz (2015) estabelece elementos que mostram a existência de um sistema de rádio

²⁷ Segundo Teixeira (2014), a música paraguaia foi construída num contexto de extrema adversidade. A influência espanhola deu lugar a um modo característico dos paraguaios se expressarem, representando uma independência musical que pode ser relacionada com a independência do país. A música do Paraguai é mais ligada à tradição local e “se caracteriza por algumas particularidades, como ser cantada em espanhol e guarani, ter base de ritmos ternários (compasso 3/4 ou a utilização poli rítmica do compasso 6/8), explorar gêneros como a Polca Paraguaia e a Guarânia e utilizar como instrumentos principais o violão e a harpa”. (TEIXEIRA, 2014, p. 18)

de identidade fronteiriça, também promotor de união. Para isso, a autora apresenta uma série de características identitárias, como a localização geográfica, os assuntos de interesse mútuo entre as nações, a música como elemento aglutinador de culturas e também a linguagem utilizada pelos locutores, com a aceitação e entendimento do idioma do outro.

A programação do rádio fronteiriço é como um conjunto de recortes da realidade local, cujas partes são fragmentos significativos das origens, das vivências e das experiências da comunidade e dos ouvintes do lugar. O rádio é o meio que atua como difusor dos conteúdos e das práticas socioculturais da fronteira. Como agente de produção simbólica, contribui para reforçar as identidades locais. (RADDATZ, 2015, pág. 209)

A facilidade com que as línguas se cruzam na mídia e a normalidade que esse entrelaçamento representa também foram descritos por Müller; Gerzson; Raddatz e Cancio (2010), em artigo sobre a participação da mídia na construção da identidade fronteiriça. Os autores explicam que é até “esperado” pelos moradores do lugar que a mistura de idiomas ocorra.

A prática de apresentar textos e falas em português e espanhol (ou castelhano, como os habitantes fronteiriços chamam o idioma, ou mesclar as duas num portunhol), de modo geral, é permitida pelos leitores e radiouvintes dos espaços fronteiriços. Ou seja, há a aceitação deste recurso, até porque é usualmente empregado nas falas da população fronteiriça. Nas ruas e nas casas do lado brasileiro, por exemplo, ouvem-se, com frequência, expressões do tipo: *hermano, buenos días, arriba, hasta la vista, muy bien, bienvenidos, bueno* etc. E se este hábito é corriqueiro e incorporado pelos fronteiriços, nada mais esperado que não crie impacto ao ser empregado em um texto radiofônico e/ou jornalístico. Mais ainda: é esperado que isso aconteça na mídia local, sujeito do contexto. (MÜLLER; GERZSON; RADDATZ; CANCIO, 2010, p. 123)

Albuquerque (2014), ao observar a abordagem adotada por séries de reportagens sobre as fronteiras (veiculadas nos canais de televisão nacionais Globo e Bandeirantes) mostra a tendência de uso de clichês que privilegiam violência. O autor conclui que é preciso mudar a forma de abordagem para mostrar as pluralidades das culturas locais.

O que considero relevante é descobrir as diferenças, a pluralidade de fronteiras e as múltiplas zonas de contato com os países vizinhos. Essa multiplicidade e heterogeneidade apontam para a experiência singular de um Brasil situado de frente para a América hispânica, inglesa, francesa e de suas múltiplas sociedades indígenas. (ALBUQUERQUE, 2014, p. 68)

Zamin (2015), ao analisar de que maneira a mídia nacional e internacional enquadra as notícias, constata que ao abordar o tema fronteira, há uma tendência para o uso de estereótipos e para apresentar o lugar como espaço de conflitos.

As fronteiras aparecem aí como espaços de sobreposição do território e do conflito – mesmo quando este é identificado desde modo somente pelo jornalismo –; variantes importantes no trabalho jornalístico, porque seus temas, percursos e objetos delineiam-se no interior de um espaço que toca espaços outros, de uma parte, e reivindica territorialidade, de outra. Metaforicamente ou não, o jornalismo internacional volta-se para e pelas fronteiras, demarcando sua posição diante dos conflitos da atualidade. Assim, apresenta um mapa do mundo conformado por tantos

lugares, acontecimentos e temáticas quanto o interesse e as possibilidades de cada meio acessar. (ZAMIN, 2015, p. 111)

Na construção de uma visão sobre a fronteira, Cancio (2008) mostra em sua pesquisa que o processo de diálogo é permanente no ambiente. As relações de conflito e integração estão embutidas no espaço territorial e fazem parte do cotidiano, devendo ser vistas, apesar dos problemas, como integradoras, além de representarem caminhos mais próximos da realidade. Cancio (2008) afirma que os habitantes da fronteira enxergam as TVs locais como veículos que dão voz ao fronteiriço e mostram as suas necessidades. Por fim, a tese de doutorado do autor aponta que o jornalismo televisivo na faixa de fronteira cumpre função social importante aproximando as comunidades.

Camargo (2015) observou que os programas televisivos na fronteira tendem a mostrar o vizinho de forma negativa, a despeito da proximidade.

Apesar de as cidades de Corumbá, *Puerto Quijarro* e *Puerto Suárez* estarem próximas, a emissora brasileira se propôs a cruzar a fronteira para produção de matérias especificamente sobre a Bolívia 26 vezes em dois anos. Em 2012, em dois meses consecutivos, não foram contabilizadas matérias transnacionais. No ano seguinte, foram sete meses seguidos sem matérias feitas na Bolívia. Esses números refletem uma postura quase que de menosprezo em relação ao país vizinho, considerando sua proximidade e o nível de integração entre as cidades. (CAMARGO, 2015, p. 112).

Independentemente do papel integrador da imprensa fronteiriça, apontado também por Müller (2002), Weber (2011), Raddatz (2015) e Cancio (2008), é preciso refletir que atualmente a inclusão do vizinho na pauta da comunicação ainda é precária, como afirma Camargo (2015), prevalecendo os estereótipos, encontrados também na mídia nacional, como apontam Zamin (2015) e Albuquerque (2014) e com pouco debate político (CANCIO, 2008). Por fim, os veículos de massa são ferramentas que aproximam ou distanciam, esclarecem ou reforçam estereótipos, explicam ou confundem, mas sendo acessíveis aos dois lados, promovem, mesmo de forma ainda a ser melhorada, um reforço da integração cultural.

Esses trabalhos elucidam a praxe da comunicação fronteiriça e permitem reflexões e questionamentos sobre o que ocorre nesse ambiente, no âmbito dos programas eleitorais. Os programas eleitorais refletem a presença de estereótipos sobre violência e segurança quando falam de fronteira? Contemplam discussões sobre soluções para os problemas cotidianos comuns aos dois países? Apresentam propostas com temas fronteiriços? Usam ou não as características multiculturais fronteiriças? Se sim, de que forma e para quê?

2.3 Comunicação eleitoral: o marketing e seus profissionais

Para compreender a estratégia dos programas eleitorais e responder às questões propostas, é necessário entender como funciona o trabalho de marketing direcionado ao eleitor. Essa compreensão é importante para orientar a observação a respeito das decisões tomadas pelos marqueteiros²⁸ e candidatos na elaboração dos programas eleitorais. A intenção aqui é conceituar brevemente o marketing comercial – ou simplesmente marketing –, o marketing político e o marketing eleitoral, para compreender como são pensadas as campanhas.

Para Torquato (2014), o marketing e suas estratégias funcionam como a comunicação, pois envolvem a emissão, a recepção de uma mensagem e o retorno, ou *feedback*, que pode ocorrer com o pedido de mais informações sobre um produto ou serviço e a venda do mesmo.

De certa forma, todos os livros convergem sobre o conceito e colocam o marketing como avaliação de oportunidades, satisfação de desejos e definição estratégica de atividades que vão estimular uma troca positiva entre produtores e consumidores. [...] O conceito envolve, assim, todas as atividades destinadas a promover relações de troca entre um emissor e um receptor, um produtor e um comprador. (TORQUATO, 2014, pag. 28 e 29).

Marketing também é entendido como a organização de ações de divulgação de um produto, uma marca ou um serviço, para um público, objetivando uma relação de troca. Essa definição é ampliada com os fundamentos formulados no trabalho de Kotler (2000). Nas obras do autor, são várias as delineações sobre o que é marketing, no entanto, é possível notar que todas convergem para a construção de mecanismos que proporcionem a satisfação de interesses do público-alvo para obter um determinado resultado. A ideia é sintetizada quando o autor afirma que a “tarefa do marketing é encontrar meios de ligar os benefícios do produto às necessidades e aos interesses naturais das pessoas”. (KOTLER, 2000, p. 28)

Kotler (2009) esclarece também que o marketing envolve mais do que a relação empresa-consumidor, podendo ser usado para quaisquer ações que demandem a realização de trocas, inclusive de promessas políticas por votos.

Normalmente, o marketing é visto como a tarefa de criar, promover e fornecer bens e serviços a clientes, sejam estas pessoas físicas ou jurídicas. Na verdade, os profissionais de marketing envolvem-se no marketing de bens, serviços, experiências, eventos, pessoas, lugares, propriedades, organizações, informações e idéias. (KOTLER, 2000, p. 25)

Quase toda a teoria de marketing anterior a 1970 tratava de empresas com fins lucrativos, lutando para vender seus produtos e serviços com lucro. No entanto,

²⁸ De acordo com o Dicionário Michaelis, edição *online* disponível em www.michaelis.uol.com.br, a palavra marqueteiro descreve o indivíduo que tem o marketing como profissão. Para os fins desta pesquisa, o termo é usado para designar qualquer profissional que trabalhe no marketing da campanha eleitoral, não necessariamente indicando formação superior em marketing ou publicidade.

outras organizações – sem fins lucrativos e governamentais – também enfrentavam problemas de marketing. As faculdades competem por alunos; os museus procuram atrair visitantes; as organizações de artes cênicas querem conquistar mais público; as igrejas buscam fiéis, e todos buscam patrocínio. Os indivíduos também realizam ações de marketing: políticos buscam votos²⁹; médicos procuram pacientes, e artistas aspiram ao estrelato. Comum nesses casos é o desejo de uma pessoa atrair a reação ou o recurso de outra pessoa: atenção, interesse, desejo, aquisição, boa divulgação boca-a-boca. Contudo, para obter essas respostas, a pessoa deve oferecer algo que a outra perceba como tendo valor, para que a outra parte ofereça voluntariamente a resposta, ou o recurso, em troca. Portanto, a troca surge como o conceito central subjacente de marketing. (KOTLER, 2009, p. 11)

Os conceitos citados ajudam a entender que marketing é uma relação de troca, mas para esta pesquisa é necessário compreender como essa relação funciona em duas derivações da área: o marketing político e o marketing eleitoral. Embora não exista um consenso sobre suas definições, pois encerram conceitos muito próximos, as diferenças são explicadas, na concepção de Manhanelli (1992, 2004). Enquanto o marketing político pode ocorrer a qualquer tempo para promover pessoas, mandatos, governos ou instituições, o marketing eleitoral ocorre durante a eleição para convencer o eleitor.

O marketing eleitoral consiste em implantar técnicas de marketing político e comunicação social integrados, de forma a conquistar a aprovação e simpatia da sociedade, construindo uma imagem do candidato que seja sólida e consiga transmitir confiabilidade e segurança à população elevando o seu conceito em nível de opinião pública. (MANHANELLI, 1992, p. 22)

Muitos têm definido o marketing político como uma ação simplesmente eleitoral. Entretanto, na nossa concepção, marketing político é diferente de marketing eleitoral. O primeiro é dirigido a quem receberá as ações políticas ou sociais derivadas dos mandatários dos cargos executivos e legislativos. O segundo tem como alvo aqueles que terão de ser convencidos a votar neste ou naquele candidato. (MANHANELLI, 2004, p. 14)

Embora Manhanelli defenda a diferença, os conceitos muito próximos mostram um processo contínuo, um ciclo marketing político – marketing eleitoral. O que os diferencia é apenas a temporalidade de realização da troca. Fora do período de eleições, o primeiro executa ações para promoção de quem ocupa o mandato, preservando sua imagem e construindo a estratégia para que, no momento da eleição, iniciem-se as ações do segundo, que efetivam a troca pelo voto e que determinam os rumos do que será feito após o pleito. Portanto, quando se trata de processos eleitorais, o político rege o eleitoral em dado momento e o eleitoral determina o político em outro.

Para fins deste trabalho, será usado então um entendimento unificado entre marketing político e marketing eleitoral, pois seus trabalhos se complementam. Não há como vencer eleições sem planejamento antes do período eleitoral e não é possível realizar um governo sem considerar as estratégias que levaram a vitória. A ideia de marketing político eleitoral

²⁹ Grifo nosso.

referencia as ações realizadas pelos profissionais da área durante todo o processo de construção de uma candidatura até a disputa nas urnas. Esse trabalho é definido por Figueiredo (1994) como:

Um conjunto de técnicas e procedimentos que têm como objetivos adequar um (a) candidato (a) ao seu eleitorado potencial, procurando fazê-lo, num primeiro momento, conhecido do maior número de eleitores possível e, em seguida, mostrando-o diferente de seus adversários, obviamente melhor do que eles. (FIGUEIREDO, 1994, p. 10)

As ações do marketing político eleitoral buscam adequar o candidato como a melhor opção de voto, efetivando a relação de troca. Essa adequação envolve a construção do discurso político eleitoral, as estratégias para divulgação deste discurso nos programas eleitorais e o planejamento das ações futuras para um possível governo ou uma nova eleição. Além disso, também abrangem a preparação do candidato e a orientação sobre o que dizer ou não em entrevistas, comícios, debates e outras ações de campanha.

Essas ações são executadas por um profissional de marketing político eleitoral, muitas vezes oriundo do mercado comercial publicitário (que atende empresas, por exemplo), ou de outras áreas da comunicação. O marqueteiro “é alguém que busca uma resposta (atenção, compra, voto, doação) de uma parte, denominada cliente potencial (prospecto)” (KOTLER, 2000, p. 33). No caso dos programas eleitorais, o prospecto é o eleitor a ser conquistado e, para convencê-lo a participar da relação de troca proposta, o marqueteiro – auxiliado por uma equipe –, executa as estratégias do marketing político eleitoral. Para isso, uma das ações fundamentais, segundo Kotler (2000), é entender o ambiente no qual será realizado o trabalho. Esse ambiente possui diversas variantes, conforme explica Kotler.

O ambiente geral é formado por seis componentes: ambiente demográfico, ambiente econômico, ambiente natural (meio ambiente), ambiente tecnológico, ambiente político-legal e ambiente sociocultural. Esses ambientes contêm forças que podem produzir um impacto importante sobre os participantes do ambiente de tarefa. Participantes do mercado devem prestar muita atenção nas tendências e nos acontecimentos desses ambientes e realizar ajustes oportunos em suas estratégias de marketing. (KOTLER, 2000, p. 37)

O marqueteiro, então, analisa o ambiente para executar a demanda e obter o resultado planejado. Tal qual o marketing comercial vende um produto, o marketing político eleitoral “vende” o candidato ou a ideia que é construída em torno dele. O preço a ser pago pelo eleitor é o voto (e as consequências advindas da escolha feita). Conclui-se que o marketing político eleitoral é o trabalho realizado pelo marqueteiro para moldar o candidato e orientar o uso das ferramentas de campanha, procurando a forma mais eficiente de influenciar o eleitor com o objetivo de assegurar o voto e vencer a eleição.

2.4 Espiral do Silêncio: A teoria para refletir sobre os dados encontrados

A Teoria da Espiral do Silêncio, desenvolvida pela professora alemã Elizabeth Noelle-Neumann (1916-2010), embasa a análise dos resultados encontrados. A autora realizou uma investigação histórica e uma série de pesquisas para construir sua teoria. No processo, ela estudou o poder de influência da opinião pública, esclarecendo como a pressão social e os interesses individuais e coletivos, aliados ao medo do isolamento – natural entre indivíduos que vivem em sociedade – levam ao silenciamento de grupos sociais. A teoria de Noelle-Neumann contribui para a compreensão de panoramas sócio-políticos e é eficaz para observar os discursos hegemônicos em produtos midiáticos, que influenciam as sociedades por meio da manipulação de conteúdo e do controle de informações.

Para formular sua teoria, a pesquisadora investigou diversos textos de escritores consagrados, demonstrando como a Espiral do Silêncio está inserida em diversos momentos da formação social humana. Noelle-Neumann encontrou, por exemplo, a presença da Espiral do Silêncio na ideia de que ninguém vive bem contra a opinião do povo, exposta na terceira lei de John Locke (1824), a lei da moda, conhecida também como a lei da virtude, do vício, da opinião e da reputação. O filósofo inglês afirma que é preferível seguir ao que determina a moda do que enfrentar as consequências do isolamento.

Mas ninguém que atente contra a moda e contra a opinião de suas companhias imediatas, ou das que gostariam de ter, livra-se facilmente das consequências negativas impostas pela censura, pelo que desagrada a elas. (LOCKE, 1824, apud NOELLE-NEUMANN, 2018, p. 109)

Nos escritos do escocês David Hume (1963), particularmente em sua Teoria do Estado, Noelle-Neumann identificou a presença da Espiral do Silêncio na forma como o autor afirma que o “poder da concentração de opiniões semelhantes, mantidas por indivíduos, produz um consenso que constitui a base real de qualquer governo”. (HUME, 1963, apud NOELLE-NEUMANN, 2019, p. 113)

A autora encontra em Tocqueville (1948) a definição de que a opinião pública é como a tirania, pois a maioria numérica “pressiona as mentes dos indivíduos com enorme força. Os rodeia, os dirige e os oprime” (TOCQUEVILLE, 1948, apud NOELLE-NEUMANN, p. 133, 2018). Noelle-Neumann (2018, p. 130) chama Tocqueville de “o primeiro observador consciente do funcionamento da Espiral do Silêncio” (idem), pois o pensador percebeu, em sua época, o “fantasma do isolamento” e a “tendência ao silêncio” (ibidem).

Para Tocqueville, a opinião pública era nos EUA, um fardo pesado, uma pressão coercitiva que conduz à conformidade ou, nos termos de Rousseau, um jugo perante o qual o indivíduo de uma sociedade devia se submeter. (NOELLE-NEUMANN, 2018, p. 130)

O dever público parece tão necessário quanto o ar que respiramos, e discordar da multidão é como não viver. A multidão não necessita de leis para coagir os que não pensam como ela. A desaprovação pública lhe basta. A sensação de solidão e impotência os sobrecarrega e os faz despertar. (TOCQUEVILLE, 1948, apud NOELLE-NEUMANN, p. 130, 2018)

Ainda em busca da definição de opinião pública ao longo da história, e da identificação do silenciamento nas relações humanas, Noelle-Neumann estuda pesquisadores como o antropólogo Turnbull (1961), que descreve as relações sociais de pigmeus nas florestas do Congo, e Margaret Mead (1937) autora do livro “Mecanismos da opinião pública entre povos primitivos”, que estuda as sociedades dos arapesh, dos iatmul, dos zuni e dos balineses.

Ambos os autores comprovaram a existência da força da opinião pública no controle social das sociedades primitivas, mesmo que expressa de formas variadas de acordo com a tribo, mas sempre levando ao isolamento, caracterizado por situações como não partilhar a mesma tenda ou por não ser aceito em uma roda de cantos. De qualquer forma, a busca por evitar ficar longe do grupo é um fator que influencia nas decisões pessoais e relações nessas sociedades. Citando Ross (1969), Noelle-Neumann (2018, p. 148) escreve que a opinião pública, até nesses ambientes, “é mais eficiente do que juízes e tribunais, pois alcança grandes distâncias e custa muito menos”, punindo o indivíduo divergente por meio do afastamento.

Todo esse arcabouço de dados históricos serviu para corroborar a teoria de Noelle-Neumann. No entanto, o desenvolvimento da Espiral do Silêncio envolve um aprofundamento em dados que vai muito além das observações históricas feitas pela autora. Formulada entre os anos 1965 e 1971, a teoria tem como base a percepção de que existe diferença nas intenções de voto registradas nas pesquisas eleitorais e os resultados efetivos das eleições. Partindo desse pressuposto, Noelle-Neumann tentou estabelecer relações entre a opinião pública e o silenciamento.

Tentamos identificar elementos que parecem estar relacionados com o processo da opinião pública e são investigáveis empiricamente: (1) a capacidade humana de perceber o crescimento ou diminuição das opiniões públicas; (2) as reações diante desta percepção, que estimulam ou reprimem a livre expressão de opiniões; (3) o medo do isolamento, que faz com que a maioria das pessoas tenda a aderir à opinião alheia. (NOELLE-NEUMANN, 2018, p. 98)

A base de dados que compõe o trabalho está centrada nas pesquisas realizadas por Noelle-Neumann e sua equipe no Instituto de Demoscopia de Allensbach, localizado na Alemanha, na cidade de mesmo nome. Com o uso de diversos métodos, a pesquisadora demonstra que o modo de pensar predominante sobre um assunto influencia a forma como as pessoas emitem a própria opinião, levando ao silenciamento quando divergem do discurso que entendem ser o hegemônico. Uma das pesquisas relata as variações na opinião popular a

respeito dos esforços políticos da Alemanha Ocidental para normalizar as relações com o Leste Europeu no final dos anos 60 do século XX. Noelle-Neumann descreve em detalhes a interpretação que fez dos dados, concluindo que o clima de opinião depende de quem fala e de quem se cala.

Os que estavam convencidos de que a nova Ostpolitik (política do leste) era adequada pensavam que suas ideias acabariam por ser aceitas por todo mundo. Desta forma, estas pessoas se expressavam abertamente, defendendo os seus pontos de vista confiantemente. Os que rechaçavam a Ostpolitik, por outro lado, sentiam-se marginalizados, retiravam-se e se calavam. Tal inibição fez com que a opinião de maior apoio explícito parecesse ainda mais forte do que realmente era, enquanto a outra opinião acabava por parecer mais fraca. Observações feitas em determinados contextos estenderam-se a outros e estimularam as pessoas a proclamar suas opiniões ou a “engoli-las” mantendo-se em silêncio até que, em um processo em espiral, determinado ponto de vista chegasse a dominar o cenário, ao passo que o outro desaparecia da consciência pública no emudecer de seus partidários. Este é o processo que podemos qualificar de espiral do silêncio. (NOELLE-NEUMANN, 2018, p. 21 e 22)

Um dos testes que pode exemplificar os métodos utilizados por Noelle-Neumann é o chamado Teste do Trem, no qual os entrevistados eram convidados a imaginar estar em um vagão durante uma viagem, e questionados sobre diversos temas. Uma das questões era se conversariam ou não com pessoas desconhecidas sobre assuntos que pudessem causar conflito. Com base nos resultados, foi possível determinar que a maioria silenciava em público sobre assuntos polêmicos contrários às suas convicções ou, então, se manifestava veementemente a favor, caso o tema fosse favorável aos seus pensamentos, inibindo que outros se expressassem contrariamente.

Parece que o medo do isolamento é a força ativadora da espiral do silêncio. Seguir a multidão constitui um estado de relativa felicidade. Mas se esta opção não é possível, quando não se quer compartilhar em público uma convicção aceita aparentemente de modo universal, ao menos é possível permanecer em silêncio, uma segunda opção para continuar sendo tolerado pelos demais. (NOELLE-NEUMANN, 2018, p. 23)

As pesquisas de Noelle-Neumann demonstraram, por exemplo, que um determinado partido que consegue difundir melhor suas ideias, também consegue fazer que seus simpatizantes se expressem com mais segurança sobre suas ideologias, gerando um clima de opinião favorável. Esse clima é o que leva os demais, por medo do isolamento ou do confronto, a silenciarem.

A tendência de uma pessoa que pertença à parcela da opinião dominante é a de expressar-se sempre, independente de quem esteja diante dela. Isso por causa da sua percepção de que o entorno a favorece. Do mesmo modo, quem esteja no ostracismo opinativo se calará mesmo diante de suspeitos apoiadores, pois sua percepção indica uma situação de inferioridade. A espiral do silêncio ocorre quando a percepção do entorno opinativo tem mais importância que a opinião individual. (NOELLE-NEUMANN, 2018, p. 57)

Ao citar o experimento realizado pelo sociólogo americano Solomon Asch, que demonstrou a tendência das pessoas em seguir a maioria, mesmo sabendo que a opinião formada por essa maioria estava errada, Noelle-Neumann encontra a confirmação de que o medo do isolamento é um poderoso indutor de atitudes. Esse medo faz com que os seres humanos concordem com a opinião que acreditam ser a predominante no ambiente, seja ela qual for, independente dos interesses e das convicções pessoais.

Presumimos, portanto, que o medo do isolamento dos indivíduos normais desencadeia a espiral do silêncio, e o experimento de Asch demonstra que este medo pode ser considerável. Isso explicaria, de fato, os resultados obtidos com o método de entrevistas [realizadas por Noelle-Neumann]. Esse imenso medo de se sentir isolado nos permitira explicar, portanto, a grande façanha coletiva demonstrada pela pesquisa ao revelar, com precisão e fidelidade, quais as opiniões que se fortalecem e perdem força. Mais ainda, fazem isso sem recorrer a qualquer instrumento de sondagem de opinião. (NOELLE-NEUMANN, 2018, p. 70)

O ponto central da teoria de Noelle-Neumann é a formação do Clima de Opinião. Segundo a autora, os indivíduos têm a capacidade de perceber esse clima a sua volta e se amoldam ao ambiente. Utilizam-se de resiliência para se manter em silêncio, integrados à comunidade em que vivem e aprovados pela opinião pública, mesmo que suas opiniões sejam diferentes no foro íntimo.

Trata-se tão somente da aprovação ou desaprovação de opiniões e comportamentos publicamente observáveis, de modo que seja perceptível pelo indivíduo. A espiral do silêncio, portanto, é a reação diante da aprovação e desaprovação, patente e visível, em meio ao emaranhado instável de valores. Do mesmo modo, não há restrição a respeito de quem seja o portador da opinião que se deva ou não levar em conta. Assim, a opinião pública não é monopólio dos que acreditam ter vocação para isso, ou a talentosos críticos, ou do “público politicamente ativo” de Habermas. Estamos todos incluídos. (NOELLE-NEUMANN, 2018, p. 100)

Por fim, Noelle-Neumann, na conclusão de suas pesquisas, estabelece os principais pressupostos da Teoria da Espiral do Silêncio:

1- A sociedade ameaça aos indivíduos desviados com o isolamento; 2 - os indivíduos experimentam um contínuo isolamento; 3 - este medo do isolamento faz com que os indivíduos tentem avaliar continuamente o clima de opinião; 4 - os resultados dessa avaliação influem no comportamento em público, na expressão pública ou no ocultamento das opiniões. (NOELLE-NEUMANN, 2018, p. 271)

Por permitir a observação desse comportamento social, a Teoria da Espiral do Silêncio será o suporte teórico para a análise dos programas eleitorais, embasando uma reflexão sobre os resultados encontrados. Os candidatos são lideranças políticas buscando governar uma sociedade, um território, e necessitam da aprovação de uma sociedade, conseguida por meio do voto. Silenciar, no momento certo, pode ser importante para garantir essa aprovação.

2.5 Metodologia: Análise de Conteúdo para os programas eleitorais

Programas eleitorais de televisão são elaborados para persuadir o eleitor a acreditar em intenções, propostas, ideias e, por consequência, a votar em um candidato. Em busca de empatia, se utilizam da junção dos textos, elaborados pelos marqueteiros, às imagens e artes produzidas na campanha. São, portanto, um produto audiovisual complexo que mistura política, emoção e estratégias de convencimento, a exemplo do que descreve Rose (2010).

Os meios audiovisuais são um amálgama complexo de sentidos, imagens, técnicas, composição de cenas, sequência de cenas e muito mais. É, portanto, indispensável levar essa complexidade em consideração, quando se empreende uma análise de seu conteúdo e estrutura. (ROSE, 2010, p. 343)

Uma equipe, geralmente composta por redatores (publicitários, jornalistas, etc.) produz os textos – o discurso eleitoral do programa – dando origem ao que é visto na tela. Nesta dissertação, serão analisados quaisquer textos veiculados no programa eleitoral, abrangendo *offs*³⁰, falas dos candidatos, áudio das entrevistas com populares e eventuais frases ou palavras contidas em vinhetas, *jingles*³¹ ou outros elementos sonoros narrados, em qualquer língua.

Para realizar a análise do discurso textual político eleitoral contido nos programas, é utilizada a metodologia da Análise de Conteúdo (AC) com referencial na obra da pesquisadora francesa Laurence Bardin, que teve sua primeira edição publicada em 1977, com várias reedições. A Análise de Conteúdo abrange desde a formulação de hipóteses e objetivos até o tratamento dos dados, de forma qualiquantitativa, proporcionando ao pesquisador a possibilidade de ver, por meio das informações encontradas, os reais significados contidos no objeto.

Embora a maior parte das análises clássicas de conteúdo culminem em descrições numéricas de algumas características do corpus do texto, considerável atenção está sendo dada aos “tipos”, “qualidades”, e “distinções” no texto, antes que qualquer quantificação seja feita. Deste modo, a análise de texto faz uma ponte entre um formalismo estatístico e a análise qualitativa dos materiais. No divisor quantidade/qualidade das ciências sociais, a análise de conteúdo é uma técnica híbrida que pode mediar esta improdutiva discussão sobre virtudes e métodos. [...] Ela é uma técnica para produzir inferências de um texto focal para seu contexto social de maneira objetivada. (BAUER; GASKELL, 2010, p. 189)

A metodologia proposta por Bardin (2011) permite analisar o contexto social de maneira objetiva, pois não é uma forma de análise pronta, mas sim uma composição de

³⁰ São *offs* as narrações feitas em conjunto com imagens gerais ou artes, sem que o personagem esteja falando para a câmera.

³¹ De acordo com a edição *online* do dicionário Michaelis, disponível em www.michaelis.uol.com.br, *jingle* é a mensagem publicitária musicada, veiculada em rádio e televisão, de curta duração, com versos simples e repetidos. Torquato (2014 p. 282), explica que a música da campanha funciona como o canal sonoro a levar o nome e os conceitos centrais que envolvem a candidatura.

indicativos e de orientações que ajudam o pesquisador a chegar aos seus objetivos da maneira mais rápida e confiável possível.

O que é a análise de conteúdo atualmente? Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a “discursos” (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O fator comum dessas técnicas múltiplas e multiplicadas – desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até a extração de estruturas traduzíveis e modelos – é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade (BARDIN, 2011, p. 15)

A escolha do método se deve a sua versatilidade e a larga utilização nas pesquisas de comunicação, principalmente por se situar entre a Semiótica, permitindo a leitura dos signos objetivamente, e a Semântica, possibilitando uma análise do sentido dos elementos presentes e permitindo interpretar “mensagens com um duplo sentido cuja significação profunda só pode surgir depois de uma observação cuidadosa” (BARDIN, 2011, p. 20), caso dos programas eleitorais analisados, nos quais o conteúdo serve à intenção de convencer ao voto, mesmo que pareça não estar sendo usado para isso. De forma objetiva, a AC permite quantificar quantas vezes a fronteira e suas representações aparecem no texto para, em seguida, qualificar o conteúdo, possibilitando uma análise sobre o objetivo implícito no uso ou na ausência de elementos fronteira.

Nas análises, foram seguidas as etapas estabelecidas por Bardin, sendo a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. Na pré-análise, realizou-se a coleta e a organização do conteúdo a ser explorado, além da formulação das hipóteses, dos objetivos e das definições sobre as unidades de análise. A observação mostrou ser essencial dividir o objeto em imagem e áudio para assegurar confiabilidade aos dados gerados.

Para realizar essa clivagem, mostrou-se eficaz o uso do Método de Análise de Imagens em Movimento (ROSE, 2010) em conjunto com a Análise de Conteúdo. Seguindo o que preconiza o método, os programas foram divididos em duas dimensões: Visual e Verbal, que foram subdivididas em categorias, permitindo a identificação das unidades de registro, previstas na AC, sendo que cada elemento fronteira encontrado (nos textos, sons e imagens) equivale a uma unidade.

Na segunda fase (exploração do material), foi aplicada aos demais programas a sistemática desenvolvida na pré-análise, organizando os dados brutos quantificados por meio das unidades de registro. A partir de então, a terceira fase (interpretação analítica) permitiu buscar a semiologia dos elementos encontrados, utilizando o referencial teórico como base, comprovando ou descartando as hipóteses levantadas. No próximo tópico estão explicações

sobre como a combinação entre método e metodologia possibilitou o alcance dos resultados da pesquisa.

2.5.1 Método de Análise de Imagens em Movimento e a definição das categorias

Neste trabalho serão separadas representações que são de fronteira e que não são de fronteira, construindo um panorama sobre o HGPE de dois municípios limítrofes com diferentes países a respeito da presença dos elementos fronteirços nos programas eleitorais. Não serão avaliadas as condições técnicas (como os efeitos visuais ou procedimentos de manipulação de imagem e de edição) de produção dos programas, nem mesmo o planejamento das cenas (tipos de enquadramento, ângulos, variações de luz, fotografia, etc.). Entende-se ainda que são dispensáveis detalhamentos descritivos de elementos identificados como não-fronteirços. A luz dessas decisões, o foco é a busca por representações dos elementos da cultura fronteira e da semântica deles no discurso audiovisual³² dos programas eleitorais.

Para encontrar esses elementos que representam a fronteira, em conjunto à AC, foi adotado o método de Análise de Imagens em Movimento, elaborado por Rose (2010). O método sistematiza a decupagem dos vídeos com o objetivo de facilitar a análise do texto narrado transcrito e de traduzir o que está em imagem para o formato de texto. Esse procedimento permite a codificação de dados mensuráveis para quantificação e qualificação.

Rose (2010) denomina de transladar o processo de descrever a imagem, definindo-o como parte de uma reinterpretação necessária para observar objeto. A autora define que “processos de traslado não dão origem a simples cópias, mas levam, interativamente, à produção de um novo resultado” (ROSE, 2010, p. 344), facilitando para o pesquisador a busca pelas informações, evitando o simples “espelhamento do conjunto de dados na análise final” (Idem) e permitindo observar o que está além do vídeo.

Todo passo, no processo de análise de materiais audiovisuais, envolve transladar. E cada traslado implica em decisões e escolhas. Existirão sempre alternativas viáveis às escolhas concretas feitas, e o que é deixado de fora é tão importante quanto o que está presente. (ROSE, 2010, p. 343)

O método ajuda não só encontrar os elementos fronteirços, mas também a identificar o que não é dito/visto sobre a fronteira nos programas eleitorais. Seguindo o proposto por Rose (2010), o pesquisador assiste ao material, transcrevendo as narrações e sons na

³² O sentido do discurso audiovisual aqui está ligado ao raciocínio estratégico utilizado na elaboração dos programas para convencer o eleitor. Ou seja, a junção de sons e imagens que dá origem a uma mensagem única construída pelos candidatos e marqueteiros no HGPE, com base no ambiente de trabalho que encontram.

Dimensão Verbal, e transladando (ou traduzindo) as imagens para a Dimensão Visual, criando um texto a partir do que elas representam. O processo permite uma interpretação dos significados contidos no vídeo para inferências e questionamentos ao objeto que, com base na Análise de Conteúdo, vão corroborar as conclusões.

Uma dúvida que surgiu durante as análises estava na escolha da forma utilizada para observar o que se está vendo e ouvindo nos programas eleitorais. Essa questão era determinante, pois poderia interferir na qualidade dos dados encontrados e no tempo de realização da pesquisa. As opções possíveis eram várias, incitando diversas ideias: Dividir por tempo os programas, por exemplo, e criar unidades de análise por minuto de vídeo? Ou realizar uma observação *frame a frame*³³ de cada imagem apresentada? No entanto, tal preciosismo, além de ser inviável para o tempo da pesquisa, reduziria o número de programas analisados, além de não ser recomendado por Rose (2010). A autora avalia que em vez de buscar uma perfeição impossível, observando detalhadamente uma única imagem, é preciso usar métodos claros de obtenção de dados para permitir o debate dos resultados alcançados e uma análise mais profunda do conteúdo.

A resposta foi encontrada na pré-análise, quando foi observado um padrão nas mudanças de assuntos narrados nos programas eleitorais, que poderia ser aplicado tanto aos programas de Corumbá quanto de Ponta Porã. Notou-se que as imagens veiculadas acompanhavam as trocas de narração, isto é, a cada novo assunto um novo conjunto de imagens surgia na tela. Tendo o método como guia, e a percepção da organização entre texto e imagem, ficou estabelecido que a melhor opção para analisar o conteúdo dos programas eleitorais seria a utilização das divisões impostas pela própria estrutura visual e verbal já existente. Consequentemente, cada programa foi segmentado em unidades de análise denominadas Blocos de Edição. Esses blocos foram então observados sob a perspectiva das Dimensões Verbal e Visual, de acordo com o estabelecido por Rose (2010), em busca das unidades de registro contendo elementos fronteiros.

Tecnicamente, os Blocos de Edição analisados foram encontrados na transcrição e divididos de acordo com as mudanças entre *offs* de imagens, *offs* de artes (incluindo vinhetas), entrada de apresentadores no vídeo, entrada de entrevistados no vídeo, aparição de candidato no vídeo, entrada de clipes com o *jingle*³⁴ da campanha ou outras músicas, além de outras variações da narrativa. Em resumo, qualquer assunto novo trazido ao vídeo pelas mudanças de

³³ *Frame* ou fotograma é a menor unidade de tempo de um vídeo digital ou filme em película. Equivale a uma imagem congelada na tela, que em conjunto com outras imagens em sequência, produz a ilusão de movimento.

³⁴ Para esclarecimento, clipes com *jingles* e outras músicas foram considerados como Blocos de Edição na totalidade de seu tempo de veiculação, mesmo que ocorram mudanças de imagem nesse período.

texto é considerado iniciador de um novo Bloco de Edição para análise. A visualização de um exemplo das tabelas desenvolvidas para transcrição e transladação, com as dimensões e a separação do programa em blocos, está disponível no Apêndice J.

Com a observação dos Blocos de Edição, realizou-se a qualificação e a quantificação dos elementos fronteirços encontrados, de acordo com as dimensões e categorias definidas na observação dos programas, com apoio no referencial teórico sobre multiculturalismo na fronteira.

As dimensões e categorias definidas foram:

Dimensão Visual (DV) – é resultado da transladação para texto das imagens encontradas no vídeo. Subdivide-se em quatro categorias para a busca das unidades de registro:

A) Paisagens Fronteiriças: abrangendo imagens da região geográfica estudada que caracterizem o ambiente de fronteira. As paisagens³⁵ que se busca são culturais e alteradas pelo homem na linha de fronteira com a inserção de estruturas para caracterizar o território fronteirço.

B) Símbolos fronteirços: inclui imagens de monumentos locais (que não caracterizem paisagens), imagens de comidas típicas e/ou objetos que remetam ao ambiente multicultural da fronteira (violas e harpas por exemplo). Enquadram-se na categoria, por exemplo, o tereré e a chipa, típicos símbolos da cultura paraguaia, e a saltenha, de origem boliviana. Também é considerada um símbolo a Feira Bras-Bol³⁶.

C) Roupas típicas: inclui as vestimentas e/ou acessórios adotados por paraguaios e bolivianos em festas regionais ou que sejam identificadas como ligadas culturalmente aos países vizinhos.

D) Artes computadorizadas: abrangendo GCs³⁷, vinhetas e demais textos inseridos nas imagens, além de quaisquer elementos gráficos que possam aparecer na forma de arte computadorizada e que remetam a cultura dos países vizinhos ou ao ambiente multicultural.

³⁵ De acordo com o Dicionário Michaelis, edição *online* disponível em www.michaelis.uol.com.br, entende-se por paisagem a posição geográfica ocupada por uma extensão de território e de seus elementos que se alcança num lance de olhar; panorama, vista.

³⁶ Oliveira e Campos (2011) afirmam que a Feira Bras-Bol trata-se de uma feira fronteirça. “Falamos disso, não apenas por sua localização geográfica, mas, sobretudo, pelas suas inserções nas dinâmicas fronteirças. Seja através do trânsito cotidiano de pessoas e mercadorias que para lá se deslocam, vindas da Bolívia, para estarem presentes na Feira, seja através das trocas linguísticas ou das manifestações de preconceito, naquele lugar ocorrem típicas interações de fronteira, algo não observado nas outras feiras estudadas”.

³⁷ GC ou Gerador de Caracteres é um termo usado no jornalismo para designar o conjunto de créditos que aparecem no vídeo com os dados de um entrevistado – abrangendo geralmente o nome, sobrenome ou profissão – ou ainda, denominando os ambientes mostrados, como quando um helicóptero de reportagem sobrevoa um local e na tela aparece o nome do lugar e o assunto reportado. A técnica de introdução de informações textuais

Dimensão Verbal (DVb) - se refere ao conteúdo textual narrado nos programas. Subdivide-se em seis categorias para a busca de unidades de registro:

E) Propostas Específicas para a Fronteira: abrange toda e qualquer proposta eleitoral que tenha como tema específico assuntos relacionados à fronteira ou aos fronteiriços.

F) Discurso dos apresentadores e locutores: abrange os textos narrados nos programas, em qualquer ambiente ou situação (entrevistas, gravações em externa, *offs* ou estúdio) contendo temas fronteiriços.

G) Discurso do candidato: abrange narrações do candidato, em qualquer ambiente ou situação (entrevistas, gravações em externa, *offs* ou estúdio), contendo temas fronteiriços.

H) Entrevistas com fronteiriços: abrange entrevistas com pessoas que falem outro idioma ou tenham sotaque com influência de língua estrangeira do país vizinho. Importante ressaltar que o sotaque tradicional Corumbaense não será analisado, pois se caracteriza por uma herança da colonização portuguesa³⁸, sem relação com as línguas faladas na Bolívia.

I) Citações em outro idioma: abrange possíveis expressões ou palavras usadas em conjunto ou não com a língua portuguesa, mas que tenham origem/ligação com a cultura do país vizinho.

J) Trilha Sonora fronteiriça: abrange a utilização de músicas que sejam caracterizadas como de fronteira ou ligadas aos países vizinhos do município analisado. São exemplos a Polca e a Guarânia paraguaias, a *Morenada* e as músicas de influência inca da Bolívia.

Foram incluídas nesta dimensão as análises dos Planos de Governo apresentados pelos candidatos à Justiça Eleitoral à época da eleição. Os documentos serão explorados apenas sob as perspectivas das categorias “E” e “I”, além da busca nos textos por palavras e expressões assemelhadas a: fronteira, fronteiriço, fronteiriça, internacional, país vizinho, estrangeiro,

no vídeo, com os programas de edição mais modernos, ganhou novas utilidades e possibilidades. O termo GC é agora usado para designar outros textos que aparecem na imagem, como por exemplo, o preço de um veículo caindo do alto da tela em uma propaganda de montadora ou os dados numéricos em uma matéria jornalística. No Marketing Político Eleitoral, especificamente nos programas eleitorais, há uma apropriação da expressão GC para designar, além das identificações citadas acima, a inclusão de outros textos que aparecem na tela, como a descrição de propostas ou os números e dados que são inseridos na Dimensão Visual enquanto o narrador diz o texto. Por exemplo, na narração “O candidato irá construir 300 novas casas”, pode ser usado um GC na tela reforçando a ideia de “300 novas casas”.

³⁸ Conforme Villa (2015), em artigo publicado no jornal Diário Corumbaense, o sotaque com o /s/ palatalizado, típico de Corumbá e Ladário, é resultante da influência portuguesa nos municípios com ligação ao mar no período de colonização. “A partir de 1872, a pronúncia foi intensificada com a instalação da Marinha e do Exército nesta fronteira com a Bolívia, pois, a partir daí, centenas de cariocas vieram morar na região”. (Villa, 2015, *online*). Disponível em: <http://cpan.sites.ufms.br/files/2015/11/Coisas-da-Língua-30-de-outubro.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2019

exterior, boliviano, paraguaio, espanhol, guarani, Bolívia, Paraguai ou outras que expressem ideias de elementos fronteiriços ou estejam em outra língua.

Após classificados e distribuídos nas categorias, os elementos fronteiriços foram quantificados levando em consideração o número de vezes em que são citados e o tempo que ocupam no programa. Para mensurar o espaço que esses elementos ocupam nos programas eleitorais, em cada categoria foi realizada uma comparação entre o tempo dedicado a esses itens em relação ao tempo total do candidato no HGPE. Também em cada categoria foram feitas análises descritivas e quantitativas sobre as representações para o entendimento do que está no vídeo.

As análises quantitativas incluem ainda uma comparação final entre o tempo total percentual dedicado aos elementos fronteiriços em relação ao tempo total dos programas exibidos. Longe de esgotar as possibilidades de pesquisa, o uso do método de Análise de Imagens em Movimento, em conjunto com a Análise de Conteúdo, tem o propósito de entender se os elementos fronteiriços estão presentes nos programas eleitorais, com que frequência aparecem e com que objetivos são usados, bem como discutir a estratégia do marketing político eleitoral em eleições na fronteira.

3 - ANÁLISES DOS PROGRAMAS ELEITORAIS DE CORUMBÁ E PONTA PORÃ

Neste capítulo estão as análises realizadas sobre os programas veiculados durante as eleições 2016, em Ponta Porã e Corumbá, pelos candidatos a prefeito Hélio Peluffo e Ruiter Cunha, respectivamente. Composto de análises descritivas e quantitativas em um primeiro momento, buscando identificar elementos fronteiriços nos programas, o conteúdo se amplia para análises qualitativas e interpretativas sobre o espaço destinado a esses itens. É discutida a intenção de uso ou não dessas representações no HGPE sob as perspectivas do marketing político eleitoral e das informações sobre o trabalho dos profissionais contratados para atender ao candidato. A partir dos resultados faz-se a discussão sobre o silenciamento e a apropriação dos elementos fronteiriços. Por fim, é realizada uma análise comparativa entre os programas em busca das diferenças e semelhanças nos horários eleitorais de duas fronteiras diferentes.

3.1 Em busca dos elementos de fronteira

Nos programas analisados procurou-se encontrar elementos culturais que representem a cultura fronteiriça nos textos, nos sons e nas imagens. Com base nos resultados obtidos, foi realizada a qualificação dessas representações, o que permitiu, na etapa final da Análise de Conteúdo, com a reanálise dos dados e embasamento no referencial teórico, as conclusões. Também foram analisadas as propostas apresentadas pelos candidatos que abrangem o tema fronteira no programa de TV. Essas propostas foram comparadas ao conteúdo do Plano de Governo apresentado ao TRE.

A título de esclarecimento para leitura do capítulo 3, as figuras utilizadas ao longo do texto têm a função de exemplificar trechos dos programas, demonstrando parte das imagens encontradas. Mais imagens, com recortes dos programas, foram disponibilizadas no Apêndice A. Em alguns momentos o leitor pode ter a impressão de que o tempo relativo aos elementos fronteiriços encontrados é grande, pois em televisão segundos caracterizam bastante espaço de veiculação. No entanto, é importante ressaltar que o tempo dos elementos fronteiriços precisa ser analisado sempre em comparação ao tempo total dos programas eleitorais, que soma cerca de duas horas por município. Todos os programas foram transcritos na Dimensão Verbal e transladados na Dimensão Visual, totalizando cerca de 300 páginas de texto para análise. Considerou-se desnecessário a inclusão integral desse material na dissertação. No entanto, um breve resumo analítico descritivo de cada programa está disponível nos Apêndices B e C.

Para melhor esclarecer e registrar as quantificações, foram organizadas tabelas e gráficos que permitem visualizar o tempo total depreendido para cada categoria, o número de programas em que a categoria aparece e o tempo total do HGPE do candidato. Também estão disponíveis tabelas com informações descritivas das imagens, com o programa em que estão inseridas, o tempo de duração de cada cena e resumos das entrevistas, quando pertinente.

A decupagem dos programas foi realizada com auxílio do programa *InqScribe*³⁹, disponível gratuitamente na internet, e que possibilita uma análise precisa de som e imagem, com diversas ferramentas que facilitam o trabalho do pesquisador, como a marcação automática de tempo, simultaneamente ao texto transcrito, o que torna mais precisa a busca nas mídias para conferências da localização de cada uma das imagens. Tal método permitiu a observação e revisão do material sempre que necessário, contribuindo para dar mais exatidão na fase de tabulação dos dados, principalmente quando surgiram dúvidas sobre o que aparecia no vídeo e as marcações de tempo. Para a tabulação dos dados foi utilizado o programa *Excel*, em conjunto com outros programas do pacote *Office*, o que tornou a apuração e a contagem dos dados mais precisa, possibilitando ainda revisão das fórmulas de cálculos de tempo e percentuais de exibição.

3.2 Análises do programa elaborado pela equipe do candidato de Ponta Porã

Em Ponta Porã, a campanha analisada é a do candidato vencedor do pleito, Hélio Peluffo Filho (PSDB), que disputou a eleição com Chico Gimenez (PMDB) e Ludimar Novaes (PDT), tendo vencido com 60% dos votos válidos. Os programas eleitorais foram veiculados na cidade de Ponta Porã durante o HGPE de 2016. No total, são 29 arquivos digitais de 4 minutos cada, totalizando 116 minutos. Toda a produção foi feita por uma equipe de marketing contratada pelo candidato, com imagens locais e de bancos de arquivos. A veiculação nas emissoras é gratuita, como prevê a Legislação Eleitoral Brasileira atual.

Segundo os dados apresentados à Justiça Eleitoral e obtidos pela pesquisa por meio do site www.divulgacandcontas.tse.jus.br, a empresa contratada para a realização da campanha é denominada SWOT Serviços Especializados LTDA-ME e tem sede em Campo Grande. O valor declarado de investimento na produção dos programas de Hélio Peluffo foi de R\$ 200 mil, o que representa aproximadamente 45% do total gasto na produção de todos os programas eleitorais dos candidatos do pleito em Ponta Porã. Chico Gimenez, segundo colocado na eleição, declarou R\$ 90 mil e Ludimar Novais declarou R\$ 150 mil.

³⁹ O *InqScribe* é um programa para PC e MAC de transcrição de áudios e vídeos criado pela empresa *Inquirium*. Está disponível no endereço <https://www.inqscribe.com/download.html>.

O coordenador de marketing da campanha de Peluffo foi Uilson Moralles, jornalista que iniciou na profissão em 1976, antes da criação do Estado de Mato Grosso do Sul, e declara ter acompanhado todo o processo de implantação dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Em entrevista, realizada em julho de 2018, Moralles afirma ter experiência com eleições, em geral, e nas eleições na fronteira⁴⁰.

Em função da veia do jornalismo político, a gente foi se aproximando cada vez mais do processo eleitoral. Minha primeira campanha para o governo do Estado foi no ano de 1986, campanha do governador Marcelo Miranda, na qual eu coordenei e fiz a aplicação do marketing. A partir daí, tanto campanhas estaduais quanto municipais, a gente teve uma participação muito estreita. Tive a honra de fazer a campanha do senador Ramez Tebet, que foi presidente do Congresso Nacional, senador Juvêncio, senador Moka, governador Wilson Martins, governador André Puccinelli. Hoje a gente pode dizer que conhece os 79 municípios e tem algum conhecimento bem razoável da realidade estadual. [...] São quatro eleições municipais em Ponta Porã. Três derrotas e uma vitória. Nós trabalhamos na eleição e reeleição do ex-prefeito Flávio Kayatt, na sequência, uma campanha que foi derrotada do candidato a prefeito Hélio Peluffo, e a próxima campanha, de 2016, que foi vitoriosa do prefeito Hélio Peluffo. (MORALLES, 2018, entrevista)

Estima-se que cerca de 30 profissionais de Campo Grande e de Ponta Porã foram contratados para a campanha de marketing, abrangendo motoristas, cinegrafistas, auxiliares, jornalistas, produtores, apresentadores, operadores de áudio, radialistas, locutores, editores de vídeo, editores de áudio, diretores de arte e fotografia, programadores visuais dentre outros.

A equipe montada para a campanha segue um padrão normal com todos os profissionais que estão envolvidos e que, sobretudo, têm experiência em programa eleitoral, com prioridade para aqueles que têm experiência no trabalho na fronteira, que já conhecem a realidade municipal e a realidade dos dois países e que estão acostumados a fazer campanha nesse lugar. Quer dizer, então, alguns profissionais de Ponta Porã e a maioria dos profissionais de Campo Grande mesmo, onde há um acervo muito maior de apresentadores, cinegrafistas, enfim, de pessoas que atuam na área de comunicação. (MORALLES, 2018, entrevista)

Os programas foram gravados em Ponta Porã e alternam-se no vídeo três apresentadores, sendo dois homens e uma mulher. Todos brancos, sem traços fronteiriços. São profissionais conhecidos em Campo Grande por outros trabalhos na área de comunicação. Nota-se alto investimento em recursos visuais e artes em toda a produção, com o uso de drones, imagens em *Full HD* ou tecnologia superior, feitas com câmeras de última geração, artes gráficas bem elaboradas, cuidado na construção visual do estúdio, mesmo quando usado cenário virtual, e qualidade nas imagens gravadas em ambientes externos. O marqueteiro Uilson Moralles afirma que o padrão elevado é uma necessidade.

Até porque Ponta Porã é sede da TV Morena, que retransmite a Globo. Então, são três municípios no Estado que são sede: Campo Grande, Corumbá e Ponta Porã, então há um aprimoramento no nível de qualidade dos programas. Ele é, assim, no padrão global. Então precisa ter profissionais e equipamentos que possam corresponder a essa necessidade, a essa demanda. (MORALLES, 2018, entrevista)

⁴⁰ A entrevista está disponível na íntegra no Apêndice D.

Há predomínio das cores amarela, azul e verde – tradicionalmente ligadas ao PSDB, partido do candidato – nas artes e roupas usadas por apresentadores e pelo próprio candidato. Os locais de gravação são variados e vão desde ruas de terra, no entorno da cidade e nos bairros, até o centro urbanizado e a zona rural.

3.3 Ponta Porã: Dimensão Visual

A Dimensão Visual abrange as imagens veiculadas no programa eleitoral. É composta, nesta pesquisa, por quatro categorias instituídas para auxiliar na busca por unidades de registro, facilitando a quantificação, a qualificação e a posterior reanálise e inferência sobre os dados, conforme prevê a metodologia.

Categoria A: Denominada Paisagens Fronteiriças, a Categoria A foi aquela que ocupou mais tempo nos programas eleitorais de Ponta Porã (Tabela 1). No entanto, a aparente façanha consiste na repetição de várias imagens da Linha Internacional, onde está localizado o Centro Comercial da Linha Internacional⁴¹ (Figura 5). Durante os 29 programas do candidato Hélio Peluffo, essas imagens aparecem por nove vezes, sendo a maioria na vinheta de abertura e encerramento (Figura 4).

Na cronometragem, o tempo total da categoria foi de dois minutos e vinte e seis segundos (2min26seg), obtidos porque em um dos oito programas, o de número 28 – penúltimo a ir ao ar –, é exposto longo texto sobre as melhorias que o candidato fará no Centro Comercial, com várias imagens, totalizando dois minutos e doze segundos (2min12seg). Os quatorze segundos restantes referem-se ao tempo no qual a imagem aparece nas exibições da vinheta, já citada, e a três outras paisagens culturais fronteiriças, o Monumento da Amizade Brasil-Paraguai (Figura 7), a entrada de Ponta Porã com as bandeiras Brasileira e Paraguaia (Figura 6) e as cuias de tereré e chimarrão na entrada da cidade. A descrição das imagens está na Tabela 2 e a comparação de tempo no Gráfico 1.

Tabela 1 - Quantificação das imagens encontradas na categoria Paisagens Fronteiriças (A)

Categoria	Quantidade de imagens	Quantidade de programas em que aparecem	Tempo de exibição total da categoria
Paisagens Fronteiriças	9	8	02min26s

Fonte: próprio autor

⁴¹ O Centro Comercial da Linha Internacional foi construído com auxílio da União Europeia em 2012 para concentrar em um mesmo local os camelôs de Brasil e Paraguai. Erguido em alvenaria e metal, está localizado exatamente na linha de fronteira seca e é muito semelhante a uma feira ou a um camelódromo, com boxes funcionando como pequenas lojas que vendem tudo que pode ser encontrado na região.

Gráfico 1: Tempo da Categoria Paisagens Fronteiriças em Ponta Porã

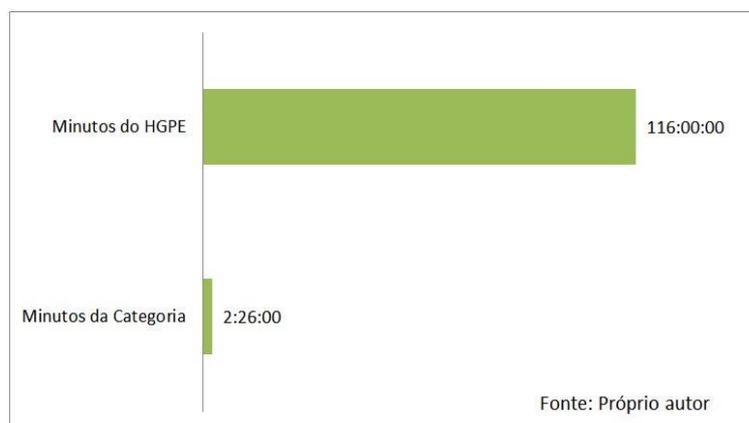


Figura 4: Frames da vinheta com a imagem do Centro Comercial da Linha Internacional.



Fonte: programa eleitoral do candidato Hélio Peluffo

Tabela 2 - Descrição das imagens encontradas na categoria Paisagens Fronteiriças (A)

Programa	Imagens	Tempo de exibição da imagem no programa
1	Vinheta com a Linha Internacional e Centro Com. da Linha Internacional	01s
	Monumento das cuias de tereré e chimarrão na entrada da cidade	01s
2	Monumento da Amizade Brasil - Paraguai	03s
3	Vinheta com a Linha Internacional e Centro Com. da Linha Internacional	02s
	Imagem da entrada de Ponta Porã com bandeiras brasileira e paraguaia tremulando	01s
6	Vinheta com a Linha Internacional e Centro Com. da Linha Internacional	01s
7	Vinheta com a Linha Internacional e Centro Com. da Linha Internacional	01s
8	Vinheta com a Linha Internacional e Centro Com. da Linha Internacional (duas vezes no mesmo programa)	03s
11	Cuia de tereré e bandeira tremulando ao fundo na entrada da cidade	01s
28	Linha Internacional e Centro Com. da Linha Internacional em programa especial	02min12s

Fonte: próprio autor

Figura 5: Centro Comercial da Linha Internacional na Fronteira



Fonte: programa eleitoral Hélio Peluffo

Em Ponta Porã, se estabeleceu um comércio legal de produtos ilegais (BANDUCCI, 2015). Embora paguem impostos para a prefeitura, os camelôs brasileiros vendem produtos trazidos do Paraguai. Esse comércio atualmente se concentra no Centro Comercial da Linha Internacional e movimentava a economia informal de toda a conurbação, sendo importante gerador de emprego e renda. Sob o aspecto turístico, o Centro se tornou um cartão de visitas, compondo a paisagem cultural local, pois sua estrutura ocupa exatamente a linha imaginária que divide os dois países.

Nota-se a importância dada ao elemento no programa eleitoral na medida em que há uma frequência de repetição da vinheta, na qual a imagem do Centro Comercial está contida e, principalmente, pela produção de um programa especificamente sobre ele. A inserção da paisagem no programa eleitoral pode ser entendida como uma tentativa de promover empatia com o eleitor de dupla nacionalidade, aliada a uma busca de aproximação ao eleitor brasileiro, que é cliente do lugar e beneficiado pela estrutura existente.

A relevância para a economia e o turismo justifica o fato de, na categoria, o elemento ocupar mais espaço do que os demais elementos fronteirizos encontrados (o Monumento da Amizade e as bandeiras nacionais e cuias na entrada da cidade), que podem ser considerados paisagens culturais de fácil acesso a turistas, mas que são utilizadas apenas por cinco segundos durante todo o horário eleitoral gratuito. Levando em consideração o tempo total do programa, o tempo de exposição da categoria é realmente pequeno e ilustrativo, indicando uma estratégia que pode abranger a tentativa de não incomodar os eleitores proprietários de grandes comércios que, pela natureza de seus negócios, têm restrições ao comércio informal e, além disso, são possíveis financiadores oficiais de campanha⁴².

⁴² De acordo com a Cartilha de Prestação de Contas das Eleições 2016, elaborada pelo TSE, nas eleições daquele ano os candidatos e partidos políticos estavam autorizados a arrecadar recursos de qualquer cidadão, contanto que a contribuição fosse emitida por Pessoa Física, por meio de transação eletrônica. Empresas, portanto Pessoas

Figura 6: Bandeiras paraguaia e brasileira na entrada de Ponta Porã.



Fonte: Programa eleitoral Hélio Peluffo

Figura 7: Monumento da Amizade Brasil-Paraguai construído na fronteira.



Fonte: Programa eleitoral Hélio Peluffo

Categoria B: Na Dimensão Visual, é na categoria B, Símbolos Fronteiriços, que aparecem mais elementos de fronteira, em comparação às demais categorias, totalizando 18 imagens em 12 programas (Tabela 3). Importante ressaltar que, apesar de parecer uma quantidade considerável, as imagens às quais a categoria se refere têm, em sua maioria, cerca de 1 segundo. Ou seja, diante de duas horas de programas, o total de tempo em que aparecem Símbolos Fronteiriços é de cinquenta e dois segundos e trinta e quatro décimos (52s34) para toda a categoria, conforme explicitado no Gráfico 2.

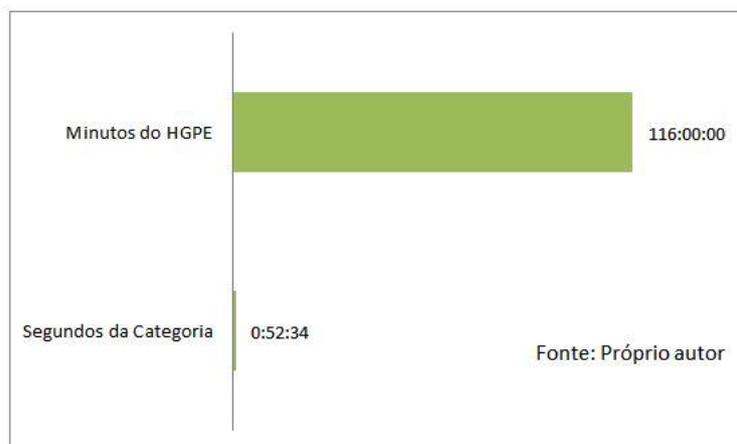
Tabela 3 - Quantificação das imagens encontradas na categoria Símbolos Fronteiriços (B)

Categoria	Quantidade de imagens	Quantidade de programas em que aparecem	Tempo de exibição total da categoria
Símbolos Fronteiriços	18	12	52s34

Fonte: próprio autor

Jurídicas, não estavam autorizadas a fazer doações para campanhas políticas. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/prestacao-de-contas/2016/cartilha-prestacao-contas-eleicoes-2016.pdf>. Acesso em: 12 de jul. 2019.

Gráfico 2 - Tempo da Categoria Símbolos Fronteiriços em Ponta Porã



O elemento predominante nesta categoria está relacionado ao hábito paraguaio de consumir o tereré. São 16 imagens de pessoas tomando a bebida individualmente ou em rodas de tereré, na maioria das vezes acompanhadas pelo candidato. Algumas imagens, devido à brevidade de exibição, só são percebidas com a análise minuciosa do vídeo, observando os *frames* quando necessário, pois são inseridas em meio a outras imagens, com signos diversos. Também foram contabilizadas nesta categoria imagens de violões e harpas em apresentação cultural. A descrição completa, com o detalhamento de tempo, pode ser observada na Tabela 4. Uma das imagens de roda de tereré mostra o candidato com a família em um ambiente residencial (Figura 8). Outras imagens trazem a mesma situação, mas com eleitores.

A inserção desse elemento demonstra a intenção do marketing de criar uma atmosfera ilustrativa de proximidade ao ambiente fronteiriço e a sua gente. O tereré é uma bebida comum na região. É natural que seja o elemento fronteiriço predominante. No entanto, apesar de simbolizar, não reflete a totalidade do ambiente multicultural, sendo usado alegoricamente, para criar um ambiente visual agradável para o eleitor local.

Figura 8: Candidato em roda de tereré com a família em programa eleitoral.



Fonte: programa eleitoral Hélio Peluffo

Tabela 4 - Descrição das imagens encontradas na categoria Símbolos Fronteiriços (B)

Programa	Imagens	Tempo de exibição da imagem no programa
1	Imagem de jovem servindo tereré ao candidato	03s
	Candidato toma tereré com eleitores	01s
3	Roda de tereré coma a família do candidato	07s
8	Candidato toma tereré com eleitores	01s
9	Candidato toma tereré com eleitores	01s
13	Candidato toma tereré com eleitores	02s
17	Candidato toma tereré com eleitores	01s
18	Candidato toma tereré com eleitores	01s
20	Jovens tomam tereré em uma roda	01s
24	Peões tomam tereré em roda e tocam sanfonas	07s
	Peões tomam tereré em roda e tocam sanfonas	06s
25	Candidato toma tereré com eleitores	03s
	Candidato toma tereré com eleitores	03s
26	Roda de tereré com personagens diversos	01s17
	Violão e harpa usados em apresentação musical	04s
	Violão e harpa usados em apresentação musical	06s08
	Violeiros em roda de tereré	03s09
29	Candidato toma tereré com eleitores	01s

Fonte: próprio autor

Categoria C: Nesta categoria, intitulada Roupas Típicas, foram encontradas 11 imagens com um tempo total de 30 segundos de exibição, divididos em sete programas (Tabelas 3 e 4). A maioria é de mulheres e crianças com vestidos típicos (Figura 9), além de casais dançando e homens vestidos com roupas semelhantes às pilchas gaúchas. São roupas típicas que representam o ambiente fronteiriço e aparecem quando o programa exhibe comemorações, fala sobre cultura ou introduz algum texto de caráter mais sentimental, criando um ambiente ameno, descontraído. Estão sempre associadas a festividades e são inseridas em meio a outras imagens não relacionadas com a fronteira.

O uso das roupas típicas paraguaias nos programas é indicador de apropriação da cultura fronteiriça. Exibidas por maior tempo em episódios que têm a cultura como tema principal, representam ambientes festivos. São de fácil identificação com a cultura local e capazes de gerar uma proximidade com o eleitor de dupla nacionalidade. Aparecem por pouco tempo, de forma alegórica e ilustrativa. Mostram a proximidade com a cultura, sem o comprometimento com os problemas locais de fronteira.

Gráfico 3: Tempo da Categoria Roupas Típicas em Ponta Porã

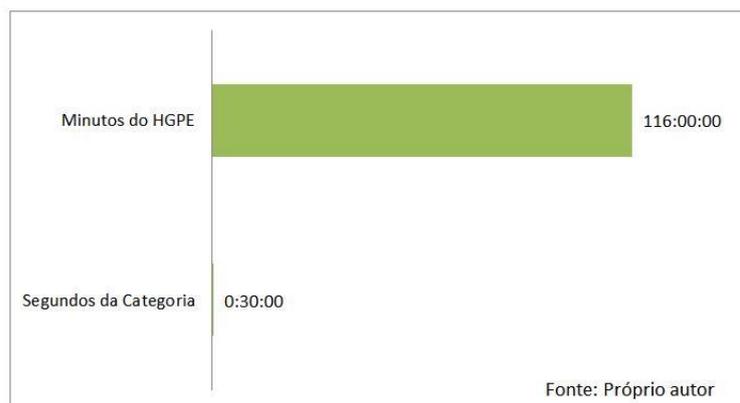


Tabela 5 - Quantificação das imagens encontradas na categoria Roupas Típicas (C)

Categoria	Quantidade de imagens	Quantidade de programas em que aparecem	Tempo de exibição total da categoria
Roupas Típicas	11	7	30s

Fonte: próprio autor

Tabela 6 - Descrição das imagens encontradas na categoria Roupas Típicas (C)

Programa	Imagens	Tempo de exibição da imagem no programa
2	Mulheres com roupas típicas paraguaias	03s
3	Crianças dançam com roupas típicas paraguaias	01s
14	Mulheres dançam com roupas típicas paraguaias e Casais dançam com roupas gaúchas.	04s
21	Casais dançam com roupas tradicionais gaúchas, que remetem ao ambiente fronteiro.	02s
24	Peões vestidos com roupas locais.	13s
26	Dança típica paraguaia	02s14
	Dança típica paraguaia	01s51
	Meninas em dança típica paraguaia	01s38
	Dança típica paraguaia	01s47
29	Meninas dançam com roupas típicas	00s30

Fonte: próprio autor

Figura 9: Meninas dançando com roupas típicas paraguaias



Fonte: programa eleitoral Hélio Peluffo

Categoria D: Intitulada Artes Computadorizadas, a categoria inclui os GCs, as vinhetas e os demais textos exibidos no vídeo em formas de gráficos. Foram encontradas nos programas de Ponta Porã quatro imagens representando elementos fronteiriços na categoria, somando 22 segundos de exibição total (Gráfico 4).

A maioria das referências é relativa à vinheta criada pela equipe de marketing para introduzir no programa o quadro “Tereré com Nossa Gente” (Figura 10), que mostra o dia a dia da campanha. Apesar de todos os programas do HGPE estarem repletos de vinhetas e GCs com muitas artes gráficas, a fronteira aparece pouco nesses recursos visuais, especificamente em quatro programas (Tabela 7). A palavra “Fronteira”, na forma de arte, é utilizada apenas uma vez em um único programa. A descrição das imagens está na Tabela 8.

Não foram contabilizadas aqui as vinhetas com a imagem da Linha Internacional, já analisadas na categoria Paisagens Fronteiriças, por caracterizar uma repetição que interferiria na contagem de tempo. Entende-se que a imagem da Linha Internacional é mais importante do que a vinheta da qual faz parte, pois os demais *frames* da arte não fazem referência à fronteira.

Gráfico 4: Tempo da Categoria Artes Computadorizadas Ponta Porã

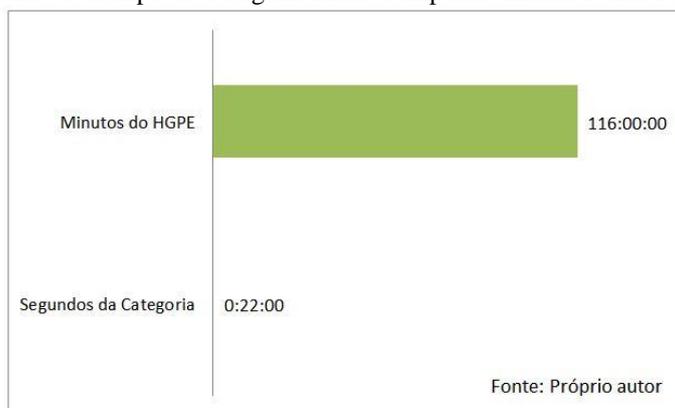


Tabela 7 – Quantificação das Artes Computadorizadas nos programas abrangendo fronteira

Categoria	Quantidade de imagens	Quantidade de programas em que aparecem	Tempo de exibição total das imagens
Artes Computadorizadas	4	4	22s

Fonte: próprio autor

Tabela 8 - Descrição das imagens na categoria Artes Computadorizadas (D) abrangendo fronteira			
Programa	Imagens	Tempo de exibição da imagem no programa	
17		Vinheta com imagem de guampa de tereré	05s
18		Vinheta com imagem de guampa de tereré	05s
25		Vinheta com imagem de guampa de tereré	05s
26		Palavra fronteira aparece no vídeo	04s
		Bandeiras do Brasil e do Paraguai se encontram em arte gráfica	03s

Fonte: próprio autor

Figura 10: Imagem usada na vinheta do quadro tereré com nossa gente.



Fonte: programa eleitoral Hélio Peluffo

O tereré aparece novamente como o elemento fronteiro em destaque nesta categoria. Dessa vez, seu uso está relacionado à introdução de um quadro que mostra a rotina da campanha eleitoral realizada na rua. Apesar de, oficialmente, os candidatos não terem permissão para realizar campanhas fora do território brasileiro, a imagem possibilita uma identificação com o eleitor de qualquer lugar das cidades conurbadas, visto que é um hábito local a ingestão da bebida.

Nos quadros que mostram a rotina da campanha, comuns em programas eleitorais, o candidato caminha entre os eleitores, criando para quem assiste a sensação de proximidade, como se o possível futuro prefeito estivesse passando pela rua de casa ou fosse alguém mais próximo ao povo. Com a introdução da imagem do tereré na vinheta, reforça-se um vínculo com lado fronteiro do eleitor. Ou seja, a apropriação da cultura para criar proximidade aparece novamente, mas, outra vez, de forma alegórica, ilustrativa. A palavra fronteira surge em um dos programas para ilustrar uma proposta do Plano de Governo. A aparição é rápida, quase não percebida no contexto geral do episódio.

3.4 Ponta Porã: Dimensão Verbal

A Dimensão Verbal (DVb) se refere ao conteúdo textual dos programas narrado por locutores, apresentadores, candidatos e entrevistados diversos. Abrange ainda as citações em

idiomas estrangeiros e as propostas com temas específicos de fronteira, que nas análises têm informações comparadas com as contidas nos Planos de Governo dos Candidatos.

Categoria E: A categoria Propostas Específicas tem o objetivo de verificar se nos programas eleitorais há alguma proposta com temas específicos relacionados ao ambiente fronteiriço. Foram encontradas, ao longo dos 29 programas, cinco propostas (Tabela 9), que só apareceram a partir do programa nº 25, já na etapa final da campanha. Os áudios somam 19 segundos (Gráfico 5) e as propostas estão relacionadas à Segurança Pública, às melhorias no Centro Comercial da Linha Internacional e, principalmente, às ações culturais (Tabela 10).

Tabela 9 - Quantificação das Propostas Específicas (E) encontradas nos programas

Categoria	Citações de propostas	Quantidade de programas em que aparecem	Tempo de exibição total
Propostas Específicas	5	3	19s

Fonte: próprio autor

Gráfico 5: Tempo da Categoria Propostas Específicas em Ponta Porã

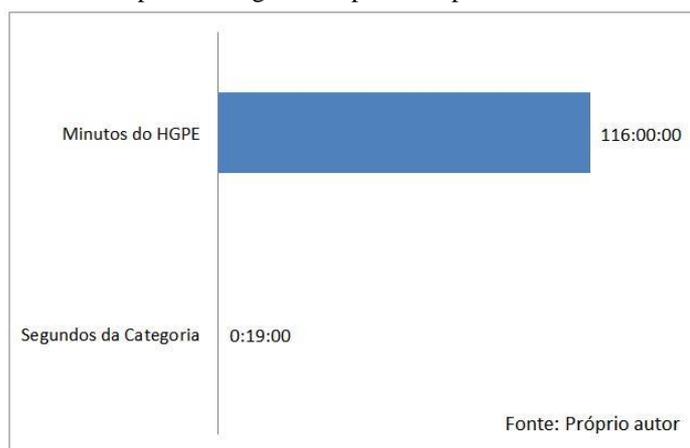


Tabela 10 - Descrição das Propostas Específicas (E) encontradas nos programas

Programas	Áudios	Tempo
25	Assegurar incentivos para policiais civis e militares que atuam na faixa de fronteira	05s
26	Criar o Festival de Integração Brasil Paraguai	04s
	Fortalecer o carnaval na fronteira	03s
	Incentivar a divulgação de costumes da fronteira	02s
28	Melhorar a estrutura da Linha Internacional.	05s

Fonte: próprio autor

Ao comparar o quantitativo de propostas no programa de TV com o Plano de Governo apresentado à Justiça Eleitoral pelo candidato Hélio Peluffo, percebe-se que das oito existentes no documento, direcionadas para a fronteira, cinco aparecem na televisão. O Plano de Governo do candidato Hélio Peluffo possui 10 páginas de propostas, divididas em 12 áreas temáticas (Tabela 11), apenas quatro áreas incluem a fronteira.

Tabela 11 - Áreas temáticas no Plano de Governo e quantitativo de propostas para a fronteira

Áreas presentes no Plano de Governo	Quantitativo de propostas para a fronteira
Emprego e Renda	3
Cultura	3
Desenvolvimento Urbano	1
Segurança Pública	1
Saúde	-
Educação	-
Habitação	-
Assistência Social e Cidadania	-
Esporte e Lazer	-
Meio Ambiente	-
Administração Municipal	-
Distritos e Assentamentos	-

Fonte: próprio autor

As proposições não contemplam a busca de soluções para os problemas comuns da região. Como exemplo, é possível citar aqueles encontrados nas áreas de Saúde (superlotação e atendimento de pessoas não cadastradas no SUS), Educação (falta de escolas bilíngues e matrículas de estudantes não-brasileiros) e Meio Ambiente (coleta de lixo em áreas comuns aos dois países). Além disso, as poucas propostas apresentadas no programa de televisão e no Plano de Governo são institucionais e não voltadas para o cidadão fronteiriço. Estão mais para ações de marketing – que podem ser realizadas após a eleição dando continuidade ao trabalho publicitário para manutenção da imagem do candidato – e menos para a criação de benefícios efetivos para a população.

Categoria F: Nesta categoria, intitulada Discurso dos Apresentadores e Locutores, foram encontrados mais elementos fronteiriços do que nas demais da Dimensão Verbal, com oito elementos em sete programas (Tabela 12). As falas são rápidas e, como nas categorias Paisagens Fronteiriças, Símbolos Fronteiriços e Artes Computadorizadas, da Dimensão Visual, predominam elementos ligados ao hábito de tomar tereré, informações sobre a Linha Internacional e a citação da palavra fronteira.

Isso acontece porque estes áudios estão diretamente ligados às imagens exibidas. O total de tempo a ser considerado não chega a um minuto, somando 52 segundos e 40 décimos. Pouco em relação às quase duas 2 horas de programação total disponível para uso do candidato (Gráfico 6). Importante registrar que os elementos são citados apenas a partir do nono programa. Os áudios estão descritos na Tabela 13.

Tabela 12 – Quantificação dos elementos de fronteira na categoria Discurso dos Apresentadores e Locutores (F)

Categoria	Quantidade de Citações	Quantidade de programas em que aparecem	Tempo de exibição total
DA	8	7	52s40

Fonte: próprio autor

Gráfico 6: Tempo da Categoria Discurso Apresentadores e Locutores em Ponta Porã

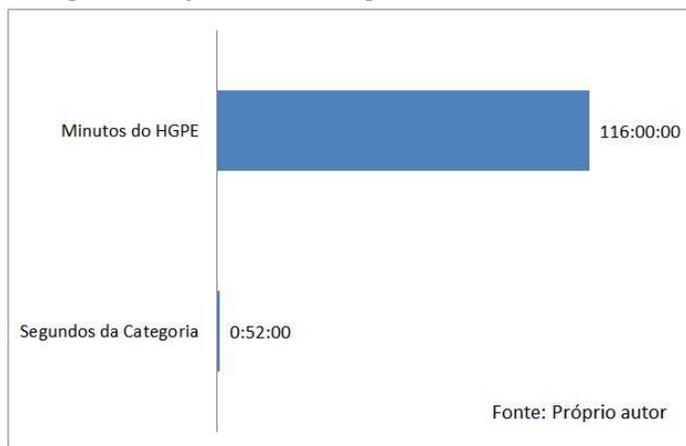


Tabela 13 - Descrição das citações na categoria Discurso dos Apresentadores e Locutores (F)

Programa	Descrição dos áudios	Tempo do áudio
9	Citação da palavra fronteira na frase “Ele tem a cara e o jeito da fronteira”	03s
13	Palavra tereré é citada no momento em que imagem mostra o candidato tomando a bebida	01s
18	A palavra chipa é citada com imagens do candidato observando eleitor	01s
20	Palavra tereré é citada no momento em que imagem mostra o candidato tomando a bebida	01s
20	Palavra tereré é citada no momento em que imagem mostra o candidato tomando a bebida.	01s
	A frase "A violência e a criminalidade são problemas comuns numa região de fronteira"	10s
26	Palavra fronteira é citada durante a divulgação de propostas	01s
28	Parte do programa fala em detalhes sobre o projeto de construção do Centro Comercial da Linha Internacional	34s40

Fonte: próprio autor

A palavra fronteira aparece na categoria em um texto sentimental e leve no programa nove, para descrever o candidato como alguém que pertence ao lugar. Depois, novamente no programa 20, a palavra está inserida em uma enumeração das propostas (o tempo total foi contabilizado na categoria Propostas Específicas na DVb). Em outros dois programas, o tereré aparece aliado à imagem em que o candidato toma a bebida, a cronometragem também já está contabilizada em outra categoria para a soma total do tempo fronteiro. Pela primeira e única vez a palavra chipa é citada, no programa de número 26.

No geral, os programas tratam de diversos assuntos. Dentre eles, destacam-se os problemas de moradia em Ponta Porã. O candidato é apresentado como alguém que fará mais casas, se eleito. Não são abordadas diretamente possíveis soluções para as pessoas que moram em favelas, são de outras nacionalidades, não possuem documentos ou direito a programas governamentais de habitação. A categoria reforça a ideia de uso dos elementos fronteiriços como alegóricos, sem abordagem específica aos problemas locais. Mais uma vez a estratégia aponta para uma aproximação sem comprometimento.

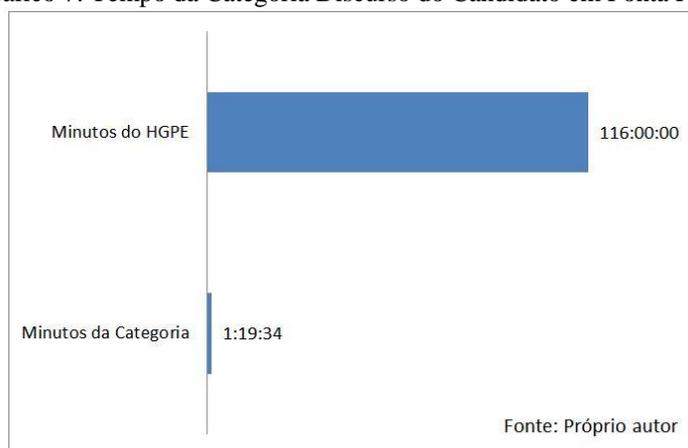
Categoria G: Com o nome de Discurso do Candidato, a categoria analisa as narrações do pretendente ao cargo de prefeito em qualquer ambiente ou situação exibidos nos programas. Foram encontradas citações de elementos relacionados à fronteira por quatro vezes, em quatro programas diferentes (Tabela 14). É importante ressaltar que o candidato aparece e fala em todos os programas da campanha, não faltando ocasiões para se expressar a respeito do assunto. Mesmo assim, o total de tempo dos áudios encontrados com elementos fronteiriços soma um minuto, dezenove segundos e 34 décimos (1min19s34), contra os 116 minutos do programa, conforme o Gráfico 7.

Tabela 14 - Quantificação dos elementos fronteiriços na categoria Discurso do Candidato (G)

Categoria	Quantidade de citações	Quantidade de programas em que aparecem	Tempo de exibição total
Discurso do Candidato	4	4	01min19s34

Fonte: próprio autor

Gráfico 7: Tempo da Categoria Discurso do Candidato em Ponta Porã



A primeira citação feita pelo candidato sobre os itens estudados é encontrada no programa três, quando ele narra suas origens e sua relação com a cidade, gerando um clima de empatia com os eleitores locais. Sobre o tempo total da categoria, verificou-se que seria ainda

menor caso a campanha não tivesse levado ao ar um programa especial sobre o Centro Comercial da Linha Internacional, no qual foi considerado todo o tempo de exibição como sendo pertinente aos elementos fronteiriços. Além do que já foi citado, mais uma vez o hábito de tomar tereré está presente no discurso. O detalhamento dos assuntos abordados está disposto na Tabela 15, abaixo.

Tabela 15 - Descrição dos elementos fronteiriços na categoria Discurso do Candidato (G)		
Programas	Áudios	Tempo
3	Candidato fala que é fronteiriço: Nós somos fronteiriços. Nós somos diferentes. Nós passamos de um lado para o outro com liberdade. E isso é de uma naturalidade que não tem em outro lugar. Isso é o especial de Ponta Porã	13s09
10	Candidato cita o projeto de revitalização da Linha Internacional.	01s
25	Candidato fala que vai tomar tereré em visita uma casa	05s
28	Candidato explica o trabalho que realizou no projeto de revitalização da Linha Internacional	1min00s25

Fonte: próprio autor

Em todas as narrações do candidato durante o programa, a fronteira ocupa espaço irrisório. Na maior parte do tempo, ele fala de si mesmo, de suas qualidades ou aptidões e de seus desejos para a cidade, ou se expressa sobre problemas e possíveis soluções que ele idealiza implantar ao ser eleito para áreas diversas, sem referências à fronteira. No caso específico dessa categoria, como já citado anteriormente nas demais categorias, o foco ao falar de fronteira está no hábito do tereré e no Centro Comercial localizado na Linha Internacional.

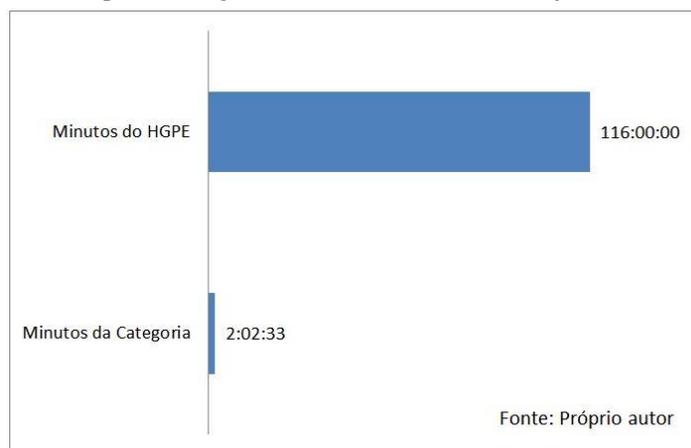
O texto do candidato é escrito pelos marqueteiros, que se baseiam em pesquisas e na própria capacidade de sentir o ambiente para definir o que é importante estar no programa. Com essas informações é possível inferir que a preocupação em trazer a fronteira para o discurso do futuro prefeito é, realmente, bastante pequena no contexto geral dos episódios e está sempre ligada a interesses eleitorais que não abrangem a discussão sobre soluções efetivas para problemas fronteiriços.

Categoria H: Para fins de análise, buscou-se encontrar na categoria H, Entrevistas com Fronteiriços, o sotaque fronteiriço nas narrações que não abrangem candidatos ou profissionais de campanha. Apesar de inúmeros “fala povo”, como é chamado no jornalismo o momento em que um entrevistado popular entra no vídeo, o tema fronteira e os sotaques são relegados a um segundo plano, aparecendo por cerca de dois minutos em sete entrevistas (Tabela 16), distribuídas nas quase duas horas de programa (Gráfico 8). A descrição completa da categoria está na Tabela 17.

Categoria	Quantidade de áudios encontrados	Quantidade de Programas em que aparecem	Tempo de Exibição Total
Entrevistas com Fronteiriços	7	4	02min02s33

Fonte: próprio autor

Gráfico 8: Tempo da Categoria Entrevistas com Fronteiriços em Ponta Porã



Programas	Áudios	Tempo
6	Entrevista com uma mulher com sotaque fronteiriço: “Aqui não passa moto, nem carro, de a pé até, quando chove, não passa.”	03s
8	Três pessoas ligadas ao candidato falam com sotaque fronteiriço ⁴³ : Elogios ao candidato	01min44s37
23	Entrevista com um jovem com sotaque: “Tô com você Hélio, sou 45.” Entrevista com uma senhora com sotaque fronteiriço: “Nós precisa muito né? Porque idoso vai para outro lugar, para Dourados, para Campo Grande e aí não dá né.”	10s
28	Entrevista com uma mulher com sotaque fronteiriço: “É mais limpo. Melhor para trabalhar”.	04s56

Fonte: próprio autor

Os programas eleitorais, além dos discursos de candidatos e apresentadores, são repletos de falas populares e entrevistas com pessoas que, supostamente, não têm ligação profissional com a campanha. Os temas geralmente variam entre pedidos de voto, exaltação das qualidades do candidato, exposição de problemas encontrados na cidade em conjunto com afirmações de que o candidato vai resolvê-los, dentre outros. Nesta categoria, o programa de Ponta Porã não foi exceção à regra dos programas eleitorais, no entanto, a esses “fala povo”, somaram-se entrevistas direcionadas e realizadas com personagens da história do candidato.

⁴³ A transcrição das entrevistas é extensa. Como todas têm como tema apenas elogios ao candidato, optou-se por não incluir o texto, mas resumir a ideia expressa por eles e somar o tempo total gasto à categoria.

Foi a participação dessas pessoas que garantiu o alcance do quantitativo de tempo da categoria nos programas. Declaradamente ligadas ao candidato, ao contar histórias elogiosas sobre ele, fizeram depoimentos longos em uma espécie de biografia controlada pelos marqueteiros, que usam a voz de alguém ligado ao candidato para sensibilizar e humanizar o enredo contado. No caso específico, o uso desses depoimentos com sotaque fronteiriço cria uma aproximação com os eleitores na questão emocional, no pertencimento à fronteira. Por outro lado, o que se percebe das demais entrevistas, feitas com gente na rua, com cara de povo, sem muita produção, é a realização de um “fala povo” aleatório no qual aparecem personagens fronteiriços. Para esses personagens, encontrados na rua, em um ambiente não controlado totalmente pelo marketing, o pouco tempo de fala é limitador. Ao mesmo tempo em que dá voz, não permite seja dito nada além do que é preciso para a campanha. Se houve alguma referência aos problemas mais específicos de fronteira, também houve silenciamento na edição do programa.

Efetivamente, todos os entrevistados foram usados de forma favorável ao candidato, mesmo quando não falam em apoio a ele. Estão presentes como ilustração, alegoria, acessórios do programa. Não têm voz para dizer o que necessitam. Falam o que interessa à campanha. Não há aqui a criação de uma utopia ou uma manifestação contra o modo de fazer dos programas eleitorais atualmente. Eles têm essa função: promover e eleger. E a cumprem. Mas quanto mais se observa o silenciamento, mais se faz necessário pensar uma mudança nessa postura. Promover soluções, debater o futuro com consistência, discutir currículos, enfim, é necessário tentar enxergar além do papel funcional do marketing político eleitoral. O programa é gratuito, veiculado com permissão do poder público, parece certo dar voz para que as pessoas questionem os candidatos e suas propostas.

Categoria I: Ainda na Dimensão Verbal, a Categoria I, Citações em Outros Idiomas, foi criada com a intenção de encontrar possíveis interjeições ou palavras usadas no contexto da língua portuguesa, mas que se assemelhem a elementos fronteiriços das línguas utilizadas no país vizinho, a exemplo do que ocorre nas rádios comerciais de Ponta Porã, em que são usados o guarani, o português e o espanhol, conforme constatou Ota (2006). No entanto, não existe nos 29 programas analisados nenhuma citação, saudação, interjeição ou qualquer palavra em outro idioma, à exceção do trecho musical, que é analisado na categoria pertinente. A explicação para isso pode ser encontrada na Legislação Eleitoral Brasileira, que atualmente veda a transmissão em outra língua, inclusive com punição de detenção e multa, o que deixa longe das telas qualquer elemento e qualquer conexão linguística que exista na rotina eleitoral de fronteira.

A propaganda, qualquer que seja a sua forma ou modalidade, mencionará sempre a legenda partidária e só poderá ser feita em língua nacional, não devendo empregar meios publicitários destinados a criar, artificialmente, na opinião pública, estados mentais, emocionais ou passionais. (Art. 242, Lei 4737/65)

A legislação não restringe a presença de um elemento aleatório de língua estrangeira, por exemplo, um cumprimento em espanhol ou guarani, que não caracterizaria uma transmissão em outro idioma, mas uma identificação com a cultura local, a exemplo do que ocorre no dia a dia dos candidatos.

O nosso candidato a prefeito fala basicamente três línguas. O português, o espanhol e o guarani, mas você não usa isso na propaganda eleitoral por restrição da legislação. Mas, no dia a dia da campanha, no andamento da campanha, se tiver algum paraguaio que fale Guarani o candidato também se comunica nessa língua. Não formalmente, dentro do programa, mas há transmissão da mensagem no idioma, que inclusive alguns seguimentos fortes ainda usam a língua da etnia Guarani, muito falada no Paraguai. (MORALLES, 2018, entrevista)

É preciso reconhecer que há certa razão, que vai além da questão eleitoral, na precaução de evitar a língua estrangeira no HGPE. Em Mato Grosso do Sul, um programa – não eleitoral – da Rádio Educativa sofreu repressão policial em 2003 por ser narrado em três línguas. O caso foi relatado em artigos publicados nos Congressos Intercom de 2014 e 2015.

No Brasil, antes de 1990, apenas as emissoras que operavam em ondas curtas poderiam transmitir programas falados em ‘idioma estrangeiro’; e uma lei de 1963 proibia a veiculação radiofônica de programas em línguas estrangeiras. A herança protecionista da ideia da língua portuguesa como único idioma oficial foi caso de polícia na rádio educativa do governo de Mato Grosso do Sul. O estado, que faz fronteira com o Paraguai, teve um programa trilingue, falado em português, espanhol e guarani, que se chamava Ne’êgatú, apresentado pela jornalista Margarida Roman. O caso compõe a pesquisa de Ariane Comineti sobre a história da emissora. (RODRIGUES FILHO; SILVA; OTA, 2015, p. 11)

Em uma região de fronteira e diversidade cultural como a de Mato Grosso do Sul nada mais justo que privilegiar e valorizar a miscigenação característica. O programa inclusive foi protagonista de uma confusão legal em si. Por ser apresentado em vários idiomas, quase foi considerado ilegal pelo Governo Federal. Isso porque existia uma lei de 1963 que proibia a veiculação radiofônica de língua estrangeira no País. A confusão foi noticiada pela Folha Ilustrada em 18/06/03 e virou estudo da pesquisadora Marlei Sigrist (2004). Infelizmente a iniciativa não está mais no ar há algum tempo. (COMINETI; OTA, 2014, p. 10)

Apesar de não ser o foco da pesquisa discutir a necessidade ou não das leis proibirem outros idiomas no país, observa-se que a rigidez da legislação⁴⁴, elaborada em 1965, durante o regime militar, prejudica a representação da imbricação cultural nos programas eleitorais de televisão nas fronteiras de Mato Grosso do Sul e, provavelmente, em outras áreas fronteiriças.

⁴⁴ A primeira legislação contra uso do Guarani e do Espanhol nas regiões de fronteira foi elaborada no período do Estado Novo, em 1937, impedindo o uso dos idiomas nas escolas e repartições públicas. A exemplo de outras medidas tomadas contra a empresa Mate Laranjeira, a proibição se caracteriza como uma das ações do governo Vargas para nacionalizar o território.

Categoria J: Outro elemento indicador de imbricação cultural, a música fronteiriça é incipiente nos programas eleitorais. A Categoria J, Trilha Sonora, registra apenas um programa com música composta por elementos fronteiriços, tocada por violeiros que cantam em espanhol e guarani. Ressalta-se: existe trilha sonora em todos os programas, com músicas sem características fronteiriças. Grande parte é composta pelos *jingles* da campanha, apresentados em diferentes ritmos. De um total de 116 minutos de trilhas, apenas quarenta e seis segundos e cinquenta e um décimos (46s51) podem ser consideradas de fronteira.

Gráfico 9: Tempo da Categoria Trilha Sonora em Ponta Porã



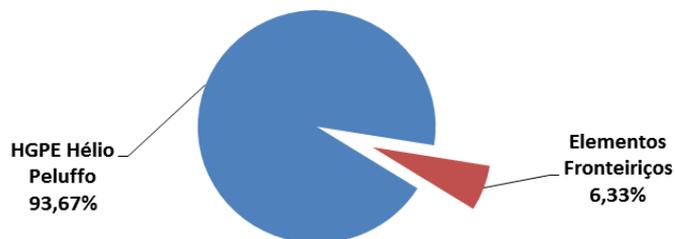
Tabela 18 - Quantificação das músicas fronteiriças encontradas na categoria Trilha Sonora (J)

Categoria	Áudios de músicas fronteiriças	Quantidade de programas em que aparece	Tempo de exibição total
Trilha Sonora	1	1	49s51

Fonte: próprio autor

Ao final da análise de Ponta Porã, verifica-se que de um total de 29 programas da campanha, oito não possuem nenhum indício de representatividade fronteiriça. Nos demais, os de número 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 17, 18, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29, aparecem de forma discreta alguns elementos culturais, com pouco tempo de exposição. Apesar da frequência de repetição das imagens, a presença é bastante pequena somando sete minutos e trinta e quatro segundos (7min34s) de elementos fronteiriços. Em termos percentuais, isto significa que 93,67% dos 116 minutos de HGPE do candidato não têm relação com a fronteira (Gráfico 10). É preciso considerar ainda que os elementos encontrados, na maioria, são a cuia de tereré ou alguma referência à bebida.

Gráfico 10: Percentual de Elementos Fronteiriços no Programa Eleitoral de Ponta Porã



Fonte: Próprio autor

Os dados confirmam que a estratégia do marketing de Ponta Porã inclui mostrar o candidato e suas propostas sem discussões aprofundadas de temas fronteiriços, garantindo preservação da imagem com distanciamento de polêmicas ou problemas locais. A forma alegórica com a qual os elementos são apropriados se caracteriza pelo uso, na maioria das vezes, do hábito de tomar tereré, como referência de aproximação do ambiente popular fronteiriço. Na categoria Paisagens Fronteiriças, a imagem da Linha Internacional/Centro Comercial contempla a fronteira. No entanto, é preciso conhecer o local para saber que ali existe uma divisão entre países. Para quem apenas observa a imagem aérea sem esse conhecimento a percepção será de uma cidade única, pelo fato de *Pedro Juan Caballero* e Ponta Porã formarem uma conurbação.

Os elementos fronteiriços também são usados de forma alegórica na categoria Roupas Típicas, que é inserida no programa em momentos que dão um caráter artístico à composição das cenas. Na categoria Entrevistas com Fronteiriços, fica evidente que não há a exposição de problemas enfrentados pela população, mas o uso dos depoimentos para construir uma imagem pessoal positiva do candidato. O sotaque fronteiriço está presente, no entanto com pouco espaço, em falas captadas com o objetivo de enaltecer o candidato. Já as citações em língua estrangeira, simplesmente, não existem.

A baixa presença de elementos fronteiriços também é percebida na categoria Propostas Específicas. A maioria das propostas usadas no programa se refere àquelas ligadas ao lazer e à cultura. Não são discutidos outros temas. Não há a apresentação de soluções para problemas comuns de fronteira, detalhados mais a frente, na análise geral de Corumbá e Ponta Porã. O programa de televisão acaba por refletir o que está no Plano de Governo. Pouca fronteira em meio a um emaranhado de outras informações que poderiam estar em qualquer outro plano de

governo, de qualquer cidade brasileira. O marketing segue uma receita padronizada, produzindo uma propaganda enlatada⁴⁵.

3.5 Análise do programa elaborado pela equipe do candidato de Corumbá

A campanha estudada em Corumbá é a do prefeito eleito com 46,41% dos votos, Ruiteer Cunha (PSDB), que disputou a eleição contra Paulo Duarte (PDT) e Elano de Almeida (PPS). Os programas eleitorais foram veiculados no HGPE de 2016. No total, o objeto de análise é composto por 29 arquivos digitais de áudio e vídeo. O tempo de exibição é menor do que em Ponta Porã, ficando em três minutos e quarenta e dois segundos (3m42s) por programa, totalizando 107 minutos no HGPE. A produção foi feita pela equipe de marketing contratada pelo candidato, com imagens locais. Nota-se pouco uso de bancos de arquivos de imagens. Conforme já citado anteriormente, a veiculação de todos os programas é gratuita, como prevê a Legislação Eleitoral Brasileira.

Segundo os dados apresentados à Justiça Eleitoral, obtidos por meio do site www.divulgacandcontas.tse.jus.br, foram investidos R\$ 90 mil na produção dos programas de rádio e televisão. Não há produtoras ou agências de publicidade na listagem de fornecedores. A empresa Gama Serviços Comércio Varejista e Representações LTDA-ME, com sede em Campo Grande, recebeu o montante, de acordo com as informações declaradas na prestação de contas após a eleição. Também foram pagos outros R\$ 3 mil para a produção do *jingle* da campanha para a mesma empresa. O valor investido por Ruiteer é semelhante ao declarado pelo segundo colocado no pleito, Paulo Duarte, que informou R\$ 80 mil. Não constam nos documentos disponíveis os gastos com programas eleitorais para o candidato Elano de Almeida.

Sobre a equipe de campanha, a pesquisa conseguiu poucas informações devido à recusa dos profissionais participantes em fornecer dados. Sabe-se que há profissionais contratados como motoristas, cinegrafistas, auxiliares, jornalistas, produtores, apresentadores, operadores de áudio, radialistas, locutores, editores de vídeo, editores de áudio, diretores de arte e fotografia, programadores visuais, dentre outros.

⁴⁵ Propaganda enlatada é um jargão publicitário que descreve produtos publicitários criados para uso de diferentes clientes, mas com a mesma ideia criativa. Assemelha-se à expressão “filme enlatado”, usada para identificar produções exibidas em diversos países, com o mesmo formato, geralmente dubladas, sem levar em consideração as peculiaridades de cada lugar. Um exemplo no Brasil, na área eleitoral, foram as campanhas realizadas por Duda Mendonça em 85 e 92, quando o publicitário usou ideias similares para eleger candidatos em diferentes locais do país. Mário Kertész e Paulo Maluf, eleitos prefeitos em Salvador e São Paulo, respectivamente, tiveram um coração como logomarca para humanizar as peças publicitárias. “Diminuímos a exposição pessoal de Maluf. Aproveitando o fato dele ser um político conhecido [...] substituímos então sua foto [...] por um grande e simpático coração vermelho”. (MENDONÇA, 2001, p. 173)

Os programas foram gravados em Corumbá. Aparece no vídeo uma apresentadora, em gravações de estúdio e externas. A profissional é de Campo Grande, conhecida na cidade, e já realizou outras campanhas eleitorais. O programa apresenta recursos visuais e artes em toda a produção, com o uso de imagens aéreas e imagens em gravações externas em diversos planos com o candidato, a apresentadora, além de entrevistados populares e apoiadores políticos. Há bastante qualidade nas gravações. As artes gráficas são mais complexas, se comparadas àquelas encontradas no programa de Ponta Porã. Há predomínio das cores amarela, azul e verde (tradicionalmente ligadas ao PSDB, partido dos dois candidatos vencedores nos municípios) nas artes e nos ambientes criados digitalmente. Os locais externos de gravação registrados são ruas no centro urbano, localidades no entorno da cidade e nos bairros, além do Porto Geral, da zona rural e outros lugares do município.

3.6 Corumbá: Dimensão Visual

A Dimensão Visual abrange as imagens veiculadas no programa eleitoral e é composta por quatro categorias. Dessas, três não têm unidades de registro identificadas no programa corumbaense e, portanto, não há elementos fronteiros para análise em: Paisagens Fronteiriças (A), Roupas Típicas (C) e Artes Computadorizadas (D).

Categoria B: Nessa categoria, denominada Símbolos Fronteiros, foram encontradas todas as referências usadas na Dimensão Visual durante a veiculação do programa de Corumbá (Tabela 19). São oito unidades de registro abrangendo a temática do tereré, distribuídas em quatro programas, somadas a uma unidade do programa 17, no qual é mostrada a Feira Bras-Bol (Figura 11). Essas imagens são referentes à desocupação do local⁴⁶, promovida pelo prefeito à época, Paulo Duarte, e são exibidas em conjunto a depoimentos de trabalhadores do lugar com críticas ao candidato adversário. Apesar de, durante sua existência, não estar localizada na linha de fronteira, a exemplo do que vemos em Ponta Porã com o Centro Comercial na Linha Internacional, e de não compor uma paisagem geográfica por definição, a Feira Bras-Bol foi um local integrado ao território fronteiro e, portanto, um elemento de representação da localidade. Também por essa característica, optou-se por enquadrar a Feira como unidade de registro pertencente à categoria Símbolos Fronteiros.

⁴⁶ A Feira Bras-Bol foi fechada em maio de 2013 pela prefeitura do município. Na época foram alegadas questões de segurança, conforto e qualidade no atendimento. Costa (2013), esclarece que o fechamento foi uma decisão política que mascarou conflitos sociais entre os comerciantes informais e a Associação Comercial de Corumbá. Para mais informações sobre o tema, recomenda-se a leitura do artigo completo disponível no link: https://www.academia.edu/7962188/A_INTERDIÇÃO_DA_FEIRA_BRAS-BOL_EM_CORUMBÁ-MS_CONSIDERAÇÕES SOBRE O COMÉRCIO INFORMAL NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

Tabela 19 - Quantificação das imagens encontradas na categoria Símbolos Fronteiriços (B) - Corumbá

Categoria	Quantidade de imagens	Quantidade de programas em que aparecem	Tempo de exibição total da categoria
Símbolos Fronteiriços	9	5	02min32s46

Fonte: próprio autor

Gráfico 11: Tempo da Categoria Símbolos Fronteiriços em Corumbá

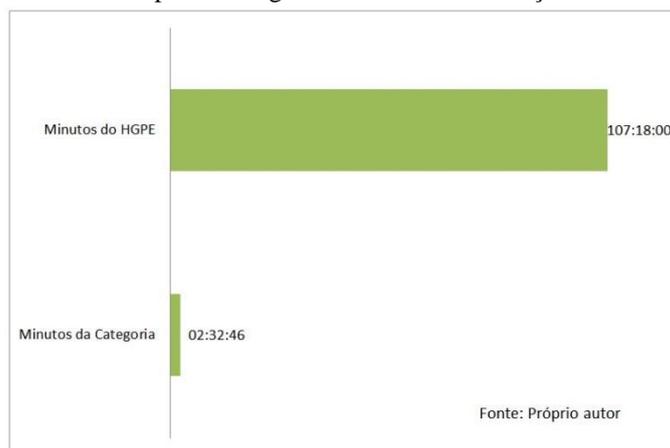


Figura 11: Feira Fronteira Bras-Bol no programa de Corumbá



Fonte: programa eleitoral de Ruiter Cunha

A decisão de incluir as imagens que referenciam o tereré na análise da fronteira corumbaense se justifica por ser a bebida considerada um elemento fronteiriço que, apesar da origem paraguaia (ver análise de Ponta Porã para mais informações), é adotado por habitantes do Brasil e da Bolívia, pois ambos os países fazem fronteira com o Paraguai. Na tabela 20 pode ser conferida a descrição de todas as imagens.

Tabela 20 - Descrição das imagens encontradas na categoria Símbolos Fronteiriços (B) - Corumbá

Programa	Imagens	Tempo da imagem
3	Silhueta de mulher tomando tereré aparece durante clip musical com o <i>jingle</i> do candidato	03s23
17	Feira Bras-Bol é citada em programa que mostra a desocupação do local	01m32s46
19	Cuia de tereré aparece em Roda de tereré com estudantes	20s41
21	Cuia de tereré aparece em imagens que mostram o dia a dia da campanha (caminhadas, reuniões e discursos)	03s16
29	Candidato toma tereré durante caminhada de campanha	02s

Fonte: próprio autor

Considerando o tempo maior ocupado nos episódios, o principal tema fronteiriço na Categoria B dos programas corumbaenses está relacionado com a área econômica: a presença de comerciantes bolivianos do lado brasileiro. As relações com a Bolívia, além da proximidade territorial, sempre tiveram os fatores econômicos como mediadores de intercâmbio cultural. Essa proximidade construída ao longo dos séculos ainda se reflete na representação que o programa eleitoral faz da relação com o país vizinho, conforme é constatado nesta e em outras categorias que serão vistas à frente.

3.7 Corumbá: Dimensão Verbal

A Dimensão Verbal (DVb) se refere às narrações realizadas por locutores, apresentadores, candidatos e entrevistados nos programas eleitorais. Abrange ainda as citações em idiomas estrangeiros e as propostas narradas com temas específicos de fronteira, que nas análises são comparadas às propostas contidas nos Planos de Governo dos Candidatos. Também estão na dimensão as músicas e sons utilizados nos programas.

Categoria E: No programa eleitoral de Corumbá não houve unidades de registro encontradas na Categoria E, Propostas Específicas, durante os 29 programas. Isto significa que não foram inseridas propostas direcionadas para a fronteira ou relacionadas com problemas fronteiriços na TV.

Com a constatação de que o quantitativo dessas propostas no HGPE é nulo, analisou-se o Plano de Governo apresentado pelo candidato Ruitter Cunha à Justiça Eleitoral. Apenas uma das sete áreas temáticas do documento apresenta propostas relacionadas à fronteira, ambas ligadas à economia. São elas: “Realizar, em parceria com o governo boliviano, ações de integração comercial na fronteira” e “Consolidar a vocação de Corumbá como polo de comércio exterior”.

Áreas temáticas presentes no Plano de Governo	Quantitativo de propostas para a fronteira
Desenvolvimento Econômico Sustentável	2
Educação	-
Segurança	-
Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Humano	-
Saúde	-
Gestão Pública	-
Desenvolvimento Urbano e Rural	-

Fonte: próprio autor

O Plano de Governo apresentado pelo candidato Ruiteir Cunha à Justiça Eleitoral é o único a incluir no texto questões relativas à busca de uma aproximação econômica com o país vizinho. Conforme descrito anteriormente, esses vínculos econômicos foram construídos ao longo da história do município e estão refletidos nas propostas do candidato, embora não apareçam no programa eleitoral de televisão corumbaense e não caracterizem propostas concretas, pois não é descrito como a parceria será realizada ou como a vocação será consolidada.

Categoria F: Na Dimensão Verbal do programa eleitoral de Corumbá, a Categoria F, Discurso dos Apresentadores e Locutores, registrou um único elemento fronteiriço, também referente à Feira Bras-Bol. O locutor narra as imagens que mostram a feira por trinta e seis segundos e cinco décimos (36s05) no programa 17 (Figura 13). O tempo não foi contabilizado na cronometragem total de elementos fronteiriços para não causar duplicidade, pois está registrado na categoria Símbolos Fronteiriços, quando a feira fronteiriça é citada. As informações estão detalhadas no Gráfico 12, abaixo, e na Tabela 22.

Gráfico 12: Tempo da Categoria Discurso de Apres. e Locutores em Corumbá

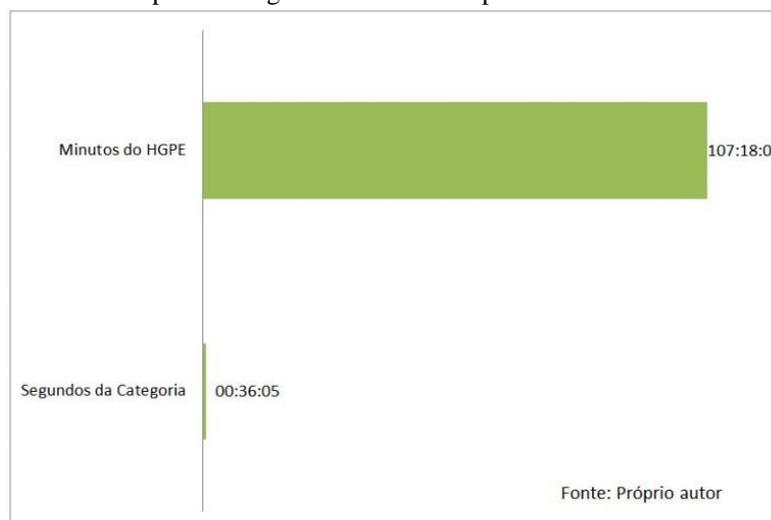


Tabela 22 - Quantificação dos elementos de fronteira na categoria Disc. dos Apres. e Loc. (F) – Corumbá

Categoria	Quantidade de citações	Quantidade de programas em que aparecem	Tempo de exibição total
Discurso dos Apresentadores	1	1	36s05

Fonte: próprio autor

Categoria G: A categoria intitulada Discurso do Candidato, na qual são analisadas as narrações do candidato, em qualquer ambiente ou situação, possui um quantitativo de elementos fronteirios muito baixo nos programas de Ponta Porã, analisados anteriormente. O fato se repete em Corumbá de forma mais explícita ainda, apontando para o silenciamento. Existe apenas uma citação de três segundos (03s) referente a um elemento fronteirio nos 29 programas, quando o candidato se refere à Feira Bras-Bol durante uma narração em ataque ao adversário Paulo Duarte. “Diz que não foi ele que mandou retirar os feirantes da Feira Bras-Bol” é a frase do discurso de Ruitter que marca a única vez em que um elemento cultural aparece na fala do candidato em Corumbá.

Tabela 23 – Quantificação dos elementos na categoria Discurso do Candidato (G) – Corumbá

Categoria	Quantidade de Citações	Quantidade de programas em que aparecem	Tempo de Exibição Total
Discurso do Candidato	1	1	03s

Fonte: próprio autor

Semelhante ao programa pontaporanense, o candidato de Corumbá, na maioria das vezes, está falando de si mesmo, de suas qualidades ou aptidões e de seus desejos para a cidade, ou se expressa sobre problemas e possíveis soluções que idealiza implantar ao ser eleito, sem citar elementos fronteirios.

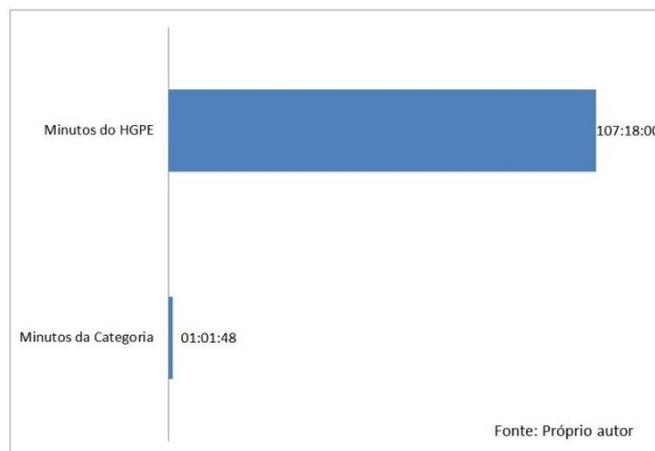
Categoria H: No HGPE de Corumbá, o tempo mensurado na Categoria Entrevistas com Fronteirios é de um minuto, um segundo e 48 décimos (01min01s48)⁴⁷. As entrevistas aparecem em dois momentos: para atacar o adversário indiretamente, pela “boca do povo”, ou para elogiar o dono do programa. São entrevistadas seis pessoas que aparentam ter nacionalidade boliviana. Uma delas fala positivamente do candidato no programa 27 (Figura 12). As demais entrevistas, contidas no programa 17, são usadas para desgastar a imagem do prefeito à época da eleição, Paulo Duarte (Figuras 13 e 14). A transcrição parcial, com o conteúdo principal de cada entrevista, consta na Tabela 25.

⁴⁷ O tempo referente às cinco entrevistas sobre a desocupação da feira Bras-Bol, exibidas no programa 17, foi contabilizado apenas na categoria G e não adicionado ao tempo total dos elementos fronteirios encontrados no programa eleitoral, pois já está somado na categoria B, na qual a feira foi enquadrada.

Categoria	Quantidade de áudios encontrados	Quantidade de programas em que aparecem	Tempo de exibição total
Entrevistas com Fronteiriços	6	2	01min01s48

Fonte: próprio autor

Gráfico 13: Tempo da Categoria Entrevista com Fronteiriços em Corumbá



Programas	Áudios	Tempo
17	Homem boliviano reclama da retirada da Feira Bras-Bol: “tivemos que sair chorando”.	52s48
	Mulher boliviana reclama da retirada da Feira Bras-Bol: “em quarenta e oito horas fechou a feirinha”.	
	Senhora boliviana reclama da retirada da Feira Bras-Bol: “ele me apontou uma arma, apontou uma arma”.	
	Jovem boliviana reclama de ação promovida pelo prefeito (candidato adversário): “bateram na gente com soco”	
	Senhor boliviano reclama de candidato adversário “todo mundo ficou revoltado”	
27	Mulher boliviana elogia candidato do programa: “ele é amigo de boliviano, amigo de paraguaio, amigo de peruano”	09s

Fonte: próprio autor

Figura 12: Entrevistada com sotaque boliviano elogia o candidato.



Fonte: programa eleitoral de Ruiter Cunha

Figura 13: Entrevistado com sotaque boliviano ataca adversário de Ruiter.



Fonte: programa eleitoral de Ruiter Cunha

Figura 14: Mulher protesta durante fechamento da Feira Bras-Bol.



Fonte: programa eleitoral de Ruiter Cunha

Categoria I: No HGPE de Corumbá, a Categoria I, Citações em Outros Idiomas, que embasaria as análises de possíveis interjeições ou palavras provenientes das línguas utilizadas no país vizinho, mas expressas em conjunto à língua portuguesa, não obteve nenhum registro.

Na Categoria J, Trilha Sonora, a música fronteiriça não aparece nos programas eleitorais corumbaenses. É registrado apenas o *jingle* do candidato em todo o percurso sonoro, a exceção de momentos dramáticos e de ataque ao adversário, nos quais são utilizadas trilhas genéricas. Influência cultural da ligação de Corumbá com a cidade do Rio de Janeiro (RJ)⁴⁸, a música é um samba, tocado nos clipes em conjunto com imagens de elementos carnavalescos (grupo de bateria, mestre-sala, porta-bandeira, etc.) e possui as rimas próprias do estilo.

Vamos, vamos minha gente, não dá mais para esperar, quarenta e cinco, chama o Ruíteer, o melhor para Corumbá. Aqui em Corumbá, ninguém fala em outro assunto. Tá na hora da mudança, com o Ruíteer tamo junto. Ele tá do nosso lado. E dá conta do recado, vai guiar nossa cidade, rumo à felicidade. (CUNHA, 2016, *jingle* do programa eleitoral)

⁴⁸ Segundo Nachif e Alvez (2018), o carnaval, oriundo de Portugal, foi iniciado no Brasil pelo Rio de Janeiro (RJ) no século XVIII, chegando a Corumbá na década de 1920, com os blocos de rua, duração de três dias e participação de cerca de 10 mil pessoas. Os foliões jogavam água na população e faziam críticas sociais. “No movimento efervescente de 1946, surgiu a primeira Escola de Samba, denominada “Deixa Falar”, fruto da presença de marinheiros foliões cariocas, vinculados ao 6º Distrito Naval da Marinha do Brasil.”

Diante dos poucos elementos fronteiriços encontrados ao longo do HGPE corumbaense, foram selecionados alguns programas para ilustrar oportunidades nas quais os temas de fronteira poderiam ser abordados na campanha de TV. No primeiro episódio, Corumbá é mostrada por uma vista aérea, seguida de imagens do centro da cidade, do Porto Geral e da população local. O conteúdo de vídeo é permeado com aparições do candidato sorrindo, abraçando o povo. Em *off*, Ruitter faz uma narração genérica sobre o município, sem abordar o contexto multicultural.

Estamos começando hoje uma nova caminhada. E quero começar aqui, no porto de Corumbá, o lugar onde essa cidade nasceu. O lugar que sempre nos encheu de orgulho. E essa jornada, eu quero fazer junto com os Corumbaenses, percorrendo cada canto dessa cidade. Tô aqui, representando um projeto de todos nós Corumbaenses. Um projeto que vai fazer Corumbá voltar a ser uma cidade alegre, festiva, que cresce e cria oportunidades iguais. Com direitos garantidos e onde as pessoas são tratadas com respeito. (CUNHA, 2016)

No programa de número seis, o tema macro é segurança, mas nem mesmo nesse assunto, considerado clichê em vídeos sobre a fronteira, se encontram elementos fronteiriços. Em *off*, a apresentadora narra o problema tráfico de drogas, sem citar o país vizinho, que compartilha a situação, e sem falar sobre a busca de soluções conjuntas.

Corumbá é a décima cidade mais violenta do Estado. Segundo relatório do Mapa da Violência, do Ministério da Justiça. Aqui são registrados em média oito homicídios a cada três meses. O avanço da criminalidade está ligado principalmente ao tráfico e uso de drogas. Um problema que está destruindo famílias inteiras e tirando a vida de muitos jovens. (CUNHA, 2016, narração da apresentadora)

No programa nove, os temas são infraestrutura e habitação. O candidato em uma gravação externa (fora do estúdio) faz uma promessa de aumento do número de residências, por causa da falta de moradia, e garante ter apoio político.

Também contamos com apoio do governador Reinaldo para fazer grandes obras de infraestrutura e ampliar os projetos habitacionais, reduzindo o déficit de moradias. É assim com planejamento e parcerias que vamos levar mais qualidade de vida para todos os Corumbaenses. (CUNHA, 2016)

Não há menção sobre a situação dos bolivianos, oriundos de várias regiões da Bolívia, que chegam procurando trabalho e moradia no município. Muitos ficam nas ruas até conseguirem locais de habitação, por não possuírem recursos financeiros. Dias e Costa (2011) estudaram a presença desses migrantes em Corumbá e constataram que não existe nenhum benefício institucional ou política pública que ajudem no estabelecimento dessas pessoas. As moradias são construídas ilegalmente, de forma precária, pois não há intenção de voltar ao país de origem.

Através das narrativas, das emoções manifestadas durante as entrevistas e das observações do cotidiano e da paisagem fronteiriça, se pôde perceber que os migrantes bolivianos idealizaram na cidade de Corumbá a realização de um sonho. Corumbá passou a ser sinônimo da concretização das perspectivas de melhor

qualidade de vida, numa caminhada sem retorno para terra natal. A razão fundamental para essa migração foi a busca por oportunidades de emprego, independente da qualidade, e moradia digna. Sem muitas exigências para o tipo de trabalho, esses migrantes satisfizeram plenamente seus desejos na nova localidade. (DIAS; COSTA, 2011, p. 147)

No programa 15 o tema é educação, área em que há muito a ser discutido nas relações fronteiriças. Como já foi relatado, nas regiões de fronteira há moradores locais que conseguem dupla nacionalidade com o intuito de usufruir de benefícios de ambos os países. Na questão da educação poderiam estar na pauta do programa discussões sobre integração, preservação da cultura boliviana e ensino de espanhol.

Muitos indivíduos de origem boliviana são nascidos em Corumbá e ilustram bem essa situação intersticial de suas identidades. Essas pessoas possuem os documentos de identidade brasileiros, estudam nas escolas brasileiras, prestam o serviço militar obrigatório, são bilíngues, em sua maioria, mas continuam sendo chamados de bolivianos pelos brasileiros. Como muitos desses atores sociais vivem no lado boliviano da fronteira, continuam a manter os laços culturais e identitários com a Bolívia, identificando-se, em muitas ocasiões, como bolivianos e não como brasileiros (mesmo que nascidos no Brasil). Algumas professoras de Corumbá relataram que os alunos "bolivianos" sabem mais de feriados e datas históricas da Bolívia do que do Brasil (MORAES, 2012). Em algumas ocasiões, entretanto, esses indivíduos acionam suas identidades de "brasileiros", sobretudo quando necessitam de serviços e direitos do lado brasileiro da fronteira, como acesso à educação, à saúde, à moradia e ao trabalho. (COSTA, 2015, *online*)

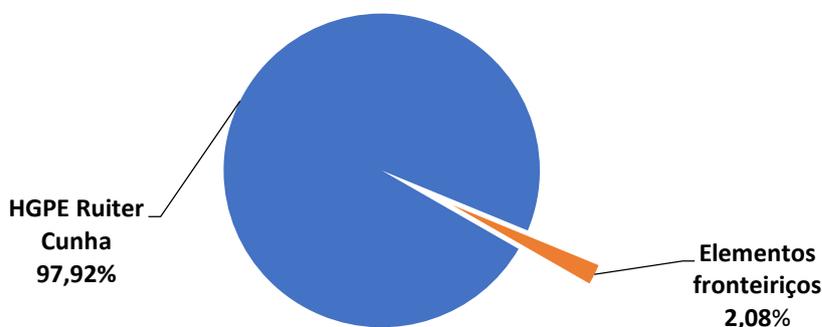
Ainda segundo Costa (2015), as pesquisas realizadas nas escolas de Corumbá demonstram que o preconceito em relação aos bolivianos é comum. Diante do quadro de integração cultural e do compartilhamento da cidadania brasileira, por que o Plano de Governo não contempla uma proposta educacional que objetive evitar preconceitos, por exemplo?

Outra situação curiosa identificada está no programa 22, cujo tema é o aniversário da cidade. Em nenhum momento o programa cita a histórica formação da população local por paraguaios, bolivianos, cariocas e outros povos. A proximidade com a fronteira, que dá identidade à semiconurbação com *Puerto Quijarro*, também não é lembrada em nenhum momento do vídeo. O auge do programa acontece quando o candidato apresenta a própria família. O discurso, narrado em *off* por Ruiteir, faz uma ligação emocional entre a cidade, a história de vida do candidato e o trabalho que ele realizará pelo eleitor.

Corumbá é a minha cidade. Ela está e sempre estará na minha alma e no meu coração. Hoje, no aniversário de Corumbá, eu quero lembrar os maiores presentes que recebi na minha vida. A minha família. Bia, a minha esposa, e meus filhos, Rodrigo e Rafaela, que são o meu maior tesouro. São eles que me motivam a seguir de cabeça erguida e que me dão força para continuar trabalhando por todos os corumbaenses. (CUNHA, 2016)

A observação dos programas de Corumbá constatou silenciamento de elementos fronteiriços na estratégia de marketing do candidato vencedor do pleito. Dos 29 programas da campanha, 22 não possuem nenhum indício de representatividade da fronteira. Nos sete restantes (de número 3, 17, 19, 21, 26, 27 e 29) aparecem alguns elementos fronteiriços. O tempo de exposição desses itens soma dois minutos, quatorze segundos e seis décimos (02min14s06) contra 107 minutos de veiculação total no HGPE. Percentualmente, são 97,92% de espaço para outros assuntos contra 2,08% de tempo com elementos fronteiriços (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Percentual de Elementos Fronteiriços no Programa Eleitoral de Corumbá.



Fonte: próprio autor

A representação é pequena. O tereré está presente, mas aparecem com mais força os elementos fronteiriços ligados a Feira Bras-Bol. Apropriados pelo marketing, são usados para atacar o adversário principal no programa dando espaço para a divulgação da crise gerada pela retirada da feira.

3.8 Contradição e silenciamento dos profissionais de marketing em Corumbá

Segundo informações de profissionais ligados ao candidato Ruiteer Cunha, o coordenador de marketing da campanha em 2016 foi Mauro Morandi, publicitário de Campo Grande. Em contato por mensagem de texto, o profissional confirmou ter trabalhado em Corumbá e solicitou o envio do questionário da pesquisa por escrito, mas, dias depois, informou que não poderia ajudar com as respostas, por “questões pessoais e particulares”. Foram realizadas outras tentativas de uma conversa por telefone para esclarecer as intenções do trabalho, mas, sem sucesso, confirmando a impossibilidade de obter informações por essa via.

Sendo assim, foram contatados outros envolvidos no marketing de Corumbá, participantes da mesma campanha. Apenas um deles, também de Campo Grande, se dispôs a responder, sob a condição de anonimato e de não divulgação da função desempenhada na condução da estratégia eleitoral. Portanto, para preservar o profissional, ele será identificado pelo nome fictício de Marco. Das 20 perguntas elaboradas para a pesquisa, o profissional respondeu sete e depois silenciou, apesar das insistentes tentativas por meio de mensagens de texto para uma retomada do contato.

As atitudes adotadas pelos profissionais demonstram que não há interesse da equipe em discutir a presença de elementos fronteiriços nos programas. Fato que fica mais evidente com a análise das poucas respostas fornecidas. O questionário proposto aos entrevistados possui o principal objetivo de entender a estratégia dos marqueteiros para a elaboração do programa e se são contemplados, no planejamento, os elementos fronteiriços. Ao iniciar as respostas, Marco reconhece que há um diferencial em trabalhar no ambiente fronteiriço e afirma que isso é enriquecedor.

A minha experiência foi sempre muito interessante e até familiar. A proximidade geográfica nos faz conhecer muito mais o universo cultural e social dessa população. É porque não dizer que reconhecemos claramente as influências que carregamos, quase sem dar conta. O que nos deixa em uma situação confortável em relação às estratégias de marketing e a importância do direcionamento do trabalho para esses eleitores de nacionalidade boliviana. (MARCO, 2018, entrevista *online*)

No entanto, apesar da positividade inicial, as respostas dadas pelo entrevistado são bastante contraditórias em relação ao que foi encontrado no programa eleitoral de Corumbá. Por exemplo, em uma das perguntas, sobre o conteúdo veiculado, Marco diz que há a preocupação constante de inserir dados voltados aos bolivianos, fato que não foi comprovado pela pesquisa.

Todo material de campanha teve conteúdo específico e direcionado aos bolivianos que vivem ou trabalham em Corumbá. Muitos deles, eleitores do município. A Atenção dada a essa comunidade buscou estimular o entusiasmo de votar nos bolivianos. (MARCO, 2018, entrevista *online*)

O entrevistado reconhece a importância do eleitorado boliviano e confirma a existência de pesquisas, realizadas pela equipe de marketing, para medir a relevância desse nicho. Nesses levantamentos, segundo Marco, são identificados os núcleos em que a população boliviana se encontra. O profissional também foi questionado se havia a preocupação de usar as informações para construir as estratégias do programa eleitoral. A resposta foi positiva.

Sim. Na televisão, foram feitos programas inteiros com foco em políticas e estruturas direcionadas exclusivamente para essa população. A quantidade de votos não tem como ser ignorada. (MARCO, 2018, entrevista *online*)

Os dados obtidos no HGPE contradizem a afirmação. Constatou-se que não existem programas voltados a temática fronteiriça ou aos bolivianos. Ou, se existiram, não foram veiculados na televisão brasileira. Outro questionamento tentava obter do entrevistado informações sobre o diferencial ou o cuidado da equipe na inclusão dos temas fronteiriços no programa. Marco apontou a língua estrangeira como o “principal elemento de áudio”, juntamente com a música. Porém, a observação dos programas eleitorais mostra o contrário. Não há citações em outro idioma, conforme explanado na Categoria I e não há músicas que se assemelhem à música fronteiriça, de acordo com os dados da Categoria J.

Outro questionamento buscava saber quais eram os elementos utilizados na Dimensão Visual. A resposta de Marco apontava para o uso regular de “cenários do cotidiano” da população boliviana em Corumbá. Apesar disso, não foram encontradas evidências do uso dessas imagens nos programas de televisão estudados, a não ser pelas imagens e entrevistas relacionadas à Feira Bras-Bol. Na pergunta seguinte, “Quais elementos culturais bolivianos foram utilizados na propaganda eleitoral?”, pretendia-se especificar o que os marqueteiros entendem por elementos fronteiriços. Nesse tópico, Marco interrompeu a entrevista e não voltou a responder, ignorando os contatos posteriores.

Com base no questionário é possível inferir que há o interesse pelo eleitorado com ligações à cultura boliviana, já que são realizadas pesquisas para o direcionamento de ações de marketing. É possível dizer também que existe a intenção de usar elementos fronteiriços no programa de forma a atrair a atenção dos eleitores, mas que isso, na prática, não ocorre. Outro dado importante obtido da análise das respostas é o que não foi dito. O silenciamento dos marqueteiros sobre o próprio trabalho, com o coordenador evitando o contato e, depois, com o segundo entrevistado se esquivando de responder quais eram os elementos culturais bolivianos.

A falta de respostas pode estar relacionada a diversos motivos: compromisso profissional de não divulgação das informações de campanha, medo de represálias por parte dos contratantes – motivo da solicitação de anonimato –, desconhecimento do que realmente são os elementos fronteiriços e, o que parece mais evidente, desinteresse em abordar o assunto de forma científica e responder aos questionamentos colaborando com o trabalho realizado. O questionário completo enviado aos dois profissionais, com as respostas de Marco, está disponível no Apêndice E.

3.9 Território profissional: não fronteiriços no comando das campanhas

São muitos os motivos que conduzem a pensar no silenciamento dos elementos culturais nos programas eleitorais de televisão e uma discussão sobre o ambiente profissional é necessária: Seria conveniente aos profissionais de comunicação envolvidos não abordar assuntos que contrariem o clima de opinião estabelecido pela sociedade? Fatores observados na pesquisa corroboraram a pertinência do questionamento. Por exemplo, o movimento estratégico básico do marketing direciona a campanha a exaltar qualidades do candidato e a retirá-lo de eventuais polêmicas – inclusive as de fronteira.

Por outro lado, tentar envolver o adversário em polêmicas pode ser benéfico para a própria campanha. Essa ideia de estratégia é forte no programa de Corumbá, quando são exibidos depoimentos de bolivianos contra o candidato rival, provavelmente gerando um clima de animosidade entre ele e os eleitores desse nicho. Também parece estrategicamente planejado o uso de alegorias, como é evidenciado de maneira mais forte no programa de Ponta Porã, no qual o tereré e as roupas típicas têm uma função estética que aproxima a campanha de uma imagem multicultural, possivelmente idealizando conquistar o apoio de eleitores que se identifiquem com a semântica desses símbolos.

Especificamente sobre o território profissional, levando em consideração o local em que se trabalha, verifica-se que estão no comando das campanhas na fronteira profissionais da Capital. Embora vivam em um estado fronteiriço, esses profissionais estão longe da realidade mais íntima do município fora dos períodos eleitorais. E quando estão presentes permanecem mais tempo no local de trabalho (estúdio, produtora de vídeo, salas de redação) do que em ambientes próximos a fronteira, conforme relatou Moralles (2018), coordenador da campanha de Peluffo. O profissional de Corumbá, não respondeu a essa pergunta, mas demonstra distanciamento do cotidiano ao acreditar que reproduz nos programas elementos fronteiriços que, em verdade, não estão presentes.

É parte de um território aquele que compartilha das mesmas ideias, vivências e problemas do outro. Quem está de fora e necessita passar por esse território, silencia e observa, pois não pode entender por completo as dinâmicas das relações existentes sem um tempo de adaptação (CANCLINI, 2013). Mas como essa relação de proximidade esporádica entre marqueteiros e território prejudica a inserção de elementos fronteiriços no conteúdo da campanha? A conclusão possível é que esse silenciamento facilita o trabalho, pois evita o aprofundamento em temas que podem levar a resultados e caminhos desconhecidos para os profissionais “de fora”. Portanto, é feito de forma intuitiva, como parte da percepção do

ambiente geral (KOTLER, 2000) realizada pelos marqueteiros. Por característica da profissão, eles rechaçam os temas polêmicos e evitam complicações para o candidato que poderiam custar votos.

Os profissionais de comunicação que comandam as campanhas, por não pertencerem integralmente ao território fronteiriço, silenciam em alguns momentos e, em outros, apresentam elementos culturais genéricos, alegóricos, beneficiando o candidato. É preciso adequar o candidato a maior parte do eleitorado (FIGUEIREDO, 1994).

3.10 A visão do candidato sobre os programas elaborados pela equipe

Buscando saber qual o entendimento de um candidato sobre a produção do programa eleitoral e o trabalho dos marqueteiros que o elegeram, foi enviado um questionário ao prefeito Hélio Peluffo, de Ponta Porã. As repostas completas estão no Apêndice F. Abaixo seguem as principais informações fornecidas e algumas considerações sobre o que foi respondido. A primeira pergunta está relacionada à compreensão do contratante sobre como o trabalho dos marqueteiros é realizado.

Entregamos a realização do programa a um profissional que conhece bem a nossa realidade fronteiriça, já trabalha aqui há diversos anos. Os critérios, entendo eu, são aqueles que levam o programa a se comunicar, conectar com as pessoas, apresentando problemas e soluções que elas esperavam de uma nova administração. (PELUFFO, 2019, entrevista)

Peluffo afirma que há elementos culturais fronteiriços nos programas. Segundo ele, é natural e não planejado o aparecimento, já que existe uma troca diária de compras e serviços entre os habitantes da conurbação. O candidato explica que não há como fazer uma “campanha pura”, pois devido às características do lugar, “ela acaba sendo mestiça”.

Os elementos aparecem na música, nas trilhas, nas danças que ilustram os clipes, até em algumas imagens que mesclam as duas cidades. Nas caminhadas o tereré era frequente, assim como expressões e sotaques nitidamente misturados entre o português, castelhano e Guarany. As imagens das duas bandeiras, hasteadas nas entradas da cidade, enfim, há diversos elementos que mostram a nossa união e não a divisão. (PELUFFO, 2019, entrevista)

Sobre o uso do tereré como principal elemento fronteiriço nos programas, Peluffo explica que a presença do hábito é tão forte no cotidiano que não poderia ficar fora. A respeito da cena na qual ele e a família aparecem tomando a bebida, o candidato afirma que não houve planejamento, que tudo ocorreu porque os filhos prepararam a bebida.

Isso faz parte da nossa vida: meus filhos tomam tereré, eu também tomo. E não foi só em casa. Se você assistiu nossos programas você viu nas ruas inúmeras vezes a gente tomando tereré com as pessoas. É cultural por aqui. Quando eu era secretário de Obras, definimos um horário para o tereré para evitar que houvesse excesso de paradas no andamento das obras. (PELUFFO, 2019, entrevista)

O prefeito eleito foi questionado sobre a ausência de expressões em outro idioma durante o programa eleitoral. Conforme a pesquisa já havia apontado, não há o uso de línguas estrangeiras. Peluffo atribuiu o fato à legislação eleitoral rígida, no entanto, reforça que durante a campanha manteve contato com eleitores de outras nacionalidades.

Os programas devem ser veiculados em língua portuguesa, essa é uma exigência da legislação. Também não podemos usar rádios paraguaias para nos comunicarmos. Então essas manifestações ficaram restritas a reuniões em grupos, saudações em comícios e caminhadas. Minha mãe era paraguaia, eu falo razoavelmente bem o espanhol e conheço um pouco do Guarany, mas não usamos no programa por razões legais. (PELUFFO, 2019, entrevista)

Com relação à contratação das equipes para os programas, o candidato eleito afirma que 50% dos trabalhadores eram de Ponta Porã. No entanto, confirma que os cargos de comando da campanha foram ocupados por profissionais de fora da cidade, trazidos pela equipe de marketing. Peluffo explicou ainda que não houve a preocupação de ambientar os profissionais de outras localidades sobre os costumes fronteiriços, pois o coordenador de marketing, Uilson Moralles já tinha experiência em campanhas na cidade.

A partir das respostas podemos inferir que o contratante acredita na utilização dos elementos fronteiriços nos programas eleitorais, no entanto, não avalia se é destinado espaço relevante a eles. As respostas apontam confiança no marketing para convencer o eleitor, independente do conteúdo que precise ser utilizado. Além disso, ao dizer que entregou o programa de TV para um profissional que conhece bem o ambiente fronteiriço, Peluffo confirma que são os profissionais de fora da fronteira que comandam o discurso eleitoral televisivo.

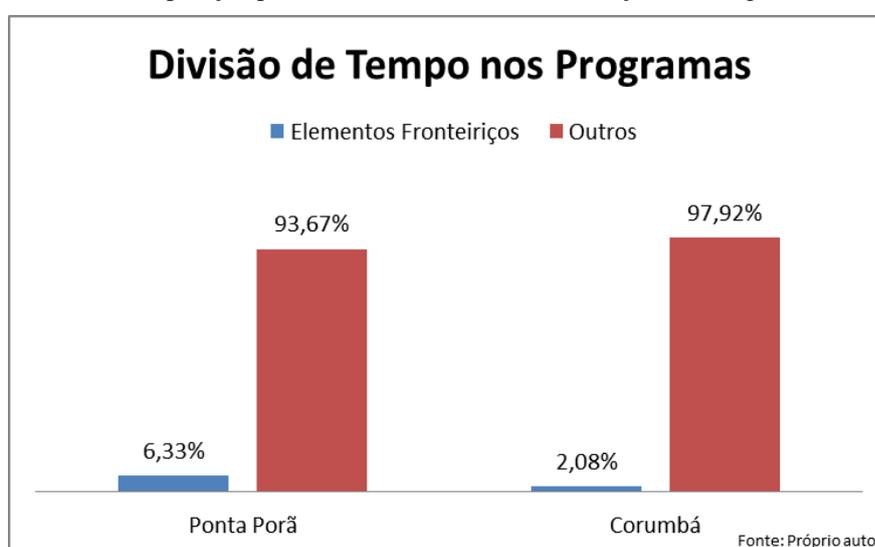
3.11 Fronteiras comparadas: diferenças entre os programas de Corumbá e Ponta Porã

Para estabelecer as diferenças é necessário apontar as semelhanças. Ambos os programas são feitos por equipes que mesclam profissionais locais e de outras cidades para candidatos do mesmo partido político. As imagens geradas pelas televisões brasileiras no HGPE são retransmitidas para além do território nacional e podem influenciar os votos de quem vive do outro lado, mas também vota no Brasil. Os tempos de exibição de cada episódio são parecidos, cerca de quatro minutos. As disparidades começam a aparecer no uso desse tempo em relação aos temas de fronteira.

Em Ponta Porã, 93,67% dos programas não contêm elementos fronteiriços. Em Corumbá, não há elementos fronteiriços em 97,92% do tempo. Conforme aponta a comparação no Gráfico 15, o espaço dedicado à exibição é três vezes maior em Ponta Porã, em relação ao destinado pela produção de Corumbá.

O programa eleitoral de Ponta Porã também traz uma variedade mais ampla de referências à fronteira. Além disso, essas referências foram encontradas na maioria das categorias propostas, com frequência de repetição nos programas. Corumbá silencia mais, no entanto, apesar de exibir menos elementos, possui propostas, no Plano de Governo, para a área econômica, ignorada pelo programa da fronteira Sul. O que faz com que existam essas diferenças em programas destinados a um fim comum: eleger candidatos a prefeito, de um mesmo partido, em cidades de fronteira? As reflexões que seguem estão relacionadas a diversos fatores: históricos, culturais e profissionais, nas decisões do marketing.

Gráfico 15: Comparação percentual de Elementos Fronteiriços nos Programas Eleitorais



As relações próximas com o Paraguai possibilitaram que mais paraguaios contribuíssem com a construção da cultura local de Ponta Porã, ao virem para o Brasil buscar trabalho na empresa Mate Laranjeira, por exemplo. Além disso, as fronteiras durante muito tempo foram móveis, sem uma definição clara e permeadas de paraguaios (CORRÊA, 2014). Até os dias atuais se constata uma proximidade cultural constante por se tratar de um simples atravessar de ruas de um país ao outro.

A fronteira entre Ponta Porã e *Pedro Juan Caballero* demonstra um alto grau de complementaridade entre duas cidades, que possuem assimetrias econômicas e grande mobilidade de pessoas e mercadorias entre a população fronteiriça. (KUKIEL, 2017, p. 405)

Já a cosmopolita Corumbá, principalmente no pós-guerra, passou por um período de reconstrução com apoio do governo federal que isentou impostos, por exemplo, e a atração de investidores estrangeiros (CORRÊA, 2014), vindos de diversos países buscando pelo porto e pela oportunidade de negociar com os integrantes da Bacia do Prata, contribuindo na formação cultural do município. Ser estrangeiro no local era comum, pois o porto propiciava

o contato com diversas culturas, ampliando a imbricação cultural desde aqueles tempos. Esses contatos construíram a identidade local. Além disso, o estabelecimento de uma base naval brasileira possibilitou que a cultura carioca, trazida pelos militares do Rio de Janeiro, também permeasse o lugar.

A presença na região do 6º Distrito Naval da Marinha do Brasil contribuiu para a instauração do modelo carnavalesco carioca, hoje consolidado, e estimulou o aparecimento de escolas de samba. (NACHIF, 2018, p. 297)

Até os dias atuais, e como ocorre em Ponta Porã, existem trocas com o país vizinho de forma permanente, em diversos níveis de proximidade. No entanto, na rotina diária, desde sempre, houve influências externas fortes, além das bolivianas, o que explicaria, por exemplo, a presença do samba no programa, por meio do *jingle*, em detrimento de músicas fronteiriças.

Além disso, geograficamente o centro de Corumbá é mais distante do país vizinho. O que pode interferir na percepção da proximidade da fronteira. As equipes de marketing que trabalharam para o candidato corumbaense estiveram menos próximas da presença do fronteiriço, sendo necessário chegar até a Bolívia para sentir-se na fronteira. Isto significa andar alguns quilômetros, além de passar nas aduanas brasileiras e bolivianas, que embora não dificultem o trânsito, intimidam. Já em Ponta Porã, o ir e vir da fronteira constitui-se em atravessar a pé a avenida principal da conurbação.

O quantitativo de eleitores estrangeiros é considerado importante pelos marqueteiros, sendo outro fator de diferenciação que pode esclarecer o descompasso de conteúdo fronteiriço entre os dois programas eleitorais de televisão. O eleitorado declarado paraguaio em Ponta Porã representa 2,18%, enquanto o eleitorado declarado boliviano em Corumbá é de 0,28%. O público-alvo pode justificar o maior tempo dedicado ao conteúdo fronteiriço nos programas de Peluffo.

Esses números são dados oficiais da Justiça Eleitoral e, apesar disso, não representam a realidade observada durante a pesquisa. Não há estatísticas conhecidas sobre os cidadãos que têm dupla nacionalidade e, mesmo sendo estrangeiros, foram documentados no Brasil como natos. Os números do TRE consideram apenas aqueles que se declararam estrangeiros residentes no país, ignorando os *doble-chapa* e sua binacionalidade não registrada oficialmente.

As diferenças apontadas podem justificar o tempo destinado por cada programa eleitoral aos assuntos de fronteira, na comparação entre Corumbá e Ponta Porã. Mas não mudam o fato de que ambos não valorizam os assuntos fronteiriços.

3.12 A fronteira silenciada nos programas – reflexões sobre o não falado

Para compreender o silenciamento é preciso observar o que foi silenciado e entender algumas das polêmicas que o marketing e os candidatos evitam. Um exemplo são os programas de Corumbá e Ponta Porã que abordam o tema saúde, mas não apresentam propostas abrangendo situações comuns locais, como o atendimento de estrangeiros. Os candidatos silenciam sobre o que pretendem ou podem fazer para melhorar a atenção aos paraguaios e bolivianos em postos de saúde e hospitais brasileiros. Silenciam ainda sobre alternativas para conseguir recursos e arcar com os gastos gerados, embora seja fato que o sistema existente não dispõe de verbas suficientes.

O trabalho de Giovanella et al. (2007) discute as condições de acesso aos serviços de saúde nas cidades fronteiriças do Mercosul, incluindo as limítrofes de Mato Grosso do Sul. A pesquisa entrevistou secretários de saúde e constatou que a busca de atendimento pela população de outros países é frequente nos municípios de fronteira, causando problemas financeiros, desentendimentos entre pacientes e servidores, e sobrecarga nas vagas disponíveis. Em suas conclusões a autora explica que a Constituição Federal brasileira garante acesso a saúde para todos, sem discriminar estrangeiros ou brasileiros, sendo, portanto, urgente discutir legislações conjuntas que garantam o acesso de todos à saúde.

Os resultados do estudo ratificam a necessidade de uma legislação específica para municípios da linha de fronteira, de modo que a população neles residente tenha direitos diferenciados para garantia de acesso integral aos serviços de saúde. A diversidade dos sistemas de saúde nos países da fronteira estudada aponta para acordos binacionais que considerem a experiência e tradição local de cooperação na fronteira e as especificidades dos sistemas de saúde dos países. (GIOVANELLA et al., 2007, *online*)

Pereira (2013) pesquisou o direito do estrangeiro ao Sistema Único de Saúde (SUS) e também confirmou que esses atendimentos existem e são problemáticos, ressaltando a necessidade de acordos entre os países para melhorar a qualidade nos serviços.

Embora na teoria não sejam levados em consideração os atendimentos a estrangeiros no sistema público de saúde, eles ocorrem na prática. Uma possível solução seria a edição de instrumentos normativos internacionais que possam instituir regras unificadas entre os sistemas dos municípios dos respectivos países. Portanto, os governos locais precisam trabalhar junto aos respectivos governos federais, demonstrando a parlamentares e governantes a real necessidade de regulamentar o atendimento a pessoas de outras nacionalidades (PEREIRA, 2013, p. 168).

Dokko e Lamoso (2014) também verificaram que ações de saúde na zona de fronteira requerem intervenção dos governantes locais.

A dinâmica de territórios na zona de fronteira constitui realidades epidemiológicas e problemas de saúde compartilhados, requerendo, cada vez mais, ações conjuntas para se alcançar o controle e a garantia de acesso à saúde. (DOKKO; LAMOSO, 2014, p. 170)

Cancio (2008), ao defender a necessidade de soluções conjuntas entre as prefeituras de municípios de nacionalidades diferentes – tendo a comunicação como uma das mediadoras das relações institucionais –, também aponta em direção à necessidade de um entendimento político como solução para os problemas locais. Müller (2012) complementa ao analisar que a falta desse entendimento causa consequências que prejudicam a população.

A proximidade das duas cidades e o entrelaçamento das duas populações também gera muitos problemas, como a indefinição da coleta de lixo, ocupação da faixa limite por comerciantes dos dois países e, principalmente, os problemas de saúde pública e de atendimento as duas populações nos postos de saúde e nos hospitais. A solução destes problemas força a necessidade de debates e de um trabalho em conjunto das duas prefeituras. (CANCIO, 2008, p. 64)

Devido à proximidade com o país vizinho, os setores ligados à saúde, meio ambiente e segurança pública sentem-se lesados se as ações são assumidas de modo isolado. Quando não ocorre um entendimento entre os agentes locais (representantes em nível municipal, estadual e nacional), os projetos ficam prejudicados, alcançando resultados parciais. (MÜLLER, 2012, p. 71)

Torrecilha (2013) estudou a gestão das cidades de *Pedro Juan Caballero* e Ponta Porã, destacando que as verbas no município brasileiro são insuficientes para garantir o atendimento para quem vem do outro lado.

Apesar de existir no Brasil o projeto SIS Fronteira do Ministério da Saúde com o objetivo de melhorar o serviço de saúde em regiões de fronteira, em Ponta Porã o recurso não é suficiente pelo fato de a cidade ser um polo regional de atendimento às localidades fronteiriças. (TORRECILHA, 2013, p. 170)

Silva, Oliveira Neto e Mariani (2017), realizaram estudo apontando para as dificuldades financeiras no atendimento às populações brasileira e boliviana em Corumbá. Os pesquisadores foram além em suas análises, identificando dificuldades de comunicação entre os pacientes e os profissionais da saúde.

As atuais políticas públicas que promovem o acesso aos serviços de saúde também não deveriam negligenciar o aspecto do conhecimento de línguas estrangeiras, considerando que, no cotidiano da fronteira, inúmeras pessoas de distintas nacionalidades movimentam-se livre e diariamente no local. Soma-se a isso a necessidade de novas soluções para equacionar as demandas de acesso à saúde na região no que se refere às reestruturações das atuais políticas públicas, sobretudo àquelas relativas a investimentos logísticos e infraestruturais das redes públicas. Mutuamente os governos poderiam melhorar os investimentos que financiam o sistema e promover uma agenda única, visando o bem-estar da população, não exclusiva aos moradores de Corumbá e *Puerto Quijarro*, mas estendidas às adjacências, na forma do estatuto da faixa de fronteira. (SILVA; OLIVEIRA NETO; MARIANI, 2017, p. 93)

Nos programas eleitorais analisados, nenhum dos candidatos faz menção de buscar parcerias para solucionar problemas de saúde compartilhados com os países vizinhos, nem mesmo sobre a questão financeira, fundamental para definir como pagar a conta da sobrecarga no sistema. Muito menos são pensadas ações para melhorar as relações pessoais interculturais,

com profissionais de saúde bilíngues, por exemplo. A mesma situação é detectada nos Planos de Governo que os candidatos registram na Justiça Eleitoral.

Sobre o tema habitação, recorrente em ambos os programas, o assunto é abordado em Ponta Porã para divulgar que o candidato construiu e vai construir ainda mais casas. Mas, haverá moradias para atender paraguaios indocumentados que vivem do lado brasileiro em favelas? Pesquisa realizada no Mestrado de Estudos Fronteiriços da UFMS mostrou que essa é uma realidade que também precisa de atenção.

Foi demonstrado que a falta de alternativas habitacionais em *Pedro Juan Caballero*, gerada pelo intenso processo de urbanização, baixa renda das famílias e inadequação das políticas de habitação, levou famílias a procurarem moradias do lado brasileiro em Ponta Porã. Durante o processo de desocupação da beira do Córrego Ponta Porã, a prefeitura se deparou com algumas famílias paraguaias, que tiveram que retornar para seu país de origem, pois não puderam ser contempladas com os programas habitacionais populares; porém, esse número é maior, pois muitas famílias paraguaias e também brasileiras que moram no lado brasileiro, caracterizam-se na informalidade na posse de terra, ausência e insuficiência de infraestrutura, irregularidade no processo de ordenamento urbano, falta de acesso a serviços e moradias com graves problemas de habitabilidade, construídas pelos próprios moradores sem apoio técnico. (SILVA, 2013, p. 66)

Ainda que não seja possível oferecer residências aos estrangeiros, qual política seria alternativa para minimizar o problema? Não há resposta. Em Corumbá, Dias e Costa (2011) relataram problemas semelhantes ao analisar as habitações construídas nos municípios semiconurbados, concluindo que os migrantes bolivianos não têm apoio técnico para se estabelecer na cidade e constroem moradias precárias. Não cabe a esta dissertação discutir se é ou não função do poder público auxiliar o migrante, mas apontar que o assunto não é discutido no programa eleitoral e, realmente, existe como problema a ser solucionado.

O silenciamento sobre propostas para solucionar os problemas fronteiriços também é constatado em relação às áreas de Assistência Social/Emprego e Renda nas duas fronteiras estudadas, onde trabalhadores ilegais transitam pelas ruas tentando sobreviver do comércio informal. E quando o tema é Meio Ambiente/Coleta de Lixo, não se discutem situações facilmente observadas por quem vai aos locais: o que fazer com os resíduos sólidos jogados no limite/limbo entre as cidades? Ou ainda, como estudou Gonçalves (2016), qual a solução para a poluição transfronteiriça gerada pelos aterros sanitários?

São descritos formalmente como aterros, mas, na realidade são lixões, sem qualquer tipo de infraestrutura que facilite o trabalho no local, ou, os processos naturais de decomposição do lixo. É certo afirmar que são locais nocivos à população e ao meio ambiente local e transfronteiriço, visto como possui potencial para contaminação de mananciais aquíferos e/ou de águas superficiais comuns. Para além de negligenciarem a livre circulação de RSU [Resíduos Sólidos Urbanos] entre as fronteiras. (GONÇALVES, 2016, p. 36)

Outro tema silenciado é a questão da situação de mulheres em vulnerabilidade na região de fronteira. Há um programa especial dedicado a elas em cada uma das campanhas, nos quais são feitas promessas genéricas de mais escolas para os filhos e qualificação profissional. No entanto, não uma proposta sequer sobre quais seriam as ações efetivas nas quais a prefeitura poderia atuar para ajudar no combate à prostituição, aos feminicídios e ao tráfico de mulheres, crimes com índices crescentes nas fronteiras.

O avanço no número de casos de estupros, exploração sexual, feminicídios e uso de mulheres pelo tráfico de drogas em zonas de fronteira da Região Sul e de Mato Grosso do Sul com países vizinhos tem preocupado as autoridades dos quatro estados. [...] Dados oficiais de 2019, consolidados até a semana passada pelas secretarias de Segurança Pública dos quatro estados mostram que, nas zonas de fronteira, tem havido uma média de dois estupros e um caso de feminicídio por dia. Também tem havido cerca de 30 lesões corporais e 60 ameaças diretas contra mulheres a cada dia. [...] e tem se generalizado o uso de mulheres e meninas menores de idade em redes de prostituição e tráfico humano por quadrilhas organizadas. (SENADO NOTÍCIAS, 2019, *online*)

Os municípios têm muito a fazer e podem atuar com campanhas de prevenção, formação de grupos de assistência social e até na elaboração de redes de proteção em parceria com o Estado e o governo federal para minimizar essa situação.

Os discursos dos programas se distanciam também de perspectivas de desenvolvimento econômico em conjunto aos países limítrofes. As propostas são encontradas apenas no Plano de Governo de Ruyter Cunha, porém, são vagas e sem indicações sobre como serão concretizadas. Há estudos que poderiam subsidiar propostas nessa área, de forma que, pelo menos a ideia delas, pudesse ser vislumbrada por políticos e, principalmente, por eleitores.

O trabalho realizado por Oliveira M. (2012) faz uma análise sobre como investimentos em modais de transporte hidroviários e ferroviários poderiam promover o deslocamento da industrialização, centralizada principalmente em São Paulo, para regiões de fronteira, promovendo um grande ciclo de desenvolvimento. Citando a Usina de Itaipu, o autor exemplifica que a soma do potencial fronteiro de geração de energia com a farta matéria-prima local – maciços de minério, grandes plantações de soja e outros produtos agropecuários –, a mão de obra disponível dos dois lados da fronteira e uma maior capacidade de transporte, resultaria em um forte desenvolvimento regional, gerando empregos e renda. Esta é uma ideia de desenvolvimento que poderia ser inserida nos programas.

Provavelmente tais intervenções demorarão a ser concretizadas. Todavia, dessa forma as cidades-gêmeas Ponta Porã-Pedro Juan Caballero e Foz do Iguazu-Ciudad del Este, ainda hoje centradas no comércio de reexportação e em atividades limítrofes entre o lícito e o ilícito, poderão diversificar suas atividades produtivas na expectativa de melhores custos e prazos tanto de escoamento de produtos como de importação de insumos de outras regiões ou países. É algo a ser realizado

especialmente se considerarmos que não faz mais sentido, se é que fez algum dia, tratar as fronteiras como áreas marginais. (OLIVEIRA, M., 2012, p. 243)

Os problemas nas cidades de fronteira são muitos e foram relatados aqueles considerados mais importantes. Para os candidatos, apresentar soluções é uma ação óbvia de campanha, tanto que a própria Justiça Eleitoral prevê que na propaganda eleitoral estejam contempladas propostas para convencer o eleitor a votar. No entanto, não é o que se constata nos programas de TV estudados em relação a assuntos complexos relativos à fronteira, pois ambos silenciam sobre as questões descritas aqui. Evitar polêmicas é estratégia do marketing político eleitoral para proteger o candidato. É mais fácil falar em construir novos postos de saúde e mais casas, genericamente, do que debater como atender melhor o estrangeiro. É mais fácil falar em proteção à mulher, sem entrar em detalhes sobre quais ações efetivas serão adotadas após assumir o cargo. É mais fácil dizer que o desenvolvimento vai chegar, sem discutir que uma parceria com o país vizinho poderia trazer mais opções de geração de emprego e renda. É mais fácil silenciar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Noelle-Neumann, ao definir a Espiral do Silêncio, elencou fatores que operam a opinião pública e que, aplicados aos programas eleitorais, apontam para o silenciamento e a apropriação de elementos fronteiriços como parte da estratégia de marketing.

Tentamos identificar elementos que parecem estar relacionados com o processo da opinião pública e são investigáveis empiricamente: (1) a capacidade humana de perceber o crescimento ou diminuição das opiniões públicas; (2) as reações diante desta percepção, que estimulam ou reprimem a livre expressão de opiniões; (3) o medo do isolamento, que faz com que a maioria das pessoas tenda a aderir à opinião alheia. (NOELLE-NEUMANN, 2017, p. 98)

Aplicando esse raciocínio aos resultados encontrados nesta pesquisa, é possível confirmar o silenciamento e inferir: (1) marqueteiros e candidatos, por capacidade inata e/ou com o auxílio de pesquisas de campanha, percebem a opinião pública construída pela sociedade fronteiriça; (2) esses atores reagem elaborando programas de televisão que, de acordo com a percepção do ambiente, mais se enquadram a essa opinião pública, silenciando elementos fronteiriços considerados conflituosos e problemáticos ou fazendo inserções que aproximam da realidade do lugar, sem evidenciá-la por completo; (3) A motivação para essa atitude é o medo do isolamento, nesse caso, o eleitoral, que significaria a derrota nas urnas.

Conforme identificou Noelle-Neumann (2018, p. 113) nos textos de Hume (1963, p. 29), “o governo só se baseia na opinião”, então, quem deseja governar precisa, antes mesmo de estar no cargo, agir como quem governa. A investigação à luz da Teoria da Espiral do Silêncio permite o entendimento da praxe dessa lógica: os candidatos são lideranças políticas guiadas pelo clima de opinião (gerado pelo público que pretendem governar) e, apoiados pelo marketing político eleitoral, fazem o necessário para atingir o objetivo de vencer a eleição. O silenciamento e a apropriação são parte das estratégias eleitorais.

Os programas eleitorais de TV são, portanto, um produto midiático no qual a realidade multicultural é mais uma das ferramentas para alcançar a vitória. Elementos culturais e assuntos de fronteira são silenciados, ou, a critério das decisões do marketing, apropriados para criar a sensação de intimidade entre candidato e eleitor. O silenciamento cultural consiste em não equilibrar as representações fronteiriças com as demais representações presentes, omitindo o sotaque, a música e a língua estrangeira, além dos hábitos e tradições compartilhadas pelos povos. Esse silenciamento também significa não abordar questões estruturais locais, deixando de discutir e apresentar soluções para os problemas encontrados na fronteira, a exemplo daqueles que abrangem as áreas de assistência social, direitos humanos, saúde, economia, educação, moradia, trânsito, segurança e infraestrutura urbana.

A apropriação, por sua vez, ocorre mediante a utilização dos elementos culturais de forma alegórica, ilustrativa e estratégica para forjar uma aproximação com o público-alvo. Nesse caso, são usados o tereré, as roupas típicas, algumas paisagens e a música. Sobre o tereré, é importante registrar que o elemento provoca a sensação de amizade e familiaridade, talvez por isso seja repetido diversas vezes. As paisagens culturais locais aparecem em três situações: (a) para gerar a perspectiva de uma obra futura e reafirmar a competência do candidato (melhoria do Centro Comercial da Linha Internacional em Ponta Porã); (b) para atacar os adversários (retirada da Feira Bras-Bol em Corumbá) e (c) para suscitar empatia (Monumento da Amizade e bandeiras nacionais em Ponta Porã, por exemplo).

Fato parecido ocorre com os depoimentos de estrangeiros e fronteiriços com sotaque, que são usados para elogiar o candidato dono do programa (a exemplo de Ponta Porã) ou para atacar os adversários (caso da feira Bras-Bol em Corumbá). A respeito desse último fato, a exibição das entrevistas sobre a feira gera uma sensação negativa contra o adversário e, apesar de expor um problema, não é apresentada uma solução. São disponibilizadas ao eleitor apenas tergiversações prometendo a chegada de um futuro melhor, depois da eleição.

Então, apesar dos programas possuírem algo de fronteira, ainda que em percentual mínimo (6,33% em Ponta Porã e 2,08% em Corumbá), infere-se que esse resultado é reflexo da apropriação da multiculturalidade do lugar para alcançar um determinado público. Os profissionais estão realizando o trabalho para o qual foram contratados: eleger o candidato com estratégias de marketing, que compreendem tomar decisões para induzir a uma reação desejada de um público-alvo (KOTLER, 2000), nesse caso, os eleitores fronteiriços. Mas, isso é correto? Para marqueteiros e candidato, sim. Um realizou o trabalho, o outro está eleito. Já para o cidadão fronteiriço fica a dúvida: uma discussão mais profunda e construtiva sobre a realidade local poderia contribuir para escolhas políticas mais conscientes? Essa é uma questão para uma pesquisa futura.

Retomando a perspectiva da Espiral do Silêncio, o que se pode conceber com os dados obtidos é uma reflexão sobre a responsabilidade da sociedade fronteiriça no direcionamento das ações do marketing político eleitoral. O clima de opinião, conforme a Teoria de Noelle-Neumann, pode ser entendido como o reflexo do pensamento hegemônico que conduz uma coletividade. Nesse sentido, os eleitores das cidades analisadas são a maioria da população, compondo o poder hegemônico local. Portanto, a própria sociedade fronteiriça ratifica o silenciamento e a apropriação dos elementos culturais constitutivos da identidade local.

Muitas nações contribuíram, desde a colonização, para formar a população sul-mato-grossense. Corumbá e Ponta Porã, por sua história e importância político-econômica, são as

principais fronteiras a representar essa composição híbrida, mestiça e multicultural. Nas duas cidades se misturaram indígenas, espanhóis, portugueses, paraguaios e bolivianos (para citar apenas algumas das nacionalidades que integram as sociedades locais).

Silenciar o outro, ou se apropriar de elementos fronteiriços para obter aprovação, pode parecer algo natural sob a concepção do marketing político eleitoral, pois esse busca um resultado de trabalho. No entanto, para uma sociedade, corroborar com essas ações é desvalorizar suas raízes culturais, sua história, suas necessidades específicas e deixar de lado reflexões importantes para o desenvolvimento econômico e social. É silenciar a si mesma.

Cerceamento de debate é uma característica dos tempos do voto de cabresto, das épocas em que as oligarquias comandavam a política e das eleições na ditadura, simuladas em algumas cidades e proibidas nas fronteiras. À semelhança dessas situações do passado, quem vota nos tempos atuais pode não encontrar nos programas eleitorais de TV as informações necessárias para decidir se o candidato escolhido, realmente, tem o melhor projeto para o cotidiano em que vive. Afinal, imagens congeladas na tela da televisão sem propostas, como determinou a Lei Falcão em 1976, e uma série de cenas bonitas, mas de conexão frágil com a realidade local – e sem propostas concretas –, promovem similar falta de informação.

É preciso questionar: como um eleitor fronteiriço, que recebeu de volta o direito de votar há apenas nove eleições, pode se informar para escolher o mais apto a governar e lidar com os problemas de fronteira? É possível fazer uma campanha democrática em uma fronteira multicultural, sem considerar as culturas do lugar? A pesquisa também não oferece respostas a essas indagações, mas conclui que o conteúdo da produção midiática estudada está mais para um simulacro da realidade construída, do que para a compreensão e a promoção de melhorias efetivas para quem compartilha dessa realidade.

A pesquisa também aponta que é necessária uma discussão sobre a Legislação Eleitoral Brasileira para as fronteiras. Conforme informado pelo TRE, existe uma tolerância com questões relativas ao local de moradia e à nacionalidade que, devido à mestiçagem própria do lugar, favorecem estrangeiros nas regiões fronteiriças. Elaborada com a intenção de proteger o território brasileiro – e com resquícios dos processos nacionalizadores do Estado Novo e da ditadura militar – a aplicação da legislação atual é descontextualizada da realidade multicultural e contribui com o silenciamento, proibindo o uso das línguas fronteiriças estrangeiras nos programas eleitorais. A pesquisa constatou que não resolve proibir o uso, pois, na rotina diária da campanha fronteiriça, candidatos e eleitores utilizam outros idiomas.

Conforme Canclini (2007), a cultura política será democrática se aceitar as diferenças e criar condições para que se possa vivê-las na ambiguidade. Seria mais inclusivo não proibir,

em áreas de fronteira, o uso do idioma do país vizinho nas campanhas eleitorais de televisão e rádio. Permitir essa mescla tornaria a mensagem eleitoral mais acessível, facilitando a assimilação, sem distorções, para uma parcela maior de eleitores fronteiriços, ampliando o debate.

Essas campanhas hibridizadas já ocorrem em outras democracias, como nos Estados Unidos (ver nota de rodapé 26), e é uma questão a ser debatida na medida em que as fronteiras nacionais atraem pessoas dispostas a se integrar a um novo território. A Justiça Eleitoral também pode ser instada a pensar campanhas em espanhol ou guarani com o objetivo de conscientizar os eleitores sobre a importância da eleição, por exemplo, prevenindo a venda de votos por ignorância de direitos. O processo de globalização precisa ser inclusivo nas questões eleitorais de comunicação para promover sociedades democráticas.

Martín-Barbero (2015, p. 13) afirma que nas culturas marginalizadas estão as fontes de uma institucionalidade nova, capaz de fortalecer a sociedade civil. O autor vislumbra a “comunicação convertida no mais eficaz motor” para possibilitar a inserção de culturas “étnicas, nacionais ou locais”. Estabelece, ainda, uma relação direta entre cultura, política e comunicação como forma de promover uma representação real da sociedade nos espaços de decisão.

“A comunicação e a cultura constituem hoje um campo primordial de batalha política: o estratégico cenário que exige que a política recupere sua dimensão simbólica – sua capacidade de representar o vínculo entre os cidadãos, o sentimento de pertencer a uma comunidade – para enfrentar a erosão da ordem coletiva.”
(MARTÍN-BARBERO, 2015, p. 15)

Partidos, instituições públicas, políticos e outros atores/construtores do palco eleitoral podem repensar a divulgação de concepções, o conjunto de normas e os discursos, inserindo as culturas locais (com seus elementos, problemas e características) na comunicação realizada em períodos eleitorais. Programas de televisão e planos de governo culturalmente mais inclusivos podem contribuir para que o formato enlatado, que se encaixa em campanhas de qualquer município (de fronteira ou não), seja modificado para conter informações e propostas mais adequadas às necessidades da população, criando um vínculo maior com o público-alvo e até recuperando a confiança na política.

Por fim, os estudos de Müller (2006), Ota (2006), Raddatz (2009), Cancio (2011), Weber (2011), Camargo (2015), e Rocha (2018) mostraram que jornais, revistas, sites, rádio e televisão fronteiriços reproduzem a multiculturalidade local. A comunicação eleitoral, no entanto, silencia temas fronteiriços ao omitir problemas estruturais e se apropria da

multiculturalidade, usando os elementos culturais como alegorias e ferramentas para construir um produto audiovisual capaz de eleger.

A pesquisa conclui que eleitores fronteiriços com características ligadas às culturas paraguaia e boliviana não ocupam espaços significativos nos programas eleitorais brasileiros, não têm suas necessidades debatidas e não são contemplados com propostas de campanha que proponham soluções para problemas estruturais específicos de fronteira. Foi detectada preocupação entre os profissionais de marketing em incluir elementos fronteiriços na estratégia, mas com o objetivo de persuadir a decisão de voto, silenciando ou se apropriando das características culturais em benefício do resultado eleitoral. A sociedade fronteiriça corrobora as ações ao propiciar o ambiente que orienta as estratégias nos programas eleitorais. Além disso, a legislação eleitoral pode ser considerada defasada ou inadequada para o contexto multicultural local.

Devido à complexidade temática deste trabalho – abrangendo estudos multidisciplinares sobre história, política, marketing, comunicação, ambiente eleitoral e fronteira – a pesquisa pode ser continuada em busca de novas perspectivas, em diversas áreas. Mais reflexões a respeito do tema podem ampliar a consciência coletiva sobre as estratégias e necessidades eleitorais, reforçando e valorizando a importância da participação social em todas as etapas da escolha de líderes políticos. Quanto mais consciente a sociedade estiver sobre as intenções, boas ou não, da comunicação política, mais perto estará de realizar a construção do “futuro melhor” que os políticos vendem.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. **A produção das fronteiras nacionais no telejornalismo brasileiro: análise de algumas séries especiais de reportagem sobre as fronteiras do Brasil.** In Ministério da Justiça (Org). Segurança, Justiça e Cidadania: Fronteiras, Armas e Drogas. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2014.

_____. José Lindomar C. **Migração, circulação e cidadania em território fronteiriço: os brasiguaios na fronteira entre o Paraguai e o Brasil.** Revista Tomo, v. 1, p. 97-122, 2015.

ARAKAKI, Suzana. **Notas sobre a ditadura militar no sul de Mato Grosso: ação, reação e repressão.** Revista Eletrônica História em Reflexão: Vol. 8 n. 15 – UFGD – Dourados, jan/jun, 2014.

ARAÚJO, Gesiel Rocha. **A fronteira ignorada: Cooperação e conflito na imprensa fronteiriça online.** 2018. 186p. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 2018.

AVELAR, Lúcia. **As eleições na era da televisão.** Revista de Administração de Empresas, p. 42-57, São Paulo. Set/Out. 1992. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v32n4/a05v32n4.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2018

AZEVEDO, Evelin. **Em nome da segurança nacional, ditadura proíbe voto em capitais e outras cidades.** Acervo O Globo, 2016. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/em-nome-da-seguranca-nacional-ditadura-proibe-voto-em-capitais-outras-cidades-20203122>. Acesso em: 19 abr. 2019.

BANDUCCI JUNIOR, A. Mercado informal na fronteira Brasil-Paraguai: Shopping Calçadão Mercosul. **Revista Ambivalências**, v. 3, 2015, p. 61-84.

_____. Turismo e fronteira: integração cultural e tensões identitárias na divisa do Brasil com o Paraguai. In: **Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural.** v. 9(3), 2011, p. 7-18.

BARREIROS NETO, Jaime. **Histórico do processo eleitoral brasileiro e retrospectiva das eleições.** Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 14, n. 2162, 2 jun. 2009. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/12872>. Acesso em: 19 abr. 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70 LDA, 2011.

BARBOSA, Rui. **Campanha Presidencial.** Rio de Janeiro: MEC, 1919. (Obras Completas. Vol. XLVI, Tomo II, p. 216)

_____. **Discursos Parlamentares.** Rio de Janeiro: MEC, 1919. (Obras Completas. Vol. XXVII, Tomo III, p. 146)

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2013

BECK, Marta Costa; FERNANDES, Eliana Aparecida Araújo; HOFF, Sandino. **Escolas interculturais de fronteira e as relações com o desenvolvimento local 2009 a 2015**. Disponível em <http://www.revistaespacios.com/a16v37n05/163705e2.html>. Acesso em: 08 Jan. 2017.

BENITEZ ALVARENGA, Derlis. El tereré: **Algo más que una bebida em Paraguay, Asunción**; El Lector, 1997. Disponível em: https://www.portalguarani.com/2392_derlis_benitez_alvarenga/17318_el_terere_algo_mas_que_una_bebida_en_paraguay_por_derlis_benitez_alvarenga_.html. Acesso em: 30 mai. 2018.

BIANCHINI, Odaléa. **A Companhia Matte Laranjeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso (1880-1940)**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2000. 264p.

BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul, a construção de um estado**, volume 2: poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2009.

BRANDALISE, Roberta. **A televisão brasileira nas fronteiras do Brasil com o Paraguai, a Argentina e o Uruguai**. 2011. Tese de Doutorado (Escola de Comunicações e Artes). São Paulo, USP, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2014: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. – Brasília: Secom, 2014.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. – Brasília: Secom, 2015.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2016: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. – Brasília: Secom, 2016.

CAMARGO, Cláudia Gabriela. **Imagem Construída: A Bolívia no Telejornalismo Fronteiriço**. 2015. 169 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 2015.

CAMPESTRINI, Hildebrando; GUIMARÃES, Acyr Vaz. **História de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, 1991.

CANCIO, Marcelo, **Território Televisivo: Estudo da televisão e do telejornalismo na fronteira com o Paraguai**. Tese de doutorado (Escola de Comunicação e Artes) USP. São Paulo, 2008.

_____. **Televisão Fronteiriça: TV e telejornalismo na fronteira do Brasil e Paraguai**. Campo Grande: Editora UFMS, 2011.

CANCLINI, Néstor Garcia. **A globalização imaginada**; tradução Sérgio Molina. São Paulo, Iluminuras, 2007.

_____. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** Trad. Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2013.

COMINETI, A.; OTA, Daniela Cristiane. **104 FM Rádio MS: uma emissora pública e educativa contemporânea à confusão legal da radiodifusão no Brasil.** In: Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 37, 2014. Foz do Iguaçu. São Paulo: Intercom, 2014.

CORRÊA, V.B. **Fronteira Oeste.** 3ª ed. rev. e ampli. Campo Grande (MS). Editora UFMS, 2014.

_____. **Corumbá: terra de lutas e de sonhos.** Brasília: Senado Federal, 2006.

_____. **Corumbá: um esboço histórico.** Ed. UEMS, 1973.

COSTA, Edgar Aparecido. **Mobilidade e fronteira: as territorialidades dos jovens de Corumbá, Brasil.** In Revista *Transporte y Territorio* nº 9, p. 65-86, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4698143.pdf>. Acesso em: 05 de jun. 2018.

COSTA, Gustavo V. L. **A interdição da feira bras-bol, em corumbá-ms: considerações sobre o comércio informal na Fronteira Brasil-Bolívia.** In II Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (Coninter), Belo Horizonte, MG, 2013.

CUNHA, Ruitter. **Programas Eleitorais da coligação Juntos por Corumbá.** Corumbá, Mato Grosso do Sul, 2016.

DORFMAN, Adriana. **Nacionalidade *doble-chapa*: novas identidades na fronteira Brasil-Uruguaí.** In A Emergência da Multiterritorialidade: a ressignificação do humano com o espaço, p. 257-270. Org. Álvaro Heidrich [et al.], - Canoas: Ed. Ulbra; Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

DORNELES, Darlan. Andrade, Maria. Souza, Alexandre. **Breve Glossário do Chimarrão ou Mate.** Revista *Philologus*, Ano 19, Nº 57 – Supl.: Anais da VIII JNLFLP. Rio de Janeiro: CiFEFiL, setembro/dezembro, 2013

DOKKO, Rosana; LAMOSO, Lisandra. **Serviços de saúde privada na fronteira de Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai),** Revista *Ciência Geográfica*. Bauru, Vol. XVIII: janeiro/dezembro, 2014.

FERRARI, M. (2014). **As noções de fronteira em geografia.** Revista *Perspectiva Geográfica Unioeste*. Disponível em: de <http://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/10161>. Acesso em: 08 ago. 2018.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A evolução do sistema eleitoral brasileiro.** – 2. ed., rev. e alt. – Brasília: TSE/SDI, 2005.

FERNANDES, Mario Luiz. **República de penas e espadas: o discurso da imprensa republicana catarinense (1885-1889).** Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

FIGUEIREDO, Rubens. **O que é marketing Político**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GIOVANELLA, Ligia; GUIMARÃES, Luisa; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa; DAMACENA, Giseli Nogueira. **Saúde nas fronteiras: acesso e demandas de estrangeiros e brasileiros não residentes ao SUS nas cidades de fronteira com países do MERCOSUL na perspectiva dos secretários municipais de saúde**. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 23, Sup 2: S251-S266, 2007

GONÇALVES, Alexandre Honig. **Resíduos Sólidos na Fronteira do Brasil com o Paraguai e a Bolívia: diagnóstico das cidades sul-mato-grossenses de Ponta Porã e Corumbá**. In Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Três Lagoas –MS, 2016. Disponível em: seer.ufms.br/index.php/RevAGB/article/download/1864/1233. Acesso em: 11 jun. 2019

GRIMSON, Alejandro. **Fronteras e identificaciones nacionales: diálogos desde el Cono Sur**. Revista Iberoamericana, V.17, pág. 91 a 99, 2005.

GUIMARÃES, Acyr Vaz. **Mato Grosso do Sul: História dos Municípios**. Campo Grande, MS: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 1992.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas eleitorais do Século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 set. 2018.

_____. **Municípios na Faixa de Fronteira 2018**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/24073-municipios-da-faixa-de-fronteira.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 16 mai. 2019.

ITO, Claudemira Azevedo. **Corumbá: O espaço da cidade através do tempo**. Campo Grande, MS. Ed. UFMS, 2000, 104 p.

JARDIM, M. **Palanque eletrônico em eleições locais: aspectos do acesso dos municípios ao HGPE na televisão**. Rev. Sociol. Polít., p.45-58, Curitiba. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n22/n22a05.pdf>. Acesso em: 22 dez. de 2018.

_____. **O mapa da mídia eletrônica em eleições locais no Estado de São Paulo**. 2002. 274 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2002.

KOERNER, A. **O poder Judiciário no sistema político da Primeira República**. Revista USP, (21), p. 58-69. São Paulo. 1994.

KOTLER, Philip. **Marketing para o século XXI: como criar, conquistar e dominar mercados**. São Paulo: Ediouro, 2009.

_____. **Administração de Marketing** – 10ª Edição, 7ª reimpressão. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

KUKIEL, Éder Damião Goes. **O arranjo territorial e sua influência nas relações de controle estabelecidas na fronteira Brasil-Bolívia com olhar especial na cidade de Corumbá-MS.** Revista GeoPantanal, UFMS/AGB, Corumbá/MS, n. especial, p. 397-411, 2017.

LEITE, Fernando. **Corumbá, histórica e turística: 1778/1978.** Rio de Janeiro: Primor, 1978.

MANHANELLI, Carlos. **Estratégias eleitorais: marketing político.** São Paulo: Summus, 1988.

_____. **Eleição é Guerra.** São Paulo: Summus, 1992.

_____. **Marketing pós-eleitoral: técnicas de marketing para um mandato de sucesso.** São Paulo: Summus, 2004.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia;** Prefácio de Néstor García Canclini; Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. 7 ed., Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. **Lei Falcão silencia a campanha eleitoral: Para impedir vitória do MDB, ditadura proíbe candidatos de falar na TV.** [S. 1.], 2017. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/museu>. Acesso em: 17 abr. 2019.

MENDONÇA, Duda. **Casos e Coisas.** São Paulo: Globo, 2001.

MORAES. Lourival Monteiro. **Bilinguismo e jogo de identidades na região de fronteira: a escola Eutrópia Gomes Pedroso, de Corumbá.** 2012. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2012.

MOURA, Rosa; CARDOSO, Nelson Ari. **Mobilidade transfronteiriça: o ir e vir na fronteira do possível.** Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Desenvolvimento, planejamento e governança: 30 anos de ANPUR. Recife: ANPUR, 2013.

MÜLLER, Karla Maria. **Práticas culturais e espaços fronteiriços: os casos de Brasil-Argentina e Brasil-Uruguaí.** In: Maria Helena Martins. (Org.). *Fronteira culturais: Brasil, Uruguaí, Argentina.* 1ª ed. p. 219-232. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

_____. **A Participação dos jornais fronteiriços no processo de integração latino-americano.** Trabalho apresentado no IV Congresso da SBPJOR, realizado na FABICO/UFRGS, novembro, 2006.

_____. **Presença de fronteiras culturais na mídia local de fronteiras nacionais.** Cadernos de Estudos Culturais. Ed. 71, Campo Grande, MS, v. 4, n. 7, p. 69 – 81, janeiro/junho, 2012.

MÜLLER, Karla Maria. GERZSON, Vera Regina Serezer. RADDATZ, Vera Lúcia Specil, Cancio, Marcelo V. **Comunicação e Integração Latino-Americana: a participação da mídia local na construção da cultura e da identidade fronteiriça.** Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos, p. 116-125, agosto, 2010.

NACHIF, Denise Abrão. Alves, Gilberto Luiz. **O carnaval em Corumbá, Mato Grosso do Sul**. Revista Patrimônio e Memória, São Paulo, Unesp, v. 14, n. 1, p. 280-299, janeiro-junho, 2018.

OLIVEIRA, Márcio Gimene. **As cidades-gêmeas Ponta Porã-Pedro Juan Caballero e Foz do Iguaçu-Ciudad del Este diante da des-articulação regional sul-americana**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de; CAMPOS, Davi Lopes. **Instituições, populações e comércio na Fronteira Brasil-Bolívia**. (Anais). I Seminário Internacional dos espaços de fronteira, Unioeste: 2011. Disponível em: <http://cacphp.unioeste.br/eventos/geofronteira/anais2011/Arquivos/Artigos/POLITICA/Artigo58.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2019.

OLIVEIRA, T.C.M. **A Lógica Espacial do território fronteiriço**. SEBRAE (2010) Mato Grosso do Sul sem fronteira. Campo Grande: Ed. Visão, 2010, p. 239-255.

OTA, Daniela Cristiane. **A informação jornalística em rádios de fronteira: a questão da binacionalidade em Ponta Porã-Pedro Juan Caballero e Corumbá-Puerto Quijarro**. 2006. Tese (Doutorado). Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PELUFFO FILHO, Hélio. **Programas Eleitorais: Coligação Juntos Reconstruindo Ponta Porã**. Ponta Porã, Mato Grosso do Sul, 2016.

PERARO, Maria Adenir. **A imigração para Mato Grosso no século XIX – Mulheres Paraguias: estratégias e sociabilidades**. Anais do encontro Abep, Unicamp, Campinas, 2016. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/974>. Acesso em: 19. nov. 2019.

PEREIRA, Maria Augusta Capalbo. Uma análise do diagnóstico Sistema Integrado de Saúde da Fronteira em Mato Grosso do Sul. In: AMARAL, A. P. M.; CARVALHO, L. C. (orgs.) **Direito do estrangeiro ao sistema único de saúde: um olhar para as fronteiras do MS**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2013, p. 168

PINHEIROS, Lisandra Barbosa Macedo. **Negritude, apropriação cultural e a “crise conceitual” das identidades na modernidade**. In: XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos historiadores velhos e novos desafios. Anais, 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427821377_ARQUIVO_LISANDRA - TEXTOCOMPLETOANPUH2015.pdf. Acesso em: 20 mar. 2019

QUEIROZ, Adolpho. **Na arena do marketing político - Ideologia e propaganda nas campanhas presidenciais brasileiras**. Adolpho Queiroz (org.). São Paulo: Summus Editorial, 2006.

RAMOS DIAS, Ramona Trindade. COSTA, Edgar Aparecido. **Territorialidades e a produção da moradia dos bolivianos na cidade de Corumbá-MS, Brasil**. Revista Eletrônica Ateliê Geográfico, Goiânia-GO, v. 5, n. 3, p.127-149, dez/2011. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/atelie>. Acesso em: 04 jul. 2019.

REIS, Elpídio. **Ponta Porã - Polca, Churrasco e Chimarrão**. Rio de Janeiro: 1981.

RIBEIRO, Djamila. **É necessário discutir apropriação cultural com seriedade, porém, sem intransigências e desonestidade**. Revista AzMina, 05 abr. 2016. Disponível em: <https://azmina.com.br/colunas/apropriacao-cultural-e-um-problema-do-sistema-nao-de-individuos/>. Acesso em: 20 mar. 2019

RIBEIRO, Pedro José Floriano. Campanhas eleitorais em sociedades midiáticas: articulando e revisando conceitos. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 22, p. 25-43, jun. 2004

ROSE, Diana. **Análise de imagens em movimento**: In Bauer, Martin w. Gaskell, George. (orgs). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 3 ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2010.

RADDATZ, Vera L. Spacil. **Rádio de fronteira: da cultura local ao espaço global**. 2009. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2009.

_____. Fronteiras culturais: o papel do rádio fronteiriço. In: RADDATZ, Vera Lucia Spacil; MÜLLER, Karla Maria (Org.). **Comunicação, Cultura e Fronteiras**. Ijuí: Editora Unijuí, 2015. p. 201-218.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. **A relação entre o solo e o Estado – Capítulo I**. Traduzido por Matheus Prifmer. Geosp 29, p.51-59, 2011.

RODRIGUES FILHO, Lairtes C. **Mba'éichapa chamigo! Programação Radiofônica e multiculturalismo na fronteira sul-mato-grossense de Brasil e Paraguai**. 2016. 194 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 2016.

RODRIGUES FILHO, Lairtes C.; SILVA, Mayara M. da Q. A.; OTA, Daniela C. **Elementos da legislação de radiodifusão comparada Brasil-Paraguai e a organização da comunicação no espaço cultural de fronteira**. In: Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 38, 2015. Rio de Janeiro, RJ: Intercom, 2015.

SABOYA FILHO, Eduardo Gerson de. Corumbá: **Uma política peculiar no cenário mato-grossense (1945-1964)**. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SANTOS, Camila Comerlato. **Território Federal de Ponta Porã: o Brasil de Vargas e a “Marcha para o Oeste”**. 174 p. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento crítico à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SEBRAE/MS. **Mato Grosso do Sul sem fronteiras: características e interações territoriais: Brasil, Bolívia, Paraguai**. 1.ed. – Campo Grande, MS: Visão, 2010.

SEMPRINI, A. **Multiculturalismo**. Tradução de Laureano Pelegrin. Bauru: Edusc, 1999.

SENA, Divino Marcos de. 2017. **Entre articulações e conveniências na Câmara Municipal de Corumbá: Relações de poder, laços sociais e atuação política no final do Império**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, 2017.

SENADO NOTÍCIAS. **Violência contra mulheres avança na fronteira sul, alerta debate**. Senado Federal, 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/07/11/violencia-contra-mulheres-avanca-na-fronteira-sul-alerta-debate>. Acesso em: 15 jul. 2019.

SILVA, Bruna Lanssoni Morillo. **Habitação Popular na Fronteira: O Caso da Conurbação de Ponta Porã com Pedro Juan Caballero**. 2013. 70 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus do Pantanal, Corumbá, Mato Grosso do Sul, 2013.

SILVA, Jacob Alpines. OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. MARIANI, Milton Augusto Pasquotto. **Reflexões sobre o acesso à Saúde na fronteira Corumbá (Br) e Puerto Quijarro (Bo)**. Revista Geopantanal, Corumbá-MS, p. 79-95, 2017

SILVA, S. **Marketing Político e Comportamento Eleitoral: Reflexões sobre as Estratégias de Marketing Político em Campanhas Eleitorais**. Revista Brasileira de Marketing, 11 mai. 2012. Disponível em: <http://www.revistabrasileirmarketing.org/ojs-2.2.4/index.php/remark/article/view/2268>. Acesso em: 30 Jun. 2018.

SILVA, Wagner Aparecido. SILVA COSTA, Elisângela Martins. COSTA, Edgar Aparecido. **Uma discussão sobre o direito de uso do SUS pelo “estrangeiro” da Fronteira, in Fronteiras: conflitos, integração e políticas públicas**, p. 217-235. Org. Lima da Costa [et al.] – Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2011.

SILVA, W.G. **A estratégia de integração do sul do estado de Mato Grosso ao território nacional durante o governo Vargas: uma análise a partir da criação da colônia agrícola nacional de Dourados em 1943**. In. Revista do Departamento de Geografia da USP, v.31, p. 26-42. São Paulo, SP: 2016.

SOUZA, João Carlos. Corumbá, MS – **O desejo de integração à civilização em fins do século XIX**. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206370_a82f396e4dfd756380358556a8adafe8.pdf. Acesso em: 02 Jun. 2019.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó: Argos, 2002.

SOTTILI, Diane Maria. **Análise da Organização das Unidades Político-Administrativas na Fronteira da Borda Oeste do Estado de Mato Grosso Do Sul**. Revista GeoPantanal. UFMS/AGB. Grupo de Pesquisa Pantanal Vivo. Corumbá/MS. 8(14): 223-233. Jan./Jun. 2013

TEIXEIRA, Rodrigo. **O lugar da música tradicional paraguaia no cenário cultural de Campo Grande (MS)**. 2014. 196 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, MS, 2014.

TORRECILHA, Maria Lucia. **A gestão compartilhada como espaço de integração na fronteira: Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai)**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia, 2013.

TORQUATO, Gaudêncio. **Marketing Político e Governamental: um roteiro para campanhas políticas e estratégias de comunicação**. São Paulo: Summus, 1985.

_____. **Tratado de Comunicação: Organização e Política**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning: 2004.

_____. **Novo Manual de marketing Político**. São Paulo: Summus, 2014.

TSE - Tribunal Superior Eleitoral. **Eleições no Brasil : uma história de 500 anos**. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2014.

_____. **Propaganda político-eleitoral: Conceito e tipos de propaganda política. Brasília, 2018**. Disponível em <http://www.tse.jus.br/o-tse/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/propaganda-politico-eleitoral>. Acesso em: 24 jan. 2018.

_____. **Cartilha sobre a prestação de contas das Eleições - 2016**. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2016. Disponível em: <http://www.tse.jus.br>. Acesso em: 12 jul. 2019.

UEÓCKA, Lorayne Garcia. **A campanha civilista nas ruas: uma análise de sua construção retórico-política. 2004**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2004.

VILLA, Rosangela. **A pronúncia dos corumbaenses – de onde veio esse /s/?**. In Jornal Diário Corumbaense, ed. 2085, p.9, Corumbá-MS, 2015. Disponível em <http://cpan.sites.ufms.br/files/2015/11/Coisas-da-Língua-30-de-outubro.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2019.

WEBER, Andréa Franciele. **A circulação do português e do espanhol na fronteira: o global e o local no espaço entre-línguas**. Revista Raído, Dourados, v. 5, n. 9, p. 217-229, 2011.

ZAMIN, A. **Queremos construir pontes, não cercas: jornalismo internacional, conflito e território**. In: RADDATZ, V.L.S. MÜLLER, K.M. (Org.). Comunicação, Cultura e Fronteiras. Ijuí: Editora Unijuí, 2015.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALMEIDA, Jorge. **Marketing político, hegemonia e contra-hegemonia**. São Paulo : Fundação Perseu Abramo : Xamã, 2002. 254 p.

BÁEZ, Renato. Corumbá: Memórias e Notícias. São Paulo: Vaner Bicego, 1977.

BARROS FILHO, Clóvis. **Ética na Comunicação da informação ao receptor**, Pp.207-227, S. Paulo: Moderna. 1995.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores do século XXI, cidadãos do século XVIII**. In: Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

_____. **Narrar o multiculturalismo**. In: Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: UFRJ, 4.^a ed., 2001, p. 143 a 160

CALIXTO, Pedro; CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; PINHEIRO, Marta Kerr. **Análise de Conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método**. Inf. & Soc.:Est., João Pessoa, v.24, n.1, p. 13-18, jan./abr. 2014.

DORFMAN, Adriana (Org.). **Anuário Unbral das Fronteiras Brasileiras 2015**. Porto Alegre: Letra1 Editora/IGEO UFRGS, v. 2, 2016.

FENSTERSEIFER, P.E. **Educação e direitos humanos: uma perspectiva não metafísica de configuração de um mundo comum**. In: RADDATZ, V.L.S. (Org.). Educação e Comunicação para os Direitos Humanos. Ijuí/RS: Editora Unijuí, 2015.

GARCIA, Amanda. **Evolução histórica da faixa de fronteira no ordenamento jurídico brasileiro: desdobramentos históricos do conceito e sua evolução nas diferentes Constituições**. In Revista Jus Navigandi, ano 20, n. 4462, Teresina/PI, 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/42661>. Acesso em: 16 mai. 2019.

JORGE, Thaís de Mendonça. **Notícia em Fragmentos**. Florianópolis/SC: Insular, 2015.

MÜLLER, Karla Maria. **Mídia e fronteira: jornais locais em Uruguaiana-Libres e Livramento-Rivera**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo/RS, 2003.

_____. **Mídia local fronteiriça: do impresso ao on-line**. In: RADDATZ, Vera Lucia Spacil; MÜLLER, Karla Maria (Org.). **Comunicação, Cultura e Fronteiras**. Ijuí: Editora Unijuí, 2015. p. 117-137.

_____. **Presenças de fronteiras culturais na mídia local de fronteiras nacionais**. In: Cadernos de Estudos Culturais – Fronteiras Culturais. Campo Grande, p. 69-81. MS: Editora UFMS, 2009.

PADRÓS, Enrique S. **Fronteiras e integração fronteiriça: elementos para uma abordagem conceitual**. In: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. V. 17, n.º 1/2, jan/fev, Porto Alegre, 1994.

PEREIRA, J. H. V. **Fronteiras Étnico-Cultural e Geográfica: Indagações para a Educação sobre a (Re)Construção Identitária de Sujeitos Migrantes**. 2003. Disponível em: <http://www.ipp-uerj.net/olped/documentos/0527.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2019.

SANTOS, Lúcia de Moura. **O Território Federal de Ponta Porã – 1943-1946**. XIII Encontro Regional de História, Coxim-MS, novembro 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.ms.anpuh.org/resources/anais/47/1479858791_ARQUIVO_textocompleto.pdf. Acesso em: 22 jun. 2019.

SILVA, Walter Guedes. **A estratégia de integração do sul do estado de Mato Grosso ao território nacional durante o governo Vargas: uma análise a partir da criação da colônia agrícola nacional de Dourados em 1943**. Revista do Departamento de Geografia da USP, V.31, p.26-42. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/102834/115674>. Acesso em: 23 jun. 2019.

SOUZA SILVA, M.; & MORAIS, M. de J. **Os sentidos da fronteira a partir da discussão territorial em Claude Raffestin**. Revista Geográfica de América Central. Disponível em: <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2217>. Acesso em: 20 ago. 2018.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943. **Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del5812.htm. Acesso em: 16 mai. 2019.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.839, de 21 de setembro de 1943. **Dispõe sobre a administração dos Territórios Federais**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5839-21-setembro-1943-415958-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 16 mai. 2019.

BRASIL. Lei nº 1.164, de 24 de julho de 1950. **Código Eleitoral**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L1164.htm. Acesso em: 16 mai. 2019.

BRASIL. Lei nº 4.115 de 22 de agosto de 1962. **Introduz alterações na Lei nº 4.109, de 27 de julho de 1962, e dá outras providências**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4115.htm. Acesso em: 17 mai. 2019.

BRASIL. Lei nº 4.737 de 15 de julho de 1965. **Institui o Código Eleitoral**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14737.htm. Acesso em: 17 mai. 2019.

BRASIL. Lei nº 4.961 de 4 de maio de 1966. **Altera a redação, da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4961.htm. Acesso em: 17 mai. 2019.

BRASIL. Lei nº 70.391 de 12 de abril de 1972. **Promulga a Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses (Estatuto da Igualdade entre Brasil e Portugal)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D70391.htm. Acesso em 06 nov. 2018

BRASIL. Lei nº 6.339 de 1º de 143h6 de 1976. **Dá nova redação ao artigo 250 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, alterado pelo artigo 50, da Lei número 4.961, de 4 de maio de 1966, e ao artigo 118 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971. (Lei Falcão)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6339.htm. Acesso em: 17 mai. 2019.

BRASIL. Lei nº 6.634 de 2 de maio de 1979. **Dispõe sobre a Faixa de Fronteira**. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6634.htm. Acesso em: 16 mai. 2019.

BRASIL. Decreto nº 85.064 de 26 de agosto de 1980. **Regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira**. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D85064.htm. Acesso em: 16 mai. 2019.

BRASIL. Lei nº 7.332, de 1º de julho de 1985. **Estabelece normas para a realização de eleições em 1985, dispõe sobre o alistamento eleitoral e o voto do analfabeto e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7332.htm. Acesso em: 16 mai. 2019.

TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Resolução nº 23.457 de 15 de dezembro de 2015. **Dispõe sobre propaganda eleitoral, utilização e geração do horário gratuito e condutas ilícitas em campanha eleitoral nas eleições de 2016**. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2015/RES234572015.html>. Acesso em: 03 jul. 2019.

_____. **Código Eleitoral Anotado e Legislação Complementar**. 12 ed. Tribunal Superior Eleitoral, Secretaria de Gestão da Informação, 2016.

JORNAIS

CORREIO DO ESTADO. **Almirante afirma: governador Fernando e Prefeito Edimir seriam assassinados pelos comunistas**. Ed. nº 2.703, p. (?), Campo Grande, 18 abr. de 1964.

CORREIO DO ESTADO. **Ata de cassação do mandato do prefeito de Ponta Porã**. Ed. nº (?) p. 2, Campo Grande, 15 abr. 1964.

CORREIO DO ESTADO. **42 candidatos disputam hoje 14 prefeituras**. Ed. N °(?), p. 3, Campo Grande, 15 nov. de 1985.

CORREIO DO ESTADO. **Guerra Eleitoral chega à televisão: horário gratuito**. Ed. nº (?) p. 3, Campo Grande, 07 out. 1985.

APÊNDICE A – IMAGENS DOS PROGRAMAS DE PONTA PORÃ CORUMBÁ

Figura 15: Hélio Peluffo em gravação de estúdio.



Fonte: programa eleitoral Hélio Peluffo

Figura 16: Hélio Peluffo em gravação externa.



Fonte: programa eleitoral Hélio Peluffo

Figura 17: Apresentadores do programa de Hélio Peluffo



Fonte: programa eleitoral Hélio Peluffo

Figura 18: Roda de tereré em gravações de Ponta Porã.



Fonte: programa eleitoral Hélio Peluffo

Figura 19: Ruitter Cunha em gravação de estúdio.



Fonte: programa eleitoral Ruitter Cunha

Figura 20: Ruitter Cunha em gravação externa



Fonte: programa eleitoral Ruitter Cunha

Figura 21: Passistas de samba em clipe com *jingle* da campanha de Corumbá



Fonte: programa eleitoral Ruiter Cunha

Figura 22: Exemplo de tela de propostas em GC de Corumbá.



Fonte: programa eleitoral Ruiter Cunha

Figura 23: Exemplo de tela de propostas em GC de Ponta Porã.



Fonte: programa eleitoral Ruiter Cunha

APÊNDICE B – RESUMO DOS PROGRAMAS ELEITORAIS DE PONTA PORÃ

Todos os programas analisados foram transcritos com marcações de tempo e descrição das imagens sobre a fronteira. Também foi elaborado um pequeno resumo para orientar as análises, conforme segue publicado.

Programa	Resumo do Conteúdo
1	No início do programa aparece a imagem da linha de fronteira entre Ponta Porã e Pedro Juan Cabalero. Diferenciação de uma imagem comum de outra cidade só pode ser percebida porque aparece o Centro Comercial construído na fronteira das duas cidades. No entanto, não há uma explicação sobre o que é o local. O programa apresenta o candidato. Usa imagens de uma convenção partidária, com outros candidatos e apoiadores presentes. Não há no ambiente signos evidentes da cultura fronteiriça. Ao final, em um ambiente aberto, ao ar livre, candidato toma tereré. Imagem dura um segundo.
2	Programa mostra diversas reuniões realizadas em bairros da cidade. Há depoimentos de moradores, mas nenhum deles com pessoas com sotaque ou características paraguaias. Imagens mostram a cidade sem especificar os locais ou se estão na fronteira. Há uma referência à fronteira na exibição de três segundos do Monumento da Amizade Brasil Paraguai. Outra referência é um grupo de mulheres com roupas típicas paraguaias em uma dança.
3	O Programa apresenta o candidato Hélio Peluffo e sua família. Ao falar de suas origens, traz algumas imagens de Ponta Porã. No ambiente familiar, o tereré aparece como caracterizador fronteiriço. Também aparecem imagens da entrada da cidade, com as bandeiras dos dois países vizinhos, e jovens com roupas paraguaias. O tema do programa é centrado na vida do candidato. Não há propostas.
4	Programa trata sobre saúde e traz problemas comuns aos municípios brasileiros. Falta de médicos e remédios nos postos. Falta de postos de saúde 24 horas. Não há citações específicas sobre os problemas de saúde nas fronteiras, como a busca por atendimento de cidadãos paraguaios, o compartilhamento da rede pública de saúde com paraguaios.
5	Tem como tema a Educação e as melhorias que o candidato irá fazer na área. Não tem imagens sobre a fronteira e não fala sobre os problemas específicos das escolas de fronteira, como a falta de professores bilíngues, a disputa de vagas entre estudantes brasileiros e paraguaios. E a possível sobrecarga do sistema escolar pelos estudantes não brasileiros que frequentam as escolas.
6	Programa tem como tema central o asfalto. Há dois símbolos que podem ser entendidos como fronteiriços. O Centro Comercial da Linha Internacional e uma senhora com traços paraguaios que fala com sotaque de quem vive na fronteira.
7	O programa trata de um tema específico, o Anel Viário inconcluso até a data da eleição. Há várias imagens da cidade, do local sem asfalto e depoimentos de caminhoneiros e moradores locais sobre como a obra os beneficiaria, reduzindo o trânsito no centro da cidade. O candidato entra no programa para dizer que vai concluir a obra. Seus apoiadores políticos garantem apoio para isso e o programa termina com entrevistados populares falando frases de apoio para a campanha.
8	O programa traz depoimentos em apoio ao candidato. Mais uma vez, o Centro Comercial da Linha Internacional é uma referência de imagem à fronteira. O diferencial do programa é ter três depoimentos de pessoas com sotaque

	fronteiriço paraguaio
9	O programa fala sobre o problema de moradia em Ponta Porã e afirma que o candidato poderá fazer mais moradias do que fez quando era secretário municipal. Fala de regularização de moradias.
10	O programa é centrado em uma conversa entre Hélio Peluffo e Flávio Kayatt, ex-prefeito e apoiador político. Os dois fazem uma reflexão sobre a administração que fizeram (Hélio foi secretário de Kayatt na prefeitura), sobre as obras que construíram e o orçamento que tiveram. Em seguida, criticam o atual prefeito que, segundo eles, não conseguiu fazer obras. Há uma citação sobre a revitalização da linha internacional, na fronteira com <i>Pedro Juan Caballero</i> . Também há depoimentos de populares, mas sem alusão à fronteira seja no eixo vídeo ou no eixo imagem. A trilha sonora, mais uma vez, não faz referência a qualquer música fronteiriça.
11	Programa fala sobre a independência do Brasil, pois foi veiculado no dia 7 de setembro. Há apenas uma referência à fronteira ao mostrar a entrada de Ponta Porã com o monumento em que aparecem a cuia de tereré e a bandeira do Brasil. Restante do programa mostra propostas do candidato sobre asfaltamento, saúde, Educação, trânsito. Nenhuma voltada à fronteira e seus problemas.
12	O programa fala sobre a implantação de uma nova avenida no município, substituindo a linha de trem existente. Não há referência à fronteira.
13	Programa fala sobre o transporte público municipal e não aborda questões de fronteira.
14	Tema central do programa é geração de emprego. Centro Comercial da Linha Internacional é citado, mas a palavra internacional é omitida no áudio. Há duas imagens de pessoas com roupas típicas e o candidato, em uma reunião com empresários.
15	Programa voltado para as mulheres. Traz propostas como a construção de novas creches e qualificação profissional específica para as mulheres. Não discute temas específicos de fronteira ligados às mulheres, como a prostituição e o tráfico.
16	Programa abre com o candidato sendo entrevistado, mas o foco muda para uma denúncia sobre a situação do hospital regional. Tema Saúde prevalece. E mesmo tendo o tema saúde, não fala sobre os problemas relacionados diretamente à fronteira e aos fronteiriços.
17	Programa fala do problema da coleta de lixo em Ponta Porã. Temática é em torno da taxa que é cobrada dos brasileiros. Proposta é acabar com a taxa e a terceirização do serviço. Não há proposta sobre o que fazer, por exemplo, com o lixo que é deixado na linha divisória. O problema não é discutido.
18	O programa trata de assistência social. Faz citações sobre a fronteira em dois momentos. Todas relacionadas ao tereré e a chipa. Não há citações sobre os problemas da fronteira relacionados à assistência social, como a existência de moradores de rua transitando em ambos os lados da fronteira, sem documentos.

19	Programa fala sobre apoios que o candidato tem para governar. A época, o candidato era do mesmo partido do governador do Estado, Reinaldo Azambuja. Programa traz informações sobre o anel viário, sobre asfaltamento, sobre reativação da ferrovia, sobre industrialização e geração de empregos.
20	O programa tem como tema principal o esporte. Há apenas o tereré como referência à fronteira em uma roda de tereré.
21	Programa aborda o tema juventude e tem como referência à fronteira apenas em uma cena de casais dançando por dois segundos. Traz propostas para os jovens, como a criação de clínicas para atender os dependentes de drogas e melhorar a merenda nas escolas. Programa traz falas de apoiadores políticos.
22	Programa fala de propostas do candidato para a cidade com o infraestrutura, incluindo asfalto, habitação e melhorias nas escolas. Não há referências para a fronteira.
23	Programa critica adversário logo no início e mantém o tom durante a exibição. Traz propostas sobre saúde (contratação de mais médicos, clínica de idosos), sobre manter as ruas limpas e conservadas e com mais asfalto, mas nenhuma proposta sobre fronteira. Dois entrevistados com feições paraguaias falam com sotaque típico da região de Ponta Porã.
24	O programa abre com uma ideia de ambiente fronteiro/rural ao usar uma imagem de uma roda de música com peões, sanfona e tereré. Mas está centrado nas propostas do candidato para infraestrutura, geração de empregos com a implantação de um frigorífico de frangos e mais indústrias. Também responde a ataques dos adversários.
25	O programa trata da segurança pública e, como se espera, fala sobre fronteira, repetindo os clichês de programas nacionais sobre o assunto. Logo na abertura, o apresentador diz que o problema é comum à região. Apesar disso, a única proposta apresentada envolvendo a fronteira está relacionada à habitação, com a construção de casas populares para policiais civis e militares que atuarem na região. Há ainda citação do tereré por duas vezes, com o candidato tomando a bebida típica.
26	De todos os programas, este é o que mais possui elementos de fronteira. Isto ocorre por causa do tema central que trata sobre cultura e exige que se fale sobre o lugar. Além do maior tempo dedicado ao tema fronteira, o programa também traz propostas com o tema fronteira, inclusive um festival Brasil e Paraguai. Os números mostram que a fronteira está presente neste programa. Apesar disso, a cultura fronteira é alegórica, aparecendo com peso nos últimos programas, para deixar o tema cultura plasticamente melhor.
27	Programa centrado na defesa de ataques que o candidato sofreu durante a campanha. Não trata de temas fronteiros direta ou indiretamente e não tem propostas.
28	O programa trata da revitalização da Linha Internacional entre <i>Pedro Juan Caballero</i> e Ponta Porã, com a construção do Centro Comercial da Linha Internacional, realizada pelo candidato quando era secretário de obras. Conta a história daquele momento e traz propostas de realização de melhoria depois que ele for eleito.
29	Programa final, com agradecimentos do candidato à equipe e clipe de imagens com o <i>Jingle</i> . Duas referências à fronteira que somam menos de 2 segundos. Sem propostas.

APÊNDICE C – RESUMO DOS PROGRAMAS ELEITORAIS DE CORUMBÁ

Todos os programas analisados foram transcritos com marcações de tempo e descrição das imagens sobre a fronteira. Também foi elaborado um pequeno resumo para orientar as análises, conforme segue.

Programa	Resumo do Conteúdo
1	O primeiro programa do candidato mostra várias imagens de Corumbá e da população, no entanto não faz referência à fronteira com a Bolívia em nenhum momento. Não há nenhuma citação, imagem ou texto que traga elementos fronteiriços. A preocupação é mostrar que a cidade precisa de ajuda no momento da eleição, traçar um perfil de oposição ao prefeito, que concorria à reeleição à época, e construir uma ideia de que a cidade precisa ser devolvida para os Corumbaenses. Programa notadamente dá a linha inicial da campanha e apresenta o candidato como alguém preocupado com a cidade e com o futuro. Não há sinais de preocupação com qualquer assunto fronteiriço.
2	O programa traz a afirmação de que a cidade não possui saúde, segurança e emprego. A ideia é a de que "a cidade está sofrendo". Candidato faz um discurso dizendo que quer ser prefeito para trazer a esperança de volta. Não há referências à fronteira. E a trilha sonora é instrumental, sem referências à fronteira, e em alguns momentos com samba, que é uma referência cultural local a Corumbá.
3	Programa tem como tema a reclamação dos eleitores sobre a administração atual da prefeitura. Há vários depoimentos populares. Nenhum com sotaque fronteiriço. Única referência à fronteira é a silhueta de uma jovem tomando tereré que aparece no vídeo clipe.
4	Programa começa falando sobre os problemas de saúde em Corumbá, com um depoimento longo de um entrevistado popular que não recebeu atendimento. São apresentadas propostas para a saúde. Nenhuma delas sobre fronteira ou com referências à fronteira. Apresentador é branco e apresentadora é morena, de Campo Grande. Não há música regional e <i>jingle</i> é um samba, característica local.
5	Programa começa falando das realizações candidato no mandato no qual foi prefeito. Não há um tema específico, programa transita entre saúde, infraestrutura, educação. Na sequência, uma série de apoios populares é inserida no programa e propostas voltados para saúde, educação, segurança. Encerra com apoiador político e samba. Preocupação durante todo o programa parece ser mostrar o candidato como a melhor opção e alfinetar a gestão atual, adversária na eleição, que não teria realizado uma boa gestão.

6	Programa com o tema de segurança, mas não aborda nenhum tópico sobre fronteira. Fala sobre o tráfico de drogas, sem citar que a região é local de passagem de drogas quem vem da Bolívia. Também não fala sobre os bolivianos que estão nas ruas e sobre o que pode ser feito para ajudá-los. Trata apenas dos cidadãos brasileiros.
7	Programa não faz qualquer referência à fronteira. É dedicado a falar das obras que o candidato, ex-prefeito da cidade, realizou enquanto era prefeito. Tem diversos depoimentos de populares, mas nenhum deles com sotaque fronteiriço. Há a citação da cidade de Ladário, conurbada a Corumbá, no entanto, pertencente ao Brasil. O candidato aparece no vídeo, em uma externa, falando basicamente o mesmo que a apresentadora falou no início do programa. Nos programas de Corumbá, a repetição e reafirmação de informações é mais notada do que nos de Ponta Porã.
8	Programa não faz qualquer referência à fronteira. É dedicado a falar das obras que o candidato, ex-prefeito da cidade, realizou enquanto era prefeito. Tem diversos depoimentos de populares, mas nenhum deles com sotaque fronteiriço. Há a citação da cidade de Ladário, conurbada a Corumbá, no entanto, pertencente ao Brasil. O candidato aparece no vídeo, em uma externa, falando basicamente o mesmo que a apresentadora falou no início do programa. Nos programas de Corumbá, a repetição e reafirmação de informações é mais notada do que nos de Ponta Porã.
9	Após a repetição do programa anterior, é perceptível uma queda na qualidade da produção. Programa fala do projeto Se Essa Rua Fosse minha e promete aumentar o projeto, caso o candidato seja eleito, melhorando a infraestrutura na cidade. Não há uma abordagem sobre as ruas cabriteiras, também sem asfalto e ilegais, que ligam Corumbá a Porto Quijarro. Também é abordado o tema moradia, mas sem citar soluções. O candidato promete aumentar o número de moradias sem abordar o problema dos moradores de outras nacionalidades que transitam pela cidade. Há, por exemplo, além dos bolivianos, haitianos vivendo no município ilegalmente, se aproveitando da proximidade com a fronteira e a facilidade de entrada no país. (usar matéria sobre haitianos)
10	Programa trata do programa Prefeito Presente, realizado pelo ex-prefeito enquanto no cargo. A ideia é mostrar que o programa ouvia as pessoas e atendia as necessidades do município, por estar mais próximo à comunidade. Em seguida são repetidas propostas do candidato. Programa de exaltação às qualidades do prefeito. Há um depoimento de um servidor municipal reafirmando que o Programa Prefeito Presente era bom para a cidade. Finaliza com o <i>jingle</i> , samba.

11	O programa veiculado no dia da independência do Brasil está focado em atacar o adversário, Paulo Duarte, tentando mostrar que a realidade exibida n programa adversário não é a realidade encontrada pela população. Pautado em ataques, ao final traz o candidato Ruiteer como um homem próximo ao povo, preparado para governar e atento às necessidades da população. O programa encerra com um clipe sobre a independência que também, em seu significado, faz ataque ao adversário ao pregar que chegou a hora da "nossa independência".
12	O programa fala sobre a reforma do estádio Arthur Marinho, sobre as práticas esportivas no município e sobre o incentivo que o candidato pretende retomar ao setor se for eleito. Tem o depoimento de populares, todos ligados ao esporte. Não há trilha de fronteira. Não há imagens de fronteira.
13	O programa tem blocos longos, o que parece ser uma característica dos programas de Corumbá. Falhas na edição são percebidas e chegam a ser grosseiras. Muita repetição de conteúdo durante todo o programa. Basicamente, o texto de um bloco é dito no outro de outra forma, por outro personagem do contexto. Não há referências à fronteira nem mesmo na trilha sonora que, em alguns momentos, nem aparece no vídeo.
14	O programa está mais focado na divulgação da Caravana da Saúde, do governo do Estado, do que nas propostas do candidato, que só aparecem no final do vídeo. Não há referências à fronteira em nenhum momento. Também não trata dos problemas de saúde compartilhados localmente com as cidades vizinhas.
15	O programa fala de educação com foco em criticar a administração do candidato adversário. Tema principal abrange infraestrutura das escolas e distribuição de material escolar. Também é abordada a valorização dos professores. Problemas de educação na fronteira, escola Bilíngue, compartilhamento de escolas com os Bolivianos e outros temas fronteiriços não são abordados.
16	O programa fala sobre o atendimento prestado pelo programa à população ribeirinha de Corumbá. Candidato se apresenta como o autor do projeto povo das águas e diz que vai ampliar a ação quando for eleito. Não há elementos de fronteira, embora os ribeirinhos vivam em regiões de divisa entre os dois países.
17	Os elementos fronteiriços são usados no programa para atacar o adversário. O candidato leva ao ar imagens da retirada da feira Bras-Bol, tema polêmico na época na cidade, em tom de crítica ao atual prefeito, candidato à reeleição. Quatro entrevistas com bolivianos reclamando da situação são exibidas. O programa também aborda problemas no transporte público. Com relação à feira e aos problemas, o candidato apresenta a crítica, se posiciona como alguém que vai ouvir a população quando eleito. O discurso é retórico e usa palavras genéricas para descrever possíveis ações futuras. No entanto, não são apresentadas propostas ou soluções para a situação dos bolivianos. Na contagem geral de tempo, será usado o tempo de exibição de todo o conteúdo sobre a feira Bras-Bol, incluindo o tempo de entrevistas, sendo somado apenas uma vez ao tempo total de análise.

18	Programa utilizado para que o candidato rebata ataques sofridos durante a campanha. Não há referências fronteira. Uma curiosidade é que nos apoios populares foram utilizadas apenas falas de mulheres.
19	Há referência a fronteira por causa da roda de tereré. As imagens em que elementos culturais fronteiriços aparecem somam 20 segundos. Temas abordados são saúde, geração de empregos, turismo, esporte, educação. Combate ao uso de drogas é citado, mas novamente questão do tráfico não entra na pauta do programa.
20	Programa trata de vários temas, com críticas ao atual prefeito. Aborda infraestrutura, saúde, educação. Possui bastantes depoimentos populares, também em tom de crítica. Candidato aparece como solucionador, porque já fez antes, nas gestões anteriores. Trilha sonora é o <i>jingle</i> de campanha, em forma de samba. Não há referências à fronteira. É notado um sotaque característico da cidade nas entrevistas com populares.
21	Programa traz uma série de apoiadores políticos para mostrar que o candidato construiu uma aliança plural, envolvendo vários setores da sociedade. No final, há depoimentos populares e, em um desses depoimentos, aparece a cuia de tereré. Um popular oferece e o candidato toma tereré.
22	Programa não tem referências à fronteira. Trata do aniversário da cidade e em nenhum momento cita o histórico de Corumbá, a formação de seu povo por paraguaios e bolivianos, a proximidade com a fronteira que dá identidade a semiconurbação. O vizinho não é lembrado. Os bolivianos naturalizados brasileiros não são lembrados. Os brasileiros descendentes de bolivianos não são lembrados. O texto é genérico e se enquadra em qualquer cidade. Apesar dos inúmeros fala povo, nenhum tem uma linha sequer de espanhol ou outra língua. Nem mesmo um feliz cumpleaños Corumbá. Como toda a linha de programas até agora, traz as cores amarelo, azul e verde como predominantes nas artes.
23	O programa faz uma comparação entre a gestão de Ruitter como prefeito e a do prefeito à época, adversário no pleito. Não há elementos sobre fronteira. Trilha sonora invariavelmente samba. Temas abordados são: saúde e comícios de apoio político. Lembra os programas da ditadura que permitiam apenas chamar para eventos populares.
24	Programa trata da produção rural em Corumbá e fala sobre como o prefeito vai apoiar os produtores. Não há referências à fronteira. Tema agricultura.

25	Programa traz propostas para as mulheres, sempre genéricas, sem aprofundamento. Termina com apoiadores políticos em um comício. Faz autopromoção do prefeito. Não tem fronteira.
26	Programa inicia com o candidato fazendo ataques ao adversário, que incluem críticas à retirada dos feirantes bolivianos da Feira Bras-Bol, ponto turístico conhecido da cidade até ano de 2016. Restante do programa segue com apoiadores políticos em comício de apoio ao candidato e sem referências à fronteira.
27	Mulher que aparenta ser boliviana dá uma entrevista em apoio ao candidato. Ela fala que ele é mais humano e não faz distinção entre brasileiros e estrangeiros. Depoimento é usado para aproximar candidato do eleitorado fronteiriço, na medida em que usa o sotaque e uma pessoa estrangeira. No entanto, mais uma vez, a proximidade aparece para promover o candidato e não para debater propostas.
28	Programa inicia com um conjunto de propostas do candidato. Repetição de outras propostas já apresentadas em programas anteriores. Não há novidades sobre a fronteira. Segue com uma entrevista, conduzida pela apresentadora, com o candidato e o candidato a vice. Problemas de fronteira ou situações que remetam ao ambiente fronteiriço não são trazidos para o programa. Temas abordados: Assistência social, saúde, educação, asfalto, segurança, agronegócio, impostos.
29	Último programa da campanha. Despedida do candidato. Tom emocional. Fala de esperança, futuro, mudança. Mas não fala de fronteira. Única imagem que faz alguma referência é o próprio candidato tomando tereré. Temas abordados: assistência social e geração de emprego. Todos os assuntos são abordados sem aprofundamento. Citados em meio ao discurso do candidato. Programa tem mais características de autopromoção, o que se espera, do que de propostas.

APÊNDICE D - ENTREVISTA COM MARQUETEIRO DA CAMPANHA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ, UILSON MORALLES.

O profissional ouvido pela pesquisa é o responsável pela elaboração dos programas. O questionário é o mesmo aplicado ao profissional de Corumbá, no entanto, a entrevista foi gravada pessoalmente e novas perguntas complementaram o entendimento.

O senhor coordenou a campanha do candidato Hélio Peluffo em 2016 em Ponta Porã?

R: Confere. São quatro eleições municipais em Ponta Porã. Três derrotas e uma vitória. Nós trabalhamos na eleição e reeleição do ex-prefeito Flávio Kayatt, na sequência, uma campanha que foi derrotada do candidato a prefeito Hélio Peluffo, e a próxima campanha, de 2016, que foi vitoriosa do prefeito Hélio Peluffo.

a) Conteúdo e Estratégias da Propaganda eleitoral

1 - Como é trabalhar na fronteira do Brasil com o Paraguai? Há algum cuidado ou diferencial em relação a trabalhar em outros centros urbanos?

R: Na verdade, não. Porque, no específico da fronteira Brasil com o Paraguai, há uma mistura, uma mescla. Isso faz parte da realidade do município, como a música, a comida, todos os aspectos da cultura paraguaia estão incorporados à cultura brasileira. E a campanha eleitoral, ela fala com esse universo, com essa população. Realmente, o cuidado é você falar para essa população. Se ela é mesclada, é misturada, ela tem aspectos culturais, musicais, ela tem aspectos comuns aos dois países, formando uma só cultura, você na verdade conversa com essa cultura, mas, até por questão de legislação, visando o município de Ponta Porã, você não pode ter um cuidado, uma mensagem específica para o eleitor paraguaio, digamos assim, ou para o Brasileiro que mora no Paraguai, embora seja uma grande população flutuante. Há um grande número de brasileiros que mora no Paraguai e vice-versa. Mas até pela legislação você não pode usar outra língua, que não a portuguesa.

2 - A propaganda eleitoral do candidato, ela objetivou atingir o eleitor paraguaio na área de fronteira. Sim, não e por quê?

R: De certa forma, eu respondi essa pergunta. Na minha visão, não é o eleitor paraguaio, mas o eleitor brasileiro que mora no Paraguai. Ela é voltada para o público brasileiro, com elementos de música, de cultura, a própria população quando você entrevista na rua, nas reuniões, muitos deles falam um portunhol, misturado. Mas, não há um cuidado específico em nível da propaganda para se atingir o eleitor brasileiro no Paraguai. Não há uma proposta que possa atingi-los diretamente, até porque a legislação restringe e eles estão em outro país, vivendo em outra realidade. Não há dentre as metas do Plano de Governo nada que os atinja. Há uma realidade na fronteira que precisa ser cuidada e trabalhada, mas é uma realidade que se vive dentro do Brasil, como por exemplo, o caso das motinhas, que são compradas no Paraguai e circulam em grande número no território Brasileiro. Na campanha é uma discussão que se estabelece muitas vezes. Como legalizar? Como atender esse público? Mas é uma realidade da fronteira, e não específica, digamos assim, do Brasileiro ou do eleitor brasileiro que reside no Paraguai. É uma realidade de Ponta Porã, em função dessa mescla e desse ir e vir na fronteira. É uma fronteira seca, e praticamente as pessoas diariamente estão indo para o Paraguai e voltando para Ponta Porã e vice-versa, sem nenhum tipo de cerceamento, ou qualquer tipo de dificuldade.

3 - Nas pesquisas eleitorais que as equipes encomendam, houve algum levantamento sobre o número de estrangeiros que vota no Brasil? Para saber o quanto isso representa dentro do colegiado eleitoral?

R: Não, especificamente nas quatro eleições que a gente trabalhou, nunca houve um trabalho digamos assim dentro do Paraguai. Isso são estatísticas difíceis de quantificar. Há os políticos mais experientes que têm algumas informações, mas esse trabalho legalmente, tecnicamente, é de uma dificuldade contratar uma empresa de pesquisa que possa adentrar o Paraguai. Nas campanhas que eu participei não houve esse tipo de cuidado e eu não tive nenhum tipo de conhecimento nestas campanhas de alguma pesquisa que visasse especificamente o eleitor Brasileiro, residente em *Pedro Juan Caballero*, no caso, a cidade vizinha no Paraguai.

4 - Mas há reuniões do outro lado. O político brasileiro faz reuniões no lado paraguaio para agregar esses eleitores, para conversar com esses eleitores?

R: Não. As reuniões são as mais protocolares. Muitas vezes há visitas aos governantes no Paraguai. Mas a campanha, ela se restringe ao lado brasileiro, a campanha formal, a agenda do candidato, as coberturas. Inclusive teve algumas campanhas que alguns candidatos brasileiros estavam no Paraguai tiveram dificuldades, até houve casos de candidatos a vereador que tiveram veículos apreendidos no lado do Paraguai e depois, com bom senso, com bom relacionamento, foi resolvido. A campanha se restringe ao Brasil. Há informações de que haja uma campanha subterrânea no Paraguai, mas isso não faz parte do nosso trabalho de marketing do programa eleitoral e da parte oficial que a gente desenvolve.

5 - A propaganda eleitoral, em algum momento, teve o objetivo de captar votos do eleitor paraguaio que vota no Brasil? Sim ou não e por quê?

R: Objetivo específico, não. Mas ao mesmo tempo em que você tem fatores culturais comuns na fronteira, como a música de Ponta Porã, a Polca paraguaia, o instrumento que define a sonoridade da fronteira é a arpa, por exemplo, que é um instrumento muito mais ligado ao Paraguai. A sopa Paraguaia, a chipa, a comida, o próprio tereré, gera uma integração cultural cotidiana, diária, mas não há realmente um direcionamento para esse público paraguaio, porque não há uma identificação e realmente a legislação restringe que se faça esse trabalho. Ele aparece no meio da mescla, mas não em uma ação pontual, direcionada ao eleitor paraguaio. Claro que os serviços assistenciais, uma boa parte na saúde no Brasil, ela impacta o Paraguai porque no Paraguai não tem um sistema SUS ou atendimento gratuito que a gente tem no Brasil. Então, o serviço de saúde no Brasil eles acabam sendo muito ocupados por Brasileiros, por brasiguaios, pelos filhos de brasileiros casados com paraguaios acabam sendo registrados no Brasil porque eles são usuários, principalmente dos sistemas de saúde e assistência social. Então, as propostas têm que ter algum cuidado para não ferir as suscetibilidades e até interesses eleitorais desse público. Mas não que seja uma coisa específica, direcionada para eles. Mas há um cuidado de não prejudica-los, porque essa é uma realidade da fronteira. Ponta Porã tem cerca de oitenta e nove ou noventa mil habitantes e a soma com 100 mil moradores de Pedro Juan aumentam o peso, digamos assim, dos usuários dos serviços de saúde, de educação e assistência social muito. Tanto que, nos horários de saídas das escolas há um grande número de crianças atravessando a linha internacional porque moram no Paraguai, mas estudam no Brasil.

6 - Como a equipe define as pautas para os programas?

R: Na verdade, a definição das pautas segue, mais ou menos, um padrão geral. Exemplo, o candidato a prefeito tem que responder às demandas, aos anseios e as necessidades da população. Mas geralmente essas demandas e anseios estão alinhados nas questões sociais: educação, saúde e assistência social. São associadas às questões urbanísticas: desenvolvimento, infraestrutura da cidade, asfalto, acesso, transporte público, aos temas que são ligados ao município especificamente e a questão de desenvolvimento local, muito ligada à questão de geração de emprego, ofertas alternativas de planos de atração de indústrias, de desenvolvimento para a fronteira, que é também um grande desafio, até para você oferecer uma alternativa a todos os problemas na área de segurança que às vezes ocorrem na fronteira, que é um debate específico. Na verdade, não tem uma grande diferença entre outros centros urbanos, porque o candidato e as campanhas têm que oferecer respostas às necessidades e demandas do público-alvo, no caso especificamente a população de Ponta Porã e, indiretamente, aqueles eleitores brasileiros que moram no Paraguai.

7 - Existiu, durante a elaboração do programa, a preocupação com a inserção de elementos culturais paraguaios, devido à transmissão do sinal atingir os dois países?

R: Sim e não. Não direcionado especificamente para o público paraguaio. Mas, como eu falei a música, a cultura, os aspectos culturais, eles são comuns aos dois países. Então, mesmo que você não direcione, o tereré, o linguajar das pessoas que você entrevista na rua, não propositalmente, acaba sendo uma mistura entre o português e o espanhol. Então, a comunicação acaba sendo atingida, porque quem conhece a realidade de Pedro Juan e Ponta Porã... É difícil você separar a fronteira, ali, no caso, a fronteira seca ela muito mais une do que separa a população, no aspecto social e econômico. No aspecto econômico também, a flutuação do dólar, alguns produtos são comprados naturalmente no Paraguai, outros no Brasil. Há um intercâmbio, um entrelaçamento muito forte das duas culturas. Então, não há um elemento específico, mas é claro que a propaganda atinge os dois lados. Inclusive, há obras comuns na Linha Internacional, como o Centro Comercial, que foi financiado pela comunidade europeia, que as duas prefeituras trabalharam juntas nessa área, atendendo camelôs brasileiros e paraguaios. Uma obra comum, com um projeto comum, que funcionou tanto para o lado brasileiro, quanto para o lado Paraguaio. Realmente, esta mescla, este entrelaçamento é muito intenso na fronteira do Brasil com o Paraguai. Especificamente no caso de Pedro Juan e Ponta Porã, porque as duas cidades, os dois centros, se unem, através de uma linha de acesso fácil, direto a todo instante.

8 - Quais são os elementos de áudio utilizados na representação dos Paraguaios na propaganda eleitoral?

R: Os elementos de áudio são basicamente, como eu falei, a questão da música. A música tradicional da fronteira, a harpa, a polca, que são paraguaios, mas que em Ponta Porã acabam sendo brasiguaios. São comuns aos dois países, no caso, ali. Se forma uma realidade específica una. Tanto com as misturas nos serviços assistenciais a questão dos aspectos culturais. Então, você usa a dança, usa paraguaias dançando com roupas típicas, com o jarro na cabeça. São paraguaias que se apresentam no Brasil com a naturalidade, com a mesma desenvoltura de um paraguaio. Então, esses elementos eles acabam sendo usados no programa, mas também porque são parte daquela cultura local específica.

9 - No caso dos elementos de vídeo utilizados para a representação dos Paraguaiois na propaganda eleitoral, o senhor falou das vestimentas?

R: Sim, exatamente, das vestimentas, das músicas, da comida, do tereré, que é o Paraguai diz que o tereré é dele. Ponta Porã é a princesinha dos ervais. Então, a erva-mate está entrelaçada com a cultura brasileira-paraguaia, tanto na questão da água quente, que é o chimarrão, como a água gelada, que é o tereré. Esses elementos aparecem mesmo com bastante frequência porque fazem parte da rotina do dia a dia dessas comunidades que acabam sendo uma só.

10 - Quais elementos da cultura paraguaia foram utilizados na propaganda eleitoral? O senhor tem algo a acrescentar neste sentido?

R: Não, acho que não. O nosso candidato a prefeito fala basicamente três línguas. O português, o espanhol e o guarani, mas você não usa isso na propaganda eleitoral por restrição da legislação. Mas, no dia a dia da campanha, no andamento da campanha, se tiver algum paraguaio que fale guarani o candidato também se comunica nessa língua. Não formalmente dentro do programa, mas há transmissão da mensagem no idioma inclusive que alguns seguimentos fortes ainda usam, que seria a língua da etnia guarani, muito falada no Paraguai. É um dos idiomas oficiais do Paraguai.

11 - O diálogo, então, acontece. Na rua o candidato consegue dialogar com todas as línguas. Na TV é que não consegue?

R: Na TV que não consegue por restrição da legislação. Na TV só se pode usar a língua portuguesa, nacional.

12 - Qual a importância, nesse contexto, dada ao eleitor estrangeiro que vota no Brasil, na sua visão?

R: A importância, como eu falei, é ter esse cuidado na medida entendendo que ele é usuário dos nossos serviços, então algumas situações têm que considerar os interesses desses eleitores. Então, restrições quanto a domicílio, local de domicílio, endereço... Tanto que têm escolas na linha internacional, como a escola Ramiro Noronha que é praticamente meio a meio. São estudantes residentes brasileiros, residentes no Paraguai, e estudantes brasileiros residentes em Ponta Porã. Na verdade, muitas vezes, eles falam um portunhol, mas eles têm a certidão de nascimento brasileira. Então, há esse cuidado, e muitas vezes os prefeitos reclamam que o IBGE não reconhece essa população. Há uma dificuldade, inclusive dos recursos, para se ampliar os recursos. Mas isso é real. Quem mora em Ponta Porã sabe que a própria linguagem dos estudantes, sabe, e até há professores que traduzem essa linguagem nas escolas, porque é uma realidade em Ponta Porã. Realmente tem que se ter esse cuidado de não se restringir isso, nas propostas, nos programas eleitorais, também se alcançar esse público.

13 - Os idiomas falados no Paraguai aparecem na propaganda eleitoral?

R: Não, eles não podem aparecer. A legislação brasileira impede isso. Nem na música, nem no áudio.

14 - Os candidatos fazem visitas e campanha no Paraguai. Na propaganda eleitoral há a mesma preocupação em demonstrar integração, aproximação com o País e a cultura vizinha?

R: Há a preocupação de mostrar integração, aproximação, mas não há visitas dentro do calendário. Porque a nossa campanha eleitoral, a nossa propaganda eleitoral, o nosso marketing, ele acompanha o candidato na sua agenda oficial. Então, nas agendas oficiais, a campanha se restringe ao território brasileiro. Se existe algum tipo de reunião, de evento no

Paraguai, isso não faz parte da agenda e o marketing e a empresa responsável pela publicidade não acompanha e não cobre o candidato neste tipo de reunião. Não está incluído você fazer trabalho dentro do território paraguaio.

b) Estrutura de Produção

15 - Sobre a estrutura de produção, os locais de gravação são escolhidos por quais critérios?

R: Eles eram escolhidos pelos critérios da representatividade, da importância desses locais dentro desse conjunto da fronteira. Numa cidade como Pedro Juan e Ponta Porã, as imagens de fronteira, de linha internacional, de bandeiras dos dois países, de música, de dança, elas são muito frequentes nesses locais de gravação. Em alguns locais, como alguns lagos, e alguns pontos turísticos da cidade vizinha que é Pedro Juan, muitas vezes eles até aparecem nos clipes, porque eles fazem parte da cultura. Na verdade, o município se apropria das coisas das belezas naturais e mesmo dos monumentos do outro. Então, isso acontece com certa naturalidade, mas não em exagero. Mas sempre mostrando aquilo que é comum aos dois locais, porque há cada vez mais um interesse em se internacionalizar a fronteira Brasil-Paraguai, no caso Ponta Porã-Pedro Juan.

16 - Quais critérios nortearam a escolha de apresentadores?

R: Também levando em consideração o perfil da população dos dois locais, entendeu. Mas, é considerando o perfil humano entre o Brasil e o Paraguai. Então, se tenta colocar apresentadores que respondam a esse perfil, a esse matiz cultural, a um pouco da morenidade que faz parte da fronteira.

17 - Quais os critérios que nortearam a escolha dos entrevistados que aparecem no programa?

R: Bom, são dois perfis de entrevistado, na verdade. São os formadores de opinião, aquelas pessoas que lideram, que têm influência, que são destaque em suas áreas, isso sempre se considerando a realidade de Ponta Porã. E outra são as pessoas que participam dos eventos, que se envolvem no dia a dia da campanha e que nessa área principalmente há uma grande mescla, há muitas pessoas falando com o portunhol, um português misturado com guarani, um português misturado com espanhol, que é típico da região da fronteira.

18 - A equipe montada para a campanha foi composta por quais profissionais?

R: A equipe montada para a campanha segue um padrão normal com todos os profissionais que estão envolvidos e que, sobretudo, tem experiência em programa eleitoral, com prioridade para aqueles que têm experiência no trabalho na fronteira, que já conhecem a realidade municipal e a realidade dos dois países e que estão acostumados a fazer campanha nesse lugar. Quer dizer, então, alguns profissionais de Ponta Porã e a maioria dos profissionais de Campo Grande e de São Paulo mesmo, onde há um acervo muito maior de apresentadores, cinegrafistas, enfim, de pessoas que atuam na área de comunicação.

19 - São profissionais que têm experiência no trabalho na fronteira, mas que não necessariamente são fronteiriços?

R: Exatamente, são os profissionais que estão disponíveis. Até porque o maior acervo, a maior oferta de mão de obra na área de produção de comerciais, VTs, rádio, está concentrada em Campo Grande, que é capital, e que obviamente é o centro econômico administrativo político e que detém 32% da população do Estado. Então, Ponta Porã oferece uma contribuição importante, mas como são três ou quatro candidatos do próprio município não é

possível se atender a demanda apenas com material local. Até porque Ponta Porã é sede da TV Morena, que retransmite a Globo. Então, são três municípios no Estado que são sede. Campo Grande, Corumbá e Ponta Porã, então há um aprimoramento, o nível de qualidade dos programas, ele é assim no padrão global. Então, precisa ter profissionais e equipamentos que possam corresponder a essa necessidade, a essa demanda.

20 - O senhor pode me dizer algumas das cidades dos profissionais que compuseram essas equipes, além de Campo Grande?

R: Nas campanhas que a gente fez em Ponta Porã, basicamente eram profissionais de Ponta Porã e de Campo Grande. Teve um ou outro profissional de Dourados, mas também como lá tem campanha, é mais difícil você contar com essa mão de obra. Mas a maioria é de Campo Grande mesmo, onde há uma expertise, onde há um grupo seletivo e variado e experiente de profissionais que podem atender.

21 - Esses profissionais realizaram gravações na área paraguaia de fronteira? O senhor falou um pouco disso quando respondeu que eles gravaram em um lago algumas coisas.

R: Não, é, gravações mais de belezas naturais, mas gravações... Depoimentos, gravações de apresentadores ou locutores no lado paraguaio é evitado fazer. É muito mais imagens de aspectos urbanísticos, de beleza natural e eventualmente algum ponto turístico. Mas a gente tem evitado gravações no lado paraguaio, até porque pode haver interpretações na legislação que você está fazendo campanha do outro lado e isso tem um certo cerceamento. Há uma discussão a respeito disso então, grande parte do trabalho é voltado em Ponta Porã. Até porque são prefeituras diferentes.

22 - O senhor falou que esses profissionais têm experiência em fronteira, mas não são fronteiriços. Quando o profissional chega à primeira vez para trabalhar com vocês ele passa por uma ambientação para entender o local em que está trabalhando?

R: Este trabalho, ele ocorre antes dos trabalhos iniciarem. O cuidado é muito mais porque na verdade é um país estrangeiro e são públicas e notórias algumas vinculações às áreas de fronteira, que costuma ter problemas nevrálgicos na área de segurança, na área de tráfico de drogas, então, na verdade, há um cuidado no sentido de que esses profissionais tenham o contato muito mais comercial e mais restrito possível no país vizinho. É muito mais uma questão de segurança pessoal, de orientação, do que de um envolvimento, assim, a essa informação com relação às culturas para que se respeite, para que se considere essa mescla cultura, para que não haja nenhum tipo, por engano, de preconceito ou discriminação, que é incabível, sobretudo numa campanha eleitoral. Há esse cuidado de se colocar isso, mas nunca houve problema nessa área assim. Nunca houve dificuldades ou problema com profissional no lado do Paraguai, até porque os programas absorvem grande parte da equipe, do tempo disponível. É um trabalho muito rápido e muito intenso. Então, não há muito tempo para que os profissionais se aventurem ou resolvam, por exemplo, todos moram no Brasil, se alimentam no Brasil. Todo o trabalho é concentrado no lado brasileiro da fronteira.

23 - Para fechar bem essa questão, os profissionais receberam algum tipo de treinamento específico para atuar na faixa de fronteira?

R: Não. Não houve uma preocupação, até porque como é misturado, já temos alguns profissionais que já têm alguma experiência, e como têm segmentos específicos, rádio e televisão, os próprios coordenadores de cada área, dão essa orientação para os profissionais, entendeu. Então, não há, digamos assim, um treinamento, uma orientação específica. Há,

como eu falei, um certo cuidado, nós estamos numa linha internacional, uma campanha eleitoral muitas vezes exacerba alguns ânimos, há discussões, grupos de interesse, então há um certo cuidado de se orientar e proteger o profissional, mas como falei, durante as quatro campanhas que realizei na fronteira, nunca tivemos nenhum problema específico com problemas de segurança, com autoridades paraguaias ou até mesmo com os criminosos brasileiros que habitam nessa fronteira. Nunca houve nenhum tipo de problema de segurança com as nossas equipes e são geralmente 30 a 40 pessoas que trabalham nisso, até porque o trabalho é muito intenso e muito monitorado. As pessoas estão sempre envolvidas em alguma coisa, ocupando da melhor forma possível o seu tempo.

APÊNDICE E - RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO FORNECIDAS PELO PROFISSIONAL DE MARKETING DE CORUMBÁ.

O profissional pediu para não ser identificado. O questionário aplicado é o mesmo usado com o marqueteiro de Ponta Porã, no entanto, foi respondido *online*.

a) Conteúdo e estratégias da propaganda eleitoral:

1. Como é trabalhar na fronteira Brasil/Bolívia? Há algum diferencial/cuidado em relação a outros centros urbanos?

R: A minha experiência foi sempre muito interessante e até familiar. A proximidade geográfica, nós faz conhecer muito mais o universo cultural e social dessa população. E porque não dizer que reconhecemos claramente as influências que carregamos, quase sem dar conta. O que nos deixa em uma situação confortável em relação às estratégias de marketing e a importância do direcionamento do trabalho para esses eleitores de nacionalidade boliviana.

2. A propaganda eleitoral do candidato visou atingir o eleitor boliviano na área de fronteira? Por quê?

R: Todo material de campanha teve conteúdo específico e direcionado aos bolivianos que vivem ou trabalham em Corumbá. Muitos deles, eleitores do município. A Atenção dada a essa comunidade, buscou estimular o entusiasmo de votar nos bolivianos.

3. Nas pesquisas eleitorais encomendadas pela equipe houve um levantamento sobre o número de eleitores estrangeiros que votam Corumbá?

R: Sim. Essa contagem era muito bem monitorada, além dos números, as pesquisas buscavam os núcleos em que essa população se encontrava.

4. A propaganda eleitoral visou captar votos do eleitor boliviano que vota no Brasil? Por quê?

R: Sim. Na televisão, foram feitos programas inteiros com foco em políticas e estruturas direcionadas exclusivamente para essa população. A quantidade de votos não têm como ser ignorada.

5. Como a equipe definiu as pautas para os programas?

R: Sim. Os programas abusaram do uso da música, cultura e principalmente, o povo boliviano, seus rostos estiveram presentes em toda campanha.

6. Existiu a preocupação com a inserção no programa de elementos culturais bolivianos devido à transmissão do sinal de televisão ser recebida nos dois países?

R: Não respondida.

7. Quais os elementos de áudio utilizados na representação dos bolivianos na propaganda eleitoral?

R: A língua foi o principal elemento de áudio, mas também a música.

8. Quais os elementos de vídeo utilizados para a representação dos bolivianos na propaganda eleitoral?

R: Cenas do cotidiano dessa população em Corumbá: trabalho, família, moradia.

9. Quais elementos culturais bolivianos foram utilizados na propaganda eleitoral?

R: Não respondida. (A partir desta pergunta o entrevistado optou por não responder mais e abandonou a entrevista.)

10. Qual a importância dada ao eleitor estrangeiro que vota no Brasil?

R: Não respondida.

11. Os idiomas falados na Bolívia aparecem na propaganda eleitoral? Por quê?

R: Não respondida.

12. Os candidatos fazem visitas e campanha “corpo a corpo” nas cidades bolivianas na fronteira. Na propaganda eleitoral há a mesma preocupação em demonstrar proximidade/integração com o país e a cultura vizinha?

R: Não respondida.

b) Estrutura de produção:

1. Os locais de gravação eram escolhidos por quais critérios?

R: Não respondida.

2. Quais critérios nortearam a escolha de apresentadores?

R: Não respondida.

3. Quais critérios nortearam a escolha dos entrevistados?

R: Não respondida.

4. A equipe montada para a campanha foi composta por quais profissionais?

R: Não respondida.

5. Estes profissionais são de quais cidades?

R: Não respondida.

6. Estes profissionais realizaram gravações na área boliviana de fronteira?

R: Não respondida.

7. Houve alguma ambientação desses profissionais com aquele local?

R: Não respondida.

8. Os profissionais receberam algum tipo de treinamento específico para atuar na faixa de fronteira? Qual? Com qual conteúdo?

R: Não respondida.

APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO RESPONDIDO PELO CANDIDATO ELEITO DE PONTA PORÃ – HÉLIO PELUFFO

Este questionário foi enviado ao candidato por meio eletrônico e reencaminhado para a pesquisa com as respostas que seguem.

a) Conteúdo e estratégia do programa eleitoral

1. Quais são os critérios que norteiam a tomada de decisões relacionadas ao conteúdo de imagem e texto do programa eleitoral?

R: Entregamos a realização do programa a um profissional que conhece bem a nossa realidade fronteiriça, já trabalha aqui há diversos anos. Os critérios, entendo eu, são aqueles que levam o programa a se comunicar, conectar com as pessoas, apresentando problemas e soluções que elas esperavam de uma nova administração. Na época havia um desencanto com o trabalho da gestão em curso e a cidade ansiava por mudanças, por voltar a crescer. Esse era o sentimento e creio que o programa captou e buscou comunicar esse fato. Vale ressaltar que eu já tinha uma história na cidade como secretário municipal de obras e candidato derrotado em outras eleições, então não poderia fugir muito desse passado de todos conhecido e que me ajudou a vencer o pleito.

2. No programa veiculado nas eleições de 2016 há elementos culturais fronteiriços que permeiam a propaganda eleitoral elaborada pelo marketing. Neste contexto, quais elementos o senhor identifica como fronteiriços?

R: Aqui vivemos de forma conurbada, ou seja, temos 91 mil habitantes no Brasil e pelo mãos mais 30 mil morando em Pedro Juan. Há uma troca diária de compras e serviços, conforme flutua o mercado local. Então, não há como fazer um programa eleitoral exclusivamente brasileiro ou paraguaio. Os elementos aparecem na música, nas trilhas, nas danças que ilustram os clipes, até em algumas imagens que mesclam as duas cidades. Nas caminhadas o tereré era frequente, assim como expressões e sotaques nitidamente misturados entre o português, castelhano e Guarany. As imagens das duas bandeiras, hasteadas nas entradas da cidade, enfim, há diversos elementos que mostram a nossa união e não a divisão.

3. Esses elementos foram inseridos a pedido do candidato ou por decisão da equipe de marketing? Qual a intenção ou estratégia ao utilizá-los? Qual o efeito esperado?

R: Esses elementos apareceram naturalmente, diria eu. Como falei, não dá ara fazer uma campanha pura na fronteira. Ela acaba sendo mestiça, porque esse é a nossa realidade. Um programa ele busca captar o cotidiano das pessoas e foi isso que aconteceu. Se fosse uma equipe inexperiente em campanhas aqui, até caberia uma orientação assim. Mas como o nosso pessoal era todo sul-mato-grossense e conhecedor da nossa realidade, nem foi necessário pedir. Isso apareceu simplesmente.

4. Em uma das cenas veiculadas, o candidato aparece com a família tomando tereré em um ambiente residencial. Esta cena, em específico, foi produzida de que forma?

R: Como já disputei três eleições para a Prefeitura a gente conhecia a proposta de apresentação do candidato e sua família, logo nos primeiros programas. Não é por acaso que somos a Princesinha dos Ervais, ou seja, numa roda de pessoas é muito comum ou tomar chimarrão ou tereré. Estava quente naquele dia e optamos pelo tereré como elemento de

união, compartilhamento. Isso faz parte da nossa vida: meus filhos tomam tereré, eu também tomo. E não foi só em casa. Se você assistiu nossos programas você viu nas ruas inúmeras vezes a gente tomando tereré com as pessoas. É cultural por aqui. Quando eu era secretário de Obras, definimos um horário para o tereré para evitar que houvesse excesso de paradas no andamento das obras.

5. Não há no programa eleitoral citações em outro idioma, embora o candidato fale as línguas locais. Na sua opinião, por que há esse silenciamento nos programas eleitorais, mesmo sendo o guarani e o espanhol línguas faladas constantemente na região política de sua atuação?

R: Os programas devem ser veiculados em língua portuguesa, essa é uma exigência da legislação. Também não podemos usar rádios paraguaias para nos comunicarmos. Então essas manifestações ficaram restritas a reuniões em grupos, saudações em comícios e caminhadas. Minha mãe era paraguaia, eu falo razoavelmente bem o espanhol e conheço um pouco do Guarany, mas não usamos no programa por razões legais.

b) Estrutura de produção

1. Na equipe construída para a produção, qual o percentual estimado entre trabalhadores locais e trabalhadores trazidos de outras cidades?

R: Estimo que foi uma proporção de 50%, porque pela minha história na política local tínhamos muitos profissionais de Ponta Porã engajados no projeto. De fora vieram editores, apresentadores, mas no final creio que ficamos meio a meio.

2. Com relação aos profissionais não-fronteiriços, houve preocupação em ambientá-los à fronteira? Que ações foram tomadas neste sentido?

R: algumas peculiaridades foram destacadas, mas como todos eram de MS e SP, a coordenação já era experiente em campanhas locais, mais a mistura entre os de fora e os daqui, isso ajudou e facilitou a ambientação, como você fala. Não tivemos nenhum tipo de problema que atrapalhasse o bom andamento da campanha, graças a Deus.

APÊNDICE G – QUESTIONÁRIO ENVIADO AO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL (TRE)

As perguntas foram respondidas pela Assessoria de Comunicação do TRE por e-mail.

QUESTIONAMENTOS SOBRE CORUMBÁ

Qual o número total de eleitores registrados na comarca de Corumbá?

R: 69.302 eleitores nas cidades de Corumbá e Ladário.

Qual o número de eleitores por Zona Eleitoral em Corumbá?

R: O município de Corumbá possui duas Zonas Eleitorais, são elas: ZE 07 (43.361 eleitores) e ZE 50 (25.941 eleitores).

Há identificação de quantos (%) são bolivianos, naturalizados ou possuem dupla cidadania/nacionalidade?

R: Conforme Constituição Federal, o voto ao estrangeiro é vedado. Contudo, temos os brasileiros naturalizados que fazem essa opção no Consulado do Brasil, quando são filhos de pai ou mãe brasileiro. Muitos não visam o direito ao voto, apenas pretendem os documentos como brasileiro e, principalmente, a utilização do Sistema Único de Saúde e a Seguridade Social.

Entre os eleitores bolivianos votantes no Brasil, qual o percentual de homens e mulheres? Faixa etária? Grau de instrução? Classe econômica?

R: No anexo. (Tabela disponível ao final da entrevista)

QUESTIONAMENTOS SOBRE PONTA PORÃ

Qual o número total de eleitores registrados na comarca de Ponta Porã?

R: 63.352 eleitores.

Qual o número de eleitores por Zona Eleitoral em Ponta Porã?

O município de Ponta Porã possui duas Zonas Eleitorais, são elas: ZE 19 (24.694 eleitores) e ZE 52 (38.658 eleitores).

Há identificação de quantos (%) são estrangeiros, naturalizados ou possuem dupla cidadania/nacionalidade?

Conforme Constituição Federal, o voto ao estrangeiro é vedado. Contudo, temos os brasileiros naturalizados, principalmente os que fazem essa opção no Consulado do Brasil, quando são filhos de pai ou mãe brasileiro. Muitos não visam o direito ao voto, apenas pretendem os documentos como brasileiro e, principalmente, a utilização do Sistema Único de Saúde e a Seguridade Social.

Entre os eleitores paraguaios votantes no Brasil, qual o percentual de homens e mulheres? Faixa etária? Grau de instrução? Classe econômica?

R: No Anexo. (Tabela disponível ao final da entrevista)

QUESTIONAMENTOS SOBRE AS ELEIÇÕES NA FRONTEIRA

Quais documentos são exigidos para se obter o título de eleitor na região de fronteira?

R: Os documentos solicitados são os mesmos das demais regiões do País. São eles: documento de identificação oficial com foto e comprovante de residência. Caso o eleitor seja homem, maior de 18 anos, será necessária a apresentação do Certidão de Quitação Militar. Na fronteira temos solicitado o vínculo domiciliar eleitoral, ou seja, o interessado precisa demonstrar qual o vínculo com a cidade, se tem conta de água, luz, telefone móvel ou celular. Caso negativo, se tem filhos estudando na cidade, se tem emprego com carteira assinada, se já recebeu correspondência pelo correio, se foi atendido por Posto de Saúde.

É obrigatório residir em território brasileiro para obter o título de eleitor na região de fronteira?

R: O código eleitoral traz um leque mais amplo quanto ao conceito de domicílio eleitoral. Então, para que tire título eleitoral, o interessado precisa comprovar o vínculo, seja domiciliar, parental e comunitário. Não necessariamente morar, ele pode perfeitamente morar no Paraguai e tirar título em Ponta Porã, caso tenha emprego, estude ou tenha parentes.

Como o eleitor comprova o local de moradia?

R: Para primeira inscrição, conta de água, luz ou telefone atualizado. Para transferência, precisa trazer de 03 meses atrás. É normal que o interessado não tenha nada em seu nome, assim ele deverá trazer algum documento que comprove o vínculo.

Quais os diferenciais nas ações do TRE durante as eleições em relação a outras cidades por ser faixa de fronteira?

R: O grande diferencial é exigência da comprovação do vínculo domiciliar. Existem também muitos processos de falsidade ideológica, onde paraguaios se dizem brasileiros para obtenção de documentos.

Quais são os principais problemas enfrentados pela Justiça eleitoral nas eleições de fronteira em Mato Grosso do Sul?

R: Segurança pública.

Há registro de solicitação de eleitores para a transmissão do programa eleitoral em outra língua que não o português?

R: Não.

Como era realizado o registro do título de eleitor nesses municípios de fronteira, antes da biometria? Quais eram os documentos necessários?

R: Os documentos solicitados sempre foram os mesmos. O que mudou com a biometria é a coleta das digitais e a captura da foto.

O TRE necessitou, nas últimas eleições, fazer algum pedido especial sobre reforço na segurança pública durante as votações? Por que?

Forças Armadas, em razão de disputa de poderes de facções e crime organizado.

Nas zonas eleitorais, é necessário ter servidores/voluntários habilitados em outras línguas para prestar o atendimento?

R: Às vezes se faz necessário.

TABELA COM DADOS ENVIADOS PELO TRE

ESCOLARIDADE	ANALFABETO	LÊ E ESCRIVE	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO
BOLIVIANOS (7ª e 50ª ZE)		2	8	21
PARAGUAIOS (19ª e 52ª ZE)		69	179	498
				99
FAIXA ETÁRIA	16-17	18-24	25-34	35-44
BOLIVIANOS (7ª e 50ª ZE)		1	44	46
PARAGUAIOS (19ª e 52ª ZE)		5	153	383
				341
ESCOLARIDADE	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	ENSINO MÉDIO COMPLETO	SUPERIOR INCOMPLETO	SUPERIOR COMPLETO
BOLIVIANOS (7ª e 50ª ZE)		22	66	32
PARAGUAIOS (19ª e 52ª ZE)		124	207	77
				125
FAIXA ETÁRIA	45-55	56-69	70 ou Mais	Total Geral
BOLIVIANOS (7ª e 50ª ZE)		27	22	23
PARAGUAIOS (19ª e 52ª ZE)		240	174	82
				1378
SEXO	Feminino	Masculino	Total Geral	
BOLIVIANOS (7ª e 50ª ZE)		102	94	196
PARAGUAIOS (19ª e 52ª ZE)		867	511	1378

APÊNDICE H - CONTRIBUIÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

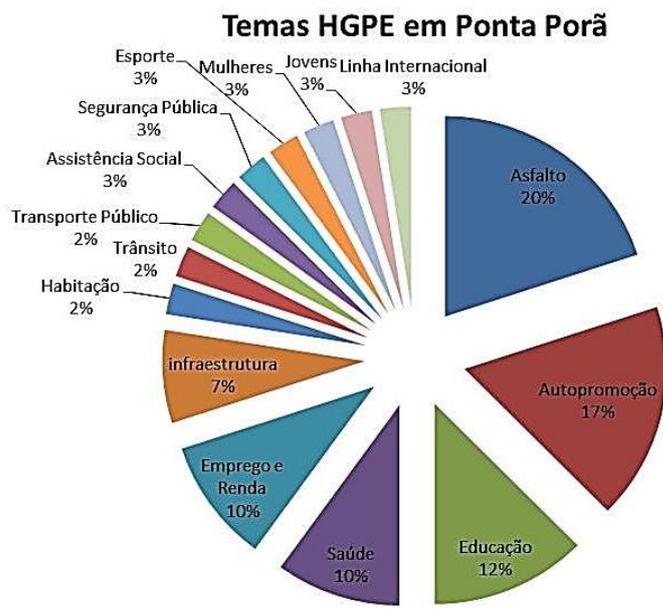
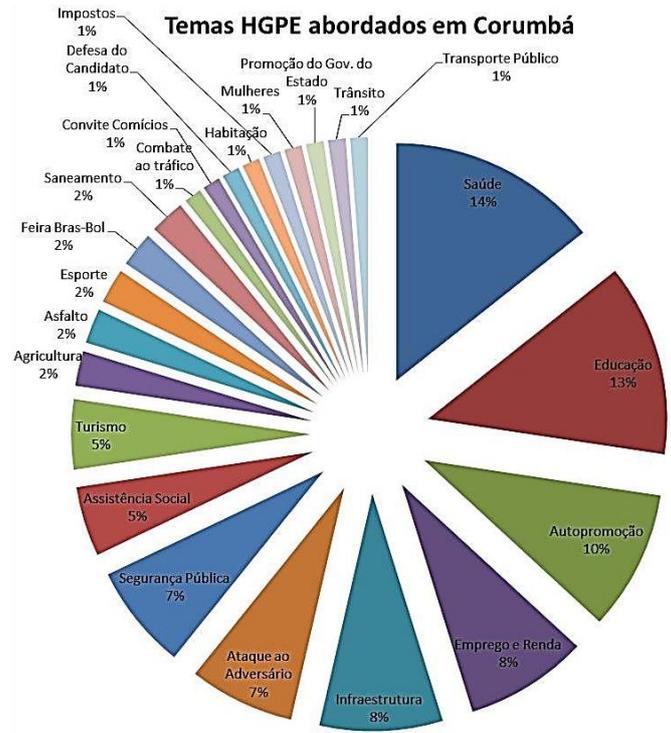
Durante todo o período da pesquisa foram analisadas quatro horas de 58 programas eleitorais contendo os mais diversos e variados assuntos, além dos Planos de Governo, entrevistas e diversos artigos sobre o tema fronteira. Nem todas as informações obtidas na análise foram pertinentes para atender ao objetivo da dissertação, mas merecem registro, pois podem auxiliar em pesquisas futuras. Dentre essas, o levantamento sobre os temas dos programas é interessante, pois mostra o direcionamento para pautas distantes dos estereótipos e clichês, envolvidos nos assuntos sobre fronteira, que quase sempre apontam para Segurança Pública.

Nos programas de Ponta Porã, por exemplo, os principais temas encontrados na análise abrangem Asfalto, Educação, Saúde e Emprego. Segurança Pública aparece com apenas 3% competindo com os demais temas. Já nos programas de Corumbá, Saúde é o assunto que mais aparece, pois ocupa 14% dos programas. Educação aparece na sequência, seguida por Emprego e Renda, Infraestrutura e Segurança Pública. Os gráficos podem com todos os percentuais estão na próxima página. Essa relação de temas é baseada na observação dos programas, que são produzidos sob a influência das pesquisas internas feitas para direcionar a pauta, conforme informaram os profissionais entrevistados.

Outras sugestões que podem ser registradas para pesquisas futuras são as realizações de investigações mais detalhadas sobre fatores políticos que direcionaram a escolha de prefeitos no período da ditadura militar na região de fronteira. Sabe-se que não ocorriam eleições, mas quais eram as articulações que levavam um nome a ocupar o gabinete do município? Bittar (2009) faz um amplo levantamento sobre o poder político que influenciou na escolha de governadores na mesma época e traz um exemplo de como essa pesquisa pode ser realizada nos municípios.

É possível ainda pesquisar de forma mais detalhada quantos são os eleitores com dupla nacionalidade ou binacionalidade nas regiões de fronteira. Atualmente, o TRE não identifica esses eleitores, não possuindo ações educativas direcionadas a eles, embora a instituição admita a necessidade de servidores que falem outro idioma nas seções eleitorais. Neste trabalho procurou-se entender um pouco sobre as eleições na fronteira levando-se em conta o lado brasileiro. No entanto, também foram encontradas informações sobre a realização de campanha eleitoral nos veículos estrangeiros por candidatos brasileiros. Há vários indícios da prática. Um deles é o grande número de processos na Justiça denunciando o uso de rádios e sites estrangeiros em período eleitoral. Por fim, o tema pode ser ainda mais ampliado com a

realização de pesquisas no sentido inverso: como funcionam as eleições nos países vizinhos e como os brasileiros participam ou são representados nelas?



APÊNDICE I – LISTA DE GESTORES DAS CIDADES DE CORUMBÁ E PONTA PORÃ

Prefeitos de Corumbá ¹		Período	Prefeitos de Ponta Porã ²	
		Colonial - 1530 a 1815		
<u>1778-1822</u>	<u>Comandantes do Povoado de Albuquerque</u>			
1778	Marcelino Roiz Camponês			
1779	Leme do Prado			
1783-1792	Sarg.-Mór José Antônio Pinto de Figueiredo			
1792-1800	Ajudante Antônio José Pinto			
1800-1801	Sarg.-Mór José Antônio Pinto de Figueiredo			
1801-1802	Ten.Cel Cândido Xavier de Almeida e Souza			
1813	Padre Joaquim José Gomes			
1813	Padre Estevão Francisco Ribeiro			
1813	Furriel João Viegas			
1818-1822	Ten. Joaquim Antônio Gois			
1822	Ajudante Joaquim José Rodrigues			
1822	Furriel Antônio Carlos Pinheiro			
Corumbá		Império - 1822 a 1889	Ponta Porã	
<u>1878-1889</u>	<u>Presidentes da Câmara Municipal da Vila de Santa Cruz de Corumbá</u>			
1878	Miguel Paes de Barros			
1879	João José Peres			
1880	José de Souza Lima			
1881	Antônio Pedro Alves de Barros			
1882-1883	Antônio Serafim Rodrigues de Araújo			
1884-1885	Antônio Antunes Galvão			
1886	Luiz Augusto Esteves			
1887	Generoso Nunes Nogueira			
1888-1889	José Joaquim Rabello			

¹ Fontes: Cruzamento de dados das listas elaboradas pelos historiadores Fernando Leite e Valmir Batista Correa.

² Fontes: Cruzamento de dados dos arquivos pessoais do professor Nivaldir Almeida e do livro Polca, churrasco e Chimarrão, de Elpídio Reis.

Corumbá		Primeira República 1889 a 1930		Ponta Porã
1890-1930	Intendentes			
1890-1891	Generoso Nunes Nogueira			
1891	João Pedro Cavassa			
1891	Salvador Paes de Campos			
1891-1892	Salvador Augusto Moreira			
1892	Manoel José Brandão			
1893	Felipe José de Assumpção			
1894-1895	João Pompéo de Camargo			
1896	Francisco de Paula P. Fortes			
1896-1897	Mariano Rostey			
1897	Boaventura da Motta			
1898-1899	Antônio Jacinto M. Gonçalves			
1899	Mariano Rostey			
1900-1902	João Pedro Cavassa			
1903-1905	Salvador Paes de Campos			
1906	Américo Augusto Caldas			
1906	Arthur Josetti			
1906-1907	João Christião Cartens			
1907-1908	Eugênio Antunes da Cunha			
1909-1910	Pedro Paulo de Medeiros			
1910-1911	Dr. João B. O. Brandão Jr			
1911	Hipólito da Silva Rondon			
1912-1913	Francisco Mariani Wanderley			
1913-1914	Salustiano Antunes Maciel	25/03/1913 a 31/12/1914		Ponciano de Matos
1914	Franciso Mariani Wanderley			
1915	João Pinto de Almeida	1915		Felisberto Marques
1915-1918	Eugênio Antunes da Cunha	01/01/2015 a 01/01/2018 e 14/03/19 a 14/05/2019		João Gualberto Cabral
1918-1919	Dr. Nicolau Fragelli	01/01/1918 a 05/03/1919		Baltazar Saldanha
1919-1920	Cyniaco Felix Toledo			

1921-1923	João <u>Christião Cartens</u>	23/02/1918 a 03/03/1919; 30/05/2019 a 15/03/2020; 23/04/2020 a 04/05/2020 e 10/07/2020 a <u>29/09/2020</u>	<u>Militão Viriato Batista</u>
1924	<u>Cyriaco Felix Toledo</u>	18/03/1920 a 20/05/1920; 01/07/1920 a 26/10/2020 e 26/10/2020 a <u>31/12/1920</u>	Luiz Pinto de Magalhães
1924	Leopoldo Peres	01/01/1921 a 02/01/2021	<u>Astúrio Monteiro de Lima</u>
1924-1926	<u>Cyriaco Felix Toledo</u>	03/01/2021 a 31/12/2023	João S. Brandão
1927-1929	Salustiano Antunes Maciel	01/01/2024 a 06/05/2024 e 01/06/2024 a 14/01/2026	Leonel de Souza Barros
1930	Nicola <u>Scaffa</u>	06/05/2024 a 01/06/2024 e 14/01/2026 a 27/01/2026	João Vicente Ferreira
		27/01/2026 a 31/12/2026	<u>Eleodoro Alves Salgueiro</u>
		01/01/2027 a 23/01/2028; 23/02/1928 a 10/10/1928 e 15/10/1929 a <u>24/12/1929</u>	<u>Arnóbio Nunes de Miranda</u>
		23/01/1928 a 23/02/1928	Aral Moreira
		10/10/1928 a 15/10/1929	José Maria Gomes Neto
Corumbá		Estado Novo - 1930 a 1945	Ponta Porã
<u>1930-1931</u>	<u>Interventores</u>	01/01/1930 a 28/10/1930	<u>Valêncio Machado de Brum</u>
1930	Cap. João Francisco de Azevedo <u>Milanez</u>	01/01/1930 a 25/10/1930	Arnaldo Moreira
1930	Antônio Leite de Figueiredo Sobrinho	01/11/1930 a 05/02/1931	Emílio Dias Brandão
1931	Dr. <u>Emygdio Martins de Sá</u>	05/02/1931 a 04/06/1931	Godofredo Gonçalves da Silva
1931	Dr. <u>Favorino Mércio da Silveira</u>	04/06/1931 a 22/04/1932; 05/10/1932 a 28/04/1933 e 22/12/1934 a <u>19/09/1935</u>	Lício Proença Borralho
1931	Dr. João Leite de Barros	22/08/1932 a 05/10/1932	Rafael Bandeira Teixeira
		28/04/1933 a 30/06/1934	<u>Modesto Dauzacker</u>
<u>1931-1953</u>	<u>Prefeitos Nomeados</u>	17/07/1934 a 22/12/1934	Jerônimo de Oliveira <u>Belmont</u>
1931-1934	José Silvino da Costa	19/09/1935 a 13/02/1937	Xavier Gonçalves da Silva
1934	Nicola <u>Scaffa</u>	15/02/1937 a 19/03/1940; 22/04/1940 a 17/02/1941 e 21/03/1941 a <u>13/12/1941</u>	Pedro <u>Manvailier</u>

1934-1935	Estevão Augusto Silva		20/03/1940 a 22/04/1940; 17/02/1941 a 21/03/1941; 18/12/1941 a 19/02/1942 e 07/12/1943 a <u>18/12/1943</u>	José Nilo <u>Xeres</u> Ribeiro
1935-1937	João Batista de Oliveira Motta		19/02/1942 a 07/12/1943	<u>Lydio</u> Lima
1937	<u>Nicola Scaffa</u>		18/12/1943 a 23/04/1945; 24/02/1951 a 25/01/1955	Rachid Saldanha <u>Derzi</u>
1937-1939	Estevão Augusto Silva			
1939-1940	<u>Agostinho Thomaz Monaco</u>			
1940-1941	<u>Dr. Assis Scaffa</u>			
1941-1942	Dr. Octavio da Costa Marques			
1942-1943	<u>Theodomiro Serra</u>			
1943-1945	Arthur Afonso Marinho			
Corumbá		Segunda República - 1945 a 1964		Ponta Porã
1945	Luiz de Albuquerque Porciúncula		30/04/1945 a 08/02/1946 e 09/03/1946 a 12/04/1946	João Pinto Costa
1945-1950	Arthur Afonso Marinho		08/02/1946 a 09/03/1946 a 12/04/1946 a 28/04/1947	Vinicius S. do Nascimento
1950-1953	<u>Lucílio Medeiros</u>		28/04/1947 a 18/11/1947	Apolinário Espíndola
1953	<u>Antonio Manoel Moreira Filho</u>		18/11/1947 a 17/08/1949	Antônio Carlos de Miranda Corrêa Júnior
			18/08/1949 a 24/02/1954	<u>Adê</u> Marques
	Prefeitos Eleitos		25/07/1955 a 31/01/1955	<u>Carlos Roncatti</u>
1953-1957	Octacílio Faustino da Silva		31/01/1955 a 31/01/1959	João Portela Freire
1957-1961	<u>Luis Lins</u>		31/01/1959 a 31/01/1963 e 31/01/1967 a 31/01/1970	Hélio Peluffo
1961-1965	<u>Edimir Moreira Rodrigues</u>		31/01/1963 a 07/04/1964	José <u>Issa</u>

Corumbá		Regime Militar 1964 a 1985		Ponta Porã	
1965-1966	José Sebastião Cândia		04/04/1964 a 31/01/1967		Sérgio Martins Sobrinho
			05/02/1970 a 28/02/1970		João Vitorino Marques
	Prefeitos Nomeados		28/02/1970 a 19/07/1971		<u>Coraldino Sanches</u>
1967-1970	Breno Medeiros Guimarães		09/06/1971 a 05/07/1979 e 01/01/1986 a 01/01/1989		Ayres Marques
1970	Carlos Ronald <u>Albaneze</u>		05/07/1979 a 30/11/1979 e 18/08/1980 a 04/12/1980		Juvenal <u>Frões</u>
1971	<u>Acyr Pereira Lima</u>		30/11/1979 a 18/11/1980		Orlando Mendes Gonçalves
1977-1983	Armando <u>Anache</u>		04/12/1980 a 24/04/1985		<u>Oldemar Sanches</u>
1983-1985	<u>Fadah Scaff Gattass</u>		24/04/1985 a 02/05/1985 a 03/05/1985 a 31/12/1985		<u>Antonio Floro Brizueña</u>
Corumbá		Democracia - 1985 até atualmente		Ponta Porã	
1986-1988	Hugo Silva da Costa		03/05/1985 a 01/01/1986 a 01/01/1989 a 01/01/1993		Carlos Furtado <u>Frões</u>
			01/01/1993 a 31/03/1994		Oscar Goldoni
			31/03/1994 a 01/01/1997		Bruno Alberto <u>Reichardt</u>
			01/01/1997 a 2000		Carlos Furtado <u>Frões</u>
			2001 a 2004		Vagner <u>Piantoni</u>
			2005 a 2008		Flávio Kayatt
			2009 a 2012		Flávio Kayatt
Corumbá		Eleições com dados oficiais do TRE A partir de 1985		Ponta Porã	
1985 - Primeiras eleições após a ditadura	Hugo Silva da Costa		1985		Aires Marques
1988	<u>Fadah Scaff Gattass</u>		1988		Carlos Furtado Froes
1992	Ricardo Candia		1992		Oscar Goldoni
1996	Eder <u>Brambilla</u>		1996		Carlos Furtado Froes
2000	Eder <u>Brambilla</u>		2000		Vagner <u>Piantoni</u>
2004	Ruiter Cunha		2004		Flávio Kayatt
2008	Ruiter Cunha		2008		Flávio Kayatt
2012	Paulo Duarte		2012		Ludimar Novais
2016	Ruiter Cunha		2016		Hélio Peluffo

APÊNDICE J – MODELO DE TABELA DE DECUPAGEM COM DIVISÃO DE DIMENSÕES E BLOCOS DE EDIÇÃO

Programa nº: 28 Hélio Peluffo – Ponta Porã			
Blocos de Edição	Dimensão Verbal (Texto Narrado)	Dimensão Verbal (Trilha Sonora)	Dimensão Visual
1	[00:00:04.18] Entrevistado Popular: Hoje em dia aqui em Ponta Porã tem que renovar a política. E acho que meu voto talvez eu possa ajudar isso.	Não há referências à fronteira	Não há referências à fronteira.
2	[00:00:10.23] Entrevistado Popular: Ah, eu acho importante participar da vida política de Ponta Porã. A gente tem que aprender a escolher o que é melhor para nossa cidade. Eu e minha família estamos com o Hélio.	Não há referências à fronteira	Não há referências à fronteira.
3	[00:00:19.10] Entrevistado Popular: Hoje o município tem muitas deficiências, na questão das escolas e tantas outras. E com o Hélio isso vai melhorar.	Não há referências à fronteira	Não há referências à fronteira.
4	[00:00:26.08] Entrevistado Popular: Bom, analisando todas as propostas e tudo o mais, eu creio que o Hélio tem muita competência e que nesses quatro anos ele vai mudar muita coisa. Então, para mim, com certeza, 45 é o melhor.	Não há referências à fronteira	Não há referências à fronteira.
5	[00:00:47.01] Apresentador em externa: Revitalização da linha internacional. Um bom exemplo da capacidade do Hélio de trazer recursos de fora para fazer Ponta Porã voltar a crescer.	Não há referências à fronteira	Apresentador grava no centro de Comércio Internacional da linha internacional. Vários ângulos e posicionamentos dentro da estrutura.
6	[00:00:56.20] Apresentador em off: A linha internacional que une Ponta Porã e Pedro Juan Caballero é um importante polo comercial das duas cidades. Abriga centenas de pequenos empreendedores que ficam numa área totalmente coberta e com praça de alimentação.	Não há referências à fronteira	Imagem aérea da linha internacional e Imagens das lojas.
7	[00:01:10.04] clipe musical com imagens da linha internacional:	Não há referências à fronteira	Imagem aérea da linha internacional. Imagens das lojas.
8	[00:01:20.16] Candidato estúdio: A revitalização da linha internacional é o resultado de um projeto inédito da história de Ponta Porã. Quando eu era secretário de obras do município, coordenei a aprovação e a execução das obras.	Não há referências à fronteira	Não há referências à fronteira.
9	[00:01:32.16] Candidato em off: Com planejamento e organização, vencemos a concorrência internacional realizada em Bruxelas, na Bélgica. A comunidade Europeia doou sem custo algum para Ponta Porã cinco milhões de reais para a obra. O dinheiro foi totalmente usado para urbanizar a linha, onde hoje camelôs e casilheiros ganham a vida.	Não há referências à fronteira	Imagens antigas da linha internacional e das obras realizadas na construção do Centro Comercial.
10	[00:01:51.26] Candidato em estúdio: O projeto da linha internacional, assim como outros, nos deu experiência suficiente, para sabermos que é possível buscar recursos fora do País.	Não há referências à fronteira	Não há referências à fronteira.

11	[00:02:01.21] Apresentador em off: E a linha internacional, que era assim, ficou assim.	Não há referências à fronteira	Imagens de época da linha internacional e das obras realizadas.
12	[00:02:15.12] Entrevistado Popular: É mais limpo. Melhor para trabalhar.	Não há referências à fronteira	Senhora fala com sotaque. (verificar se há relação com o sotaque de fronteira)
13	[00:02:20.25] Entrevistado Popular: Mudou bastante coisa. Antigamente era uma praça abandonada, com drogados. Agora está bem melhor.	Não há referências à fronteira	Não há referências à fronteira
14	[00:02:29.21] Apresentadora em off: O Hélio e o Kayatt entregaram a primeira etapa no prazo estabelecido. Agora o Hélio vai voltar à prefeitura para concluir o projeto.	Não há referências à fronteira	Imagens da linha internacional atualmente.
15	[00:02:39.06] Candidato em estúdio: Esses pequenos empresários precisam da participação da prefeitura efetivamente na sua vida. Através do Sebrae, através de entidades. Através de cursos de preparação, melhorando o local. Levando até eles estacionamento, proporcionando uma área melhor do que hoje já está. Esse é um compromisso nosso com os comerciantes da linha internacional.	Não há referências à fronteira	Não há referências à fronteira
16	[00:03:01.05] Apresentador em off: O Hélio foi secretário de obras por 12 anos. É o único que sabe construir. Ele vai asfaltar 150 mil metros quadrados de ruas e atender 40 bairros. O Hélio vai pavimentar o Anel viário e retirar os caminhões do centro da cidade. Vai construir uma avenida no local dos antigos trilhos. Também vai fazer casas, novas escolas, postos de saúde e fazer Ponta Porã voltar a crescer. Vem com o Hélio você também.	Jingle do candidato. Não há referências à fronteira	Não há referência à fronteira.
17	[00:03:29.06] Apresentador em estúdio: A campanha do Hélio não para de crescer. É o que confirma a nova pesquisa publicada aqui ó, no jornal Correio do Estado, no último sábado, a poucos dias da eleição. O Hélio tem 57,99% das intenções de voto. Se a eleição fosse hoje, o Hélio ganharia do segundo colocado com uma vantagem de 23 mil votos. Vamos juntos com o Hélio 45. É hora de Ponta Porã voltar a crescer.	Jingle do candidato. Não há referências à fronteira	Não há referências à fronteira.

Tabelas de Análise (PGM 28 – HP/PP)

Dimensão Visual	Quantidade de elementos	Descrição
Paisagens Fronteiriças	1	Linha internacional (várias imagens de um único elemento, sem alteração de ambiente.)
Símbolos Fronteiriços (monumentos, comidas, objetos)	0	0
Roupas Típicas	0	0
GCs e demais textos no vídeo	0	0

Dimensão Verbal	Quantidade	Descrição/Transcrição
Propostas com temas específicos	1	- Melhorar a estrutura da linha internacional.
Discurso dos Apresentadores e Locutores	1	- Parte do programa fala em detalhes sobre o projeto de construção do Centro Comercial da Linha Internacional. (0:34:40 segundos)
Discurso do Candidato	1	- Candidato explica o trabalho que realizou na revitalização da linha internacional. (1:00:25)
Entrevistas com fronteiriços	1	- Senhora lojista com sotaque fronteiriço. (0:04:56 segundos)
Citações (em outro idioma ou comum aos dois povos)	0	0
Trilha Sonora Fronteiriça	0	0

Análise geral e resumo pgm nº 28

A abordagem sobre a linha internacional, considerado tema fronteiriço, teve o tempo contado de forma direta, computando os eixos imagem e som, totalizando 2 minutos e 12 segundos (2'12").

17 Blocos de Edição – 11 contém Fronteira

O programa trata da revitalização da Linha Internacional entre Pedro Juan Caballero e Ponta Porã, realizada pelo candidato quando era secretário de obras. Conta a história deste momento e traz propostas de realização de melhoria depois que ele for eleito. O tempo dedicado ao tema foi considerado todo como para a temática fronteira.

O BID aprova um crédito de três milhões para o Brasil

Panamá — O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) anunciou a aprovação de quatro créditos, no total de 11 milhões de dólares, para ajudar a financiar a exportação de capital do Brasil, Argentina,

Chile e México. O crédito abrange três milhões de dólares para o Banco do Brasil, outros três para o Banco Central da Argentina, igual quantidade para a Nacional Financiera Sociedade Anônima do México, e dois milhões para o Banco Central do Chile. Esta dotação é a primeira aprovada pelo BID desde a implantação do programa de financiamento de exportações, num esforço

para estimular a indústria latino-americana de bens de capital e fomentar a integração econômica da região mediante o comércio regional.

CORREIO DO ESTADO

DIÁRIO VESPERTINO DE MAIOR CIRCULAÇÃO EM MATO GROSSO
 CAMPO GRANDE Sábado, 18 de Abril de 1964 — N.º 2.703 ANO XI

Almirante afirma: Governador Fernando e Prefeito Edimir seriam assassinados pelos comunistas

«O Almirante Acir Dias de Carvalho Rocha, comandante do 6.º Distrito Naval, sediado em Ladoário, Mato Grosso, declarou ao Globo, que a revolução ainda não chegou ao fim e muita coisa há de fazer, no combate ao

comunismo, para que os brasileiros não sejam obrigados a recorrer outra vez às armas, para defender seus lares. Revelou que no auge da crise, o sargento José Medeiros, da Marinha, que pedira asilo à Bolívia,

conseguiu voltar a território brasileiro, trazendo uma pasta de documentos sobreviventes, entre os quais uma lista de autoridades militares que deviam ser assassinadas. Da lista, constavam os nomes do Governador de Mato Grosso, Dr. Fernando Corrêa da Costa e do Prefeito de Corumbá. (De «O Globo», do Rio, de 8 de abril).

VENEM AÍ!

?

VOGÊ SE BENEFICIARIA!

VALE A PENA ESPERAR!

CINEMAS

HOJE

ALHAMBRA: às 2, 7,15 e 9,15 hs o colossal filme: "O Sexto Homem", com Tony Curtis.

RIALTO: às 7,15 e 9,15 hs. "O Conquistador de Corinto", cine-musique colorido com Jacques Sernas

SANTA HELENA: às 7,15 e 9,15 hs. Últimas exibições do filme: "A Morie Caminha ao Meu Lado", com Stuart Whitman.

AMANHÃ

ALHAMBRA: "Os Cosmonautas" com Ronaldo Golias

RIALTO: "O Sexto Homem".

SANTA HELENA: "O Conquistador de Corinto".

ANÚNCIOS POPULARES

BAR MERCERIA
 Vendese um Bar-Mercaria e Sorveteria, em ótima localização com bom movimento. Instalação completa. Negócio sem intermediário. Ver e tratar à Rua Pedro Celestino, 1355. Estudase condições ou aceita caminhão Chevrolet em parte.

MOTOR JEMBACH
 Vendese um motor Jembach 20 H.P. com 4 rotações junto 1 alternador de 5 K.V.A. e quadro de controle-preço Cr\$ 1.500.000,00. Ver e tratar na Rua 7 de Setembro, 879 ou na Rua Aquidauana, 208 com o Sr. Antônio Terra.

VENDO
 CASAS OTIMAS e Regulares de vários preços em diversos pontos da cidade bem como terrenos para residência e indústrias. Tratar com Rui de Castro Mesquita, rua João Antonio, 1443 — Fone 3458.

VENDEM-SE CASAS
 Vendese uma vila de 6 casas recém construídas, fino acabamento, todas independentes contendo cada 2 quartos, 1 sala, 1 varanda, banheiro completo, cozinha e área de serviço, todas alugadas com contrato de um ano, rendendo Cr\$ 150.000,00 mensais. Local: Vila Planalto, com ônibus, luz e elétrica e água encanada. Preço Cr\$ 12.000.000,00. Facilítase. Tratar pessoalmente com sr. William no Café Haiti.

FERRO PARA CONSTRUÇÃO
 Bitola 3/16, quilo Cr\$ 245,00; bitola 1/4, quilo Cr\$ 255,00; bitola 3/16, quilo Cr\$ 270,00. Fone 4443.

EMPORIO
 Vendese um bem montado, com ótima freguesia, tendo casa de moradia. Motivo: mudança de ramo de negocio. Ver e tratar à Rua 15 de Novembro, 908.

CONSTRUMAT
 AS MELHORES
 COPIAS
 HELIOGRAFICAS

O presidente Castelo Branco visitará Ouro Preto

Missas Gerais está comemorando a Semana da Inconfidência, para reverenciar a memória de Tiradentes, promotor da Independência do Brasil. O encerramento da Semana da Inconfidência, este ano, terá aspecto altamente solene, com um ato público ao pé do monumento a Tiradentes, em Ouro Preto, estando presente o Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco e outras autoridades.

DR. ARCY GONÇALVES
 ADVOGADO

Causas Cíveis e criminaes
 RUA RIO BRANCO, 191
 Ao lado do Cartório Antonio Serra
 CAMPO GRANDE - MATO GROSSO
 Telefone: 4025

CONVITE

MISSA DE 7º DIA



Espôsa, filhos e noras do saudoso
BENJAMIM JOSE DE OLIVEIRA

convidam aos parentes e amigos para assistirem à missa de sétimo dia, que será celebrada às 7 horas do dia 20 na Matriz de Santo Antônio.

Por esse ato de fé e caridade cristã antecipadamente agradecem.

XXVI Exposição Agro-Pecuária e Feira de Amostras de Mato Grosso

PROGRAMA
 DIA 18 DE ABRIL
 A's 14,00 hs. — Ato Inaugural da Exposição Agro-Pecuária
 A's 14,30 hs. — Desfile dos animais premiados
 A's 16,30 hs. — Abertura do Pavilhão de Agricultura e Indústria
 A's 19,00 hs. — Banquete às Autoridades e Expositores, na Associação dos Criadores
 A's 22,00 hs. — Baile no Rádio Club: Traje para o Dia 19 DE ABRIL
 A's 8,00 horas — Reabertura do Parque-Exposição
 A's 14,00 hs. — Concurso Hípico pela 4a. D.C. no Parque-Exposição.
 DIA 20 DE ABRIL
 A's 8,00 horas — Reabertura do Parque-Exposição
 A's 8,30 hs. — Concurso Hípico na 4a. D.C.
 A's 10,00 hs. — Concursos do Bol Gordo no Frimã
 DIA 21 DE ABRIL
 A's 8,00 horas — Reabertura do Parque-Exposição
 A's 8,30 hs. — Concurso Hípico na 4a. D.C.
 A's 14,00 hs. — Rodeio
 A's 20,00 hs. — Entrega de certificados e prêmios aos Expositores, na sede da Associação dos Criadores
 A's 21,00 hs. — Baile do Fazendeiro — no Rádio Club, oferecido aos sócios — toraj-passo.

Comissão Executiva: Anísio de Barros, Antonio Abrete e Assis Brasil Corrêa.

JORGE ANTONIO SIUFI
 ADVOGADO

Rua Cândido Mariano, 538 — s/3
 Fone 4430

ASSUNTOS ECONOMICOS

Soviéticos continuam importando cereais

Há pouco tempo chegava a notícia de Moscou os russos não bebiam mais vodka, pois faltava álcool na Rússia. Agora outra notícia completa aquela: a União Soviética passou a importar cereais do Ocidente, em virtude do fracasso (já reconhecido por Krushchev) da safra de 1963. São duas compras feitas pela Rússia,

de trigo, dos Estados Unidos, importaram em us\$ 5.155.720, referentes a 1.700 mil toneladas de cereal.

Acre produz café, e bœm

O ciclo do café, levado pela mão de particular, ainda não terminou. Depois de atingir quase todo o Estado de S. Paulo, Paraná, sul de Mato Grosso, Espírito Santo e outros Estados, e ainda o Paraguai, o café chega agora ao Acre, que já está produzindo 20 mil sacas anualmente. O café acreano, segundo os técnicos, é de boa qualidade e abre boas perspectivas para o novo Estado.

Suco de laranja traz dólares

Ao tempo em que os laranjeiros de Limeira, Bebedouro (cidade que mais colhe laranja, no país) e de outras cidades, estudam a criação do Instituto da Laranja, para defender o produto, o embaixador do Brasil no Canadá, sr. Sérgio Correa da Costa, afirma que o suco de laranja concentrado e congelado, vendido naquele país, foi saborosamente apreciado. Só em outubro e dezembro, o Brasil recebeu do Canadá, por esse novo item da exportação nacional, us\$ 3 milhões. (AABe)

30
 CRUZEIROS O PREÇO DESTA EDIÇÃO

A crônica mais comentada da cidade:

RONDA

Todas às quartas e sábados

FUNCIONARIA

Prezisa de uma contadora prática ou mesmo formada, que apresente tempo de serviço prestado em outras firmas, é favor não se apresentar se não tiver conhecimento da matéria. INCAMPEL — Rua 7 de Setembro, 828.

Dr. Coriolano Ferraz Baiz
 CLINICA CIRURGICA
 RUA CANDIDO MARIANO, 512

PROFESSORA DE PIANO

Recém chegada, tociana Piano por método moderno, dispondo ainda de algumas vagas. Marcar hora pelos telefones 4067 ou 4025. R. 13 de Maio, N.º 89.

NOTAS Sociais

Aniversários
 Fazem anos hoje: O Sr. Orlando Serrão Camy; Jovem José Rodrigues Barbosa, filho do sr. João Rodrigues Barbosa e da srta. Corália Correa Barbosa;

garoto Jadir, filho do casal Anísio F. Dolores — dona Sebastiana G. da Costa, residentes em Camapuã. Farão anos amanhã: Ednelia L. Marques, esposa do Sr. Cezino M. Silva.

Não existe incompatibilidade entre Fé e Ciência: Paulo VI

— O Papa Paulo VI declarou em Roma, ao receber os membros do VII Congresso Internacional da União Médica Latina, que «uma ideologia de visão curta em demasia tentou provar em vão que existe incompatibilidade entre a fé e a ciência. Falando do interesse da Igreja pela Medicina, Paulo VI rechaçou a fórmula de «ser médico os corpos, ao sacerdote as almas», declarando que o homem é uma unidade e não se deve separar o que Deus uniu. A Igreja e a Ciência Médica tem na realidade por objetivo o homem por inteiro. O médico que cura o corpo não pode descuidar dos riscos morais e psicológicos da pessoa que trata, e nem tampouco a Igreja, na sua preocupação pelas almas de seus filhos, não podem fazer abstração de suas condições físicas e espirituais, acrescentou. Depois de afirmar categoricamente que nada do humano é estranho à Igreja e que uma profunda harmonia reina entre o progresso científico e as instituições da fé, Paulo VI declarou: Deus deu a inteligência ao homem e ofereceu toda a criação e suas investigações. Daí, o fato de que a humanidade, cuja história se desenvolve ao longo dos sécu-

EDITAL DE PROTESTO

Pedro Pedra, Oficial dos Protestos e Títulos Comerciais desta Comarca de Campo Grande, Estado de Mato Grosso, na forma da lei etc.

Faz saber, que se encontraram em seu cartório para protesto por falta de pagamento os títulos abaixo:

Duplicata n.º 118.707 de Cr\$ 144.000,00 — vencimento: 25/9/63, emitida por Merck Sharp & Dohme Indústria Química e Farmacêutica Ltda., contra Luiz Filôso Valente. E, por este meio ficam intimados os devedores a comparecerem em cartório para pagarem os referidos títulos, ou dar as razões de sua recusa, ficando desde já cientificados dos protestos, caso não compareçam.

Campo Grande, 17 de Abril de 1964.

Geraldo A. Silva
 Escr. Compr.

AGORA SIM ... CHOPP ... CHOPP ... CHOPP...

Bar Cinelândia

Rua 14 de Julho, esquina da Avenida Afonso Pena

Salgadinhos, aperitivos, lanches, refrigerantes, sorvetes e o delicioso CHOPP bem geladinho

ANEXO B - ATA DE CASSAÇÃO DO PREFEITO DE PONTA PORÃ, PUBLICADA NO JORNAL CORREIO DO ESTADO EM 15 DE ABRIL DE 1964.

Joãozinho e Maria

O paraíso encantado das crianças Campograndenses Artigos infantis do bebê à menina-moça
Avenida Calogeras: 636 - Fone M-06 - Campo Grande - Mato Grosso

CORREIO DO ESTADO

PERIÓDICO SEMANAL DE MATO GROSSO

Propriedade da
EMPRESA CORREIO DO ESTADO LTDA.
Diretor-Geral: J. Barbosa Rodrigues
Rua 14 de Julho, 1026 - Caixa Postal, 451
End. Tel. CORREIADO - Fone: 3004
CAMPO GRANDE - MATO GROSSO

EXPEDIENTE
Redator-Chefe: Dr. Rachid Salidanna Derril
Redatores: Drs. Wilson Loureiro de Oliveira,
Manoel de Oliveira Lima, Julio da Silva e
Augusto Gamba

Assinatura anual Cr\$ 3.000,00
Assinatura semestral Cr\$ 1.500,00
Número do dia Cr\$ 30,00
Número atrasado Cr\$ 50,00
A matéria publicada e não assinada é de responsabilidade dos Redatores acima mencionados. A Redação não se responsabiliza por artigos assinados ou de origem definida. Os originais mesmo quando não publicados, não serão devolvidos.

REPRESENTAÇÃO PUBLICITARIA
Representação de Jornais e Emisoras -
EM S. PAULO: Rua 7 de Abril 261, 5º andar.
Telefone: 323512.

NO RIO: Rua México, 164 - 9º andar -
Telefone: 42-4887.
NOTA: NÃO EMPRESTAMOS CLICHES

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

DR. ODIR VIDAL
DIREITO TRIBUTARIO, PENAL, CIVIL,
COMERCIAL, E TRABALHISTA
ATENDE A TODO O ESTADO
Rua 14 de Julho, 371 - Sala 10 - Fone 3174
CAMPO GRANDE - MATO GROSSO

PASTELINHO APERITIVO

Higiênicos, saudáveis e servem cinco dúzias por apenas Cr\$ 300,00. Também raviolis e massa para lasanha. Pedidos pelo fone 2063, com o sr. Altomaro. Prontos para serem feitos na hora de mar.

ZACARIAS CONSTRUÇÕES E COMERCIO

Terraplenagem - Pavimentação - Construções

RUA DOM AQUINO, 442 - 1º AND. - CONJUNTO 12 E 14

CONSTRUMAT LTDA.

ENGENHARIA E COMERCIO

FERRO DE CONSTRUÇÃO

FUNDAÇÕES

1¼' : 235,00 - 5¼' : 230,00 - 3¼' : 225,00

ESTRUTURAS DE CONCRETO

1½' : 220,00 - 5½' : 215,00 - 3½' : 210,00

OBRAS INDUSTRIAIS

Caixa d'água 1.000 lts. : 41.000,00 - 750 lts.

USINAS ELÉTRICAS

36.000,00 e 500 lts. Cr\$ 31.000,00.

CÓPIAS HELIOGRÁFICAS TIRADAS À MÁQUINA

Eng' responsável - Pedro Peluffo Araujo Arruda GREA 11314/6º R
Esc. Rua Dom Aquino, 1007 - Fone 2359 - Depósito - Rua E. da Cunha
Acima da Maternidade - Fone 3658

É cópia autêntica a) Ney Otavio Angeli, Chefe da Secretaria da Câmara Municipal de Ponta Porã.

ESTADO DE MATO GROSSO
Câmara Municipal de Ponta Porã
Ata da Sessão Extraordinária
Aos seis dias do mês de abril do ano de mil novecentos e sessenta e quatro nesta cidade de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso, a rua 7 de Setembro nº 227, as 22,30 horas, com a presença dos seguintes Vereadores: João Vitorino Marques - Presidente, Joaquim M. Fernandes, Alcido Pereira, Orestes C. dos Santos, Alcido Pereira, Oswaldo de Almeida Matos e João Vitorino Marques cujo teor é o seguinte:

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal. Os Vereadores que estão presentes, considerando, que o atual Prefeito Municipal desta cidade, Dr. José Issa, está incorso nas penas dos artigos 2º, 4º, 5º, 6º e 11º da Lei nº. 1.802, de 5 de Janeiro de 1.953, conforme faz prova o inquérito remetido a esta Augusta Casa e as manifestações públicas do atual Chefe do Executivo Municipal;

Considerando, que o atual Chefe do Executivo Municipal, pessoalmente ou através de prepostos, pregou e organizou a subversão da ordem Jurídica atual;

Considerando, que o Chefe do Executivo Municipal organizou Comandos Camponeses e Operários, com o objetivo de violar o Direito da Propriedade, garantido pela Lei Magna do País;

Considerando, que o chefe do Executivo Municipal utilizou os recursos do Erário Público na campanha da subversão da ordem;

Considerando, que o atual Chefe do Executivo Municipal vem, de há muito, servindo de catalisador na propagação da luta de classes;

Considerando, que a atuação subversiva do atual

chefe do Executivo Municipal e pública e notória, considerando, que a atuação do Chefe do Executivo Municipal em virtude de sua ideologia, em caso carrega aos interesses públicos;

Considerando, que o Chefe do Executivo Municipal, com sua atitude de apoio de inibição aos Funcionários da Lei prejudicou o nosso Município;

Considerando, as ligações de atual Chefe do Executivo Municipal com elementos rosados e vermelhos;

Considerando, a campanha de bem estar social vitoriosamente liderada pelas forças armadas em conexão com autênticos democratas civis;

Considerando, ser incoerente a algação em favor do Chefe do Executivo Municipal, das garantias previstas e oriundas da Constituição, desde que luto para que a mesma fosse suprimida;

Considerando, que o despertar cívico da Pátria, já não comporta mais manter-se em cargos públicos aqueles que notoriamente lutaram para que a soberania Nacional fosse submetida às políticas estrangeiras, nas quais vigora o regime mais desumano e cruel, que é o comunista;

Considerando, que os homens que exerciam as mais variadas funções públicas, executivas ou não, e se valiam desses cargos para conspirar a honra, a dignidade e a liberdade do povo;

Considerando, que todas as reformas de base preconizadas pelo Governo depositado e seus adeptos tinham objetivos únicos e exclusivos de comércio, político ou econômico;

Considerando, que é dever do Legislativo fiscalizar os atos do Chefe do Executivo Municipal, no atendimento do interesse público;

Considerando, que a conjuntura atual do País exige uma definição inelutável de todas as instituições democráticas do País;

Considerando, que o dever de todo cidadão e velar pela integridade e honra da família, cultura e moral da nacionalidade;

Considerando, ser o movimento revolucionário, uma união de todos aqueles, sem distinção de origem partidária, na luta contra a comunização do país, não compartilhando, portanto, a liberdade;

Considerando, enfim, tudo o mais, Requeiram a V. Excia., ouvido o plenário, seja declarado IMPEDIDO o Chefe do Executivo Municipal, Dr. José Issa, de continuar exercendo o cargo da qual se valeu para combater as instituições democráticas, procedendo-se, imediatamente, na forma da legislação em vigor.

Requeiram, outrossim, a ser efetuada a votação nominal, a qual, como não poderia deixar de ser, consistirá em manifestação ideológica, seja enviada aos altos Chefes Militares e Civis, cópia da ata desta reunião, para conhecimento daqueles que, interessados no mesmo propósito, estão na mesma função.

Ponta Porã, 6 de abril de 1.964.

A Comissão de Justiça do Município de Ponta Porã, composta por Sr. Prefeito Municipal, Sr. Vereador Alvaro Moreira, Sr. Vereador José Maria de Jesus e Sr. Vereador José Maria de Jesus, após os debates onde usou tal 451, ou Rua 14 de Ju-

na palavra o vereador Jonas Capilé, Alverne Moreira e Joaquim Mangoni Fernandes, foi aprovado por maioria absoluta e Impedimento do Prefeito Municipal Dr. José Issa, de conformidade com o artigo nº 120 do Regulamento Interno da Casa.

Nada mais havendo a tratar, deu o Sr. Presidente por encerrado os trabalhos, convocando os próximos Vereadores para uma reunião imediata, com o fim especial de dar posse ao Vice Prefeito, Dr. Sergio Marins Sobrinho, do que para constar eu, Orestes Colmeiro dos Santos, lavrei a presente ata que vai assinada por todos.

Em tempo: Votaram contra o Impedimento os seguintes Vereadores: Jonas Capilé, Alverne Moreira, Domingos C. de Jesus e Ary Almirão de Cavalho.

VISTO a) João Vitorino Marques - Presidente
a) Orestes Colmeiro dos Santos - Secretário da Câmara Municipal de Ponta Porã.

TIPOS VELHOS
Compramos qualquer quantidade de tipos gráficos, velhos, para nossa própria fundição. Pagamos Cr\$ 150,00 o quilo, pôsio em Campo Grande. Ofertas para CORREIO DO ESTADO, Caixa Postal 451, ou Rua 14 de Ju-

CASA DOS ROLAMENTOS

DE ALEXANDRE NACER

Materiais de todos os tipos para

Garagistas e Frotistas

Rua 7 de Setembro, 566

CAMPO GRANDE - MATO GROSSO

12 ANOS DE BONS SERVIÇOS

DELTA

TRANSPORTES AEREOS DELTA LTDA.

A nossa empresa matogrossense de aviação

Rua D. Aquino, 413 - Telefone, 2505

42 candidatos disputam hoje 14 prefeituras

Estão habilitados a ir às urnas hoje, na Capital e 13 municípios do interior, 364.798 eleitores, correspondentes a 46% do total dos inscritos na Justiça Eleitoral em todas as zonas eleitorais do Sul, que irão escolher 14 prefeitos entre 42 candidatos registrados. A exceção de Ponta Porã, onde o policiamento foi reforçado não existe nenhuma informação a respeito de distribuir ou qualquer anormalidade.

A Justiça Eleitoral está pronta para atender os eleitores em todas as localidades do Estado, o material já foi distribuído e não são previstas anormalidades, conforme constatamos em contato com o TRE. O PMDB deve vencer as eleições na maioria das localidades do interior, mas a evolução da campanha nos últimos dias pode ter alterado determinadas situações e não existem dados seguros.

Municípios como Ponta Porã, onde a brigada entre PFL-PDS contra o PMDB radicaliza posições, é difícil prever o que sairá das urnas. Qualquer resultado deve mostrar uma diferença muito pequena entre Aires Marques e Astório Marques. Em Três Lagoas, o PMDB concentrou esforços na última semana, mas Miguel Tabax enfrentava dificuldades para romper o apoio ao médico Antônio João, do PFL.

OS MUNICÍPIOS

A Capital, Campo Grande, com o maior colégio eleitoral de Mato Grosso do Sul (165.225 eleitores) tem o maior número de candidatos registrados, seis ao todo. São eles: Carlos de Faria e Francisco Maia (PMDB), Levy Dias e Carlos Benjamin Cruz da Costa (PFL), Sérgio Cruz e Antônio Carlos de Oliveira (PDT), Euclydes de Oliveira e Fausto Mato Grosso (PBR), Wagner Jardim e Silvio Carvalho (PTB) e Hodani de Oliveira e Ezequiel Lima (PT).

Em Aral Moreira, Município com 5.185 eleitores, concorrem dois primeiros: Alcides Marques (PFL) e Bento Marques (PMDB). O PMDB é o favorito, mas isso não está preocupando o candidato do PFL que já



364 mil eleitores votam em 14 cidades de MS

tem emprego garantido na Prefeitura.

Em Antônio João, igualmente são apenas dois candidatos: o PMDB concorre com Iber da Silva Xavier e Artêmio Zagonel. O PFL lançou José Eliú dos Santos e Alcino de Matos Pereira. Com 4.887 eleitores, Antônio João é um dos Municípios onde o PFL vinha na frente. A vista do governador, segundo dirigentes premebedatados, melhorou a situação de Iber.

Em Bela Vista, 9.244 eleitores, o PMDB também é favorito. Os candidatos do partido são Abraão Zacarias e Roosevelt Lino Garcia. O segundo colocado é o PFL que lançou o ex-prefeito Dilon Nunes Leite e para vice Carlos Alberto Ouzir. O PDS também disputa em Bela Vista com a esposa do falecido prefeito, Ely Barbosa, Aurora Lourdes Rondon Barbosa, como vice-prefeito Osvaldo Turini.

Com 2.108 eleitores, o Município de Caracol vai escolher entre os candidatos do PMDB Juvinio Godoy e Oscar Ferreira Leite ou os liberais

André Tadeu Ocampos, ex-prefeito, que tem como candidato a vice-prefeito Roberto Coelho de Souza.

Em Três Lagoas, onde o PFL está disputando com o PMDB, estão registrados quatro candidatos que disputam hoje os 37.656 votos do Município: Miguel Tabax e Agamenon Alves (PMDB), Antônio João Campes e Manoela Fernandes Martins (PFL), Darcy de Costa Filho e Manoel Mendes Alves (PDS) e ainda Luiz Ernesto Chão Brambatti e Cristina Garcia (PT).

Porto Murinho, com seus 4.215 eleitores, escolherá entre Hektor Miranda dos Santos e Ildelfonso Soares da Silva (PMDB) e Marconi Marques dos Santos e Job Abadio (PFL). Nesta cidade, terminada a votação, inicia imediatamente a apuração e deve ser um dos prefeitos que mais rapidamente será conhecido.

A Frente Liberal e o PMDB concorrem juntos em Eldorado. Guarnicy Miranda Correa e José Juvenal Honorato (PMDB), enfrentam Manoel Gomes da Silva e Clóvis Motta

(PFL). Estão aptos a votar 9.965 eleitores.

Depois de Campo Grande, Corumbá é o segundo Município em número de candidatos: são cinco disputando 42.711 votos, o segundo maior colégio eleitoral do Estado. O favorito é Hugo Silva da Costa, do PMDB, que tem como vice, Antônio Arruda Jr. Os demais candidatos são: Edmilson Moreira Rodrigues e José Xavier (PDS), Jonas de Souza Ribeiro e Osvaldino Monteiro (PDT), Jorge Vancho Panovitch e Saturnino Vargas (PT), Romeu Albanese e Pedro Paulo de Barros Lima (PFL).

Ladário, um dos poucos municípios onde o PDS é forte, o favorito é Aurélio Quantilino Cruz, que tem na vice-prefeitura, Aldo Serra Gonçalves, os demais candidatos que disputam os 5.414 votos do Município são: Nivaldo Ferreira da Silva e Eder Moreira Brambilla (PMDB) e ainda José Francisco Mendes Sampaio e Maria Luíz Teixeira de Carvalho (PFL).

Em Mundo Novo, que tem um colégio de 12.255 eleitores, o PMDB sai na frente com José Carlos da Silva e Francisco Tomazini, mas o PFL vem perto, com Danilo de Conceição e Raimundo Vinagre de Lima. Sem chances, o PDT concorre com Cleante da Silva e Júlio Felipe da Silva.

COLIGAÇÕES

As duas únicas coligações formadas, registradas no Estado ocorrem em Ponta Porã e Amambai. Em Ponta Porã, o candidato do PMDB, deputado Aires Marques-Ramão Paes, disputado contra a coligação PFL-PDS, que tem para prefeito, Astório Marques e na vice-prefeitura Alcindo Pereira. O PDT também apóia Antonio Vatan 35.815 eleitores em Ponta Porã.

Outra coligação aconteceu em Amambai: o candidato do PMDB, Pedro Paes, que tem para prefeito, Astório Marques e na vice-prefeitura Alcindo Pereira. O PDT também apóia Antonio Vatan 35.815 eleitores em Ponta Porã.

Calma nas ruas; é a expectativa hoje

Os partidos políticos passaram todo o dia de ontem se preparando para a boca de urna, enfrentando veladas, distribuído combustíveis e transmitindo as últimas informações para as equipes que sairão hoje às ruas na tentativa de colher os últimos votos para cada um de seus candidatos. A brigada vai ser mesmo entre o PFL e o PMDB, mas apesar do movimento acentuado nos Comitês, as duas coordenações de campanha previam "um clima tranquilo e uma eleição sem maiores incidentes", conforme as opiniões manifestadas ontem por Aldo Queiróz (PMDB) e Valdevino Guimarães (PFL).

Nenhuma das Comissões revelava quantas pessoas exatamente estarão am credenciadas para o trabalho de boca de urna. Um partido falava em "exército", outro mencionava "batalhão". O juiz da 36.ª Zona Eleitoral, José Carlos de Castro Alvim, revelou ontem no final da tarde, no Giarandu, local onde serão apurados 91 mil votos, que a Secretaria de Segurança Pública mandou policiais nas ruas e a tropa de choque de prontidão no quartel para evitar qualquer perturbação da ordem. "Pelo que se

nota hoje (ontem) nas ruas, esperamos que não seja possível utilizar a Polícia para manter o ordem", revelou o juiz.

Desde as primeiras horas da manhã deste dia 15, os três juizes eleitorais estarão visitando as seções, em carro com rádio que mantenha permanente contato com o Cartório Eleitoral, de forma que qualquer eventualidade imediatamente venha a ser comunicada para as imediatas providências. A solicitação do PDT para a requisição de tropas federais não foi aprovada pelo TRE mas motivo mais cuidado das autoridades Eleitorais e de Segurança.

ONTM, SÓ PREPARATIVOS. Na realidade, durante todo o dia de ontem os Comitês de coordenação das campanhas só se prepararam para a batalha final neste dia 15. Não houve praticamente nenhuma tentativa de alistamento ou mobilização de eleitores. Já na manhã de hoje desde as primeiras horas do dia, milhares de veículos e cabos eleitorais estarão fazendo o possível para garantir a vantagem em favor dos candidatos dos respectivos partidos.

5 mil participam dos trabalhos

Cerca de 5 mil pessoas participaram do processo eleitoral e da apuração dos votos das três Zonas Eleitorais. No Campo Grande, informamos ontem o juiz da 36.ª Zona Eleitoral, José Carlos de Castro Alvim, explicando que somente cerca de 600 seções eleitorais espalhadas pelo Município estarão a postos 3010 pessoas (5 em cada urna). O processo de apuração deve ser iniciado às 8 horas do dia 16, nas três Zonas que vão funcionar, nos seguintes locais: 36.ª no Giarandu (61 mil votos), 35.ª no Cercado Militar e 8.ª no Moreninho, cada com 41 mil votos.

O resultado das Zonas 8.ª e 35.ª deve ser conhecido no final da tarde de sábado e, provavelmente na madrugada do dia 17, domingo, a 36.ª feche a apuração. "Se pelas 21 horas de sábado tivermos apurado dois terços dos votos, proseguiremos o trabalho até a conclusão pelo mandado. Do contrário, domingo, antes do início, fechamos a apuração", explicou ontem o juiz Castro Alvim.

Ontem os locais de apuração já foram montados, com mesas, ma-

quinas e todo o material de expediente necessário para a confecção de mapas. A Justiça informou que tudo já encontra-se normalmente no final do expediente e espera o pleito de 15 de novembro.



Castro Alvim, juiz da 36.ª Zona

"Tranquila, Capital elege Juvêncio"

"A Capital está tranquila e vai eleger Juvêncio na mais perfeita harmonia, dando exemplo ao País de que aqui o povo abraça a Nova República e a justiça e a consolida a democracia", disse ontem o senador Marcelo Miranda, presidente regional do PMDB, informando que não se esperava nenhuma anomalia de

de ou surpresa nos resultados. "Vamos eleger mais de 95% dos prefeitos hoje", garantiu o senador, explicando que esse resultado será o sinal evidente de que o "partido detém a credibilidade popular".

Marcelo julgou a campanha realizada pelos partidos em

Campo Grande como normal, acrescentando alguns "excessos à preocupação normal com a derrota que assombra aqueles partidos que não têm o povo ao seu lado". Para o presidente regional do PMDB, estas eleições municipais representam o primeiro teste da Nova República e - ressaltando - mesmo distante apenas oito meses da posse de Sarney "o Governo se submete com tranquilidade ao exame popular, pois as medidas que a população sempre ansiou estão sendo adotadas".

O senador chamou a atenção para o caráter democrático da administração federal, para a recuperação gradativa e ininterrupta do poder aquisitivo dos salários, para a disposição do presidente Sarney de "ir à televisão explicar para a sociedade brasileira seus atos e os motivos que o levam a agir deste ou daquele modo". Segundo ele, a abertura do Governo à participação popular "garante a confiabilidade que a comunidade necessita".

"O eleitor não está apenas

escolhendo o seu prefeito hoje, o eleitor está avaliando a Nova República que o saudoso presidente Tancredo Neves construiu e não vive para ser ver frutos", disse ainda Marcelo Miranda, advertindo a população para "os oportunistas que, disfarçados de democratas, aspiram o poder para tornarem a prisão do País à obscuridade, ao arbítrio que tanto desconforto e miséria trouxeram a todo o povo, em especial à classe trabalhadora".

"Votem com consciência", apelou Marcelo, advertindo a população a dizer não ao arrocho salarial, não às indiretas que "afastam o povo da direção de seu País". O senador observou, finalmente, que votar em Juvêncio "é acompanhar Tancredo Neves, é dizer sim à Nova República, é aprovar as mudanças políticas, econômicas e sociais que começaram há meses e neste 15 de novembro se materializam concretamente no direito do voto, livre e secreto, sonegado a tantos brasileiros pelo regime que alguns candidatos desejam que volte".

Ônibus circulam gratuitamente

A Justiça Eleitoral coloca hoje à disposição da população de Campo Grande e dos Distritos de Anhanduá e Rochedinho todos os ônibus das empresas Viação Cidade Moreira, Jaguar e São Francisco. O transporte gratuito visa dar melhor mobilidade aos eleitores, que não possuem veículos para ir ao voto.

Para a cidade e bairros foi definido o transporte gratuito a partir das 5 às 18 horas, obedecendo o itinerário de rotina dos ônibus urbanos. Já para o Distrito de Anhanduá as saídas serão às 7, 8, 9, 12, 13 e 14 horas, da Praça Ary Coelho, na Avenida Afonso Pena. Os retornos estão previstos para as 9, 10, 11, 15, 16 e 17 horas da Escola Teresina Garcia.

O mesmo esquema será usado para o Distrito de Rochedinho, que em horários diferentes. As saídas serão da Praça Ary Coelho às 8, 9, 13 e 14 horas. O retorno sairá do Centro Social do distrito às 10, 11, 15 e 17 horas.

A verba para transporte e alimentação foi liberada neste quarta-feira pelo Tribunal Superior Eleitoral, informou o subsecretário Geral Bernardino de Souza, presidente do TRE, antontem. Por isso o esquema de transporte só foi acionado ontem, conforme comunicado da Justiça distribuído à imprensa.

MISSA DE 7.º DIA
 A Família de
HERMÍNIO PEREIRA NINA

Agradece sensibilizada as manifestações de pesar recebidas por ocasião de seu falecimento e convida parentes e amigos para a Missa de 7.º Dia, que fará celebrar dia 15/11 (HOJE), às 19:30 horas na Igreja Dom Bosco - Vila Célia. Aos que comparecerem antecipadamente agradece.

MISSA DE 1.º ANO DE FALECIMENTO
 A Família de
ABADIA DE OLIVEIRA LIMA

Convida parentes e amigos para a Missa de 1.º Ano de seu falecimento que fará celebrar HOJE (15/11) às 19:15 h. na Catedral de São José. Aos que comparecerem antecipadamente agradece.

REMA MATERIAIS ELÉTRICOS
PREÇOS DE PROMOÇÃO até 22-11-85

Pára-raios 15 Kv - tipo válvula	Cr\$ 260.000
Pára-raios 34,5 Kv - tipo válvula	Cr\$ 750.000
Transf. trifásico 15 KVA - 15 Kv - 220/127	Cr\$ 6.990.000
Transf. trifásico 15 KVA - 34,5 Kv - 220/127	Cr\$ 10.990.000
Mão Francesa 723 mm galvanizada a fogo	Cr\$ 9.990
Cabo cobre isolado de 25 mm2	Cr\$ 15.285
Cabo cobre isolado de 35 mm2	Cr\$ 16.948
Dijuntores Monof. 10 a 15 A	Cr\$ 14.900
Dijuntores Bipolar de 50 A	Cr\$ 109.990
Dijuntores Tripolar de 40 A	Cr\$ 159.990
Dijuntores Tripolar de 60 A	Cr\$ 228.990
Centro Dist. 1 circuito CQR-1016	Cr\$ 26.308
Centro Dist. 6 circuitos CQR-1066	Cr\$ 79.990
Lâmpada Mista 250Wx220V-E-27-E-40	Cr\$ 66.600
Pino topo tipo cantoneira 34,5 KV	Cr\$ 22.880
Conector p/ haste cooperweld - PC-30	Cr\$ 5.500
Arnuela p/conduit de 1/4"	Cr\$ 450
Arnuela p/conduit de 3/8"	Cr\$ 1.990
Bucha p/conduit de 3/8"	Cr\$ 399

PRODUTOS "ELETROMAR" e/50% descontos
Produtos "PIAL" e/37% descontos
NOSSOS PREÇOS NÃO DÃO CHOQUE
 Fones: 387-2807 e 387-2553
 Av. Costa e Silva, 668 - Campo Grande-MS

OPÇÃO PARA O FIM-DE-SEMANA
BALNEÁRIO CACHOEIRÃO
 PASSE UM FIM-DE-SEMANA AGRADÁVEL
 A Turismo Ouro Branco (Embratur 00299-00-41-8-MS) leva você por apenas Cr\$ 20.000, com entrada franca, saídas de frente às estações Ferroviária e Rodoviária, no sábado e domingo às 08:00 horas.
 Reservas: 383-1348, 383-1519, na Cabine de Som da Rodoviária ou no local de saída.

Pra seu jeito de viver.
 Formicidas
 E NO
 Coca-Cola e isso aí!

ANEXO D - JORNAL CORREIO DO ESTADO DE 07 DE OUTUBRO DE 1985 PUBLICA MATÉRIA SOBRE O IMPACTO DA LIBERDADE DADA AOS CANDIDATOS NO HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO

SEGUNDA-FEIRA - 07 DE OUTUBRO DE 1985

CORREIO DO ESTADO - 3

Guerra eleitoral chega à televisão: horário gratuito

Pela autêntica guerra de táticas, ataques e defesas que os partidos políticos vem promovendo na televisão, durante os horários gratuitos, é válido julgar que a propaganda não é só a alma do negócio, a propaganda é também um forte cabo eleitoral.

A liberdade para falar o que cada um bem entender, transformou os horários gratuitos no rádio e na TV, principalmente nesta última, num autêntico ringue, onde cada candidato bate como sabe e se defende como pode.

O PMDB e o PFL mostram seus comícios, com milhares de pessoas, e trazem acusações diárias. O PCB, bem à vontade com o equipamento da TV Educativa, produz programas ideologicamente bem apresentados, divulgando as vantagens do "socialismo" e dando espaço para o candidato Euzébio de Oliveira analisar problemas urbanos.

O PT, sem recursos, fala de improviso, como também faz o PTB, com frequência o PDT. Não há melhor informativo para acompanhar a evolução da campanha que os horários gratuitos, onde até temas delicados são apresentados. Por exemplo o candidato a vice-prefeito pelo PDT, Antônio Carlos de Oliveira, negou - embora não tenha mencionado as fontes de acusação - que o seu partido seja financiado pelo Banerj (Banco do Estado do Rio de Janeiro).

O horário gratuito é tão impor-

ante, que o Partido Democrático Trabalhista vem perdendo vários minutos para condenar a discriminação de que é vítima, pois enquanto o PFL e o PMDB podem falar por 10 minutos duas vezes por dia, o PDT só pode se manifestar em três.

A GUERRA PMDB-PFL

Com maiores espaços, assegurados pela representatividade no Parlamento, PMDB e o PFL travam suas batalhas eleitorais também no horário gratuito.

Os dois partidos, que são os únicos a realizarem grandes concentrações humanas, mostram quase que diariamente imagens destes comícios, gastando o resto do tempo para buscar mostrar ao público as falhas de cada um dos candidatos e as vantagens.

A briga mais recente é a das obras são as realizações de Lídio Coelho e Wilson Martins contra as edificações de Lery Dias. Com "tapetes" produzidos especialmente para o horário gratuito, os dois partidos diversificam o aproveitamento do horário e garantem a atração de um maior número de telespectadores.

O PDT gasta seu tempo ora acusando o PFL, ora o PMDB, mas geralmente os dois partidos, apontados como donos do poder econômico acabam sendo vítimas dos brochantes. Praticamente não se nota cuidado em responder a Cruz, nem

por parte do PMDB, muito pelo menos pela Frente Liberal.

A exceção do Partido Comunista que se embara da programação ideológica e na estimulação do conflito de classes, contrapondo ricos e pobres, o PT e o PTB tratam de problemas variados, comumente distribuindo acusações para todos os lados, com raríssimas soluções. O candidato do PTB, engenheiro Wilson Hokama, é uma figura raro no horário gratuito, quase sempre preenchido por Ibrahim Zilber, presidente regional dos trabalhistas.

ADIÊNCIA

Os partidos tentam avaliar com mais precisão a audiência dos horários gratuitos, mas julgam que se houver o cuidado de diversificar a programação no espaço reservado a cada um, evitando que o vídeo mostre simplesmente uma pessoa, sem outros movimentos, uma parcela significativa da população acompanhava as veiculações.

Os comícios têm um rano de ação reduzido em relação à população total (160 mil eleitores), reunindo no máximo 4 a 5 mil pessoas. Daí a vantagem do horário gratuito porque atinge a todas as camadas da população. Há quem duvide da eficiência deste horário, pela proximidade de veiculação entre um partido e outro. Porém, como cada dia mais se intensifica o cuidado com esta programação, acredita-se que os retornos são compensadores, ou porque propagação a mensagem partidária, ou porque se opõem a uma programação adversária.

O INTERIOR

Com a presença do deputado federal Levy Dias no interior, o PFL passou a ocupar também os seus horários gratuitos para mostrar imagens de comícios e concentrações no interior. Foi o primeiro partido a levar propaganda política para fora de Campo Grande, sendo seguido pelo PMDB, que agora começa a caminhar também pelos 13 municípios que elegem prefeitos.

"CENTRO DE PREVENÇÃO AO CÂNCER"

Colpocitológico - Colposcopia - Anatomia Patológica
Dr. Raphael P. Scapulatempo - Dr. Izia D. Lins Scapulatempo
Dr. Luiz Carlos Takita
Rua Barão do Rio Branco, 1420 - Telef.: 624-6886 - C. Grande - MS.



Os diretores da TRANSANTOS

TRANSANTOS reuniu gerentes de filiais sábado na Capital

Os gerentes das filiais de Mato Grosso do Sul, da TRANSANTOS - Transportes Rodoviários de Cargas Ltda - estiveram reunidos no último sábado, na sala de convenções do Hotel Campo Grande, debatendo a nova sistemática de trabalho da empresa e a implantação de mais uma regional, abrangendo os estados de Rondônia e Acre, com o objetivo de melhor atender a sua vasta clientela, que vem crescendo muito, devido ao atendimento rápido e a segurança oferecida no transporte de cargas.

Participaram deste encontro de sábado em Campo Grande, 32 gerentes do interior do Mato Grosso do Sul, além do diretor da Área Sul-Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, José de Andrade Junior, e o diretor da região de São Paulo, José Carlos Santos Rosa. Na oportunidade, Jacé Esteves, diretor administrativo da TRANSANTOS em Campo Grande, e o diretor financeiro da empresa, Moacir Sales, falaram da importância do encontro e dos objetivos que pretendem atingir com a ampliação do atendimento, beneficiando outras regiões do País.

Outros temas de importância para a TRANSANTOS foram debatidos no sábado, como o objetivo de melhorar ainda mais o



Os participantes desse encontro em Campo Grande

atendimento de sua vasta clientela, uma preocupação constante da diretoria daquela empresa transportadora, que opera no Mato Grosso do Sul há vários anos. O gerente comercial da Região Sul (PR, SC e RS) Vacilí Domingos Angeloni e o gerente comercial de Mato Grosso do Sul, José Paulo Godoy, assim como o diretor-presidente da TRANSANTOS, Tadeu dos Santos Rosa, também discutiram a nova proposta de trabalho.

Atualmente a TRAN-

SANTOS opera nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rondônia, Acre, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e em breve estarão em Rondônia e Acre. Os planos de ampliação da empresa prevêem ainda instalação de filial em Roraima. A empresa, que conta com 360 veículos próprios e 1.430 contratos para o transporte de cargas em geral, está instalada em Campo Grande na Rua Cristalina, 723, na Vila Albuquerque, atendendo também pelo telefone 387-1011.

Uso indevido da TVE pode terminar em intervenção

O Ministério da Educação poderá decretar intervenção na Televisão Educativa (TVE Canal 4) por uso indevido do órgão na programação eleitoral pelo Partido Comunista Brasileiro. A legislação que rege a TV Educativa não permite o uso daquele órgão de comunicação para propaganda político-partidária como vem ocorrendo no Mato Grosso do Sul.

Uma alta fonte do Ministério das Comunicações afirmou ao "Correio do Estado" que a notícia já chegou aos ouvidos do ministro da Educação, Marco Maciel, que poderá pedir a intervenção do órgão, através da Funtev. Segundo a fonte, o que está ocorrendo no Mato Grosso do Sul é um abuso por parte dos

diretores da TVE em fazer este tipo de serviço ao Partido Comunista Brasileiro.

A fonte explica ainda que a TVE Canal 4 está correndo sério risco de ser fechada, porque está em caráter experimental. O órgão, segundo a fonte, é somente para fins educacionais e não pode ser usado por qualquer partido político para a produção de propaganda eleitoral.

A fonte comparou o uso pelo PCB com a posição política do ministro Marco Maciel, do Partido Frente Liberal, que sendo assim poderia estar usando a TVE em todos os estados brasileiros como apoio ao seu partido. "A situação é grave", garantiu, lembrando que ainda hoje o

Ministério da Educação deverá dar uma posição sobre a situação da TVE no Mato Grosso do Sul.

As irregularidades que vem ocorrendo com equipamentos da TVE Canal 4, foram constatadas esta semana pelo Correio do Estado, após denúncia de alunos do Colégio Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, que apareciam na programação eleitoral do "partido". Eles autorizaram as filmagens, informados que se tratava de um programa com fins educativos e acabaram sendo colocados na programação eleitoral do PCB. O diretor da escola, Fermano Casolati já pediu providência a direção da TVE por causa das polêmicas que está gerando.

Gaeta veste a camisa do PFL

O deputado Jesus Gaeta, dissidente do PMDB desde a eleição de 82, se engajou na semana passada à campanha do Partido da Frente Liberal, subindo pela primeira vez no palanque em Ponta Porã, para dar apoio ao candidato do PFL à Prefeitura daquela cidade, Astúrio Marques.

Mantendo o mesmo tom de discurso que faz há dois anos, o deputado criticou a administração estadual e destacou a importância da população dos Municípios antes considerados de interesse da Segurança Nacional votarem nos seus candidatos.

O deputado disse que ainda não existe nenhuma definição quanto a mudança de sigla partidária. Mas tudo indica que este será mesmo o caminho do parlamentar.

Em Corumbá, há informações de que Gaeta já participa da campanha do médico Romeo Albano, lançado pelo PFL, mas que em 82 disputou uma vaga na Câmara Federal em dobradinha com o parlamentar peemedebista. Segundo fontes que têm acesso à Capital, Gaeta estará nos comícios de Albano, dando apoio a Levy Dias e atacando a administração esta-

dual, no mesmo ritmo que vem fazendo oposição ao Governo desde março de 83.

Os pefelistas consideram a participação de Gaeta uma estratégia boa para tentar romper algumas linhas de defesa do Governo, afinal, o deputado ainda está no PMDB e teve participação na eleição de 82, apoiando as candidaturas de Wilson Martins e Ramer Tebet.

REAÇÃO DO PMDB

Espera-se alguma reação dentre os dirigentes peemedebistas que já tentaram expulsar o deputado de suas fileiras uma vez nesta legislatura, logo depois que o seu voto em prol do PDS deu a vitória para Walter Carneiro, na Assembleia Legislativa.

O envolvimento de Jesus Gaeta implica ainda em maiores problemas para a aprovação das matérias do Executivo, dentre elas o orçamento, na medida em que fica bem clara a disposição do PFL de se opor ao Governo. Resta saber como o PMDB responderá a Gaeta: com o silêncio para evitar consequências negativas ou se registrará para confrontar as acusações do deputado, quem sabe até propondo novamente sua expulsão.

PDT ameaça sujar CG

O Partido Democrático Trabalhista desafiou esta semana a Justiça Eleitoral a fazer cumprir a lei, determinando de imediato a limpeza da cidade, sobretudo da retirada dos "outdoors" de Juvêncio e Maia, ou prepará-los em muros, postes, árvores e até no asfalto.

A advertência foi feita pelo deputado Sérgio Cruz, logo após seu retorno do Rio de Janeiro e confirmada em um dos horários gratuitos do PDT pelo seu vice, Antônio Carlos de Oliveira.

"Vamos começar a ocupar todos os espaços, para mostrar nosso candidato e nosso partido", assegurou Antônio Carlos, acusando a justiça de estar retardando o cumprimento de uma decisão do TRE quanto a retirada dos outdoors.

O PDT acusa os juizes eleitorais de compactarem com o poder econômico dos grandes partidos e se prepara para "resposta caso a lei continue a ser desrespeitada".

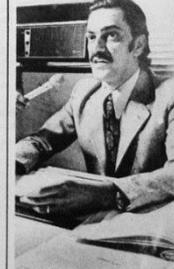
Propaganda: Justiça ainda estuda medidas

O juiz da 35ª Zona Eleitoral, Remo Leterieiro, garantiu ontem que somente nesta segunda-feira deverão estar definidas as providências concretas da Justiça a respeito da disciplina da propaganda eleitoral, contendo prazos e procedimentos a serem adotados.

De acordo com juiz, provavelmente na manhã de hoje, o TRE defina as orientações básicas que, em reunião entre os juizes das três zonas, serão comunicadas aos partidos políticos para observância.

Leterieiro preferiu não comentar informações do PET que prometem começar a pichar a cidade caso os outdoors não sejam retirados. O juiz só confirmou após a definição das normas, qualquer infração será motivo de inquérito na Polícia Federal, responsável pela atividade de propaganda política nesta área.

Leterieiro explicou ainda que é necessário antes da aplicação das normas referentes a propaganda o entendimento entre os juizes das três zonas para que todos procedam uniformemente.



Remo Leterieiro



GOODYEAR
A CASA DOS ROLAMENTOS

o maior e mais completo estoque de rolamentos no estado.

ROLAMENTOS • BUCHAS
MANGUEIRAS • PNEUMÁTICOS
BARRILAS E ANÉIS PARNER

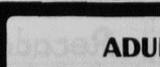
DISTRIBUIDOR AUTORIZADO

TILLEN • INA • Parker

GOODYEAR DISTRIBUIDORA DE ROLAMENTOS LTDA.

MATRIZ: AV. CALDEIRAS, 1209 - CAMPO GRANDE - MS.
382-2212 e 382-3683
TELEX 097.2411

FILIAIS: AV. 15 DE NOVEMBRO, 855 - A - JUAZEIRO - MT.
321-2036 TELEX 085.2529
FILIAL: AV. DAS RAÇAS UNIDAS, 1118 - PUNTO VILIBR - MS
221-6101 TELEX 069.2190



ADUBOS TREVO S.A.
GRUPO LUXMA

AUXILIAR ADMINISTRATIVO (AMBOS OS SEXOS)

REQUISITOS:

- 2º grau completo
- Prática em serviços gerais de escritório
- Datilografia
- Boa aparência
- Assistência Médico/Odontológica
- Condições de desenvolvimento profissional

Comparecer para entrevista na R. Kaprielian Nova da SR 42 - Km 347 - Jardim Imã, fone 383.5.11